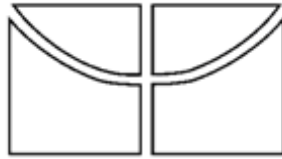


**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**TRABALHO SOBRE O QUE SE
DETERIOROU
EXPLORAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA
TEORIA DA COMUNICAÇÃO PÓS-SEMIOLÓGICA**

Silnei Scharten Soares

– abril de 2013 –



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**TRABALHO SOBRE O QUE SE
DETERIOROU
EXPLORAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA
TEORIA DA COMUNICAÇÃO PÓS-SEMIOLÓGICA**

Silnei Scharten Soares

Trabalho apresentado à Banca
Examinadora de tese como requisito
parcial para obtenção do grau de doutor
em Comunicação.

Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias
da Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Pedro Russi
Duarte

– abril de 2013 –

Silnei Scharten Soares

Trabalho sobre o que se deteriorou. Explorações sobre a possibilidade
de uma teoria da comunicação pós-semiológica

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação
da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de
doutor em Comunicação.

Aprovada em __/__/_____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Russi Duarte – UnB
Orientador

Profa. Dra. Irene Machado - USP
Avaliadora

Prof. Dr. Luiz Cláudio Martino – UnB
Presidente da banca

Prof. Dr. Tiago Quiroga - UnB
Avaliador

Profa. Dra. Cláudia Busato - UnB
Avaliadora

Profa. Dra. Janara Lopes Leal - UnB
Avaliadora

Este trabalho, como tudo o mais, é dedicado a Cris.

AGRADECIMENTOS

A meu pai, Olivério Soares, e minha mãe, Romilda Scharten Soares, porque, ao me ensinarem tudo que sabiam, demonstraram o valor inestimável da educação.

A Cris, meu amor, pela paciência e pelo apoio incondicional, na alegria e na tristeza, no júbilo e na desesperança.

Ao Felipe, por estar no caminho certo.

Ao professor doutor Pedro Russi, pesquisador incansável e exemplo de respeito ao conhecimento, pela sabedoria.

Ao professor doutor Luiz Martino, que sabe como ninguém dosar, na medida certa, rigor e elegância.

Aos colegas da linha de pesquisa Teorias e Tecnologias da Comunicação pelo companheirismo e pela enorme vontade de aprender.

Ao Cnpq, pela concessão da bolsa de estudos que permitiu viabilizar a pesquisa.



*Aquilo que se deteriorou por culpa dos homens
pode ser pelo seu trabalho restaurado.
O que levou a esse estado de corrupção não foi um destino imutável,
(...) mas sim o uso abusivo da liberdade.
O trabalho visando à melhoria das condições é promissor,
pois está em harmonia com as possibilidades do momento.*

I Ching

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar os limites da teorização sobre a comunicação elaborada no âmbito da semiologia. Na primeira parte, relaciono a constituição do campo da comunicação ao desenvolvimento do estruturalismo, no contexto do qual a semiologia se desenvolveu. Nesta parte, sugiro que a reflexão estruturalista, ao desembocar no pós-estruturalismo, fornece argumentos para a disseminação do ceticismo no campo da comunicação. Na segunda parte, analiso a teoria da comunicação desenvolvida por Roman Jakobson com a intenção de localizar aí aqueles elementos que iriam fundamentar, mais tarde, o discurso cético sobre a comunicação. Concluo que as premissas da epistemologia estruturalista – o fechamento do sistema, a exclusão do real, a adoção do modelo da teoria da informação – associadas à crítica da cultura, herdada pela semiologia da literatura modernista, acabam, paradoxalmente, por provocar a expulsão da comunicação da reflexão semiológica.

ABSTRACT

The aim of this study is investigate the limits of theorizing about communication within the context of semiology. In the first part, I relate the constitution of the field of communication to the development of structuralism, in the context of which the semiology arose. In this part, I suggest that the structuralist reflection, culminating in post-structuralism, provides arguments for the spread of skepticism in the communication field. In the second part, I analyze the communication theory developed by Roman Jakobson with the intention of locating there those elements which would justify the skeptical discourse about communication. I conclude that the assumptions of structuralist epistemology - the closure of system, the exclusion of real, the adoption of the model of information theory - associated with the critique of culture, inherited by semiology from modernist literature, end up, paradoxically, by causing the expulsion of communication from the semiologic meditation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Sinal de trânsito	73
Figura 2. Diagrama formal de um sistema de comunicação	159
Figura 3. Distribuição das ciências humanas em torno da linguística	180
Figura 4. Diagrama dos fatores constitutivos do ato de comunicação verbal	203

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
INTRODUÇÃO	01
PARTE I. O ESTRUTURALISMO E O CAMPO DA COMUNICAÇÃO	21
1. A constituição do campo da comunicação (em sua relação com o estruturalismo)	22
2. O estruturalismo na encruzilhada entre o formalismo matemático e o modernismo literário	64
2.1. A (impossível) formalização lógico-matemática da linguística	67
2.2. O modernismo literário e a estetização do pensamento filosófico	82
3. O pós-estruturalismo: fonte do ceticismo contemporâneo	94
PARTE II. SEMIOLOGIA E TEORIA DA COMUNICAÇÃO	113
4. Modelos e teorias da comunicação: a convergência com a semiologia	114
5. Teoria da informação: a comunicação humana como fórmula estatística	155
6. As fontes matemáticas e linguísticas da teoria da comunicação e a ontologização da estrutura	165
7. Uma ciência da comunicação na órbita da linguística	178
8. A teoria da informação e a ontologia do fonema	187
9. Teoria da informação e função poética: a linguagem autotética	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230

INTRODUÇÃO

Esta tese deveria ter como subtítulo “Ensaio sobre os limites de uma teoria semiológica da comunicação”. Assim foi apresentada à banca. Anteriormente, no entanto (no momento de agendamento da defesa), constava o seguinte subtítulo: “Explorações sobre a possibilidade de uma teoria da comunicação pós-semiológica”. Por questões burocráticas, que não cabe detalhar aqui, este é o subtítulo que, compulsoriamente, deve permanecer como oficial – embora, por uma questão de adequação ao conteúdo, é mais pertinente o subtítulo apresentado à banca. Por isso, é com ele em mente que o texto deve ser lido.

O subtítulo apresentado à banca requer uma explicação. O que eu nomeava como teoria pós-semiológica – a que continuo me referindo aqui como semiótica (ver nota de rodapé, abaixo) – não se refere ao pós-estruturalismo, mas sim à tradição filosófica da teoria dos signos, chamada por John Deely (1990: 23) de “tradição Poinot-Locke-Peirce”, e por Thomas Sebeok (1989: 4) de “tradição maior”, que inclui Locke e Peirce, mas também Hipócrates e Galeno, precursores da semiótica médica. Sebeok nomeou-a assim para diferenciá-la precisamente da “tradição menor”, inspirada originalmente em Saussure.

Como alerta Deely, não se trata de uma oposição entre duas tradições que tenham se desenvolvido isoladamente, mas, antes, da definição de escopos de distinta amplitude: enquanto, na tradição menor, desenvolveu-se “uma ‘ciência’ dos signos centrada exclusivamente em textos literários e nos outros artefatos da cultura, sempre tratados de acordo com os padrões da língua e quase como se fossem a mesma coisa que ela” (DEELY, 1990: 20-21), a tradição maior elaborou um quadro mais geral da atividade sígnica, no qual a semiose tipicamente humana (a antroposseiose) integra-se como um subgrupo, que

inclui, entre suas realizações, a semióse linguística e literária. Para Deely, a “semiótica forma um todo do qual a semiologia é uma parte”¹ (DEELY, 1990: 23), e considerar a última como se fosse sinônimo da primeira implica cair numa falácia do tipo *pars pro toto*. Portanto, o que estou chamando aqui de semiótica não se confunde com semiologia. Sabe-se que a terminologia foi unificada pela Associação Internacional de Semiótica, em 1969; presidida na época por Roman Jakobson, a associação “decidiu adotar semiótica como termo geral do território de investigações nas tradições da semiologia e da semiótica geral” (NOTH: 1995: 26). Apesar desta decisão, optei por diferenciar ambas as tradições.

Em sua proposta original, conforme anunciado no subtítulo da tese no momento do agendamento da defesa (que se refere à teoria pós-semiológica ou semiótica), a intenção era mapear os aportes que a tradição maior da Semiótica poderia fornecer à Comunicação². A opção por esta tradição baseava-se no pressuposto de que ela estria apta a superar os limites da teorização sobre a Comunicação elaborada no âmbito da tradição menor da Semiótica – ou seja, da semiologia. No entanto, à medida que avançava nas leituras, ficou evidente que não bastava tomar estes limites como pressupostos; havia que explicitá-los. Reconfigurada a questão, a ideia original foi (temporariamente) deixada de lado.

A tese que você está lendo agora se propõe a responder a seguinte pergunta: quais são os limites de uma teoria semiológica da comunicação? Defino *limite* como a fronteira além da qual a teoria perde a capacidade de

1 Esta distinção será adotada neste trabalho. Apesar disso, também usarei o termo “Semiótica”, com inicial maiúscula, para cobrir o amplo campo da teoria dos signos, de maneira geral, incluindo, em seu âmbito, ambas as tradições. Sempre que houver necessidade de distinguir entre uma e outra, irei me referir à tradição menor como “semiologia” (com seus correlatos, como “semiológico” etc.), e à maior como “semiótica”.

2 Daqui em diante, sempre que usar a inicial maiúscula (“Comunicação”), estarei referindo-me à ciência ou disciplina da comunicação; a inicial minúscula referir-se-á ao fenômeno da comunicação.

formular novos problemas, exaurindo seu potencial abduativo, ou seja, a possibilidade de geração de hipóteses originais a partir de uma inferência frágil sobre fatos ainda sem explicação. A abdução parte dos fatos observados de modo a sugerir uma teoria, na qual serão deduzidas as consequências necessárias da adoção da hipótese, a ser testadas experimentalmente de forma indutiva. Nas palavras de Peirce:

A abdução, tendo sugerido uma teoria, empregamos a dedução para inferir daquela teoria ideal uma variedade promíscua de consequências, em razão da qual, se realizarmos certos atos, nos encontraremos confrontados com certas experiências. Passamos então a empreender estas experiências e, se as previsões da teoria forem verificadas, teremos adquirido a confiança de que as experiências que ainda restam irão confirmar a teoria³ (CP 8.209)⁴.

A abdução ter origem no confronto com os fatos não impede que a definamos como componente de uma teoria. Sendo um raciocínio, a abdução – assim como os outros dois tipos de inferência – envolve atividade sígnica e, portanto, compartilha elementos de Terceiridade, a categoria fenomenológica a que Peirce atribui os traços de abstração e generalidade. Afirmar que uma teoria possa ter dissipado seu potencial abduativo, portanto, significa diagnosticar sua deterioração epistemológica, teórica e/ou metodológica⁵.

3 Tradução minha. No original, lê-se: Abduction having suggested a theory, we employ deduction to deduce from that ideal theory a promiscuous variety of consequences to the effect that if we perform certain acts, we shall find ourselves confronted with certain experiences. We then proceed to try these experiments, and if the predictions of the theory are verified, we have a proportionate confidence that the experiments that remain to be tried will confirm the theory.

4 CP são os *Collected Papers* de Peirce. O primeiro número refere-se ao volume, e os números seguintes ao ponto, ao parágrafo.

5 “Deterioração” não deve ser entendido como sinônimo de “extinção” ou “morte”. Ao contrário: uma leitura atenta do trecho citado na epígrafe deveria deixar claro que a deterioração é apenas uma etapa, que antecede a restauração.

Pois bem, neste esforço de explicitação dos limites da reflexão teórica sobre comunicação levada a termo pela semiologia, foi ganhando consistência a hipótese de que esta teorização acabou por se tornar uma das fontes do ceticismo com relação ao estatuto epistemológico da Comunicação, por si só bastante débil. No desenvolvimento desta hipótese, optei por situar a questão inicialmente no contexto teórico do estruturalismo, uma vez que é daí que advêm os problemas que iriam determinar as insuficiências desta teorização. No primeiro capítulo, caracterizo o ceticismo que permeia o campo da Comunicação desde sua constituição, tentando identificar a parte que cabe, neste ceticismo, à reflexão estruturalista, em cujo âmbito a teoria da informação de Shannon e Weaver encontrou um terreno fértil para seu florescimento (adiante veremos porque isso é importante).

O estruturalismo foi um movimento intelectual que, entre os anos 1950 e 1960, achou por bem eleger a si mesmo como avatar da cientificidade das humanidades e das ciências sociais, alçando o conceito de *estrutura* (em que pese suas inúmeras variantes) ao patamar de princípio de racionalidade do conhecimento científico e filosófico. Grande parte do sucesso da empreitada estruturalista pode ser debitada a seu cientificismo, expresso na incorporação de conceitos e métodos das ciências duras – particularmente, da matemática –, articulados aos princípios da linguística saussuriana. Fiel ao clima intelectual da época, o estruturalismo adotou a ideia de que, para ser considerada “científica”, a pesquisa necessitava objetivar a variedade de manifestações do fenômeno por meio de sua redução a um modelo formal, o único capaz de revelar sua estrutura imanente. O *sentido* do fenômeno seria desvelado pela identificação desta estrutura. Quanto mais rigorosa a construção do modelo, mais revelar-se-iam as diversas camadas de sentido do objeto e mais confiáveis os resultados obtidos pela análise.

O recurso à linguística era fundamental por duas razões: a primeira, de ordem epistemológica, remete aos procedimentos adotados por Ferdinand de

Saussure para promover a bem sucedida conquista da autonomia da linguística, no início do século XX. Estes procedimentos – a definição do signo como uma entidade puramente relacional, opositiva e negativa; o privilégio dado à sincronia; a concepção da língua como sistema etc. –, permitiram a Saussure delimitar com precisão o objeto da linguística, e se tornaram o modelo almejado pelas humanidades em sua demanda por um estatuto de cientificidade equivalente ao alcançado pelas ciências exatas e da natureza. A segunda razão da adoção da linguística como ciência-piloto está relacionada ao projeto de modernização das ciências sociais e das humanidades, ocorrido na França, em meados dos anos 1950, que se apropriou do êxito da empreitada de Saussure para legitimar-se ideologicamente. A ruptura com a ciência praticada até então teve no corte saussuriano sua fonte de inspiração declarada.

A modernização levada a efeito pelos estruturalistas reforçou a concepção formal do sistema da língua, por meio da matematização⁶ da estrutura, com a intenção de romper com o historicismo e o humanismo então vigentes na filosofia francesa da época. A formalização da estrutura incluiu também a recuperação dos estudos literários desenvolvidos pelos chamados formalistas russos, atualizando-os por meio de sua articulação com a produção literária modernista, reforçando assim os traços autoreferenciais da linguagem. Do modernismo, resgatou-se também a crítica à modernidade.

Ironicamente, a inviabilidade do estruturalismo pode ser atribuída às mesmas razões pelas quais alcançou tanto sucesso: o fechamento estrutural por meio da formalização matemática e a crítica modernista à cultura. Estes traços explicam também porque o pós-estruturalismo configura, simultaneamente, ruptura e continuidade com o estruturalismo: por um lado, o pós-estruturalismo foi uma reação aos excessos cientificistas do estruturalismo, mas, por outro, promoveu um aprofundamento de seu *pathos* modernista. A

⁶ Chamo de “matematização” a incorporação de conceitos da matemática por parte de teorias não-matemáticas.

dubiedade do pós-estruturalismo explora à exaustão a oscilação constante no estruturalismo entre as definições epistemológica e ontológica da estrutura, fatal para um movimento intelectual que se pretendeu antimetafísico. A postulação de uma homologia entre os modelos estruturais elaborados pelo procedimento metodológico e a natureza do próprio objeto faz do pesquisador um demiurgo e, da estrutura, seu *Fiat lux*. Não seria surpresa, portanto, que contradições surgidas em decorrência da extensão do método estruturalista a domínios cada vez mais afastados da linguística acabassem abalando a concepção ontológica de estrutura. O ceticismo daí decorrente traduziu-se, no plano epistemológico, na negação da racionalidade científica e, no plano ontológico, no afastamento definitivo do real empírico. Para aqueles que haviam adotado como profissão de fé a realidade da estrutura – ou melhor, a estrutura *como* realidade –, restou somente a descrença.

O pós-estruturalismo viria a radicalizar este ceticismo, convertendo a ideologia modernista do estruturalismo em estilo filosófico, que combina a especulação mais desabrida a um simulacro de rigor científico, com a intenção de solapar a racionalidade da própria ciência. A evolução da reflexão estruturalista pode ser entendida então como a migração de um período inicial, no qual a linguística fora eleita como modelo de cientificidade, a uma fase final, que aprofunda os ceticismos epistemológico e ontológico decorrentes da implosão da estrutura; entre os dois extremos situa-se uma etapa moderada, que evita tanto os excessos cientificistas de um quanto a especulação filosófica inconsistente do outro. O ceticismo que marca atualmente o campo da Comunicação desenvolveu-se em constante interação com esta trajetória, com sua origem coincidindo com a fase inicial do estruturalismo, fortemente cientificista. Que um cientificismo extremado possa ter dado a luz a um ceticismo radical é uma das peculiaridades compartilhadas pela história intelectual da Comunicação e do estruturalismo. Este é o tema da primeira parte da tese, que irá enfatizar os aspectos ideológicos desta convergência.

A segunda parte desloca o olhar: ao invés da relação entre o *estruturalismo* e o *campo* da Comunicação, vista de uma perspectiva panorâmica, a sequência da tese concentra o foco na *semiologia*, buscando identificar, na *teorização* sobre a comunicação por ela elaborada, aqueles elementos que as fizeram atingir seus limites explanatórios e heurísticos, favorecendo o surgimento do ceticismo. A semiologia, como não poderia deixar de ser, acompanhou a progressão do estruturalismo rumo ao ceticismo pós-estruturalista, de modo que é possível identificar aí três abordagens principais ao fenômeno da comunicação: de um lado, por um viés cientificista, busca-se legitimidade em modelos das ciências “duras”, principalmente a partir da incorporação da teoria da informação (ou teoria matemática da comunicação); de outro, a submissão do signo a um tratamento filosófico e literário, promotor de uma ruptura com o sentido, que nega não apenas a ciência, mas a possibilidade mesma da comunicação. Entre estes polos, é possível antecipar um meio-termo: a aposta na subjetividade do analista como critério de julgamento de toda e qualquer semióse que venha a lhe despertar a atenção (uma fotografia, por exemplo).

A primeira orientação tem como representantes destacados Roman Jakobson e Lévi-Strauss; este, mesmo não sendo um semiólogo, elaborou uma teoria da comunicação que seria decisiva para a reflexão jakobsoniana, e por isso o incluo na lista. A segunda poderia abranger todos aqueles pensadores identificados com o pós-estruturalismo, mas me restrinjo aqui a Julia Kristeva e, brevemente, a Jacques Derrida. O elo intermediário concentra-se na figura de Roland Barthes, o mais sutil e oblíquo pensador do estruturalismo, que, justamente por isso, desenvolveu uma trajetória intelectual altamente pessoal e matizada.

Durante esta trajetória, a semiologia foi parceira valiosa na tarefa de consolidação da Comunicação como campo, particularmente no momento em que ocorre uma demanda pela compreensão do fenômeno da “cultura de

massa". O diagnóstico já havia sido apresentado por Roland Barthes na introdução de *Elementos de semiologia*, de 1964:

É certo que o desenvolvimento das comunicações de massa dá uma grande atualidade a esse campo imenso da significação, exatamente no momento em que o êxito de disciplinas como a Lingüística, a Teoria da Informação, a Lógica Formal e a Antropologia Estrutural fornecem novos meios à análise semântica. Atualmente, há uma solicitação semiológica oriunda, não da fantasia de alguns pesquisadores, mas da própria história do mundo moderno (BARTHES, 2006: 11).

Que esta convergência aconteça num período em que, segundo Luiz Martino (2006), a Comunicação ensaia seus primeiros passos rumo ao ceticismo, apenas reforça a ideia de que a semiologia estruturalista, ao colaborar para o estabelecimento do campo, já preparava o terreno para o florescimento das abordagens céticas que viriam a seguir. O que se pretende nesta segunda parte é justamente evidenciar que o ceticismo pós-estruturalista, virtualmente presente na origem da aventura semiológica, pode ser identificado nas reflexões semiológicas sobre a comunicação.

Em comparação com a primeira parte, esta segunda vai se concentrar na discussão teórico-epistemológica, mapeando, na teia interdisciplinar pela qual a semiologia procurou apreender a comunicação, as suas matrizes conceituais. É sob esta perspectiva que a teoria da informação adquire relevância, na medida em que foi decisiva para a elaboração dos modelos pelos quais se procurou descrever o processo comunicativo. A incorporação da teoria da informação pela semiologia reafirma sua inserção naquele paradigma científico que o historiador italiano Carlo Ginzburg chamou de *galileano*, baseado na quantificação dos dados e na possibilidade de repetição das experiências, excluindo da esfera do saber científico tudo o que fosse da ordem do qualitativo e do individual.

O nascimento da crítica textual é sintomático da expansão deste paradigma: surgida após o desenvolvimento da escrita (obviamente) e consolidada após a invenção da imprensa, a crítica textual define seu objeto promovendo um corte radical em relação a todos os elementos tidos como não pertinentes, vinculados à gestualidade e à oralidade, para romper, logo a seguir, com tudo que estivesse ligado ao caráter físico da escrita. “O resultado dessa dupla operação foi a progressiva desmaterialização do texto, continuamente depurado de todas as referências sensíveis: mesmo que seja necessária uma relação sensível para que o texto sobreviva, o texto não se identifica com seu suporte” (GINZBURG, 1989: 157). A afirmação de que o livro da natureza é escrito em caracteres matemáticos e figuras geométricas é a metáfora usada por Galileu para tipificar a revolução científica provocada pelo surgimento da filosofia natural: a possibilidade de ler o mundo apartado de sua manifestação sensível.

Em oposição ao paradigma galileano, Ginzburg define o paradigma semiótico ou indiciário, no qual a reunião de vestígios, aparentemente marginais e sem importância, permite a geração de inferências a respeito de uma realidade mais profunda e complexa. Embora se possa rastrear seu aparecimento às práticas venatórias de tribos de caçadores, passando pela arte adivinhatória e pela interpretação dos sonhos, é à medicina que o paradigma indiciário deve sua sistematização. A leitura dos sintomas do corpo como método para se diagnosticar a doença, reconhecível apenas por meio destes indícios, é uma das fontes da tradição maior da semiótica, conforme vimos acima, na definição de Sebeok. Ao associá-lo à abdução peirceana, Ginzburg reconhece a matriz semiótica do paradigma. A abdução, ou inferência presuntiva, é um tipo de raciocínio que vai dos efeitos à causa – por isso é também chamada de retrodução –, para cuja explicação necessita o recurso à formulação de uma teoria. Ginzburg identifica este raciocínio nas práticas de decifração dos caçadores que, a partir da observação minuciosa e atenta de

pistas aparentemente sem importância – pelo, esterco, pegadas, penas –, remontam a uma realidade não diretamente experimentável pelo observador. A dependência do raciocínio abduutivo à experiência empírica é ressaltada por Peirce na seguinte passagem:

Por Retrodução entendo aquele tipo de raciocínio pelo qual, *encontrando-nos confrontados por um estado de coisas* que, tomado em si mesmo, parece quase ou totalmente incompreensível, ou extremamente complicado, se não muito irregular, ou ao menos surpreendente, somos levados a *supor que talvez haja*, de fato, um outro estado de coisas definitivo, porque, embora não percebamos nenhuma evidência inequívoca dele, nem mesmo de uma parte sua (ou, independentemente de tal evidência, se ele de fato existe), ainda assim percebemos que *este suposto estado de coisas deveria lançar uma luz de razão sobre aquele estado de fatos com o qual somos confrontados*, tornando-o compreensível, provável (se não certo) ou relativamente mais simples e natural⁷ (MS 856, 3-4, 1911; grifos meus)⁸.

É a partir do confronto com a realidade que a abdução desenvolve um raciocínio hipotético com a intenção de tornar compreensível a experiência vivida. Entretanto, a fragilidade desta forma de inferência tem sido, ao longo da história da ciência, um empecilho a seu reconhecimento como um raciocínio com a mesma validade dos raciocínios indutivo e dedutivo. Ginzburg reconhece que, no vínculo efetivo da abdução à experiência concreta, residem tanto sua energia quanto sua fraqueza: as formas de saber indiciário, diz ele,

7 By Retroduction I mean that kind of reasoning by which, upon finding ourselves confronted by a state of things that, taken by itself, seems almost or quite incomprehensible, or extremely complicated if not very irregular, or at least surprising; we are led to suppose that perhaps there is, in fact, another definite state of things, because, though we do not perceive any unequivocal evidence of it, nor even of a part of it, (or independently of such evidence if it does exist,) we yet perceive that this supposed state of things would shed a light of reason upon that state of facts with which we are confronted, rendering it comprehensible, likely (if not certain,) or comparatively simple and natural.

8 MS são os manuscritos de Peirce, catalogados de acordo com a numeração estabelecida por Richard Robin no *Annotated Catalogue of the Papers of Charles Sanders Peirce*. O número do manuscrito é seguido pelo número da página.

eram mais ricas do que qualquer codificação escrita; não eram aprendidas nos livros mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundavam-se sobre sutilezas certamente não-formalizáveis, freqüentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal (...). Um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e o seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração (GINZBURG, 1989: 167)⁹.

É somente na medicina que este saber será codificado, aceito cientificamente e reconhecido socialmente. Entretanto, sua incorporação pelas ciências sociais vai fazê-las defrontar-se com um dilema: “ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância” (GINZBURG, 1989: 178). Para o historiador italiano, apenas a linguística conseguiu subtrair-se a este dilema, razão pela qual foi assumida como modelo para várias disciplinas.

É aqui que discordo de Ginzburg. Pretendo demonstrar com esta pesquisa que um dos limites da teorização semiológica sobre a comunicação reside justamente na irresolução deste dilema. Embora, eventualmente, possa ter chegado a resultados relevantes, esta reflexão revelou-se insuficiente em sua tarefa de dar conta do fenômeno comunicacional, e isso *exatamente por ter tentado assumir um estatuto científico forte*. Torno a lembrar aqui o papel determinante da teoria da informação na configuração deste impasse.

Há várias razões pelas quais o paradigma semiótico é importante para esta pesquisa. A primeira é a que acabamos de ver: pelo contraste com o paradigma galileano, permitiu antecipar um dos limites da teorização semiológica sobre a comunicação. Mas há outras, a que darei atenção no decorrer do texto. Neste momento, quero ressaltar duas delas, ambas de ordem

⁹ Ainda assim, para Peirce, trata-se de um raciocínio lógico.

metodológica. Na elaboração da tese, adotei o raciocínio abduutivo para esclarecer os limites da teorização semiológica sobre a comunicação; para isso, caminhei dos efeitos às causas – ou seja, dos ceticismos ontológico e cognitivo, que se seguiram à superação dialética do estruturalismo pelo pós-estruturalismo, até o cientificismo de sua fase inicial, tentando encontrar aí o ninho onde seria depositado o ovo da serpente. Este trajeto definiu as duas partes da tese: na primeira, constato a absorção do ceticismo pelo campo da comunicação, decorrente das trocas interdisciplinares entretecidas com o (pós) estruturalismo; na segunda, recuo às primeiras formulações de uma teoria da comunicação no âmbito da semiologia, buscando identificar, neste momento, a semente dos ceticismos que eclodiriam mais adiante.

A segunda orientação metodológica baseada no raciocínio abduutivo refere-se à delimitação do *corpus*. Tenho me referido até aqui à *teorização* semiológica sobre a comunicação – mas, no título, faço alusão a *uma* teoria. Este recorte é uma determinação da lógica abduitiva, identificada com precisão por Ginzburg: o paradigma indiciário solicita “uma atitude orientada para a análise de casos individuais” (GINZBURG, 1989: 154). É daí que parte José Luiz Braga para abordar a Comunicação a partir do estudo de caso, definindo-a, nas ocasiões em que se pratica tal abordagem, como uma disciplina indiciária. Com isso, diz Braga, abre-se “a possibilidade de que (...) a área desenvolva também outros espaços de elaboração teórica, (...) mais perto dos fenômenos de seu interesse, procurando desenvolver aí, na concretude de ‘particulares’, fundamentações relacionadas à construção do campo de estudo” (BRAGA, 2008: 75). Trata-se de articular um número reduzido de indícios relevantes que, em relação com o problema da pesquisa, permita a geração de inferências de ordem geral que tornem possível descortinar aspectos do objeto até então inauditos. Apesar da ênfase de Braga no estudo de casos empíricos, ele admite que “o [paradigma] indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o

empírico. *A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências*” (BRAGA, 2008: 78; grifos meus).

Dentre as várias teorias da comunicação elaboradas no domínio da semiologia, selecionei apenas uma, a de Roman Jakobson. Evidentemente, faço também referências a outros autores – notadamente a Lévi-Strauss e, em menor medida, a Umberto Eco –, mas tão somente com a intenção de esclarecer determinadas questões relativas à teorização de Jakobson. As razões desta escolha ficarão claras (assim espero) mais adiante. Por ora, posso antecipar que sua eleição se deve a que a considero exemplar dos limites a que uma teoria da comunicação de inspiração semiológica poderia ter chegado. Nisso, discordo parcialmente de Braga, quando afirma que o conhecimento derivado de uma pesquisa indiciária “não se baseia na premissa de ‘tipicidade’ ou de ‘representatividade’ do caso singular – mas sim na constatação da ‘possibilidade de existência’ do fenômeno – ainda que de baixa frequência ou mesmo única” (BRAGA, 2008: 86). Minha divergência refere-se à primeira parte de sua frase, e não à segunda, com a qual concordo. O compartilhamento das mesmas premissas por uma plêiade de autores ligados à semiologia assegura que as conclusões retiradas a partir da análise da teoria de Jakobson sejam suficientes para a constatação dos limites da teorização semiológica sobre a comunicação.

Embora se possa retirar do caso particular afirmações teóricas gerais, não se trata, diz Braga, “de afirmar de todos os casos de um conjunto o que se descobriu para o caso específico. Mas sim de fazer inferências abstratas (‘genéricas’) sobre o mundo ‘em que aquele caso pode ocorrer’” (BRAGA, 2008: 86). Afinal, estamos lidando com hipóteses que encaminham para uma provável teoria, na qual o fenômeno em questão possa vir a encontrar uma explicação. Conforme Peirce, a abdução habilita o pesquisador a reconhecer no fenômeno “algumas características dignas de nota ou uma relação entre elas, que, ao mesmo tempo, reconhece como sendo típicas de uma concepção com

que a sua mente já está equipada, de modo a sugerir uma teoria que explicaria (isto é, tornaria necessário) o que é surpreendente no fenômeno”¹⁰ (CP 2.276). As inferências abduativas geradas nesta pesquisa apontam para a semiótica – isto é, a tradição maior – como teoria capaz de não apenas explicar as insuficiências da teorização semiológica sobre a comunicação, mas também de superá-las. Mas não vou além disso. A abdução é meramente a etapa preparatória de uma investigação; neste momento, a intenção é preparar as condições para a realização de uma nova pesquisa, cujo objeto será a reflexão semiótica sobre a comunicação.

Há dois pontos que precisam ser esclarecidos. O primeiro refere-se aos recortes aqui propostos: historicamente, limito-me à década passada entre os anos 1960 e 1970, aproximadamente, por ter sido este o momento em que a reflexão semiológica impactou de modo mais proeminente o campo da comunicação. Do ponto de vista teórico, concentro-me naquelas reflexões que, no âmbito da semiologia estruturalista, desenvolveram modelos de comunicação fortemente influenciados pela teoria da informação de Shannon e Weaver (entretanto, conforme dito acima, na primeira parte do texto, amplio o escopo de modo a incluir autores ligados ao pós-estruturalismo).

O segundo ponto diz respeito à forma de apresentação da pesquisa – a qual, evidentemente, não está apartada de seu conteúdo, com o qual compartilha o tempo da escrita. Recorro novamente a Ginzburg, que, em uma das definições do paradigma indiciário, vincula-o à forma narrativa:

O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo

10 “some remarkable character or relation among them, which he at once recognizes as being characteristic of some conception with which his mind is already stored, so that a theory is suggested which would explain (that is, render necessary) that which is surprising in the phenomena”.

observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa (GINZBURG, 1989: 152).

Qualifico esta tese como ensaio justamente por isso: nela, narro o percurso de um pensamento que, tendo partido de uma suspeita, procedeu à investigação dos indícios que a fizeram surgir, visando retirar daí inferências, a partir das quais seria possível oferecer uma explanação teórica da realidade para a qual os indícios apontavam.

A associação entre narrativa e ensaio é uma proposta de Víctor Gabriel Rodríguez, escritor e doutor em direito penal, que defende a ideia de que uma tese pode ser ensaística, desde que assuma a forma narrativa. Antes de apresentá-la, é conveniente definir o que é um ensaio. Farei isso indicando, inicialmente, o que um ensaio não é. Já escrevi um artigo sobre isso (SOARES, 2011) e, portanto, não vou me estender nesta questão; aqui irei apenas retomar aqueles argumentos que digam respeito à definição do ensaio. Para isso, vou mesclar minhas considerações à reflexão de Rodríguez, além de outros autores, que também já se fizeram a mesma pergunta: o que (não) é um ensaio?

Para começo de conversa: o ensaio não é um exercício narcisista de transbordamento da subjetividade por meio da escrita, pelo qual o autor expõe sua intimidade como último refúgio da verdade, inapreensível objetivamente. Apesar da importância do aspecto formal da escrita, esta não é o espaço para a materialização do sujeito “enquanto objeto de conhecimento, [transformando] a lembrança em história de vida, as hesitações em modelo, as confissões em autocrítica e reconhecimento da verdade do outro, agora apropriadas e incorporadas ao movimento do eu” (MARTINO, 2003b: 93). O solipsismo que anima este tipo de produção ensaística não tem serventia alguma para a ciência, atividade eminentemente coletiva. Rodríguez também deplora este modelo:

em geral os textos (...) são péssimos e buscam apenas opinar sem planejamento suficiente, sem leitura e sem pesquisa. Li (...) coisas medonhas que se intitulavam ensaios, rascunhos de lixo,

com narrativa de episódios da vida pessoal desencaixados, desgeneralizados [sic], interessantes somente ao autor que não tinha por que externalizá-los – ou não soube fazê-lo com um mínimo de competência (RODRÍGUEZ, 2012: 101).

A incompetência aludida por Rodríguez tem a ver com a falta de domínio da escrita, o que nos remete à dimensão estética do ensaio. Na medida em que a preocupação estética não lhe é determinante, o ensaio não é um texto literário. Essa é uma questão polêmica, que retomarei mais tarde, quando então darei atenção especial à pretensão de assimilar o pensamento científico e filosófico à literatura. Mas não posso deixar de tocar no assunto, que é determinante para a definição do ensaio. Theodor Adorno, frequentemente invocado quando se quer apagar as fronteiras entre os textos ensaísticos e literários, nega veementemente esta indistinção. Em “O ensaio como forma”, ele esclarece: “o ensaio se aproxima de uma autonomia estética que pode ser facilmente acusada de ter sido tomada de empréstimo à arte, embora o ensaio se diferencie da arte (...) por seu meio específico, os conceitos” (ADORNO, 2003: 18).

Ainda que não sejam conceitos “decretados de maneira definitiva” (ADORNO, 2003: 29), é com eles que o ensaio está lidando, de forma sistemática e rigorosa. Na verdade, é justamente porque renuncia ao fechamento prematuro do conceito que o ensaio exige rigor formal. Sendo expressão dos conceitos que elabora, a forma do ensaio não tem a mesma autonomia da forma literária:

Onde a filosofia, mediante empréstimos da literatura, imagine-se capaz de abolir o pensamento objetivante (...), ela acaba se aproximando da desgastada conversa fiada sobre cultura. Com malícia rústica travestida de sabedoria ancestral, essa filosofia recusa-se a honrar as obrigações do pensamento conceitual, que entretanto ela subscreveu assim que utilizou conceitos em suas frases e juízos, enquanto o seu elemento estético não passa de uma aguada reminiscência de segunda mão de Hölderlin ou do Expressionismo, e talvez do *Jugendstil*, pois nenhum pensamento pode se entregar à linguagem tão ilimitada e

cegamente quanto a idéia de uma fala ancestral faz supor (ADORNO, 2003: 21).

Não estando liberta do compromisso com a elaboração conceitual, a forma ensaística, diz-nos Adorno (2003: 30), é “o palco da experiência intelectual”, onde é encenada “a interação recíproca dos conceitos”. Não se trata, portanto, de uma forma indiferente ao conteúdo, alheia às exigências do tema; ao contrário, é com o objetivo de evitar a coincidência entre pensamento e coisa, conceito e fenômeno, típica do positivismo, que o ensaio precisa encontrar “a unidade de uma forma construída a partir de si mesma” (ADORNO, 2003: 36). Esta forma, segundo Adorno, segue uma lógica distinta da lógica discursiva, que atua mais pela coordenação do que pela subordinação dos conceitos. Para Irene Machado, trata-se de formas discursivas aptas à “experimentação de idéias no contexto de proposições teóricas que não podem ser confundidas com axiomas e postulados, uma vez que não são resultados finais, mas configurações de conhecimento com perfil diagramático” (MACHADO, 2008b: 73). A experimentação com a linguagem, típica do ensaio, não tem função primordialmente estética, mas integra-se à sua lógica discursiva:

se o contexto da investigação apresenta a própria descoberta por meio de um conjunto de interpretações, de probabilidades, de perguntas, de respostas desencadeadoras de novas perguntas, encontraremos no ensaio a forma aberta à expressão abdução de toda descoberta, capaz de acolher os pontos de vista e redirecionar posicionamentos (MACHADO, 2008b: 64).

O reconhecimento de que o ensaio constitua uma forma propícia ao exercício do raciocínio abdução é condizente com a ênfase em sua natureza exploratória: “o ensaio como forma revela-se como espaço de elaboração de hipóteses, mapeamento de possibilidades interpretativas, de explorações cognitivas, de percepções e experimentação das idéias que interessam” (MACHADO, 2008b: 73).

É aí que entra a narrativa. Como forma de exposição do percurso do pensamento do pesquisador, a narrativa articula as fases desta trajetória, de maneira a oferecer ao leitor um fio condutor pelo qual possa guiar seu itinerário. A preocupação com a organização da progressão argumentativa da tese, determinando a inclusão de certas ideias no momento apropriado, revela sua afinidade com a construção de um enredo narrativo, que também obedece a um desenvolvimento gradual. É certo que o avanço do enredo ficcional é guiado por princípios de natureza dramática e temporal, enquanto que a progressão da tese ensaística é pautada pela apresentação das ideias. Ainda assim, tal como a dosagem correta na ampliação da dramaticidade é reveladora de uma boa narrativa ficcional, a progressão calculada da exposição das ideias pode ser indicadora de uma boa tese. Há aí um cuidado com o direcionamento do olhar do leitor por meio da escolha de uma certa ordem de apresentação, que irá determinar o ritmo da leitura e de concatenação do pensamento.

Caracterizar a tese ensaística como narrativa demanda também que se leve em conta seu desfecho. Para Rodríguez (2012: 85), “o desfecho do ensaio não conclui”, porque só assim mantém sua coerência interna. “O ensaio não fecha uma conclusão porque respeita a autonomia de seus argumentos. Nesse ponto tem muito mais ciência que uma tese que cristaliza todas as suas conclusões, sem a humildade de delegar ao leitor a capacidade de sustentar opinião diversa a partir dos argumentos que ali estão” (RODRÍGUEZ, 2012: 86). O leitor tem o direito de conhecer o caminho percorrido pelo autor da tese, pois somente este trajeto pode revelar a coerência da conclusão.

É por isso que não há nada mais distante de um ensaio do que um texto em a que a forma se descola do conteúdo para atender a finalidades meramente estéticas. A necessidade de organizar a narrativa, demanda pela tese ensaística, exige que se leve em conta seu conteúdo, pois é *o quê* há para ser dito que irá determinar a forma como serão articuladas a progressão das ideias, as vacilações do pensamento, as dúvidas e incertezas que acompanharam a

trajetória do pesquisador. A narrativa, caso se pretenda uma reconstrução honesta do pensamento do autor, não implica, portanto, no fechamento da forma numa clausura lógica, da qual ficariam excluídas todas as questões sem resposta, todos os problemas inconclusos. Está claro que a narrativa não é uma reprodução mimética absolutamente fiel do processo de investigação, mas também não é uma obra de ficção. Trata-se de uma reconstrução posterior, evidentemente; mas o fato de se organizar como narrativa obriga que se assumam a existência de um narrador, com todas as limitações que lhe são inerentes. A presença do narrador demanda também que se leve em conta a dimensão ética que envolve a responsabilidade do autor em relação àquilo que escreve e que propõe ao leitor.

Narração pressupõe autoria: a tese ensaística admite que não nasceu de geração espontânea, mas que é fruto da ação de um sujeito. O ensaio não oculta sob uma fachada de neutralidade as restrições que possam ser atribuídas à subjetividade do pesquisador (seu posicionamento ideológico, suas preferências teóricas, seu estilo de pensamento etc.). Neste sentido, a tese ensaística é mais honesta do que aquelas que, segundo Rodríguez, também carregam consigo todas as marcas de sua autoria, com a diferença de que não as assumem explicitamente. É claro que não se está fazendo referência aqui à supressão de detalhes irrelevantes da biografia do autor (aliás, sua manutenção é sintomática do mau ensaio), mas ao apagamento de seus compromissos ideológicos, mantidos à sombra nas teses rígidas. Definir a tese como ensaio implica, para Rodríguez, admitir que ela é produto de um gesto intencional:

Reflexão e capacidade de descrever o percurso de combinação das ideias é o que concede ao texto *intencionalidade* e *unidade de sentido*, o que então transforma a tese em um produto único, só então proveitoso ao leitor. (...) O aprimoramento da intencionalidade confere unidade e sentido (não só unidade de sentido) ao texto (RODRÍGUEZ, 2012: 71-72).

É das inferências que foi capaz de produzir que a tese ensaística retira sua unidade de sentido, articulando narrativamente os indícios observados com a intenção de revelar uma realidade que, de outra forma, permaneceria inacessível.

A narrativa que constitui esta tese começa no próximo capítulo.

PARTE I
O ESTRUTURALISMO E O CAMPO DA
COMUNICAÇÃO

1

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA COMUNICAÇÃO (EM SUA RELAÇÃO COM O ESTRUTURALISMO)

Relatos sobre a história do campo da Comunicação costumam atribuir os primórdios de sua constituição ao trabalho de quatro precursores: o sociólogo Paul Lazarsfeld, os psicólogos Kurt Lewin e Carl Hovland, e o cientista político Harold Lasswell. Graças à persistência de Wilbur Schramm, que reiteradamente atribuiu-lhes a paternidade das pesquisas em Comunicação, esta narrativa das origens acabou adquirindo uma aura quase mítica; no livro que organizou, reunindo um conjunto de palestras transmitidas pelo programa radiofônico “A Voz da América”, em 1963, Schramm os qualifica como os “pais fundadores” (1964: 10) do campo. Luiz Martino chama a atenção para o caráter circunstancial da publicação: “o trabalho organizado e editado por Schramm em 1963 (...) é uma compilação de artigos de autores diversos, que trabalhavam em suas pesquisas de forma mais ou menos isolada”, sem que qualquer um deles estivesse preocupado “em falar de uma ‘ciência da comunicação’ ou qualquer coisa sobre a autonomia deste saber” (MARTINO, 2004). A reunião dos artigos e, principalmente, sua caracterização como estudos de Comunicação, portanto, devem-se à iniciativa de Schramm, que resolveu agregá-los sob uma denominação comum. O verdadeiro “pai fundador” da Comunicação, neste caso, seria o próprio Schramm, e não os quatro pesquisadores aos quais ele atribui o epíteto.

Steven Chaffee e Everett Rogers afirmam-no textualmente: “Wilbur Schramm foi o fundador do estudo em Comunicação, não apenas na América, mas no mundo”¹¹ (CHAFFEE; ROGERS, 1997: 127). E justificam: um fundador pode ser alguém que publica o primeiro livro que define o campo; ou então, o

¹¹ “Wilbur Schramm was *the* founder of communication study, not only in America, but in the world”.

criador dos primeiros departamentos universitários; pode também ter sido o professor da primeira geração de acadêmicos do campo – os quais, por sua vez, serão responsáveis pela criação de novos departamentos em outras universidades. Schramm, segundo Chaffe e Rogers, foi um fundador em todos estes sentidos. Pouco conhecido por sua produção teórica, Schramm deve sua importância para a constituição do campo a seus esforços em prol da institucionalização da Comunicação nos Estados Unidos. É nisto que seu trabalho se diferencia dos quatro precursores: estes, apesar de terem elaborados estudos seminais para o campo, não se identificaram com ele e, tampouco, formaram novos pesquisadores. Ao contrário, “os quatro fundadores permaneceram em seus departamentos de ciência política, sociologia e psicologia, respectivamente, enquanto conduziam suas pesquisas de comunicação”¹² (CHAFFEE; ROGERS, 1997: 127). Em consequência, os institutos e programas de pesquisa em comunicação criados por eles não sobreviveram à conclusão das investigações, dissolvendo-se ao seu término. É aí que o trabalho de Schramm mostra-se decisivo: sem ele, as pesquisas dos quatro precursores teriam permanecido “intelectualmente separadas de seu núcleo comum na comunicação”¹³ (CHAFFEE; ROGERS, 1997: 127); não fosse esta reunião em torno de um centro aglutinador – definido posteriormente por Schramm –, o novo campo não existiria; tampouco, teríamos precursores a serem lembrados.

Para Chaffee e Rogers, Schramm reunia todos os atributos de que necessita um fundador para a criação de um novo campo: um ego forte, que, aliado a sua autoconfiança e a habilidade para estabelecer relações pessoais, lhe garantiu o vigor necessário à tarefa (não obstante estas qualidades, Schramm era um homem humilde e modesto); uma dedicação intensa a seus deveres

12 “the four forefathers remained in their departments of political science, sociology, and psychology, respectively, while their conducted their communication research”.

13 “intellectually disconnected from its common core in communication”.

como professor, pesquisador e administrador, que o absorviam completamente (com frequência, ele se lamentava por não poder assumir mais responsabilidades); sua habilidade para atrair proeminentes estudantes de doutorado e vultosas verbas de pesquisa, além da destreza em manter sólidas relações interpessoais com reitores e administradores de universidades. Tudo isso fazia de Schramm alguém com “um conjunto singular de qualidades pessoais e habilidades interpessoais para fundar o estudo de comunicação”¹⁴ (CHAFFEE; ROGERS, 1997: 128).

Mas, acima de tudo, Schramm possuía um senso de oportunidade invejável. Como dizem Chaffee e Rogers (1997: 127), “o momento certo é importante”¹⁵: a fundação do campo da comunicação acontece no final da segunda guerra mundial, período em que as universidades norte-americanas passavam por um surto de expansão, dobrando ou mesmo triplicando o número de estudantes matriculados. Os recursos, portanto, estavam disponíveis – e Schramm, como sabemos, era um hábil captador de recursos, e sabia cultivar amizades influentes. A reunião de atributos pessoais, contexto histórico favorável e disponibilidade de recursos ajuda a entender a imensa importância de Schramm para a institucionalização do campo da Comunicação nos Estados Unidos (com efeitos que se espalharam para muito além das fronteiras da América): ele foi diretor da *School of Journalism* da Universidade de Iowa, entre 1943 e 1947; criou o *Institute of Communications Research* da Universidade de Illinois, da qual foi diretor entre 1947 e 1955; neste ano, tendo se transferido para a Universidade de Stanford, assume a direção do *Institute for Communication Research*, cargo no qual permanece até 1973. Posteriormente, assumiria o posto de diretor do *Institute of Communication* da Universidade do Havaí, em Honolulu. O que esta trajetória deixa claro é que, para Schramm, a

14 “a unique set of personal qualities and interpersonal skills to found communication study”.

15 “timing is important”.

pesquisa em comunicação era “uma disciplina dentro de uma universidade, uma entidade institucional”¹⁶ (WAHL-JORGENSEN, 2004: 561).

Contada desta maneira, a história da institucionalização do campo da Comunicação apresenta, ao menos, dois inconvenientes: 1. a obliteração de desenvolvimentos paralelos que, na mesma época em que Schramm desempenhava sua cruzada heroica, contribuíram de maneira igualmente decisiva para a implantação da pesquisa em Comunicação¹⁷; 2. a ausência de uma definição conceitual de seu objeto, em torno da qual o campo pudesse se organizar, articulando um cânone de referências teóricas para a pesquisa. Por esta ótica, o sucesso institucional do campo, paradoxalmente, acabou por constituir o maior obstáculo a seu desenvolvimento intelectual.

Esta constatação é o ponto de partida para a crítica devastadora de John Durham Peters ao argumento de que o sucesso institucional do campo seja sinônimo da vitalidade da disciplina. Num artigo escrito em 1986, intitulado “Fontes institucionais para a pobreza intelectual na pesquisa em comunicação”, Peters pretende demonstrar exatamente o contrário:

O conceito de *comunicação* não serve para enriquecer o pensamento, mas para marcar a fidelidade disciplinar de pensadores; ele não serve para a construção de teorias, mas para limitar a construção de teorias; introduz preocupações institucionais no coração da teorização. (...) Funciona como uma senha, um dispositivo para definir uma filiação, não para estimular o pensamento ou a pesquisa¹⁸ (PETERS, 1986: 540-1).

16 “a discipline within a university, an institutional entity”.

17 Num artigo sugestivamente intitulado “Como não fundar um campo”, Karin Wahl-Jorgensen (2004: 560) salienta que “Quite apart from Schramm’s Illinois Institute of Communication Research, the field was emerging at such institutions as Harvard, Cornell, Yale, Columbia and Berkeley in the postwar years”

[Independente do Instituto de Pesquisa em Comunicação de Illinois, de Schramm, o campo estava emergindo em instituições como Harvard, Cornell, Yale, Columbia e Berkeley nos anos do pós-guerra].

18 “The concept *communication* does not serve to enrich thought but to mark the disciplinary allegiance of thinkers; it serves not to construct theories, but to limit the construction of theories; it introduces institutional

Distintamente da antropologia ou da sociologia, por exemplo, que possuem objetos melhor definidos (a cultura e a sociedade, respectivamente), nomeados de modo a evitar a homonímia com a própria disciplina, na Comunicação, o termo usado para designar o objeto de pesquisa e o espaço institucional é o mesmo.

Comunicação é uma palavra usada para cobrir uma coleção incoerente de ideias, instituições, tecnologias e interesses. (...) Mas para o campo da comunicação, nós podemos dar uma definição precisa: Comunicação significa o campo¹⁹, nem mais nem menos. Os dois termos podem ser substituídos sem perder nada em quase todos os casos²⁰ (PETERS, 1986: 541).

Evidentemente, o problema não é meramente linguístico, mas uma consequência do modo como o campo tem refletido sobre si mesmo ao longo de sua história. Nos raros momentos em que decide fazer uma pausa para mirar sua imagem no espelho, o que vê é apenas o reflexo distorcido de seu desejo. Foi assim em *Ferment in the field*, a edição especial da revista *Journal of Communication*, de setembro de 1983, que reuniu trinta e cinco artigos de pesquisadores de dez países para refletir sobre a Comunicação como um campo de estudo. Segundo Peters, a Comunicação nunca havia passado por escrutínio tão intenso: tudo foi questionado e submetido à crítica, *exceto a existência do próprio campo*, que parece imune à reflexão. Decorrida uma década, a situação não parece ter evoluído: na edição do verão de 1993, os editores do periódico retornam ao tema da fermentação do campo e propõem aos colaboradores que

concerns into the very heart of theorizing. (...) It functions as a shibboleth, a device for determining membership, not for stimulating thought or research”.

19 Peters usa o termo no sentido sociológico, ou seja, como um conjunto de aparatos institucionais (revistas, congressos, escolas, títulos, associações etc.) que definem um espaço de disputa pela hegemonia administrativa – e não teórica – da disciplina.

20 “*Communication* is a word used to cover an incoherent collection of ideas, institutions, technologies and interests. (...) But for the field of communication, we *can* give a precise definition: *Communication* means the field, no more or less. The two terms can be substituted without losing anything in almost all cases”.

procedam a uma reavaliação da questão. No editorial, constam os tópicos sugeridos no *call for papers* para a edição; um deles diz o seguinte: “O saber comunicacional carece de estatuto disciplinar, pois não tem um núcleo de conhecimento, e, assim, a legitimidade institucional e acadêmica continua sendo uma quimera para o campo”²¹ (LEVY; GUREVITCH, 1993: 4; grifos meus²²). Problematiza-se a deficiência do estatuto disciplinar da Comunicação e, até mesmo sua legitimidade institucional; mas jamais a existência institucional do campo. Esta, mais do que uma questão a ser debatida, é um dado a ser assumido, um fato consumado.

A institucionalização como saída para a debilidade teórica já havia sido usada como argumento por Schramm nas páginas da edição de primavera de 1959 da *The Public Opinion Quarterly*, por ocasião de sua réplica a um artigo de Bernard Berelson, publicado na mesma edição; este debate marca, segundo Peters, o início da autoreflexividade do campo. Para Berelson, a pesquisa em comunicação, naquele momento, estava definhando; dos quatro pais fundadores, um havia falecido (Lewin), e os outros três, após uma incursão no campo a partir de suas próprias bases disciplinares, já haviam se deslocado para outros interesses: Lasswell retornara à ciência política, Lazarsfeld voltara-se às aplicações da matemática às ciências sociais, e Hovland direcionara-se para questões relativas à cognição e às máquinas de simulação. O entusiasmo inicial despertado pelas pesquisas destes inovadores já havia se dissipado, sem que novas ideias com energia e alcance comparáveis tivessem surgido para lhes dar sequência. Berelson atribui o esgotamento das pesquisas em Comunicação à circunstância dos pais fundadores terem enfrentado as problemáticas que lhes diziam respeito a partir de suas próprias disciplinas, usando o campo da

21 “Communication scholarship lacks disciplinary status because it has no core of knowledge, and thus institutional and scholarly legitimacy remains a chimera for the field”

22 De agora em diante, sempre que os grifos forem acrescentados por mim, farei a indicação. A ausência desta indicação significa que os grifos constam no texto original.

Comunicação meramente como “uma entrada conveniente a estas questões mais amplas”²³ (BERELSON, 1959: 5). E, apesar dos distintos pontos de partida e das especificidades metodológicas, chegaram a resultados surpreendentemente similares. Moral da história: “O tema ou o problema triunfam sobre a abordagem e o método”²⁴ (BERELSON, 1959: 3).

Na resposta a Berelson, Schramm argumenta que os pais fundadores foram não apenas grandes produtores, mas, acima de tudo, “iniciadores”, com capacidade para inspirar em outros a busca por novos conhecimentos; além disso, têm o mérito de haver disseminado várias ideias que iriam florescer em outras atividades e publicações; em suma, o grande valor dos quatro precursores não reside tanto sobre o que fizeram, mas sobre aquilo a que deram início. Assim, o fato deles terem se afastado para cuidar de seus próprios interesses em nada afetou o desenvolvimento das pesquisas – mesmo porque, como resultado da evolução do campo, as distintas abordagens inauguradas por cada um individualmente rumavam cada vez mais para a convergência, conforme se poderia perceber nas pesquisas então em desenvolvimento. Para Schramm, as abordagens evoluíram juntamente com o campo. E arremata:

Às vezes, esquecemos que a pesquisa em comunicação é um campo, não uma disciplina. No estudo do homem, ela é uma das grandes encruzilhadas por onde muitos passam, mas poucos permanecem. Estudiosos vêm de suas próprias disciplinas, trazendo ferramentas e perspicácia valiosas, e depois voltam (...) às preocupações mais centrais de suas disciplinas²⁵ (SCHRAMM, 1959: 8; grifos meus).

23 “a convenient entry to these broader concerns”

24 “The subject matter or the problem triumphs over the approach and the method”

25 We sometimes forget that communication research is a field, not a discipline. In the study of man, it is one of the great crossroads where many pass but few tarry. Scholars come into it from their own disciplines, bringing valuable tools and insights, and later go back (...) to the more central concerns of their disciplines.

Peters (1986: 537) identifica neste debate “a transformação da pesquisa em comunicação de uma entidade intelectual para uma institucional”²⁶. Desde então, o contra-argumento preferido daqueles que necessitam responder às críticas com relação à deficiência teórica do campo tem sido evidenciar sua riqueza institucional. Entretanto, como diz Peters, quando a preservação do campo se torna prioridade sobre a elaboração intelectual, algo está errado: “O estímulo para a sobrevivência do campo tem sido o inimigo involuntário do crescimento teórico. O que sobrevive é um resultado da ambição, em vez da compreensão”²⁷ (PETERS, 1986: 538). Na ausência de ponderações sobre sua fundamentação teórica, resta à Comunicação contentar-se com sua existência como campo, um espaço institucional que congrega pesquisadores, docentes e alunos.

O campo, assim entendido, mantém sua identidade menos em razão do debate teórico e da realização de pesquisas do que como resultado deste exercício de autoreflexividade, baseado na narrativa mítica de sua fundação pelos “pais fundadores”, precursores da criação deste espaço institucional, agora viabilizado. Saliente-se que o legado dos precursores não se traduz num *corpus* de textos canônicos, mas no “novo estilo de pesquisa social que criaram”²⁸ (PETERS, 1986: 546) – teorias de médio alcance, com ênfase metodológica e predomínio de abordagens quantitativas –, responsável pela modernização das ciências sociais norte-americanas no período pós-guerra. Neste contexto, a identificação dos pais fundadores funciona como uma “tradição inventada” pelo próprio campo com vistas à autolegitimação.

De acordo com Peters, esta narrativa autoreflexiva é somente uma das fontes do empobrecimento intelectual da Comunicação. A outra é o

26 “the transformation of communication research from an intellectual to an institutional entity”

27 “The field’s urge to survive has been the unwitting enemy of theoretical growth. What survives is a fruit of ambition rather than sense”.

28 “new style of social research they created”

irredentismo. O termo, que significa a anexação de territórios por determinado país, relaciona-se à metáfora utilizada por Peters: a Comunicação como um Estado-nação em formação, demandando um lugar entre outros Estados-nação já estabelecidos. No caso da Comunicação, a estratégia tem sido, inúmeras vezes, a de se imaginar como a disciplina central das ciências sociais e das humanidades, em torno da qual estas encontrariam definição. Luiz Martino também identifica esta tendência na representação que os pesquisadores da Comunicação fazem da disciplina: ora vista como uma disciplina-encruzilhada, mero ponto de intersecção de saberes de outras áreas – evidência de que a expressão de Schramm permanece viva no imaginário –, ora como uma “superdisciplina, entendida como uma espécie de síntese e acabamento das ciências humanas e da filosofia” (MARTINO, 2003b: 84). Em sua versão mais radical, o imperialismo disciplinar da Comunicação não almeja a síntese das ciências do homem, mas o abalo de todo seu edifício. Um flagrante desta concepção é a afirmação de Daniel Bounoux (1994: 14; grifos meus):

A ‘comunicação’ resiste assim às tentativas prematuras de fazer dela uma área fechada, universitária ou profissional. É uma disciplina desconfortável para o estudante se este espera um programa, objetos ou perspectiva, pois *como a filosofia, ela compensa sua ausência de fundamentos ou de teoria dominante circulando entre os saberes e requestionando estes últimos.*

Além da narrativa mítica de sua fundação e do irredentismo, Peters identifica uma terceira fonte da exaustão teórica e intelectual da Comunicação na incoerência filosófica, que se reflete no preço a ser pago por uma definição extremamente liquefeita de seu objeto. Novamente, é a Schramm que se deve atribuir esta elasticidade conceitual: segundo Peters (1986: 542), “Os escritos ‘teóricos’ de Schramm sobre comunicação retratam-na como a chave para o universo”²⁹. Vejamos um exemplo. Em “Pesquisa sobre comunicação nos

²⁹ “Schramm’s ‘theoretical’ writings on communication portray it as a key to the universe”

Estados Unidos”, o texto que escreveu como abertura para a coletânea que organizou em 1963, Schramm define o significado do termo “comunicação”, delimitando o escopo das pesquisas nos seguintes termos:

Nos Estados Unidos a pesquisa da comunicação refere-se a “todos os meios” empregados na troca de idéias e informações. Tratamos, portanto, da comunicação coletiva e individual; da palavra falada, dos sinais, gestos, figuras, exibições visuais, imprensa, rádio, cinema – de todos os sinais e símbolos pelos quais o homem procura transmitir significação e valores ao seu semelhante. *O processo é o mesmo, quer os sinais sejam emitidos por onda e televisão ou sussurrados por um jovem ao ouvido de sua namorada* (SCHRAMM, 1964: 13; grifos meus).

E, mais adiante:

A pesquisa em comunicação trata da maneira de empregá-la eficientemente, de ser claro e de ser compreendido; dos métodos para usar os meios coletivos; das possibilidades de as nações se entenderem; do uso dos meios coletivos pela sociedade para tornar-se mais feliz; e, de uma maneira geral, de como funciona o processo básico de comunicação (SCHRAMM, 1964: 19).

Vê-se, por estas definições, que irredentismo e incoerência epistemológica (prefiro esta expressão à “incoerência filosófica”, de Peters) estão intimamente vinculadas. Juntas, geram o paradoxo que assombra a criação do campo: afinal, pergunta-se Peters, como institucionalizar um campo acadêmico a partir de definições tão universais? Não surpreende, portanto, que na batalha entre a delimitação teórica e a expansão institucional, esta, naturalmente, tenha levado a melhor, com a definição administrativa prevalecendo sobre a conceitual. Na ausência de qualquer orientação teórica minimamente normativa, o campo pulverizou-se numa infinidade de ramificações institucionais. Para Peters (1986: 545),

O campo não pode, simultaneamente, reivindicar abranger toda a “teoria da comunicação” e ser uma disciplina específica. (...) A resistência ao pensamento coerente sobre conceitos e suposições centrais é, em parte, resultado dos compromissos pendentes e improvisados que o campo historicamente fez em suas buscas pela independência como um campo³⁰.

Neste sentido, a consolidação intelectual do campo segue a reboque de suas conquistas institucionais, com prejuízos evidentes. A inflação semântica do termo “comunicação” talvez seja o que mais salta aos olhos, contribuindo para manter a proeminência das definições administrativas sobre a reflexão teórica. Ainda mais preocupante é o fato desta debilidade teórica não ser vista como problema, mas como uma das qualidades do campo, que deve ser mantida – quando não estimulada e, até mesmo, digna de elogio. É o que se pode depreender da avaliação de Erick Felinto sobre o estado do campo. Segundo Felinto (2007: 50), a “impossibilidade, no atual cenário intelectual, de recortar objetos precisos e demarcar campos fechados” seria antes uma solução do que um problema, já que desobrigaria a Comunicação de adotar o que chama de “imperativo tecnicista”: “um determinado modelo de pesquisa que valoriza resultados pragmáticos”, pautado por “estratégias de pesquisa que busquem simular os resultados obtidos por áreas de conhecimento mais ‘duras’” (FELINTO, 2007: 50-51). A inferência é óbvia: áreas mais “duras” o são exatamente por contar com um objeto de estudo claramente definido, responsável pela alta produtividade das pesquisas.

A crer-se no argumento – e a relativização aqui é altamente recomendável, já que o autor mistura reflexões epistemológicas a questões institucionais, notadamente o papel das agências de fomento –, a solução para o baixo rendimento da área seria “a inevitável desaparecimento do objeto” da

30 The field could not simultaneously claim to encompass all of “communication theory” and be a specific discipline. (...) Resistance to coherent thinking about central concepts and assumptions is, in part, a result of the unresolved and makeshift compromises that field historically made in its quests for independence as a field.

Comunicação (FELINTO, 2007: 51). Ao contrário, a definição minimamente consensual de um objeto de estudo constitui o critério elementar para o desenvolvimento da pesquisa. Felinto parece não perceber que é exatamente esta ausência a razão pela qual, em “relação a outras áreas de conhecimento mais sólidas e definidas, sofremos de um ‘complexo de inferioridade’” (FELINTO, 2007: 50). A confusão se forma porque o autor não distingue entre objeto de estudo – que é, necessariamente, disciplinar, e não um fato da natureza – e objeto empírico, que é da ordem do fenômeno. É esta indiferenciação que o leva a atribuir a fraca definição do objeto de estudo da Comunicação à “natureza complexa, estável e fluídica dos *fenômenos comunicacionais*” (FELINTO, 2007: 51; grifos meus).

O que torna ainda mais curiosa esta argumentação é a presença de um mal disfarçado maniqueísmo, expresso na dicotomia “líquido” x “tecnicista” – aparentemente, as duas únicas alternativas possíveis. Segundo Felinto, para nossa sobrevivência, é necessário que aprendamos “a flexibilizar nossas concepções de campo, objeto e disciplinaridade” (FELINTO, 2007: 51); é isto, ou assumir definitivamente o perfil das ciências “duras”.

Esta abordagem “tudo ou nada” manifesta-se também no artigo em que Juremir Machado da Silva apresenta um panorama do “pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação”; após mapear as contribuições de autores como Paul Virilio, Régis Debray, Guy Debord, Michel Maffesoli, Pierre Lévy e, principalmente, Jean Baudrillard, conclui:

Como se viu, nenhuma teoria pronta, acabada, irretocável. Em contrapartida, fragmentos, inserções, recortes, cruzamentos transdisciplinares. (...) *os franceses pensam mais a comunicação como intelectuais do que como cientistas, pesquisadores, especialistas, experts, peritos, instrumentos de objetividade* (SILVA, 2008: 181; grifos meus).

A oposição aqui é evidente: ou se é intelectual ou cientista; caso se tome o partido da ciência, estar-se-á marcando posição ao lado da “objetividade”, a qual, pelo que se deduz do texto (“especialistas”, “peritos”), implica em classificar, reduzir, estancar – em uma palavra, *disciplinar*. Dada a polissemia do termo, Silva destaca o sentido que lhe parece mais conveniente: “disciplina” é entendida, neste contexto, como “submissão à autoridade” e não como área do conhecimento.

Esta concepção é típica da maneira como o campo se pensa atualmente. A novidade em relação à narrativa da gesta heroica de fundação do campo por Schramm é que, agora, a interdisciplinaridade é assumida como seu “estado natural”. Para Martino, estaríamos passando por uma segunda etapa da “postura interdisciplinarista”, que José Luiz Braga, numa formulação bastante similar a de Peters, define como o modo de conceber o campo da Comunicação como um aglomerado de disciplinas, “como se este fosse uma espécie de terreno vazio, sem outra existência senão pelo fato de que todas as disciplinas humanas e sociais tivessem alguma coisa a dizer sobre o tema” (BRAGA, 2011: 63).

A primeira fase desta postura ocorre no período de fundação do campo, nos anos 1940-50, quando então a interdisciplinaridade é consequência da “contribuição das várias disciplinas envolvidas com processos comunicacionais de modo geral: psicologia, sociologia, ciências políticas, lingüística etc.” (MARTINO, 2006: 42), cada qual aportando um viés específico às pesquisas. Esta é uma das razões pelas quais as definições institucionais começam a prevalecer sobre a orientação teórica. A seguir, na passagem dos anos 60 para os anos 70, manifesta-se uma profunda desconfiança com relação aos métodos até então adotados pelas pesquisas desenvolvidas no âmbito da disciplina; percebe-se que a complexidade dos fenômenos em estudo escapa aos limites de abordagens metodológicas tradicionais. É neste momento que se estabelece o ceticismo com relação ao estatuto disciplinar da Comunicação;

confrontado, por um lado, pela visão empírica e cientificista, que sustentava a tese da encruzilhada acadêmica, e, por outro, pela abordagem crítica, que entendia a divisão disciplinar como efeito ideológico, restaria ao saber comunicacional uma única alternativa: assumir definitivamente seu caráter interdisciplinar. De acordo com Martino, é aí que “começa a ruir a idéia de uma disciplina científica para tratar os problemas ligados aos meios de comunicação” (MARTINO, 2004).

Dos anos 1980 até o presente, aprofunda-se o ceticismo disciplinar, que se torna ainda mais radical: se, até então, havia um saudável questionamento de pressupostos teóricos e metodológicos tomados de empréstimo a outras ciências, agora o ceticismo converge com a noção de interdisciplinaridade, servindo-lhe de fundamento. Ao diagnosticar a debilidade da reflexão epistemológica da Comunicação, o ceticismo abre caminho para a *naturalização da interdisciplinaridade*, que passa a ser vista como condição intrínseca à área, aquilo que garante seu peculiar *status quo*: “a inconsistência e a dispersão do corpus teórico se tornam ‘normalidade’, a interdisciplinaridade se institui como a natureza de um gênero de conhecimento *sui generis*” (MARTINO, 2003a: 65).

É aqui que a indistinção entre objeto empírico e objeto de estudo, flagrada no texto de Felinto (citado acima), recebe sua parcela de responsabilidade: ao mesmo tempo em que constitui uma das razões do déficit epistemológico da Comunicação, tal indistinção atua, paradoxalmente, como suposta evidência factual da impossibilidade de atribuir-lhe um estatuto disciplinar próprio. Liberada do constrangimento disciplinar, o campo pode assumir, sem culpa, seu caráter “naturalmente” interdisciplinar.

Em sua versão mais radical, a interdisciplinaridade deixa de ser apenas um alibi ao fraco investimento epistemológico da Comunicação, para assumir um posicionamento declaradamente anticientífico, tomando como alvo de sua crítica a própria racionalidade:

a interdisciplinaridade (...) não tem conteúdo positivo e se constitui como uma negação da atual estrutura do conhecimento (no fundo ela pretende uma crítica da analiticidade do conhecimento racional, sem no entanto colocar a possibilidade e os limites de uma tal compreensão do conhecimento) (MARTINO, 2003a: 65).

Conforme dito acima, este ceticismo aprofunda-se em meados dos anos 80, momento em que se podem identificar duas abordagens predominantes em relação ao estatuto disciplinar da comunicação, ambas céticas: a primeira, mais radical, trata de “negar à Comunicação um estatuto de ciência ou de saber independente”; a segunda, mais branda, embora reconheça a autonomia disciplinar da comunicação, não a estende “ao atual estado de organização dessa disciplina” (MARTINO, 2003a: 56). Resulta daí que, para a primeira abordagem, o problema de saber se a comunicação é ou não uma disciplina simplesmente não existe, uma vez que lhe é negado tal estatuto; para a segunda, o problema existe, mas sua eventual resolução fica adiada *pro tempore*.

Para os céticos radicais, a superação da crise epistemológica que afeta o campo passa pela defesa inconsistente de uma versão paradoxal da interdisciplinaridade – paradoxal por buscar seu fundamento justamente na negação daquela condição sem a qual se torna impossível a instauração do diálogo entre as disciplinas, qual seja, o próprio estatuto disciplinar da Comunicação. Lamentavelmente, é o ceticismo radical que, ao menos no plano discursivo, pretende tornar-se hegemônico no campo.

Um exemplo que ilustra de forma cristalina a opinião corrente é o prognóstico de Francisco Rüdiger (2007: 37):

estariam condenados a cair no silêncio todos os esforços feitos hoje no sentido de definir o estatuto epistemológico da comunicação, porque é essa espécie de discurso, o epistemológico, que se torna cada dia mais caduco e, portanto, insustentável no novo cenário intelectual.

Evito entrar no mérito da suposta caducidade do discurso epistemológico; mais importante é atentar para o tom categórico da afirmativa que, amparado numa retórica fatalista, constitui verdadeiro entrave ao pensamento. Se a discussão está irremediavelmente condenada ao silêncio (de maneira quase inquisitorial), o que nos resta senão constatarmos nossa impotência e nos resignarmos a ela?

É curioso que esta obstrução taxativa ao progresso da pesquisa venha acompanhada, com freqüência, de declarações em defesa da liberdade do pesquisador, cuja autonomia e criatividade são encaradas como constantemente ameaçadas e sujeitas a toda espécie de restrição – institucional, teórica, metodológica, disciplinar, epistemológica. Clama-se por liberdade, por um lado, enquanto, por outro, tenta-se bloquear o livre curso do pensamento. A situação, na verdade, não é nova: Johannes Hessen atribui a origem do pensamento cético a Pirro de Élis, que viveu entre 360 e 270 a.C., datando também deste período a afinidade entre a postura cética e a dogmática. De acordo com Hessen, desde os sofistas, pelo menos, ceticismo e dogmatismo caminham lado a lado:

Extrema se tangunt! Os extremos se tocam! Esta sentença também vale no campo epistemológico. Muitas vezes, o dogmatismo transforma-se em seu contrário, o ceticismo (...). Enquanto o dogmático encara a possibilidade de contato entre sujeito e objeto como auto-evidente, o cético a contesta. Para o ceticismo, o sujeito não seria capaz de apreender o objeto. O conhecimento como apreensão efetiva do objeto seria, segundo ele, impossível. (HESSEN, 2000: 25).

A esta altura, cabe perguntar: estaria a Comunicação fadada a oscilar eternamente entre a carência de fundamentação epistemológica – pela qual o ceticismo radical justifica sua defesa acrítica da interdisciplinaridade – e o cientificismo? Seriam, de fato, apenas estas as alternativas? Adotar os mesmos critérios de cientificidade das ciências “duras” é o único caminho que resta à

Comunicação, caso deseje alcançar o estatuto de disciplina científica? Toda e qualquer iniciativa de distanciar-se destes critérios deverá, necessariamente, redundar na recusa aos parâmetros de racionalidade científica, não restando à Comunicação nada além do ceticismo radical?

Não há uma resposta simples. Tampouco é minha intenção apresentar uma solução ao dilema. O que pretendo é indagar sobre as fontes teóricas deste ceticismo epistemológico radical, que acaba por bloquear o caminho da investigação. Para Martino, o questionamento da noção de cientificidade tem inspiração marxista, e ingressa na Comunicação por intermédio da Escola de Frankfurt:

a tendência marxista teve um impacto muito grande na epistemologia da área de comunicação (...). Ela quase sufocou o desenvolvimento de uma 'ciência da comunicação', que a partir de então passaria a ter dificuldade de se desembaraçar de certa conotação negativa. (MARTINO, 2006: 39-40).

Intensificada, esta conotação negativa culmina no ceticismo radical. No entanto, ao ser assumida pelo campo, apaga-se uma característica importante da reflexão frankfurtiana: sua crítica marxista à ciência tinha por alvo a “pesquisa administrativa”, que os arautos do ceticismo radical tomam erroneamente como sinônimo de ciência *tout court*. O relato de Adorno sobre os impasses vividos por ocasião de seu trabalho junto ao *Princeton Radio Research Project*, coordenado por Paul Lazarsfeld, é sintomático de sua aversão ao tipo de pesquisa ali desenvolvido. Ao comentar a divergência entre os métodos adotados pela teoria crítica e pela pesquisa administrativa, afirma: “a palavra método, [é] entendida em seu sentido europeu de crítica do conhecimento, mais que no norte-americano, segundo o qual ‘methodology’ significa, mais ou menos, técnicas práticas de investigação” (ADORNO, 1995: 143). É a impossibilidade, para Adorno, de encontrar uma solução de compromisso entre estas duas concepções discordantes de pesquisa científica, que o leva a

aprofundar a cisão entre ambas: “Não existe continuidade entre os teoremas críticos e os procedimentos empíricos das ciências naturais. Ambos os tipos de ciência têm origens divergentes e só podem ser integrados se se exerce sobre eles a mais extrema violência” (ADORNO, 1995: 149). Note-se que Adorno refere-se a dois “tipos de ciência”, e não à ciência em si. Este detalhe escapa aos céticos radicais.

É claro que outras origens do ceticismo radical no campo da Comunicação podem ser apontadas. A que me interessa aqui é o estruturalismo francês; mais exatamente, aquela parcela do estruturalismo que se dedicou à problemática do signo: a semiologia – e, em seu âmbito, o papel preponderante destinado à teoria da informação. Se minha hipótese estiver correta, a versão radical do ceticismo somente pôde se desenvolver com tanta desenvoltura porque encontrou terreno fértil no que Peters chama de “empobrecimento intelectual do campo”, onde reside sua gênese. Segundo Peters, uma das fontes deste depauperamento do campo, ao lado do anacronismo da narrativa mítica de fundação, do irredentismo e da incoerência filosófica, foi exatamente a teoria da informação – ou melhor, o modo pelo qual o campo a incorporou. Na maioria dos casos, tratou-se simplesmente de uma estratégia de legitimação, de vez que, do ponto de vista teórico, tal apropriação se deu de forma bastante incoerente. Em verdade, dado o perfil técnico e altamente especializado da teoria da informação, qualquer deslocamento de sua esfera original para aplicação em áreas distintas resulta inevitavelmente em perda de rigor conceitual. Ainda assim, causa surpresa constatar sua disseminação por campos tão diversos como a filosofia, a psicologia, a física, a estatística, a biologia e a Semiótica. Entretanto, razões não faltaram: de acordo com Peters, a teoria da informação parecia ser a tão esperada realização do sonho positivista de uma ciência unificada, superando as diferenças entre as ciências naturais e sociais; com o auxílio da cibernética, parecia razoável crer que as antinomias entre homem e máquina (e mesmo entre o homem e o animal) estivessem prestes a

ser ultrapassadas. “A teoria da informação foi uma ciência feita para seu tempo”, diz Peters, acrescentando que “ela situou o conceito de comunicação mais uma vez no centro da especulação social”³¹ (PETERS, 1986: 538).

Em contraste com o momento de sua emergência nos Estados Unidos, no final do século XIX, quando eram vistas como insumo intelectual indispensável à consolidação da democracia, as ciências sociais, entre os anos 1950 e 1960, adquirem um caráter instrumental, de administração da ordem social. Nesta mudança, a Comunicação também se modifica: de “um conceito integral nas ciências sociais, porque era o que fazia uma *comunidade* genuinamente humana (democracia), ao invés de uma *sociedade* unicamente mecânica”³² (PETERS, 1986: 532), “*comunicação*, agora passou a referir-se a uma porção de instituições e tecnologias: os ‘meios de comunicação de massa’”³³ (PETERS, 1986: 534). A adoção da teoria da informação foi fundamental para esta metamorfose, especialmente no caso da Comunicação, que encontrou disponível um novo vocabulário capaz de traduzir seus interesses em termos tecnológicos. Conceitos centrais da teoria da informação – emissor, receptor, canal, mensagem, ruído, redundância – tornaram-se o jargão do novo campo em ascensão, constituindo ferramenta indispensável para uma desejada unificação terminológica, em torno da qual se elaboraram currículos, livros-texto e projetos de pesquisa.

As Conferências Macy, ocorridas entre 1946 e 1953, nos Estados Unidos, foram decisivas para esta expansão da teoria da informação para muito além de suas fronteiras. Patrocinadas por uma associação médica filantrópica, a Fundação Josiah Macy Jr., as conferências reuniam matemáticos, engenheiros,

31 “Information theory was a science made for its time (...) it placed the concept of communication once more at the center of social speculation”

32 “an integral concept in the social sciences, because it was what made for a genuinely human *community* (democracy) instead of a merely mechanical *society*”

33 “*communication* now came to refer to a collection of institutions and technologies: the ‘mass media’”

lógicos, antropólogos, psiquiatras, anatomistas, fisiologistas, neurofisiologistas, psicólogos (como Kurt Lewin), economistas e sociólogos (entre eles, Paul Lazarsfeld) para debater o que viria a ser um dos temas mais instigantes da época: a cibernética. A palavra surgiu na terceira conferência, em 1947, e foi sugerida por Norbert Wiener. Em seu escopo, ela incluiria

não apenas o estudo da linguagem mas também o estudo das mensagens como meio de dirigir a maquinaria e a sociedade, o desenvolvimento de máquinas computadoras e outros autômatos que tais, certas reflexões acerca da psicologia e do sistema nervoso, e uma nova teoria conjectural do método científico (WIENER, 1970: 15).

Jean-Pierre Dupuy, que teve acesso às atas das cinco últimas conferências (as das cinco primeiras se perderam), fez a contabilidade das temáticas debatidas ao longo dos encontros. Usando como parâmetro o que chamou de “unidade de discussão” (“uma comunicação mais ou menos longa seguida de um debate”), identificou “vinte unidades no total sobre o tema predileto da cibernética: a comunicação” (DUPUY, 1996: 97).

Em 2008, ao revisitar seu artigo de 1986, Peters reconhece que havia vislumbrado esta explosão da cibernética e da teoria da informação, sem no entanto “entender o quão intimamente ela estava ligada ao estruturalismo francês”³⁴ (PETERS, 2008: 151). A teoria da informação, elaborada por Claude Shannon nos laboratórios da empresa de telefonia Bell Systems, tinha como objetivo maximizar a inteligibilidade da transmissão do sinal pela linha telefônica, ao mesmo tempo em que visava minimizar o custo de recepção do sinal auditivo. Segundo Peters (2008: 151),

Roman Jakobson era fascinado pelo mesmo problema: a produção e reconhecimento dos “traços distintivos” que

³⁴ “understand just how closely tied it was from French structuralism”

servem como blocos de construção (“fonemas”) do discurso inteligível (...). Ao longo da década de 1950, ele fez da “comunicação” uma peça central de sua obra³⁵.

Claude Lévi-Strauss foi outro estruturalista a se deixar seduzir pela teoria da informação e pelos encantos da matemática, como veremos adiante. Peters conta uma anedota a respeito do contato inicial do antropólogo francês com a cibernética: Lévi-Strauss e Claude Shannon moraram durante anos no mesmo prédio em Nova York, “e, embora não haja registro de qualquer contato face a face entre os dois, sabemos que o disse me disse sobre um de seus vizinhos tentando construir um ‘cérebro artificial’ foi uma espécie de gatilho para a evolução da antropologia de Lévi-Strauss”³⁶ (PETERS, 2008: 152).

Jacques Lacan, com sua “matemática do inconsciente”, também estaria em débito com a cibernética; Peters lembra que os conceitos de imaginário, simbólico e real são categorias matemáticas, e que Lacan fez uso da teoria da informação em seus escritos. Também Michel Foucault, em suas reflexões sobre a “governamentalidade”, incorpora elementos da cibernética (termo que se origina de *kubernetes*, o vocábulo grego para “timoneiro do navio”, o qual, por intermédio de sua tradução para o latim *gubernare*, adentrou no vocabulário de várias línguas indo-europeias com o sentido de “governo”). Peters identifica aí, na França do pós-guerra, “um interesse intenso em comunicação em sentido amplo”³⁷ (PETERS, 2008: 153).

François Dosse também identifica no estruturalismo a presença de “toda uma constelação feita de ciências da comunicação, da informação, da

35 Roman Jakobson (...) was fascinated by the very same problem: the production and recognition of “distinctive features” that serve as the building blocks (“phonemes”) of intelligible speech (...). Throughout the 1950s, he made “communication” a centerpiece of his work.

36 “and although there is no record of any face-to-face contact between the two men, we do know that gossip about one his neighbors trying to build an ‘artificial brain’ was a kind of trigger for Lévi-Strauss’s evolving anthropology”.

37 “an intense interest in communication theory writ large”.

computação, da cognição, da organização”, para a qual “o modelo cibernético desempenhou um papel importante com sua noção de auto-regulação própria do funcionamento da estrutura” (DOSSE, 2007: 521). Cibernética e estruturalismo compartilhavam de uma ambição comum: a modernização intelectual, que buscava legitimação recorrendo ao prestígio de disciplinas cujo estatuto científico reconhecido as habilitaria a reivindicar o papel de modelo de cientificidade. A cibernética vai encontrar em sua inegável vocação interdisciplinar os alicerces para a modernização do campo científico, vindo a constituir o que mais tarde passou a se chamar de “ciências cognitivas”; no caso do estruturalismo, a linguística é eleita como ciência-piloto do projeto modernizador.

Mas, por que a linguística? Em artigo publicado originalmente num periódico da Unesco, em 1964, que propunha um debate sobre as principais tendências nas ciências sociais e humanas à época, Lévi-Strauss fornece a resposta:

no conjunto das ciências sociais e humanas, apenas a lingüística pode ser posta em pé de igualdade com as ciências exatas e naturais. Isto, por três razões: a) ela tem um objeto universal, que é a linguagem articulada, presente em qualquer agrupamento humano; b) seu método é homogêneo, ou seja, ele se conserva o mesmo, qualquer que seja a língua particular à qual seja aplicado (...); c) este método se baseia em alguns princípios fundamentais, cuja validade é reconhecida pela unanimidade dos especialistas (apesar de divergências secundárias). Não existe outra ciência social ou humana que satisfaça a essas condições (LÉVI-STRAUSS, 1993: 304).

Igualar-se às ciências exatas e naturais, para Lévi-Strauss, equivalia a aproximar-se de um modelo de cientificidade cujo sucesso devia-se aos procedimentos metodológicos adotados: o isolamento do objeto a ser investigado, de modo a delimitar seus contornos de forma precisa, “cujos diferentes estados, revelados pela observação, podem ser analisados recorrendo-se a umas poucas variáveis” (LÉVI-STRAUSS, 1993: 306). Além

disso, a recusa às aparências e a adoção de um ponto de vista imanente em relação ao objeto são lições epistemológicas e metodológicas a serem aprendidas pelas ciências que aspiram àquele modelo.

Lévi-Strauss traduz com esta reivindicação o sentimento, comum na época entre os estruturalistas, de que as humanidades somente poderiam alçar-se ao mesmo patamar de cientificidade das ciências naturais e exatas se, como Saussure, também promovessem uma ruptura com o passado de suas disciplinas. O “corte saussuriano” era importante porque, graças a ele, foi possível romper com a tradição da linguística comparativa, de viés historicista, limpando o terreno para a elaboração de uma abordagem sistêmica ao problema da linguagem; esta nova abordagem promoveu a separação entre língua e fala, permitindo a definição precisa do objeto de estudo da linguística. Segundo Dosse (1993: 67),

A abordagem descritiva, a prevalência do sistema, a preocupação em remontar até as unidades elementares a partir de procedimentos construídos e explícitos, tal é a nova orientação, oferecida por Saussure, e que vai constituir o menor denominador comum de todos os movimentos estruturalistas.

Em conjunto, estes traços constituíram argumento decisivo para o projeto de modernização das ciências humanas, alavancando sua pretensão de adotar para si critérios de cientificidade similares àqueles que garantiram às ciências naturais e exatas o *status* de ideal a ser atingido. Para François Dosse (1993: 14), “O estruturalismo terá sido, nesse plano, o estandarte dos modernos em sua luta contra os antigos”. Esta modernização alavancou-se sobre a obra capital de Ferdinand de Saussure, o *Curso de lingüística geral*, editado por ex-alunos a partir de suas notas das aulas ministradas pelo mestre na

Universidade de Genebra entre 1907 e 1911. Mesmo as eventuais refutações³⁸ a seu papel de origem de todo o desenvolvimento posterior do estruturalismo não impediram que se atribuísse às teses saussurianas a responsabilidade pelas especulações teóricas que iriam fundamentar a empreitada estruturalista.

Estas teses são conhecidas: a arbitrariedade do signo e sua natureza binária (unidade constituída pela união irreduzível do significante ao significado); a prevalência do estudo sincrônico sobre o diacrônico; a opção pelo estudo da *langue* em detrimento da *parole*; a compreensão da língua como sistema; a concepção de signo em termos de pura negatividade, a partir de uma perspectiva não substancialista, mas relacional (é a relação diferencial e opositiva entre os signos, *no interior do sistema*, que lhes define o valor); a definição dos dois tipos de relação entre os signos, a sintagmática e a associativa – posteriormente denominada de paradigmática por Hjelmslev (2009: 44) etc. De acordo com Dosse (1993: 69), “As categorias saussurianas vão, portanto, servir de instrumento epistêmico ao estruturalismo generalizado, mesmo que os diversos trabalhos tomem certas liberdades com a letra saussuriana a fim de adaptá-la a seus respectivos campos”.

A grande questão, corretamente formulada por José Guilherme Merquior (1991: 27), é: “seria esse sutil jogo entre sistema e diferença capaz de produzir resultado semelhante *em outras esferas da cultura*”, além da linguagem? Não se chegará a uma resposta levando-se em conta apenas considerações de ordem teórica ou metodológica. Para Dosse, todo projeto de modernização científica traz consigo uma série de compromissos ideológicos, e com o estruturalismo não foi diferente: “Relegar para a sombra os componentes ideológicos para reter apenas o método estrutural procede, portanto, de uma postura falsa” (DOSSE, 1993: 419). Agora, são estes componentes ideológicos

38 Para as objeções à originalidade de Saussure, ver, por exemplo, Dosse (1993: 76-78); Pavel (1990: 32-36) e Merquior (1991: 23-25).

que me interessam. Adiante, darei atenção às questões epistemológicas envolvendo a teoria e o método estrutural.

Dosse identifica, no momento da tomada do campo científico pelo estruturalismo, um intenso desenvolvimento das ciências sociais, notadamente da sociologia, cuja ascensão estribava-se na articulação coerente promovida entre o nível de elaboração conceitual e o trabalho de campo. Neste movimento, passaram a enfrentar de maneira cada vez mais audaciosa questões até então reservadas à filosofia. Evidentemente, a conquista deste espaço pelas ciências sociais gerou reação por parte da filosofia, que via com apreensão esta ocupação de um território em que, até então, havia reinado soberanamente. O sucesso do estruturalismo pode ser explicado, em parte, “como uma resposta dos filósofos ao desafio lançado pelas ciências sociais”, que, afetados pela concorrência de disciplinas com perfil mais científico, reagiram apropriando-se de seus programas “a fim de corrigir e reformar sua própria posição no campo intelectual” (DOSSE, 1993: 421). Isso implicava romper com as duas correntes dominantes na filosofia francesa à época, o existencialismo e a fenomenologia. A linguística saussuriana, que concedera primazia à sincronia sobre a diacronia, e, ao enfatizar o sistema, expulsara a língua da consciência do falante, forneceu o instrumento intelectual de que a filosofia necessitava para livrar-se do historicismo e da soberania do sujeito, cultivados pelo existencialismo e pela fenomenologia.

No artigo que escreveu em resposta à enquete da Unesco, Lévi-Strauss elabora uma curiosa distinção entre as humanidades e as ciências sociais, que é típica desta reação da filosofia ao crescimento destas últimas. Para ele, reservado um espaço próprio às “artes e letras”, voltadas a questões de erudição ou à criação estética, caberia ainda promover uma divisão entre as ciências sociais e as ciências humanas, baseada no empréstimo que cada uma faz dos métodos das ciências exatas e naturais: no caso das ciências sociais, esta importação metodológica é extrínseca, ao passo que, nas ciências humanas, é

intrínseca. Com isso, Lévi-Strauss pretende enfatizar o distanciamento que as humanidades mantêm relativamente à ação: como as ciências exatas e da natureza – mas ao contrário das ciências sociais –, as ciências humanas eximem-se de qualquer intervenção sobre o objeto, uma vez que as experimentações a que procede ocorrem no nível dos modelos, e não no nível dos fatos. É o que justifica que, entre as ciências sociais, Lévi-Strauss situe o direito, a economia, a sociologia e as ciências políticas, e, entre as ciências humanas, a arqueologia, a história, a antropologia, a filosofia, a linguística e a lógica.

O apelo aos critérios de cientificidade das ciências “duras” consistiu, simultaneamente, numa crítica às pretensões filosóficas das ciências sociais e numa estratégia de manutenção do poder desta filosofia renovada, que, liberada de seu passado humanista, podia preservar seu papel de farol para a renovação em curso. Não é mera coincidência, portanto, que os luminares do estruturalismo ascendente fossem, em sua maioria, filósofos por formação – Lévi-Strauss, Foucault, Lacan, Althusser, Derrida –, os quais, ao incorporarem o discurso científico, conseguiram deter a incursão das ciências sociais no terreno filosófico. O desenvolvimento da *semiologia* e da *gramatologia*, por exemplo, revelam “a ambição científica de um estruturalismo especulativo, que recorre tanto à lógica matemática quanto à linguística para constituir um pólo científico que ocupe plenamente o seu lugar na história das ciências” (DOSSE, 1993:422). O estruturalismo recupera, assim, o prestígio da especulação filosófica abstrata e conceitual frente às demandas pelo engajamento político das ciências sociais, tema por demais sartriano para ser levado a sério pelos novos “mestre da suspeita” em que se converteram os precursores do movimento. “Faz-se então a guerra contra o historicismo, o contexto histórico, a busca das origens, a diacronia, a teleologia, para fazer prevalecer as permanências, as invariâncias, a sincronia, o texto fechado sobre si mesmo” (DOSSE, 1993: 424). Rei morto, rei posto: destronadas a consciência e a história, inicia-se o absolutismo da estrutura.

Irradiando-se a partir da linguística – que forneceu “o método, a linguagem comum capaz de impor a mudança”, instituindo-se “como o modelo para toda uma série de ciências carentes de formalismo” (DOSSE, 1993: 426) –, a voga estruturalista assume vocação nitidamente interdisciplinar – de modo a romper as barreiras que separam as ciências entre si – e unificadora – visando permitir o ingresso do modelo linguístico em todo o campo das ciências humanas. Lévi-Strauss foi o primeiro a formular explicitamente este projeto; dada sua peculiar interseção entre as ciências naturais e humanas, a antropologia (da qual figurava como representante) é eleita como ciência basilar. De acordo com Dosse (1993: 428),

Lévi-Strauss inspira-se, portanto, nas ciências naturais e exatas para extrair delas um certo número de modelos lógico-matemáticos ou técnicos operacionais para a construção de sua antropologia. A sua ambição consiste em apagar a fronteira das ciências da natureza e ciências humanas, graças ao rigor científico.

Na fonologia, Lévi-Strauss encontraria a inspiração metodológica para desenvolver sua reflexão sobre invariantes universais e a onipresença das oposições binárias, que constituiriam a estrutura subjacente à lógica do mito, às classificações simbólicas do totemismo e aos sistemas de parentesco. A busca das estruturas profundas sobre as quais se ergue a “superestrutura” cultural de cada sociedade, entretanto, sempre andou a par com o interesse de Lévi-Strauss pelas pesquisas da neurologia, já que o cérebro seria a base natural na qual se alojaria o código linguístico (daí sua curiosidade pelo “cérebro artificial” projetado por Shannon). Tanto é assim que, para outro antropólogo, o britânico Edmund Leach, a preocupação básica de Lévi-Strauss “consiste em estabelecer fatos que sejam verdadeiros a respeito de ‘a mente humana’, mais do que apurar a organização de qualquer sociedade” (LEACH, 1976: 10). A inclusão do biológico autorizou Lévi-Strauss a conceber a antropologia estrutural como “a

ciência do homem, federatriz de ciências que se tornaram auxiliares, apoiada em modelos lógico-matemáticos, [e] na contribuição da fonologia”, permitindo ao antropólogo “ter acesso ao inconsciente das práticas sociais, pode[ndo] reconstituir as combinatórias complexas das regras em vigor em todas as sociedades humanas” (DOSSE, 1993: 428). A referência ao “*inconsciente* das práticas sociais” condiz com a afirmação de Leach sobre a primazia dada a Lévi-Strauss para os fatos da mente – ou do espírito humano, como ele costumava dizer. Voltarei a isso na segunda parte.

Lévi-Strauss soube, na maioria das vezes, obter o máximo rendimento do método estrutural, que, em suas mãos, inspirou conclusões brilhantes – na verdade, tão brilhantes quanto questionáveis, sobretudo porque a elaboração dos modelos teóricos dependia de anotações tomadas num trabalho de campo bastante deficitário, seja pelo escasso tempo de permanência no local da pesquisa, seja pelo desconhecimento da língua nativa. Leach lembra que a dependência de informantes é fundamental, mas não substitui o aprendizado da língua nem a convivência prolongada com a população observada; Lévi-Strauss, no entanto, “nunca pôde permanecer num lugar por mais de algumas semanas de cada vez e jamais esteve em condições de conversar facilmente com qualquer dos seus informantes nativos, na linguagem nativa deles” (LEACH, 1976: 19). Na ausência destas precauções, suas análises, inevitavelmente, acabavam por extrapolar largamente os dados etnográficos (principalmente quando estes não se ajustavam à teoria), exigindo que se tomassem certas liberdades em relação ao rigor metodológico; em conjunto, tais fatores conduziam a uma teorização despudorada e pouco afeita à verificação empírica. O fato de que, eventualmente, tais peculiaridades dessem origem a *insights* preñes de possibilidades, dá bem uma medida da genialidade de Lévi-Strauss. Quanto a isso, entretanto, tenho que concordar com Merquior (1991: 249): “a genialidade não é de forma alguma função do método – depende muito da inteligência excepcional do escritor que a usa”.

Entretanto, é como inspiração metodológica que o recurso à linguística saussuriana adquire valor estratégico para o projeto de modernização da antropologia: esta, ainda dependente de abordagens descritivas e interpretativas, encontrava-se na desconfortável posição de ciência conservadora, tradicional, atrasada em relação à psicologia, por exemplo, que, ao converter-se em *behavioral sciences*, modernizara-se – ou seja, passara por uma renovação metodológica que a deixara mais próxima do modelo de cientificidade das ciências exatas e naturais. Segundo Thomas Pavel, a estratégia de Lévi-Strauss para modernizar a antropologia consistiu de dois movimentos simultâneos:

Ele enfatizava de um lado que a situação no interior da disciplina tornara-se tão *irremediável* que só as soluções fortes, vindas de fora, podiam mudá-la; de outro lado, a fim de diminuir o peso da tradição, ele fazia apelo a modelos exóticos, cuja aplicação era anunciada como um novo fundamento do domínio (PAVEL, 1990: 38).

Este modelo exótico, sabemos, Lévi-Strauss foi buscar na linguística estrutural, mais precisamente na fonologia. Em “A análise estrutural em lingüística e antropologia”, publicado em 1945, a revolução carreada pela fonologia – comparável ao “mesmo papel renovador que a física nuclear (...) desempenhou no conjunto das ciências exatas” – é localizada precisamente no âmbito metodológico, reduzido a quatro procedimentos basilares:

a fonologia passa do estudo dos fenômenos lingüísticos *conscientes* ao estudo de sua infraestrutura *inconsciente*; ela se recusa a tratar os *têrmos* como entidades independentes, tomando, ao contrário, como base de sua análise as *relações* entre os termos; introduz a noção de *sistema* (...) enfim, visa à descoberta de *leis gerais* (...). Assim, pela primeira vez, uma ciência social consegue formular relações necessárias (LÉVI-STRAUSS, 1970a: 49-50).

É a descoberta destas relações necessárias que diferencia a antropologia estrutural do funcionalismo de Radcliffe-Brown e Malinowski, ainda marcadamente empírico. Aliados à ideia da arbitrariedade do signo, de Saussure, estavam estabelecidos os princípios metodológicos que iriam conduzir a antropologia, do estado primitivo em que se encontrava, para o posto de vanguarda das ciências sociais e das humanidades. Mas Pavel identifica aí, nesse discurso modernizador, um problema (aliás, o mesmo já apontado por Merquior): “a validade dos modelos adotados não é nunca objeto de dúvida nem de pesquisa sistemática” (PAVEL, 1990, 21). A incorporação complacente dos métodos da linguística exime Lévi-Strauss de proceder ao cotejo da versão saussuriana com abordagens distintas, então em pleno desenvolvimento fora da França – a propósito, o atraso da linguística francesa em relação às pesquisas internacionais é uma das razões pelas quais a redescoberta da obra de Saussure foi recebida com tanto furor; entretanto, a “revolução” encontrada em suas linhas já era página virada alhures³⁹. Outra conseqüência, esta mais drástica, consiste na inadequação dos métodos da fonologia à análise dos sistemas culturais – como os mitos, por exemplo – para onde foram transplantados por Lévi-Strauss.

A análise das narrativas mitológicas é um dos casos em que as incoerências metodológicas são substituídas pela arbitrariedade das interpretações do analista. É aí que a incorporação do dogma saussuriano da arbitrariedade do signo linguístico demonstra sua inconsistência. Lévi-Strauss parte do princípio de que, assim como os fonemas que constituem uma palavra não têm significado independente, também “os elementos que entram na composição de um mito aí figuram de maneira arbitrária e sem relação direta

39 Sobre isso, ver o comentário de DOSSE (1993: 89) com relação ao desenvolvimento da linguística francesa no final dos anos 1950: nesta época, havia “certa ingenuidade na descoberta de teorias que são assimiladas à expressão da derradeira modernidade, ao passo que, bom bastante freqüência, elas já estão prestes a ser ultrapassadas”.

com a significação global deste” (PAVEL, 1990: 20). Ora, na história da antropologia, por mais que a natureza dos vínculos entre o mito e sua significação cultural fosse alvo de controvérsia, a existência desta relação jamais foi posta em dúvida. A adoção do método fonológico e do princípio da arbitrariedade do signo por parte de Lévi-Strauss serviram como álibi a qualquer tentativa de explicação causal, substancial ou funcional dos fenômenos sociais e culturais sob investigação. Neste sentido, a estratégia da antropologia estruturalista “consistiu em defender a neutralidade teórica das análises propostas, sua indiferença à natureza dos fenômenos investidos” (PAVEL, 1990: 42). Indiferentes à natureza dos fenômenos que investiga, não surpreende que a análise descambe para a personalização, à mercê dos dons divinatórios do intérprete: “Postular o arbitrário dos vínculos entre a forma visível das estruturas sociais ou dos mitos e seu conteúdo semântico oculto é reservar ao aleatório um lugar privilegiado na racionalização científica” (PAVEL, 1990: 43). Sob o manto do rigor, a gnose que se pretendeu expulsar pela porta acaba retornando pela janela.

A dissimulação, por meio de hipóteses *ad hoc*, das deficiências do modelo metodológico importado da linguística, acompanhada da ausência de questionamento sobre a validade deste traslado, é típica do que Pavel chama de *estruturalismo cientificista*, que congregou “autores e seus discípulos [que] acreditaram sinceramente que a lingüística de Saussure, de Hjelmslev ou de Jakobson fornecia a metodologia mais avançada às ciências humanas” (PAVEL, 1990: 12). Ao lado desta tendência, encontram-se o *estruturalismo especulativo*, no qual “a meditação filosófica se curva sobre suas próprias práticas examinando cuidadosamente sua impossibilidade” (PAVEL, 1990: 14), e, a meio caminho entre um e outro, o *estruturalismo moderado*, que “inspirando-se nos resultados da lingüística estrutural, nem sempre tomou emprestada sua conceptualidade em *strictu sensu*” (PAVEL, 1990: 12).

No círculo de influência dos dois primeiros forjou-se uma narrativa peculiar, que, embora distinta da gesta heroica da fundação do campo da Comunicação, mantém com ela algumas semelhanças. A esta narrativa, Pavel chama de “retórica do fim”, um discurso escatológico que visava legitimar a estratégia de modernização das ciências a partir da disseminação da linguística. O tom fatalista deste discurso, assim como no caso da Comunicação, apresentou-se peremptoriamente, escorado no mesmo desejo de obstruir a continuidade das pesquisas.

No caso de Lévi-Strauss, a estratégia de modernização da antropologia pretende dividir a história da disciplina em dois momentos: um anterior, “pré-científico”, e outro, em razão desta modernização, “científico” – por isso, o tema do corte é fundamental, pois é por meio dele que se aniquila tudo o que veio antes. Conforme Pavel (1990: 22), “aplicar aos adversários a etiqueta de ‘pré-científico’ equivale a pronunciar uma sentença de morte simbólica, em traçar seu fim narrativo”. Com isso, assegura-se o domínio do campo, até então nas mãos inábeis daqueles a quem é preciso retirar toda influência.

Foucault adota uma estratégia distinta. Como historiador das ciências (ou dos “sistemas de pensamento”, como era de sua predileção), demonstra-se cético em relação ao discurso redentor de Lévi-Strauss, sendo-lhe impossível aceitar que, alçada ao estatuto de ciência, uma disciplina poderia considerar-se plenamente estabelecida. Estudioso das “epistemes”, constantemente sujeitas a abalos cíclicos, Foucault sabia que a estabilidade das disciplinas não dura para sempre. Além disso, distintamente de Lévi-Strauss, não colocou sob a mira nenhuma disciplina específica; seu projeto era muito mais ambicioso, na medida em que pretendia atacar a credibilidade de *todos* os discursos do saber científico: “o propósito da epistemologia radical se nutre da ruína de todas as disciplinas, do desbaratamento de todas as configurações” (PAVEL, 1990: 24). Foucault não critica as ciências humanas por seu eventual anacronismo, como

faz Lévi-Strauss, mas sim pela pretensão de que um dia possam vir a ser consideradas “científicas”.

Derrida vai além. Agora, não se trata mais de profetizar o eterno retorno de epistemes crepusculares, mas de denunciá-las em conjunto: sob a acusação de “logocentrismo”, é *todo o saber ocidental* que se encontra *sub judice*, incluindo “a metafísica grega, a teologia cristã e a ciência moderna” (PAVEL, 1990: 25). Mas nada resta de dramático no gesto: “descolar-se dele [o pensamento ocidental] sem desejá-lo, sem poder desejar sua morte, é o desígnio da desconstrução” (PAVEL, 1990: 26). E, no entanto, o projeto desconstrutivo, que pretende retirar do signo toda pretensão à verdade por meio de seu esvaziamento semântico, acaba por enclausurar o sentido num pensamento cerrado sobre si mesmo – já que a remessa dos significantes não conduz a nada exterior ao próprio signo, resulta daí que toda interpretação seja arbitrária, sem almejar a qualquer justificativa além de si mesma. Não existindo nenhuma exterioridade ao signo, a disseminação do sentido redundava numa circularidade infinita.

O problema aqui é todo ele decorrente da impregnação da linguística por um discurso filosófico desvairadamente especulativo, que mistura referências a Saussure e Hjelmslev com a condenação heideggeriana da metafísica. A intenção, de acordo com Pavel, é demonstrar ao linguista o provincianismo de sua disciplina, enquanto se pretende passar aos filósofos a imagem de rigor científico. Ao identificar o caráter secundário da escrita em relação a *phoné* originária com o último reduto do Ser enquanto presença – do *logos* enquanto determinação da Verdade –, Derrida recobre com um discurso metafísico o que, em Saussure, era tão somente um princípio metodológico; derivar, da arbitrariedade do signo, a primazia do significante sobre o significado, com vistas à exclusão deste por meio do jogo infinito de remessa dos significantes, é cair num “absolutismo sem absolutos”:

Do fato de que a língua carece de um fundamento último, Derrida conclui que a função do significado só pode ser ilusória. Os textos podem ser legíveis, mas não são verdadeiramente inteligíveis, já que o significado é “*indecidível*”. Portanto, no fim, Derrida compartilha a crença de que, para determinados significados vigorarem, a língua deve ter um fundamento absoluto. (...) De uma forma negativa curiosa, a crença no significado fundamental parece ter sobrevivido, no seu pensamento, à morte do significado transcendental. Como freqüentemente, o ceticismo radical, com relação ao significado bem como a quase todas as outras coisas, é, no fundo, um absolutismo desiludido (MERQUIOR, 1991: 269-270).

A conversão do ceticismo radical em dogmatismo é um dos traços em comum entre a evolução do pensamento estruturalista e a constituição do campo da Comunicação; em ambas as situações, a busca pela certeza epistêmica acaba resultando no seu contrário: a descrença na racionalidade e a celebração da anarquia epistemológica, que se regozija com o apocalipse anunciado – tudo isso vertido num discurso que se pretende categórico e irrefutável. Merquior associa a retórica do fim à incorporação da ideologia modernista por parte dos expoentes do pensamento pós-estruturalista (Derrida à frente). Adiante, darei mais atenção ao tema. Agora, pretendo enfatizar a conexão entre a adoção desta ideologia e o que Pavel chamou de “comportamento intelectual discricionário”, um dos fatores que justificam o excesso de teorização inconsequente do pós-estruturalismo.

Para Merquior, o discurso filosófico pós-estruturalista está saturado por uma pretensão à “literarização” do pensamento, inspirada nas experimentações da literatura modernista. Tratar-se-ia simplesmente de um estilo, um modo de filosofar preocupado com a estetização da expressão do pensamento, se não viesse acompanhada da *Kultrulritik* que caracteriza o modernismo literário, marcado não apenas pela experimentação com a linguagem, mas também pela crítica niilista aos valores da modernidade, como a razão e a verdade. É este elemento crítico contracultural que, ao ser

incorporado pelos filósofos pós-estruturalistas, determina o tom apocalíptico de seu discurso: “a *Kulturkritik* pressupõe uma *Kultrukrisis*” (MERQUIOR, 1991: 277).

Mas, pergunta-se Merquior, o que aconteceria se voltássemos o discurso da crise contra si próprio? Se a crítica às pretensões de verdade discursiva fosse aplicada ao discurso da crise? E se o discurso da expulsão do referente desse um giro de cento e oitenta graus sobre seu próprio eixo? “Que acontece se a crise, ela também, não tivesse referente? Pois pode muito bem se dar que (...) não haja nada a ser apreendido. *A crise, então, não seria tanto um objeto como um produto do pensamento contracultural*” (MERQUIOR, 1991: 277). Embora acolha a dúvida de Merquior, minha preocupação aqui se diferencia da dele; a mim não importa tanto verificar se o discurso da crise corresponde a um real estado das coisas, mas indagar sobre a vacuidade de um diagnóstico da crise – e, por extensão, do diagnóstico de qualquer situação *real*, no sentido ontológico do termo – expresso por uma filosofia que não apenas cultiva uma definição retórica do discurso, retirando-lhe o direito de reivindicação à verdade, mas que nega a própria existência de referentes extradiscursivos. Como pode uma filosofia que elimina sistematicamente a referência e o significado pretender algo mais do que a elaboração de jogos retóricos, sem nenhuma finalidade a não ser o próprio deleite?

Pavel também recorre à cultura modernista para entender a passagem “da utopia racionalista do estruturalismo cientificista ao anti-racionalismo do estruturalismo especulativo” (PAVEL, 1990: 203). Esta transição assemelha-se à tensão, nas sociedades pluralistas contemporâneas, entre, por um lado, a manutenção da economia capitalista e da democracia, e, por outro, a pressão exercida pelo cultivo da ideologia modernista, que, ao levar ao extremo os valores de liberdade e diversidade de opinião aí cultivados, os direciona contra a própria sociedade. Nestas condições, o incremento da renda, possibilitado pela prosperidade econômica, e a vitalidade cultural, proporcionada pela

estabilidade democrática, geram um comportamento social discricionário, no qual a ideologia modernista vem aninhar-se. Esta era a situação da França em meados dos anos 1960. “Ora, durante o mesmo período, a repentina proliferação de empreendimentos intelectuais ruidosos e frívolos, o curto-circuito dos mercados do saber, o renascimento das gnosés, assinalam a amplitude assumida pelos *comportamentos intelectuais discricionários*” (PAVEL, 1990: 204).

A substituição dos valores ascéticos e de acumulação previdente, cultivados em momentos de penúria, pelo desperdício hedonista da época de abundância, ajuda a entender a passagem do estruturalismo cientificista, que vestiu a máscara da severidade metodológica, para o estruturalismo especulativo, onde prosperou o pensamento aleatório e anárquico. Para Pavel (1990: 204),

tudo se passa como se, forçados pelo atraso epistemológico (...) em desdobrar suas forças em torno da problemática da linguagem, os adeptos do estruturalismo especulativo aproveitaram [sic] a tendência cientificista da corrente, com sua utopia metodológica (...), para se distinguir, num primeiro movimento, dos pensamentos tradicionais, para logo expulsar seu aliado provisório, tornado doravante um bode expiatório puritano e cientificista, ao longo de uma operação de radicalização, chamada, mais tarde (...), de pós-estruturalismo.

Nesta transformação, o modernismo radical exerceu influência decisiva: Georges Bataille, com sua ética do excesso e da dissipação, “esses gestos necessários do pensamento anárquico e libertino”, foi logo tomado como fonte de inspiração; seu potencial subversivo e um niilismo cultivado com afincamento contribuíram para a “desordem intelectual” de todas as “vertentes distorcidas do estruturalismo” (PAVEL, 1990:205). A filosofia pós-estruturalista vai encontrar no modernismo literário um substituto à altura da linguística (e com *pedigree* bem mais palatável ao gosto do público leigo) em sua estratégia para ocupar o posto de *intelligentsia* francesa da época. Com uma diferença:

rejeitando deliberadamente assumir o que, segundo Isaiah Berlin (1979: 315), seria de se esperar de quem aspira à função – “um compromisso com o pensamento racional, o progresso social e intelectual”⁴⁰ –, os filósofos pós-estruturalistas preferem empunhar a retórica do irracionalismo e do ceticismo em sua ascensão aos espaços de poder intelectual (dentro e fora da academia). Voltarei a este ponto no terceiro capítulo.

Estamos agora em condições de comparar a constituição do campo da Comunicação ao surgimento do estruturalismo, com a intenção de identificar elementos comuns aos dois processos. O objetivo não é a mera busca de similaridades, mas o mapeamento de fatores que conduziram ao ceticismo no campo comunicacional; veremos a importância do papel aí desempenhado pelas reflexões sobre a linguagem, em geral, e o signo, em particular, que seriam fundamentais para a elaboração dos primeiros modelos de comunicação, a partir dos quais se definiram os contornos iniciais do campo (para além da mera legitimação institucional).

Um primeiro ponto de convergência, talvez o mais evidente, seja a coincidência histórica: em ambos os casos, tratou-se de projetos de modernização do campo científico ocorridos ao final da segunda guerra. O sentido dado a esta modernização, entretanto, era distinto: no caso da Comunicação, como vimos, o que se presenciou foi uma orientação das ciências sociais rumo a uma abordagem nitidamente administrativa, com vistas ao controle social por meio das tecnologias de informação e comunicação. A manutenção do equilíbrio social por meio de uma comunicação eficiente – uma das funções que Lasswell atribui a este aparato tecnológico – é sintomática desta abordagem: “Uma das tarefas de uma sociedade racionalmente organizada consiste em descobrir e controlar quaisquer fatores que intervenham na eficiência da comunicação” (LASSWELL, 1987: 113), evitando

40 “a commitment to rational thought, social and intellectual progress”

assim a distorção dos valores que mantém a sociedade coesa. A empreitada estruturalista, evidentemente, não tinha esta ambição; ao contrário: seu projeto de modernização foi muito mais um movimento de afastamento do que de aproximação às demandas da sociedade, que reclamava o comprometimento das ciências sociais no imediato pós-guerra.

Outro ponto em comum a ambos os projetos modernizadores é aquela característica que Peters nomeou como irredentismo: a expansão territorial do campo, com vistas à colonização de outros domínios disciplinares por uma disciplina em particular. Aqui, também, podem-se reconhecer as particularidades de cada caso. O estruturalismo fundamentou sua estratégia imperialista na eleição da linguística como matriz de cientificidade, condição indispensável para concretizar suas pretensões interdisciplinares. A Comunicação, por seu turno, adotou durante muito tempo a ideia da disciplina-encruzilhada, continente vazio no qual todas as ciências acabariam por encontrar seu lugar. Essa distinção reflete-se também no modo como a interdisciplinaridade foi definida e exercida em cada caso: no estruturalismo, a presença da linguística desenhava com clareza um quadro no qual a centralidade da disciplina como articuladora da redistribuição disciplinar era explícita: era em torno dela que todas as outras deveriam se posicionar. Na Comunicação, isso não aconteceu – pelo menos, até que o campo se estruturasse ao redor da teoria da informação.

Esta diferença ajuda a explicar também o ceticismo que se seguiria ao fracasso da aspiração interdisciplinar nos dois campos: o pós-estruturalismo pode ser entendido, a partir da crítica de Derrida, como o abandono da ideia de centro – “o princípio de organização da estrutura a limitar o que poderíamos denominar *jogo da estrutura*” (DERRIDA, 1995: 230) – em nome da força e da diferença. Além de limitar o puro jogo dos significantes, o problema com o centro é que ele acaba se tornando um “centro de significado, de origem, de verdade [que] implicaria forma e identidade” (MERQUIOR, 1991: 250), ou seja,

tudo aquilo que o ceticismo pretende pôr em descrédito. O ceticismo que se seguiu ao irredentismo interdisciplinar do estruturalismo, portanto, constitui uma reação à sua ambição de tomada de poder do campo das ciências – o que não significa, como já se afirmou e se pretende demonstrar adiante, que tenha havido aí um desejo de ruptura. Antes, é o aprofundamento das premissas estruturalistas que, levadas ao limite, desemboca no ceticismo pós-estruturalista. O problema do estruturalismo, neste sentido, não terá sido o rigor demasiado, mas a ausência de radicalidade. O paradoxal nisto tudo é que a denúncia das inconsistências do projeto modernizador não implicou no retorno a uma atitude mais modesta; ao contrário: como vimos, o pós-estruturalismo, que tratou logo de se desvencilhar de seus antigos aliados assim que presentiu o naufrágio, rapidamente ergueu em torno de si uma fortaleza retórica que lhe permitiu, da ilha filosófica em que havia se refugiado, disseminar sua influência por todo o continente⁴¹.

A Comunicação não presenciou nada parecido; seja pelo peso determinante de sua incoerência epistemológica, seja porque raramente se deu ao luxo de promover um exame de consciência rigoroso, o ceticismo que se seguiu aos primórdios de fundação do campo não foi, de maneira nenhuma, uma forma de reagir ao fracasso de seu projeto de constituição – ao contrário, tratou-se apenas de efetivar o que estava latente desde o início: a inexistência de uma disciplina capaz de agregar as pesquisas que, aqui e ali, se faziam em torno da problemática da comunicação. Na ausência deste centro aglutinador, a dispersão tornou-se inevitável, fornecendo um argumento convincente – embora equivocado – a favor da “natureza interdisciplinar” da Comunicação. Por este viés, e assumindo a crítica de Derrida à ideia de “centro”, poder-se-ia dizer, um pouco em tom de brincadeira, que a Comunicação sempre foi “pós-moderna” (nome que se deu ao pós-estruturalismo nos Estados Unidos).

41 Adiante, voltarei a esta dialética “continuidade x descontinuidade” na relação entre estruturalismo e pós-estruturalismo.

Comentando o refluxo da ambição pluridisciplinar do estruturalismo ao final dos anos 1960, Dosse reconhece que “A renúncia ao universalismo fez-se acompanhar da fragmentação disciplinar”, implicando num recuo das disciplinas que abraçaram o ideário modernizador aos territórios delimitados de suas searas de origem – com exceção da filosofia que, como vimos, aproveitou-se desta fragilização para estender ainda mais seu domínio. De uma maneira ligeiramente distinta, a Comunicação também se aproveitou da crise da ambição holística do estruturalismo, na medida em que o ceticismo daí decorrente lhe serviu como justificativa para a naturalização acrítica da interdisciplinaridade.

Resta um último ponto: o papel desempenhado pela teoria da informação. No estruturalismo, conforme vimos, a teoria da informação e a cibernética contribuíram para acentuar o caráter de fechamento dos sistemas elaborados a partir da matriz linguística, “lugar de refúgio de métodos com vocação científica”, nas palavras de Dosse (1993: 398). O fechamento dos sistemas sógnicos provoca a expulsão do referente, restringindo o significado às relações entre os signos no interior da estrutura. O enfoque cibernético ou informacional colabora também para o esvaziamento da contingência histórica e para a derrisão do homem, personagem destinado a desaparecer, como um rosto na areia, à beira do mar, segundo o prognóstico de Foucault; o congelamento da história e o descentramento antropocêntrico foram fundamentais na batalha contra o humanismo e o historicismo existencialista e fenomenológico. Para Dosse (1993: 399),

No momento em que as ciências humanas parecem fascinadas pelo modelo cibernético, a variável humana, em seus componentes psicológicos e históricos, torna-se inconsistente e devem [sic] ceder o lugar a um método rigoroso que se quer no nível de eficácia daquele em uso nas ciências exatas. O sistema fechado que se impõe vai pagar um alto preço por sua colocação à distância do mundo real. Entretanto, terá uma

extraordinária eficácia pela abertura do campo do saber que vai prognosticar.

No estruturalismo, assim como na Comunicação, a incorporação da teoria da informação e da cibernética assumiu função estratégica na legitimação dos propósitos modernizadores. Na Comunicação, desempenhou ainda duas funções adicionais: a unificação terminológica, a que já se fez alusão acima, e a sustentação teórica do imperialismo irredentista, que veio ao encontro da natureza “pandisciplinar” da teoria da informação e da cibernética. É claro que, em grande parte, tudo não passou de um jogo de cena, uma vez que, de ambas as teorias, não se absorveu senão a terminologia, esvaziada de seu conteúdo conceitual. Segundo Peters, trata-se de um jargão que se eternizou no campo da Comunicação, alheando-se completamente de seu sentido originário. Ressalte-se, novamente, que sua importância se deve muito mais ao potencial de fortalecimento institucional do que intelectual do campo: “A própria existência do campo requer a perpetuação de um jargão ultrapassado. Deixá-lo partir é arriscar-se a perder a cidadania”⁴² (PETERS, 1986: 540). É importante lembrar que, em 1956, Shannon já alertava para o inchaço da teoria da informação, que estava se tornando a panacéia para uma infinidade de problemas, nas mais diversas disciplinas. E sentenciava: “o núcleo duro da teoria da informação é, essencialmente, um ramo da matemática, um sistema estritamente dedutivo”⁴³ (SHANNON, 1956: 3). O que Shannon parece não ter percebido é que esta era exatamente uma das razões pelas quais despertou tanto interesse. Como veremos a seguir, a matematização da teoria foi uma das grandes ambições do estruturalismo.

Antes de finalizar, é preciso acrescentar que, embora concorde com a avaliação de Peters sobre o papel legitimador atribuído à teoria da informação,

42 “The very existence of the field necessitates the perpetuation of an outmoded jargon. To let it go is to risk losing one’s citizenship”

43 “the hard core of information theory is, essentially, a branch of mathematics, a strictly deductive system”

não penso que este tenha sido o único motivo para sua incorporação pelo estruturalismo e, mais particularmente, pela semiologia. Creio que, para a reflexão estruturalista sobre o signo – a semiologia, propriamente – a teoria da informação desempenhou um papel fundamental, principalmente – e é isto que me interessa – para o entendimento do fenômeno da comunicação, para cuja compreensão elaborou distintos modelos de comunicação (a esta questão está dedicada a segunda parte deste trabalho). A propósito, sobre esta predileção pelos modelos, Peters faz um comentário bastante oportuno, que vale a pena reproduzir:

As heranças da teoria da informação no campo da comunicação incluem um pendor para a construção de modelos – especialmente a crença de que qualquer consideração sobre a comunicação deve envolver a construção de modelos de projetos de circuitos – e um amor por círculos concêntricos como símbolo apropriado de comunicação⁴⁴ (PETERS, 1986, n. 9).

Na segunda parte, veremos que tanto o modelo do circuito elétrico quanto os círculos concêntricos foram usados para representar, respectivamente, o fluxo de comunicação e as relações interdisciplinares engendradas em seu entorno. No capítulo que segue, a intenção é investigar mais profundamente duas fontes deste desejo pela formalização que animou a ambição estruturalista.

⁴⁴ Heritages from information theory in the field of communication include a penchant – especially the belief that any considerations of communication must involve the construction of circuit-design models – and a love of concentric circles as the proper symbol of communication.

O ESTRUTURALISMO NA ENCRUZILHADA ENTRE O FORMALISMO MATEMÁTICO E O MODERNISMO LITERÁRIO

Em 1972, num balanço do movimento, Hubert Lepargneur (1972: 120) afirmou que era “tarde demais para dizer o que é o estruturalismo”, atribuindo o atraso à crescente dispersão das ideias em torno um suposto núcleo comum original. É bastante provável que hoje não estejamos em melhores condições do que há quarenta anos. Não se trata de tarefa simples, nem nunca foi. Hoje, tal como na época em que a voga estruturalista tomou de assalto o conjunto das ciências, as discussões em torno de sua conceituação, de seus objetivos e alcance mantêm ativo o debate. Claramente, os ânimos estão menos exaltados, e tanto defensores quanto detratores encaram a questão com menos paixão. Ainda assim, a discussão permanece, ressurgindo, vez ou outra, em publicações ou encontros científicos que visam avaliar o legado estruturalista⁴⁵.

Nas décadas de 1950 e 1960, contudo, o caldeirão estruturalista estava em plena ebulição. Em função da importância que acabara de assumir, e frente ao uso cada vez mais indiscriminado, o conceito de estrutura foi tema de inúmeros debates. O final dos anos 50 assiste a três deles; o primeiro em 1957, e os dois seguintes, em 1959: um entre julho e agosto em Cerisy, organizado por Maurice de Gandillac, Lucien Goldmann e Jean Piaget, e o outro em janeiro, coordenado por Roger Bastide (DOSSE, 1993, p. 203). As discussões ocorridas neste último são publicadas em 1962, em um livro que viria a se tornar referência: *Usos e sentidos do termo “estrutura”* (BASTIDE, 1971).

⁴⁵ É o caso, por exemplo, do livro “Estruturalismo: memória e repercussões” (MARI; DOMINGUES; PINTO, 1995), que reúne os textos apresentados no simpósio homônimo realizado em Belo Horizonte, em 1995.

Na introdução, Bastide esboça um histórico do conceito, rastreando seu aparecimento desde o século XVII, quando o termo passa a expandir-se em direção ao homem (incluindo seu corpo, entendido como construção que organiza a distribuição dos órgãos) e às suas obras, especialmente a língua. O ano de 1930, segundo Bastide, é “uma data capital”, que marca tanto a irrupção do termo em praticamente todas as ciências sociais, quanto uma “mudança de sentido que a palavra ia sofrer sob a influência dos novos conhecimentos adquiridos no campo da lógica e da matemática” (BASTIDE, 1971a, p. 5). Esta evolução semântica do conceito corresponde à passagem de uma concepção organicista para uma definição formal, segundo a qual estrutura passa a ser compreendida como sistema de relações “que descrevem o funcionamento do fenômeno representado por um modelo” (GURVITCH *apud* BASTIDE, 1971a: 6).

Merquior referenda esta mutação do conceito ao afirmar que a definição de estrutura adotada pelo estruturalismo francês tem um “sentido matemático, significa um conjunto de relações abstratas definidas de modo *formal* e subentende um *modelo* válido para vários conteúdos diferentes, sendo estes ditos *isomórficos* exatamente porque compartilham a mesma estrutura” (MERQUIOR, 1991: 19).

É fácil identificar nesta orientação os elementos que sustentaram as razões da ambição estruturalista: o conceito de sistema como jogo de diferenças, no qual a relação entre os termos prevalece sobre os termos em si, considerados isoladamente; a homologia estrutural entre fenômenos de natureza distinta, condição para sua transferência – ou melhor, sua transformação – de um domínio da realidade a outro, e, finalmente, a possibilidade de extensão do método estrutural a um amplo espectro de ciências, capaz de unificá-las para além das fronteiras disciplinares.

Com base nestas definições, Sírio Possenti identifica três tipos de estruturalismo: o certo, o errado e o aproveitável. A ironia da tipologia do autor

não retira a seriedade de seu esforço de compreensão das distintas apropriações da proposta saussuriana por pensadores dos mais diversos matizes. Para Possenti (1995: 18), os estruturalismos aproveitáveis são todos aqueles nas quais a história é fundamental, e que permitem “uma concepção de homem que ultrapassa definitivamente a idéia de um sujeito uno e soberano (o das ideologias liberais...)”. Os trabalhos de Georges Dumézil podem ser citados como exemplo. Os errados são os que, entre outras coisas, exageram nas “analogias e metáforas. Por exemplo, quando se analisam por analogia trocas linguísticas, casamentos e trocas de bens, reduzindo tudo isso a trocas de mensagens” (POSSENTI, 1995: 18). Aqui, nenhum exemplo é citado, e nem precisaria: obviamente, está se fazendo alusão a Lévi-Strauss. O estruturalismo certo é o que o autor chama de “estruturalismo estruturalista”, no qual

as estruturas são realmente fundantes, os elementos que nela intervêm são determinados pela estrutura, são exatamente o que são nesta exata estrutura e apenas nela, sejam morfemas, sejam sujeitos. Os efeitos desta concepção são devastadores, porque então a história tem que ser excluída (...), os agentes são excluídos, a ação dos agentes é excluída, *o próprio real é excluído e, com ele, a possibilidade de verdade* (POSSENTI, 1995: 18; grifos meus).

Veja bem: a exclusão do real e da possibilidade de verdade, de acordo com Possenti, não são efeitos colaterais decorrentes de uma eventual traição aos propósitos originais do estruturalismo, mas, ao contrário, resultado da exploração de suas próprias premissas. Destarte, o movimento intelectual que se pretendeu a plataforma de lançamento das humanidades e das ciências sociais a um nível respeitável de cientificidade, acabou por conduzir à descrença no real e na verdade. O esgotamento do estruturalismo, segundo Possenti, apenas revelou que “os fatos – ah, os fatos – não se conformam à idéia de estrutura” (POSSENTI, 1995: 19). Problema dos fatos? Certamente, não.

Resta, então, a estrutura – ou, para usar o termo adotado por Saussure, o sistema.

2.1. A (IMPOSSÍVEL) FORMALIZAÇÃO LÓGICO-MATEMÁTICA DA ESTRUTURA LINGUÍSTICA

O poder de sedução do conceito de estrutura deve ser atribuído, em grande parte, à capacidade de axiomatização de seus modelos explicativos, o que, supostamente, lhes garantiria universalidade, necessidade e suficiência. De todos os campos sobre os quais exerceu influência (psicanálise, filosofia, antropologia etc.), foi na semiologia que a formalização matemática encontrou maior ressonância. De acordo com François Dosse (1993: 241),

O estruturalismo semiótico [ou seja, semiológico] se apresenta simultaneamente como o ramo mais formalizado do estruturalismo, o mais próximo das chamadas “ciências duras” da linguagem matemática; é certamente aquele cuja ambição foi maior, uma vez que, não satisfeita em ser um simples ramo do tronco lingüístico, a semiótica (...) deve englobar todo o campo das ciências do homem.

Notoriamente, a formalização estruturalista edifica-se sobre o modelo da linguagem – ou melhor, é à linguagem, entendida como estrutura, que se atribui a capacidade de formalização e modelização de todos os sistemas simbólicos, incluindo o discurso científico. O que talvez não seja suficientemente ressaltado é exatamente aquilo para o que Dosse chama a atenção: o papel que a matemática desempenhou neste projeto.

A questão não passou despercebida a Gilles-Gaston Granger. No prefácio à segunda edição de *Pensamento formal e ciências do homem*, publicada em 1967, alerta que o termo *estruturalismo*, então disputado por três tendências distintas do pensamento da época – a história da filosofia, a linguística e a

matemática –, deveria ser reservado apenas a esta última. A razão é simples: “o conhecimento de um objecto matemático refere-se não às qualidades isoladas de um ser, mas às propriedades formais de um sistema. E a natureza das relações que determinam, de cada vez, o sistema, deve ser tal, que estas possam ser descritas e reconhecidas sem equívocos” (GASTON GRANGER, 1975a: 10).

É o caso da álgebra, que estabelece uma forma de cálculo indiferente à natureza dos chamados “seres matemáticos”, que podem variar consideravelmente. Em sua evolução, este tipo de esquema operatório acabou por revelar “o princípio fundamental das matemáticas modernas, a saber, que os seres matemáticos tomados em si mesmo importam pouco: o que conta são as suas *relações*” (BOURBAKI *apud* GASTON GRANGER, 1975a: 101). Por mais preciso que seja o simbolismo matemático aí elaborado, o fato de que a “substância” dos objetos aos quais se aplica seja praticamente irrelevante permite a transferência, para outros domínios, dos sistemas elaborados por uma teoria forânea. Neste sentido, a propriedade relacional da linguagem matemática carrega consigo uma forte ambiguidade, uma vez que “a mesma teoria (...) pode ser interpretada em universos *não isomorfos* e verdadeiramente distintos” (GASTON GRANGER, 1975a: 101; grifos meus). É o que Gaston Granger chama de *polivalência semântica*: a extensão, para outros sistemas, de estruturas elaboradas alhures. Esta capacidade simbólica da matemática é que faz dela a principal “criadora de estruturas”, tornando-a referência para as ciências que almejam o ideal da formalização.

Aparentemente, esta definição da matemática como sistema formal de relações assemelha-se à concepção da língua como sistema, no qual o valor dos elementos que o integram é dado unicamente pelas relações aí estabelecidas. Tal concepção encontra-se na origem do projeto saussuriano de fundamentar a linguística em base científica. A questão que se coloca é: a língua constitui, de fato, um sistema formal?

A resposta depende da definição do que seja um sistema formal. Gaston Granger entende a formalização como parte do processo de axiomatização de uma teoria:

Axiomatizar é estabelecer princípios que constituem uma base coerente e suficiente de dedução para todas as proposições de uma teoria. Formalizar é reduzir a linguagem de uma teoria a expressões primitivas e a regras explícitas de construção. Mas convém observar que toda axiomatização supõe um certo grau de formalização da linguagem: não se poderia axiomatizar um conhecimento cujas expressões fossem vagas e livres, demasiado carregadas de sobredeterminações (GASTON GRANGER, 1975b: 95).

A axiomatização visa, portanto, depurar a linguagem teórica de todos aqueles elementos incontroláveis da conceituação empírica, substituindo a “estruturação latente em actos de percepção e de pensamento [por] uma estruturação explícita cujos elementos são abstractos” (GASTON GRANGER, 1975b: 96). Trata-se sempre – inclusive no caso da matemática – de operar a partir de dados que, mesmo na percepção “imediate”, já são pré-formalizados, na medida em que envolvem a apreensão dos fenômenos como “coisas” (na intuição matemática, por exemplo), mediada pela linguagem – ou, em termos menos logocêntricos, pelo signo. A definição rigorosa dos conceitos e a determinação de categorias objetivas é, então, a tarefa mais importante da axiomatização. Neste processo, o pensamento formal consiste na construção de uma sintaxe cada vez mais precisa a partir dos “quase-objetos” da conceituação empírica. É desta forma que noções intuitivas alcançam o nível conceitual.

Mas não nos enganemos: a precisão a que tende a elaboração conceitual de um sistema teórico não deve ser entendida como demanda pela perfeição formal, que caracterizaria uma teoria “acabada”, pronta, perfeita, irretocável, completa. Esta tentação traz consigo o risco da ambição por uma teoria que, no fim das contas, acaba por esgotar-se, cristalizando-se dogmaticamente e mantendo-se à distância da crítica e de qualquer tentativa de aperfeiçoamento.

Para Gaston Granger, em que pese o ideal de construção de um sistema teórico autossuficiente e concluso, tal aspecto conservador da axiomatização não deve obscurecer seu potencial heurístico, a exigir investigações mais profundas e ensejar a aproximação a outros domínios. É este potencial vivificante que faz da matemática o modelo desejado pelas outras ciências.

Outro risco, paralelo a este, reside no alheamento em relação ao universo da experiência. Para Gaston Granger, o esforço de construção de uma linguagem científica formalizada não deve ser um fim em si; ela deve ter “o poder de nos informar sobre as relações objectivas entre os fenómenos”. É por isso que, “longe de aparecer como o esquema depurado e perfeito de um mundo de imagens, *o universo linguístico da ciência é o produto e o instrumento de um trabalho efectuado sobre o mundo percebido. (...) uma estrutura objectiva é ainda o mundo mais a linguagem*” (GASTON GRANGER, 1975a: 71; grifos meus).

Este vínculo fica evidente na física, onde a axiomatização objetiva criar um conjunto de categorias que permita o desenvolvimento de deduções e a realização de experiências, compondo “um quadro largamente aberto às determinações experimentais” (GASTON GRANGER, 1975b: 105). Ao “precisar as relações do simbolismo científico com as técnicas experimentais” (GASTON GRANGER, 1975b: 107), a axiomatização define operacionalmente as noções teóricas da física, compensando, de certa forma, a abstração conceitual com seu ajustamento aos dados experienciais. À sintaxe do sistema teórico correspondem regras semânticas que visam articulá-lo com os resultados dos experimentos.

Na física, a axiomatização não aspira ao ideal de conclusão da matemática; antes, constitui um esboço simultaneamente retrospectivo e prospectivo, conforme vise, respectivamente, propor um novo modelo interpretativo para dados obtidos anteriormente ou, então, pretenda a criação de uma nova teoria. Obviamente, na física, a axiomatização também procede pela ruptura com os preconceitos do senso comum, substituindo-os por “ideias

simples”, entendidas como o resultado de um processo consciente e regulado de constituição do objeto científico: “uma ideia é simples quando introduzida num contexto estrutural, por oposição à ideia isolada” (GASTON GRANGER, 1975b: 107).

O caráter instrumental e heurístico da axiomatização, fundamental para a física, é ainda mais acentuado nas ciências do homem, onde “torna-se essencialmente um meio de investigação local, que não pode constituir seu objecto senão por fragmentos” (GASTON GRANGER, 1975b: 109). Ao contrário dos extensos mapas traçados pelas ciências da natureza, que revelam automaticamente estruturas globais, nas ciências humanas a axiomatização demonstra sua eficácia apenas em investigações situadas num espaço epistemológico bastante delimitado. Isso acontece por duas razões: a relativa imaturidade destas ciências e o intenso relacionamento entre domínios vizinhos, cada um dos quais é capaz, no estado atual do conhecimento, de estruturar apenas parcialmente fenômenos que são comuns a áreas adjacentes. “A axiomatização é aqui eficaz e justificada desde os primeiros passos da investigação, é um instrumento de descoberta e de ensaio” (GASTON GRANGER, 1975b: 110), pois atua delimitando provisoriamente certos domínios nos quais se articulam os conceitos que, então, serão postos à prova em investigações concretas.

Apesar de não contar com o mesmo rigor construtivo da matemática, a axiomatização nas ciências humanas não deve ser confundida com a mera elaboração de um discurso bem feito; a exigência estética, presente no discurso científico, não lhe é essencial, mas acessória: a axiomatização, “bem mais do que um processo de retórica, é um instrumento de compreensão e engendramento de conceitos” (GASTON GRANGER, 1975b: 113). Trata-se de um trabalho incessante, sempre prestes a recomeçar: construída sobre base provisória, a ciência está sempre *em vias de* axiomatização, numa tendência crescente de correções e melhorias.

No caso do estruturalismo linguístico, sobre o qual se desenvolveu a semiologia, a questão primordial consiste em identificar como – e se – seria possível fazer da *língua* um objeto da ciência. Definida como *sistema* – ou seja, como espaço conceitual no qual importam as *relações* dos signos entre si, e não o signo, isoladamente –, ao qual se deve remeter toda manifestação individual de um uso da linguagem que se pretenda *significativo*, a língua adquire características que permitem considerá-la como *sistema simbólico*. Gaston Granger define sistema simbólico como “um conjunto de sinais⁴⁶ efectivamente dados ou efectivamente construíveis” (GASTON GRANGER, 1973: 147). Um sistema assim compreendido é um sistema fechado, do qual não está excluída, no entanto, uma abertura relativa, capaz de permitir a inclusão de novos elementos – o que não acontece aleatoriamente, mas de acordo com determinadas regras de construção, em atendimento a segunda característica definidora do sistema (sua construtibilidade). A condição de fechamento relativo permite que, a níveis distintos do sistema, sejam atribuídos modos de fechamento diferentes; na língua, por exemplo, enquanto o nível dos fonemas é presidido por fechamento restrito no que tange à enumeração de seus componentes, no nível vocabular ocorre maior abertura com relação à inclusão de termos novos.

Se a língua é, então, um sistema com vários níveis, está lançada a dúvida sobre se, em todos eles, é possível definir como *opositivo* o valor de seus elementos componentes, como quer Saussure. Consideremos a figura abaixo, um sinal de trânsito que significa “Atenção. Área escolar”:

46 Alerta-nos o tradutor português que adotou o vocábulo “sinal”, ao invés de “signo”, para traduzir o francês “signe” do original. E isso, por duas razões: porque a linguagem ordinária o permite, dado que não existe outro termo técnico que pudesse substituí-lo (!), e também porque “as denotações e conotações daquele vocábulo [signo], na nossa linguagem ordinária, relevam mais dos horóscopos e da cartomancia do que de qualquer outro sector linguístico” (nota do tradutor à página 145). Que a linguagem ordinária seja adotada como critério para a tradução dos conceitos de um texto que discute, entre outras coisas, a substituição desta linguagem por uma notação formal, é uma destas ironias que tornam o trabalho de pesquisa menos árido.



Figura 1: Sinal de trânsito (<http://www.dnit.gov.br/rodovias/operacoes-rodoviaras/placas-de-sinalizacao/placas-de-advertencia>)

Segundo Gaston Granger (1973: 149), tal imagem tem valor próprio, independente de sua oposição aos demais elementos do sistema; “ela própria é, não só um significante do sistema, mas ainda um **sinal** [signo] autônomo e isolável (assumido como **matéria** de um **sinal** do sistema)”. Algumas explicações se fazem necessárias. O que é chamado de *matéria do signo* é um *vivido*, ou seja, um fragmento qualquer da experiência, ao qual o signo remete (reenvia); entendido em sua singularidade, este fragmento é um *indivíduo*, que, em condição de isolamento (para fins de análise), tem ressaltada sua materialidade. No caso do sinal de trânsito, trata-se do que Peirce chama de *sinsigno icônico*: “qualquer objeto da experiência na medida em que alguma qualidade sua o faz determinar a ideia de um objeto. Sendo um ícone, [é] (...) portanto, um signo de semelhança, meramente”⁴⁷ (CP 2. 255). A imagem, na placa de trânsito, remete, por semelhança qualitativa, à situação concreta para a qual se pretende alertar: “*aqui* (este é o sentido de *singularidade* do signo) é área de trânsito de escolares. Fique atento”.

Este reenvio a um indivíduo determinado (um fragmento isolado e singular da experiência vivida) é que define, para Gaston Granger, as

⁴⁷ Tradução minha. No original: “is any object of experience in so far as some quality of it makes it determine the idea of an object. Being an Icon, [...] thus a sign by likeness purely...”.

propriedades semânticas do signo. Ora, acolher, como parte constitutiva da significação de dado sistema semiótico a materialidade existencial de um elemento da experiência implica admitir que nem todo valor dos elementos deste sistema seja *negativo, relativo e opositivo*, conforme a definição de Saussure. Tais sistemas são, de acordo com Gaston Granger (1973: 149), “não saussurianos”, e se ocorre de haver “o costume irritante de os assimilar, logo à primeira, a ‘linguagens’, pressupondo-lhes, então, de maneira quase sempre ilegítima, as propriedades de uma língua”, isto é consequência “da estreita embricação [sic] desses sistemas simples e da linguagem que, em quase todos os casos, os penetra e os traduz”. A linguagem, neste caso, é meramente um instrumento de *recodificação* do sistema dos sinais de trânsito; mas, como acontece do sistema codificante ser mais complexo e refinado que o sistema codificado, somos tentados a atribuir a este a estrutura formal daquele. “Daí resulta”, diz Gaston Granger (1973: 150) “que tais **sistemas simbólicos** se apresentem, antes de mais, como fragmentos de um *corpus* linguístico, e sejam estudados como tais”.

É o que faz Roland Barthes em *O sistema da moda*, ao substituir a análise do vestuário por sua tradução linguística, isto é, a “moda escrita” (o discurso jornalístico sobre a moda). Trata-se de decisão metodológica bastante espinhosa, na medida em que obriga o analista a identificar o “código da moda”, apto a permitir diferenciar, no *corpus*, os elementos pertinentes dos não-pertinentes – ou seja, estabelecer o que, no *discurso* sobre a moda, revela algo de essencial sobre a *própria moda*. O problema, neste caso, reside nas premissas – nunca explicitamente assumidas, é verdade – de que a moda estaria, desde sempre, estruturada como linguagem, com a qual mantém relação isomórfica. O risco, alerta Gaston Granger (1973: 151), é o de recair numa *inflação panlinguística*: a tendência a “afirmar que todos os sistemas de símbolos, de que é feito o mundo humano, não são outra coisa senão pequenas e obscuras linguagens, que uma espécie de *pan-linguística* devesse tomar por objectos”.

Esta possibilidade, de que a linguagem possa ser tomada como modelo para todo e qualquer sistema simbólico, depende de uma condição: que ela seja concebida como *sistema formal*. Mas o que define um sistema formal? Três características:

1. a presença de regras, explícitas ou não, que permitam separar, na matéria do signo, os elementos pertinentes; num signo, é pertinente todo aspecto do vivido que seja imprescindível (necessário e suficiente) para sua identificação e distinção de outros signos do sistema simbólico. O significante do signo é o conjunto destes aspectos. “Vê-se assim que (...) é postulada uma redução de **matéria do sinal**, a qual transfere a função significante para elementos mais ou menos abstractos” (GASTON GRANGER, 1973: 152). Nos sistemas não-formais, não é possível neutralizar formalmente os aspectos não-pertinentes e as particularidades de seu uso aqui e agora (decorre daí que nem todo sistema simbólico seja um sistema formal, como vimos no exemplo da placa de trânsito).

2. o conjunto dos significantes do sistema pode ser decomposto e remetido a um léxico finito de significantes elementares.

3. as regras do sistema formal “devem poder reconduzir-se a simples condições de *concatenação* dos elementos do léxico – condições cuja observância determina as ‘expressões bem formadas’ do sistema” (GASTON GRANGER, 1973: 154). As restrições e imposições do sistema fonológico são exemplo desta característica. Num sistema simbólico formal, uma expressão mal formada é uma expressão “sem sentido”. O mesmo não acontece nos sistemas simbólicos gerais, onde as regras para construção de sintagmas é mais flexível, e nos quais não há uma determinação *a priori* dos aspectos pertinentes do signo. De acordo com Gaston Granger (1973: 156), “as categorias de ‘gramaticalidade’ (...) só têm valor estrito no caso dos **sistemas formais**”.

Explicitadas estas condições, pode-se compreender porque, nos sistemas formais, a referência ao vivido é atenuada, quando não, anulada. Um

sistema formal explicitamente estruturado, no qual os aspectos pertinentes são claramente distintos e que possui uma enumeração exaustiva do léxico, permite que o trabalho simbólico concentre-se sobre a manipulação sintática dos signos. “Dentro de um tal sistema, o **sentido** já não é essencialmente constituído senão por **reenvios** entre os **sinais**, visto que as próprias **relações** são então introduzidas como complexos de sinais (e de modo nenhum como extraídas do **vivido**)” (GASTON GRANGER, 1973: 156). Não é este o caso nos sistemas simbólicos em geral (não-formais), nos quais a remissão ao vivido é funcionalmente essencial: “de uma maneira ou de outra, *o simbolismo é feito para comunicar*, e a prática corrente da comunicação conduzirá seguramente a uma designação de **vividos individuais**” (GASTON GRANGER, 1973: 156; os grifos em itálico são meus).

A partir destas definições, estamos agora em condições de responder à questão: do ponto de vista da axiomatização e formalização do objeto científico, o que é uma língua? Para Gaston Granger (1973: 157), em primeiro lugar, a língua “é um **sistema simbólico** de *articulação múltipla*”, no qual *apenas a articulação-suporte constitui um sistema formal*. Por articulação-suporte entenda-se os fonemas, para os quais a definição saussuriana permanece válida: “Os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas” (SAUSSURE, 2006: 138). Tais características desobrigam a recorrência a qualquer critério semântico de definição: basta saber que os fonemas cumprem sua tarefa meramente pela relação que estabelecem entre si, no interior do sistema. Esta obrigação é uma consequência *funcional* e não *estrutural* do sistema, haja vista que este modo de concatenação é apenas um dos meios possíveis de constituição de um sistema formal.

Como sistema simbólico que comporta vários níveis, a língua admite outras articulações de signos além da articulação-suporte. É o caso dos monemas, por exemplo, com quais é introduzida no sistema a referência ao vivido, ausente da articulação-suporte dos fonemas. Entretanto, não é por sua

capacidade semântica que os monemas se diferenciam dos fonemas, mas unicamente pelo fato de *não constituírem um sistema formal*. O mesmo vale para outros níveis de articulação da língua (morfológico, lexical etc.), que, embora a integrem como parte do sistema simbólico por ela constituído, são irreduzíveis a um sistema formal.

Obviamente, isto não condena, de antemão, as tentativas de axiomatização da linguística, uma vez que, segundo Gaston Granger, este é o caminho natural de toda ciência. O risco, adverte-nos, “provém do facto de o próprio fenómeno [a língua] ser *já* um **sistema simbólico**, e de, então, ser grande a tentação de o identificar com a imagem que dele possa dar um **sistema formal**” (GASTON GRANGER, 1973: 160). É perfeitamente possível que se possam construir sistemas formais sobrepostos ao sistema simbólico da língua, desde que se entenda que se trata, então, de uma metalíngua, cuja gramática, por mais formalizada que seja, não é, sob hipótese alguma, *imane*nte à língua, tal como o sistema-suporte do nível fonêmico. Estas gramáticas formais, que visam a modelização dos diferentes níveis de articulação da língua, não podem, por si sós, determiná-la como objeto da ciência sem levar em conta o sistema formal imane

nte da articulação-suporte, da qual não passam de simulações mais ou menos aproximadas.

Em síntese, “Uma língua não é, pois, assimilável a um **sistema formal**, mesmo que diferentes **sistemas formais** possam descrever as suas facetas, e um **sistema formal** imane

nte lhe sirva de suporte informacional” (GASTON GRANGER, 1973: 163). No nível do suporte, os critérios de pertinência são distinguidos com clareza, mas o mesmo não acontece em níveis superiores de articulação, mais flexíveis, tampouco com tudo aquilo que escapa ao domínio do código. Consequentemente, da codificação da língua resta sempre um excesso de matéria, que permanece relativamente livre, pois não é utilizado pelo signo nos reenvios ao vivido. Esta parcela de liberdade pode ser utilizada pelos falantes da língua de forma mais ou menos restrita, obrigando-os a

explicitar o que está sendo comunicado, ou então de maneira fecunda, ampliando as possibilidades de expressão individual ou de criação estética.

Não sendo a língua um sistema formal, Gaston Granger propõe-se a considerar uma questão simetricamente inversa: podem os sistemas formais da lógica e da matemática serem considerados “línguas”? À luz do que acaba de ser demonstrado, a resposta, evidentemente, é negativa, e por três razões:

1. estes sistemas formais não comportam, como a língua, uma articulação múltipla; neles, não existem níveis sobrepostos à articulação-suporte, e um signo reenvia sempre a outro signo, sem qualquer remessa ao vivido;

2. os reenvios para o vivido são completamente apartados do funcionamento destes sistemas. “Todos os **sinais** lógico-matemáticos funcionam como símbolos *abstractos*. (...) o que as axiomáticas na realidade explicitam, são *símbolos* **que reenviam** para as *regras de combinação*” (GASTON GRANGER, 1973: 166-7). Referências intuitivas, como o ponto e a proposição, são apenas virtuais, e não desempenham, na geometria ou na lógica, a função de representações efetivas – ou seja, não remetem a algo fora do sistema. Em consequência, “as **referências** só intervêm aqui como *lugares vazios* para um **vivido** possível, [nos quais] as propriedades **semânticas** tornam-se **relações formais**” (GASTON GRANGER, 1973: 167).

3. por fim, aquela que é a característica distintiva dos sistemas formais da matemática e da lógica: a ausência de *embrayeurs*. O termo refere-se ao que, em inglês, recebe a denominação de *shifters* e, em português, corresponde aos *dêiticos*: a presença, no enunciado, de marcas da enunciação. Pronomes pessoais e demonstrativos e indicadores temporais constituem os tipos mais comuns de dêiticos na língua. Gaston Granger os associa aos *índices* percieanos:

Um signo ou representação que se refere a seu objeto não tanto por qualquer similaridade ou analogia com ele, nem porque esteja associado com caracteres gerais que aquele objeto passa a

possuir, mas porque está em conexão dinâmica (espacial, inclusive) com o objeto individual, por um lado, e com os sentidos ou a memória da pessoa para quem serve como signo, por outro (CP 2.305).⁴⁸

Dada a “vacuidade semântica” que os caracteriza, os sistemas formais da lógica e da matemática não tem lugar para acomodar *embrayeurs*; estes, ao remeterem necessariamente a um vivido individual, não podem ser usados como símbolos abstratos. É por isso que a simulação da língua por meio de sistemas lógico-matemáticos é bastante deficiente; um sistema formal mais genérico, que eventualmente faça uso dos *embrayeurs*, estaria mais apto a tarefa.

Gaston Granger reconhece a riqueza da língua para a expressão do vivido, para o uso prático na vida cotidiana e também para finalidades estéticas – em todos estes casos, trata-se da criação e uso de *sistemas simbólicos*. Entretanto, em que pese sua complexidade e sutileza, a língua não é o sistema mais apto a veicular os conteúdos da ciência, que exigem modelos abstratos dos fenômenos, tais como os que são elaborados por *sistemas formais*, como os da lógica e matemática. Não são os únicos, e nada impede que, futuramente, seja possível elaborar sistemas formais que autorizem a suspensão da interdição lançada sobre os *embrayeurs*. De todo modo, conclui Gaston Granger (1973: 170),

quando a *ciência* toma por objeto a própria *língua*, que já é *sistema simbólico* complexo, ela não poderá esperar fazer a aproximação da sua estrutura a não ser multiplicando os pontos de vista, dado que o utensílio que ela usa, sendo **sistema simbólico**, é da *mesma natureza* que a língua, e consideravelmente *menos poderoso* do que aquilo que ele serve para simular.

48 “A sign, or representation, which refers to its object not so much because of any similarity or analogy with it, nor because it is associated with general characters which that object happens to possess, as because it is in dynamical (including spatial) connection both with the individual object, on the one hand, and with the senses or memory of the person for whom it serves as a sign, on the other hand.

Certamente, é a este imenso poder da linguagem que se pode atribuir grande parcela da esperança estruturalista de atribuir às ciências humanas o mesmo grau de formalização da matemática. Entretanto, o anseio não resiste às críticas de Gaston Granger às pretensões formalistas do estruturalismo linguístico e semiológico. Talvez a mais contundente seja a que desqualifica o anseio pela caracterização da língua⁴⁹ como sistema formal. Como visto, a definição aplica-se somente ao nível fonêmico, sendo inadmissível sua extensão para outros níveis de articulação. Esta restrição, atuando no interior da língua, logicamente deveria desautorizar a extrapolação das características do sistema formal da articulação-suporte a outros sistemas simbólicos. Caem por terra, assim, as tentativas de garantir a axiomatização de todo e qualquer sistema simbólico por meio de sua redução à estrutura da língua.

Por outro lado, a formalização do sistema no nível da articulação-suporte tampouco autoriza afirmar que a linguagem seja tão formalizada quanto a matemática ou a lógica, sistemas “monoplanares”, cuja axiomatização recobre a totalidade do sistema, o que não acontece com a linguagem, da qual sempre sobra um excedente não formalizável (que, em seu momento, fez a fama

49 Saussure distingue língua e linguagem; a língua é definida como “um produto essencial da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006: 17). A linguagem seria, então, a capacidade de constituição da língua; esta, uma vez elaborada, vai permitir a atualização das possibilidades daquela. É a língua, no entanto, que introduz uma “ordem natural” no domínio multiforme e heteróclito da linguagem, constituindo um “princípio de classificação”, que cabe à linguística estudar. É este princípio ordenador que autoriza Saussure a afirmar que, embora venha a constituir apenas uma parte da semiologia, é da língua que esta deve tomar seus princípios. Para Gaston Granger, no entanto, “linguagem” parece significar todo sistema resultante de um trabalho de articulação, formal ou semiformal, de signos (é neste sentido que ele fala em “linguagem matemática”, por exemplo). Ainda assim, é fácil perceber que, em várias passagens, os dois termos sejam usados indistintamente. É assim que deles me aproprio: como sinônimos – não, é claro, no sentido de que o que vale para um, vale também para o outro, como pensava grande parte dos herdeiros de Saussure. Como vimos, do ponto de vista da formalização axiomática, o que vale para a língua (ou melhor, para um de seus níveis de articulação) não vale para as linguagens em geral.

de Derrida). Esta “sobra” não deveria servir de pretexto para qualificar como “metafísico” o trabalho da ciência. O excedente apenas evidencia que a axiomatização é um ideal a ser atingido, e, mesmo assim, no caso das ciências do homem, jamais de forma plena. Foi exatamente a impossibilidade de uma axiomatização total, tão desejada pelo estruturalismo, que abriu o flanco para a crítica pós-estruturalista.

É possível que a ausência de *embrayeurs* seja uma das razões pelas quais se tentou estender ao sistema da língua os traços definidores dos sistemas formais, já que a exclusão do referente é uma das consequências do pretense fechamento da estrutura linguística. Esta pretensão de uma formalização completa das ciências humanas vinha ao encontro do clima intelectual da época, fortemente mergulhado numa “ideologia do rigor”, que se alimentava, entre outras fontes, da modernização da matemática promovida pelo grupo Bourbaki. Segundo François Dosse, “A semiótica vê-se desse modo em convivência com o bourbakismo, em sua pesquisa sobre os códigos e mensagens trocados em torno de pólos de emissão, numa preocupação de formalizar sempre e cada vez mais os fenômenos de comunicação” (DOSSE, 1993: 250).

Na segunda parte, darei atenção a esta formalização da comunicação. Neste momento, cabe indagar se não recairia também sobre Gaston Granger a suspeita de ter cedido à miragem da formalização ou se, ao contrário, é lícito considerar que ele tenha escapado ileso à própria crítica. Ainda que aceitemos a primeira alternativa, isso em nada afetaria sua avaliação; ao contrário, se mesmo um eventual adepto da ideologia do rigor recusa ao estruturalismo (linguístico ou semiológico) a pretensão de eleger a linguagem como matriz da axiomatização das ciências do homem, tanto mais se deve dar-lhe atenção, já que não se tratariam então de diatribes de um opositorista, mas de conselhos de um aliado (o que não parece ser o caso). É uma questão que manterei provisoriamente em aberto, e a qual retornarei na conclusão.

2.2. O MODERNISMO LITERÁRIO E A ESTETIZAÇÃO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO

Na demanda pela conquista de cientificidade para as ciências humanas, o estruturalismo aproximou-se da matemática e da lógica visando atribuir ao sistema simbólico da língua o estatuto de sistema formal. Mas o formalismo matemático foi somente uma de suas inspirações; o outro ideal formalista do estruturalismo foi a literatura modernista.

Uma influência decisiva sobre os rumos do estruturalismo semiológico vai ser exercida por uma porção de escritores e teóricos franceses, que, ao promover um amálgama entre literatura, filosofia e crítica literária, pretendeu tomar para si a aura de *écrivain maudit*, que emana de figuras como Sade, Mallarmé, Artaud e Kafka.

Ao lado dos teóricos, Georges Bataille e Maurice Blanchot irão conceber a literatura como transgressão e ruptura, amparada na negatividade da linguagem. Para Merquior, o desejo pela intransitividade da escrita literária, que anula sua função comunicativa, desemboca numa denúncia das ilusões da expressão:

[estas] estão fadadas ao insucesso, já que todo escritor, ao tentar transmitir sua experiência, transforma esta em algo impessoal e (...) infiel à sua fonte viva. Na literatura, a língua só pode gerar suicídio e destruição, eliminando tanto o eu quanto o mundo. (...) a literatura assim concebida é devotada a *desrealizar* o universo" (MERQUIOR, 1991: 142).

Fica marcada, assim, a supressão da referencialidade da escrita, que se volta para si mesma, recusando à linguagem todo uso instrumental e comunicativo. Por parte dos escritores, o nome mais proeminente a comungar deste ideal é Alain Robbe-Grillet, o mais conhecido dentre os fundadores do *nouveau roman*, a vanguarda literária do momento. O movimento caracteriza-se pela rejeição ao romance tradicional, atacando seus elementos basilares (o

enredo, a temática, os personagens, a ação dramática); em seu lugar, elege como herói da atividade romanesca a própria escritura:

a atenção do autor se desloca exclusivamente para o interior da esfera discursiva; seu olhar emerge de uma relação imanente com a língua. A realidade deixou de ser considerada numa relação de exterioridade com a linguagem, mas interior a esta. (...) passa-se agora para a dissolução da realidade, concebida como dado, e para sua redução ao discurso que o escritor faz sobre ela (DOSSE, 2007: 254).

A ênfase na autoreferencialidade da linguagem, não por acaso, iria aproximar o *nouveau roman* do estruturalismo, diluindo as fronteiras entre as atividades do escritor e do crítico, “para dar lugar ao que é considerado o verdadeiro sujeito, ou seja, a própria escritura, a textualidade em seu desdobramento infinito” (DOSSE, 2007: 251). Não por acaso, também, Robbe-Grillet vai merecer dois artigos elogiosos por parte de Roland Barthes, reunidos em *Ensaaios críticos*, publicado em 1964. Em “Uma conclusão sobre Robbe-Grillet?”, Barthes identifica dois Robbe-Grillet: um primeiro, “coisista”, e outro, posterior, “humanista”. O mais antigo é o que vai receber maior atenção de Barthes, pois nele o crítico localiza a vocação da literatura: a suspensão de sentido do mundo, retirando às coisas seu excesso de significação. Diz Barthes (2007a: 108):

antropologicamente, as coisas significam imediatamente, sempre e com pleno direito; e é precisamente porque sua significação é sua condição de certo modo “natural”, que ao despojá-las simplesmente de seu sentido, a literatura pode afirmar-se como um artifício admirável: se a “natureza” é significativa, um certo cúmulo de cultura seria fazê-la “designificar”.

Barthes debate-se aí com um tema que lhe era caro: o “grau zero” do sentido, chamado outras vezes de “neutro”, um sentido rarefeito, hostil a qualquer captura pelas malhas da ideologia e do poder, e infenso até mesmo às

determinações da própria língua, definida como “fascista” no discurso proferido por ocasião de seu ingresso no *Collège de France*, em janeiro de 1977 (BARTHES, 1997: 14). O que lhe interessa é saber como Robbe-Grillet logra obtê-lo. O recurso, diz Barthes, consiste em promover uma descrição “branca” dos objetos, promotora de uma rarefação da narrativa e de todos os seus móveis (o desejo, a memória etc.). Esta descrição, tão objetiva e esvaziada de sentido quanto possível, produz uma “literatura literal” (este é o título do segundo artigo), na qual o enredo cede ao peso dos objetos. Desta “brancura” descritiva resulta uma cópia do objeto, que, distinta dos modelos de representação realista, congela-se numa analogia que “não remete a nenhuma transcendência, mas pretende sobreviver fechada nela própria” (BARTHES, 2007a: 103). O ideal de Robbe-Grillet, segundo Barthes, é dar à luz um romance sem conteúdo, que se sustente apenas pela descrição dos objetos. Esta tentativa “procede de um formalismo radical. Mas (...) a literatura é por definição formal (...) [portanto] a formalização do romance, tal como Robbe-Grillet a busca, só tem valor se for radical” (BARTHES, 2007b: 99-100).

A mesma radicalidade foi encenada por Barthes ao longo de sua trajetória como crítico literário, guiada pelo desejo de fusão entre as escrituras do crítico e do escritor, pois é na linguagem que ambos se encontram – ou melhor: que ambos se perdem, já que o verdadeiro sujeito da escritura é a própria linguagem. Em oposição ao escrevente, que faz da linguagem o instrumento a serviço das instituições (fornecendo uma explicação, transmitindo informações, veiculando um pensamento ou, mais prosaicamente, agindo como instrumento de comunicação), o escritor atua unicamente sobre seu próprio instrumento – a linguagem. Esta atividade imanente absorve radicalmente o escritor no *como escrever*, alheio a qualquer outra finalidade: “o real lhe serve apenas de pretexto (para o escritor, *escrever* é um verbo intransitivo)” (BARTHES, 2007c: 33). Que a sociedade exija um híbrido das duas figuras – o escritor-escrevente, intelectual que se vê na situação paradoxal de

exercer sua liberdade criativa e, ao mesmo tempo, manter-se vinculado a uma instituição (como a universidade) – tanto melhor: isso faz dele “*um excluído integrado por sua própria exclusão*, um herdeiro longínquo do Maldito” (BARTHES, 2007c: 38; grifos meus). O apreço pelo oxímoro é uma das lições que Barthes aprendeu dos malditos, notadamente de Bataille e Blanchot.

O deslocamento da fronteira entre as atividades do crítico e do escritor vai resultar nesta aliança entre ambos, sustentada sobre um objetivo comum:

[a] problematização do fenômeno da escritura e dos diversos dispositivos de linguagem. Assiste-se assim a uma interação constante entre a teoria literária estrutural e a prática do *nouveau roman*, as quais se alimentam mutuamente de um afastamento similar do referente e das diversas figuras do humanismo clássico (DOSSE, 2007: 256).

O tema da descrição “branca”, que gera um efeito coagulante na progressão narrativa, é um dos sintomas da incorporação dos procedimentos do *nouveau roman* pela crítica barthesiana. A questão torna a aparecer em “O efeito de real”, texto famoso de Barthes, escrito em 1968 e publicado em *O rumor da língua*. O que move Barthes neste texto é a investigação da função de determinados sintagmas descritivos que, aparentemente “supérfluos” em relação ao andamento da narrativa, ainda assim comparecem no corpo do texto com relativa prodigalidade. Intriga-o saber de que maneira promover a integração, na estrutura do texto ficcional, de detalhes “insignificantes” à primeira vista.

Barthes recorda que tais “pormenores inúteis” receberam, ao longo da história da instituição literária, uma finalidade estética. Entretanto, a atribuição de uma função estética às minúcias descritivas segue um “imperativo realista”, que permeia de injunções referenciais o que deveria guiar-se meramente pela produção desinteressada da beleza. Há aí, nesta mistura de funções, uma dupla vantagem: por um lado, o compromisso com a representação realista sinaliza

um ponto de parada da descrição retórica – uma vez que a “vista” é inesgotável pelo discurso, evita-se assim a “vertigem da notação”; por outro, fingindo-se submisso ao referente, o relato previne-se contra os excessos da fantasia. Ressalta-se, desse modo, o compromisso dos pormenores descritivos com a denotação do “real concreto” (a expressão consta entre aspas no texto de Barthes).

Ainda assim, permanece a questão de sua significância:

A “representação” pura e simples do “real”, o relato nu “daquilo que é” (ou foi) aparece assim como uma resistência ao sentido; essa resistência confirma a grande oposição mítica do vivido (do vivo) ao inteligível (...), como se, por uma exclusão de direito, o que vive não pudesse significar – e reciprocamente (BARTHES, 2004a: 187).

A exceção à oposição entre inteligível e sensível é o discurso histórico, para o qual “aquilo que se passou realmente” é suficiente: para a historiografia, o real basta-se a si mesmo. É por isso que o detalhe “insignificante” não obstrui a narrativa histórica: “o ‘real concreto’ torna-se a justificativa suficiente do dizer” (BARTHES, 2004a: 188). Ao tomar o discurso histórico como modelo narrativo, o realismo literário sentiu-se desobrigado de atribuir uma função ao pormenor impertinente, alforriando-o da integração à estrutura textual: a verossimilhança lhe satisfazia completamente.

Do ponto de vista semiológico, no entanto, é preciso que o pormenor encontre lugar no tecido estrutural; decorre daí, segundo Barthes, a oposição entre o realismo antigo e o moderno: neste, emerge uma nova verossimilhança, na qual toda enunciação necessita ser sancionada pelo referente. No entanto, como “o ‘pormenor concreto’ é constituído pela colusão *direta* de um referente e de um significante”, o significado acaba expulso do signo, minando “a possibilidade de desenvolver uma *forma do significado*, isto é, na realidade, a própria estrutura narrativa” (BARTHES, 2004a: 189).

Cria-se então um paradoxo: o realismo do romance realista moderno depende da inclusão dos pormenores descritivos, aos quais, no entanto, não se pode atribuir significado – por conta, exatamente, de sua resistência a uma incorporação plena na estrutura (condição de significação). Resulta daí que o realismo moderno seja parcelar e errático, construído por vias forçosamente “irrealistas”, ou seja, assumidamente conotativas. A isto, Barthes chama de *ilusão referencial*: “suprimido da enunciação realista a título de significado de denotação, o ‘real’ volta a ela a título de significado de conotação; no momento mesmo em que se julga denotarem tais detalhes diretamente o real, nada mais fazem, sem o dizer, que significá-lo” (BARTHES, 2004a: 190).

Produz-se, em consequência, um *efeito de real*: a atribuição de significado ao real por conta da carência semântica do referente; esta insuficiência do referente torna-se o próprio significante do realismo – “é a categoria do ‘real’ (e não os seus conteúdos contingentes) que é então significada” (BARTHES, 2004a: 190). A “irrealidade” da escrita contamina o tecido do romance até o último pormenor: toda “insignificância” torna-se *significativa* no interior da estrutura narrativa. O esforço da escrita em direção à brancura descritiva encontra-se assim sob constante ameaça de ruína, pois se torna um convite sedutor para seu preenchimento pelo sentido referencial; é a busca por esta plenitude referencial que caracteriza o realismo à moda antiga. Ao contrário, afirma Barthes (2004a: 190), trata-se hoje “de esvaziar o signo e afastar infinitamente o seu objeto, até colocar em causa, de maneira radical, a estética secular da ‘representação’”. Qual o caminho? A receita já fora dada por Robbe-Grillet: a radicalização do formalismo.

Barthes exercitou seu radicalismo formalista na polêmica com a “velha crítica” da Sorbonne, pautada pela intenção de atribuir um sentido particular a determinada obra literária, baseada na biografia do autor. Em *Crítica e verdade*, Barthes pretende, como ele mesmo afirma, tirar todas as consequências do reconhecimento de que a obra é feita com escritura, condição indispensável

para o estabelecimento de uma possível ciência da literatura. A *nouvelle critique* é esta ciência, entendida como “aquele discurso geral cujo objeto é, não tal sentido determinado, mas a própria pluralidade dos sentidos literários” (BARTHES, 2007d: 216). Inspirada no modelo da linguística, a ciência da literatura não seria um discurso sobre os conteúdos de uma obra, mas sobre as condições do conteúdo; converter-se-ia, portanto, numa *ciência das formas*, interessada no engendramento das variações de sentido e na polivalência dos símbolos: “seu objeto não será mais os sentidos plenos da obra, mas pelo contrário o sentido vazio que os suporta a todos” (BARTHES, 2007d: 217).

Repete-se o moto contínuo barthesiano: o esvaziamento de sentido, a busca por um aquém da estrutura, o grau zero da linguagem, caixa de Pandora de onde emana uma pluralidade infinita de discursos. “Reencontramos aqui, transposta para a escala de uma ciência do discurso, a tarefa da linguística recente que é de descrever a *gramaticalidade* das frases, não sua significação”⁵⁰ (BARTHES, 2007d: 217). Com este gesto, Barthes aprofunda a distância entre o signo e o significado: signo é forma, não substância, como dissera Saussure; a diferença é que, para Barthes, a dinâmica interna das oposições e diferenças entre significantes não remete mais ao significado, mas se reduz à pureza do jogo lúdico com as palavras, cuja única função, diria ele mais tarde, é provocar prazer (do escritor e do leitor, que se encontram no texto).

Esta dessubstancialização radical do signo e a eleição da linguística como modelo para uma ciência da literatura fazem de Barthes um herdeiro dos formalistas russos, precursores do estruturalismo. Na segunda parte, dedicarei atenção a isto. Agora, importa ressaltar a vinculação deste formalismo teórico e metodológico de Barthes (mas não apenas dele) com outro componente típico do estruturalismo: a crítica modernista à cultura – o que nos leva ao limiar do pós-estruturalismo. Antes de avançar, é conveniente refletir um momento sobre

50 Lembremos que a gramaticalidade é uma característica dos sistemas formais, segundo Gaston Granger.

a seguinte questão: o pós-estruturalismo constitui uma ruptura com o estruturalismo ou, ao contrário, representa a continuidade de suas premissas, elevadas à enésima potência? Ou, nos termos de Merquior (1991: 228): “o pós-estruturalismo é um *neoestruturalismo* ou um *antiestruturalismo*?”

Para responder, Merquior propõe como critério a presença, tanto no estruturalismo quanto no pós-estruturalismo, de duas teses: a do *caledoscópio* e a *mântica*. A tese do caledoscópio diz que a realidade tende a ser percebida como “uma série de formas diferentes e coloridas, cujo brilho oculta *uma identidade, uma matriz composta de poucos elementos recorrentes*” (MERQUIOR, 1991: 226-7; grifos meus). A perspectiva mântica, por sua vez, contenta-se em mostrar o significado, *sem nomeá-lo*; neste caso, busca-se “encontrar o sentido como *vibração obscura, tênue descarga de uma significação profundamente enigmática*. Daí a mística do significante, o sonho obsessivo das linguagens não-denotativas” (MERQUIOR, 1991: 227; grifos meus). Lévi-Strauss, com sua afirmação de que temos acesso somente à superfície sensível (caleidoscópica, precisamente) do universo simbólico, que se torna inteligível apenas a partir de uma série de classificações redutíveis a um sistema de regras que permanece oculto, é a referência óbvia do primeiro grupo. Barthes, que teve sua fase caledoscópica (*Elementos de semiologia, Mitologias* etc.), alinha-se, a partir da segunda metade dos anos 1960, ao lado dos adivinhos.

Barthes não é um caso isolado. A tipologia auxilia-nos na percepção de que ambas as teses, em momentos distintos, foram compartilhadas por pensadores que costumamos situar exclusivamente num ou noutro lado da divisa. Contra Lévi-Strauss, que certamente esposa a tese caledoscópica, pode eventualmente pesar a acusação de ser um mântico, especialmente quanto tenta definir os mitos como uma máquina geradora de taxonomias e transformações, fechada sobre si mesmo, sem qualquer dependência de uma referência externa – o significado, neste caso, permanecendo inalcançável ou incognoscível. Lacan, por seu turno, compartilha tanto a tese caledoscópica (o inconsciente

estruturado como linguagem) quanto mântica (o significante puro, intocado pela denotação). Lacan, aliás, por sua enorme influência tanto sobre o estruturalismo quanto sobre o pós-estruturalismo, reforça a hipótese de que este tende a ser antes um neoestruturalismo do que um antiestruturalismo.

Por outro lado, a permanência da tese do caleidoscópio em autores como Greimas, por exemplo, que nunca⁵¹ deixou de acreditar na possibilidade de desvendamento do significado por meio da remessa à estrutura, realça o contraste entre o estruturalismo clássico (Lévi-Strauss, Althusser, o Barthes dos anos 60) e o pensamento dos pós-estruturalistas mais notórios (Derrida, Foucault), que, neste contexto, passa a soar como uma autêntica ruptura. Se assim for, pode-se dizer que “o pós-estruturalismo (...) é, ao mesmo tempo, um neo-estruturalismo e um antiestruturalismo [ao abandonar a tese do caleidoscópio]. No total, a tendência “neo” equivale a desenvolver e aprofundar a perspectiva mântica do movimento” (MERQUIOR, 1991: 230; grifos meus). A desconstrução derrideana, com sua crítica à centralidade estabilizadora da estrutura, é a face mais evidente deste abandono da tese do caleidoscópio; ao mesmo tempo, a fidelidade à separação entre significante e significado aprofunda a abordagem mântica do estruturalismo, levando-a ao limite. Na avaliação de Merquior, ao radicalizar o princípio saussuriano da diferença, Derrida, segundo sua própria lógica, estaria definindo a desconstrução como “o verdadeiro estruturalismo, ou seja, o estruturalismo que se tornou realidade – a efetivação da intuição central de Saussure” (MERQUIOR, 1991: 231). Este aprofundamento, assinalando a passagem do estruturalismo ao pós-estruturalismo, pode ser entendido como a submissão da teoria à ideologia do modernismo literário.

Para Merquior (1991: 246), “o estruturalismo e sua sucessão podem ser vistos como as forças principais de *uma colonização do pensamento pela ideia modernista* na literatura e na arte”. O modernismo literário e artístico é

51 Pelo menos até 1987, quando é lançado *A imperfeição*, no qual Greimas admite a inclusão, em sua semiótica, de elementos estéticos, irreduzíveis à estrutura.

fortemente anti-iluminista e constitui uma crítica violenta à modernidade e seus valores oficiais (o progresso, a verdade etc.). Trata-se de uma revolta estética, conduzida pela arte de vanguarda, que desemboca, no plano social, numa atitude contracultural. Merquior lembra, a propósito, as afinidades eletivas de Lacan e Lévi-Strauss pela arte do modernismo vanguardista, e a admiração de ambos pelo surrealismo; François Dosse, por sua vez, atribui o “modo extremamente singular de escritura” de Lacan, “o seu estilo (...), sobretudo ao seu interesse pelos meios surrealistas, por ele freqüentados com assiduidade” (DOSSE, 1993: 117).

A estetização das teorizações estruturalista e pós-estruturalista deve muito a Nietzsche, obviamente, que não apenas definiu conceitualmente a estética moderna como o reino de Dionísio, lúdico e eivado de autonegação, como também “construiu uma sedutora redefinição *estetocêntrica* do pensamento” (MERQUIOR, 1991: 295), contrariando o projeto da modernidade de manutenção da autonomia kantiana das instâncias do conhecimento, da arte e da moral. De acordo com Merquior (1991: 295), “Ao inflar os valores estéticos num desafio retumbante aos próprios objetivos do conhecimento (a esfera da verdade) e moral (a esfera do dever), Nietzsche canonizou a *Kultrurkritik* – a recusa da modernidade – como uma estrutura de pensamento por direito próprio.”

A empresa nietzschiana acabou por abolir qualquer distinção entre lógica e retórica, elegendo a estética como juiz supremo do pensamento. Para François Dosse (2007: 260),

O textualismo desligado dos valores, comum ao empreendimento do *nouveau roman* e ao estruturalismo, encontra aí uma fonte de inspiração, uma estética particular. Tal como a vanguarda literária, a prática formalista da filosofia pode prevalecer-se do fato de não ter finalidade externa alguma e, por conseguinte, apresentar-se como um discurso que permite reconciliar lógica e estética. Essa prática pode,

nesse caso, deslocar as linhas fronteiriças entre literatura e pensamento racional.

É importante que se faça uma ressalva: a reconciliação entre lógica e estética vai se dar em prejuízo de ambas, como veremos logo mais. De todo modo, a abordagem “estetocêntrica”, como diz Merquior, autoriza o diagnóstico de Dosse de que os maiores romances deste período foram, essencialmente, obras das ciências humanas: *Tristes trópicos* e as *Mitológicas*, de Lévi-Strauss podem ser citadas como exemplo, assim como os *Seminários*, de Lacan, e a maior parte da produção de Foucault, que chegou a confessar, em entrevista a Raymond Bellour que “*As palavras e as coisas* era uma ficção pura e simples, um romance” (FOUCAULT *apud* MANDOSIO, 2011: 29). Entre todos, contudo, foi Derrida quem levou mais longe a indistinção entre a reflexão filosófica e a literatura, submetendo ambas ao mesmo princípio estetizante que faz a linguagem dobrar-se sobre si mesma, desrealizando o mundo e a verdade para concentrar-se na produção de jogos de palavras. Seria apenas uma questão de estilo, se a brincadeira não redundasse em analogias espúrias, beirando o *non sense*. Merquior dá um exemplo: em *Glas*, o exercício “vanguardista” e autodesconstrutivo de Derrida, publicado em 1974, “Hegel é comparado a uma águia porque a pronúncia (egl’/aigle) capta de forma misteriosa a frieza professoral do filósofo, ‘uma águia presa no gelo’” (MERQUIOR, 1991: 247-8). Em que isso pode contribuir para uma reflexão sobre Hegel é algo que cabe aos epígonos esclarecer (caso queiram esclarecer alguma coisa, obviamente).

Que fique claro: não se pretende reduzir toda a obra destes pensadores à estetização inconsequente. O interesse pela questão reside no que ela revela sobre a trajetória do pensamento estruturalista: originado num cientificismo neopositivista com pretensões de transpor para as ciências do homem o rigor da matemática, acaba por desaguar no ceticismo dogmático do discurso estetizante em que se converteu parte significativa da reflexão estruturalista sobre a linguagem em meados dos anos 1960, caracterizado pela recusa à verdade e

objetividade da ciência. Dado este percurso, Merquior se pergunta por que uma teoria tão marcada pelo viés literário sentiu necessidade de recorrer a um simulacro cientificista. Pelo menos, por duas razões: em primeiro lugar, a entronização do método científico atuou como salvaguarda das humanidades, cada vez mais incertas quanto a sua validade cognitiva num mundo dominado pelas ciências “duras”; em segundo, tratou-se de um estilo de discurso, um “tique intelectual”, que perdeu o senso de medida no uso de analogias, das quais abusou desmesuradamente. É claro que, a partir do momento em que o uso indiscriminado de analogias passa a servir para encobrir as deficiências do método, o resultado é uma teoria “fadada a ser mais engenhosa que rigorosa” (MERQUIOR, 1991: 249).

Esta mistura improvável de simulacro científico com uma prosa pretensamente literária gera um híbrido intelectual curioso, que foi chamado por Jacques Bouveresse de *literaro-filosofismo*: “o abuso das belas-letas no pensamento”. Esta expressão é o subtítulo de *Prodígios e vertigens da analogia*, o livro onde tece um longo comentário ao caso Sokal. Avançando por esta trilha, alcançaremos o cerne do ceticismo cognitivo e ontológico que tem inspirado parte substancial do discurso no campo da Comunicação.

O PÓS-ESTRUTURALISMO: FONTE DO CETICISMO CONTEMPORÂNEO

Na edição da primavera/verão de 1996, a revista *Social Text* publicou um artigo intitulado “Transgredindo as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica” (SOKAL, 1996a); nele, Alan Sokal, físico e professor da Universidade de Nova York, discutia as implicações culturais e políticas da mecânica quântica e da teoria da relatividade geral. Para Sokal, as ciências sociais poderiam obter consideráveis ganhos intelectuais se incorporassem algumas conquistas importantes da física: a derrocada da metafísica cartesiano-newtoniana, uma revisão profunda da história e da filosofia da ciência e a denúncia da ideologia da dominação, oculta sob a fachada da objetividade científica. Reunidos, tais avanços evidenciariam o seguinte:

que a “realidade física”, não menos que a “realidade” social, é no fundo uma construção social e lingüística; que o conhecimento “científico”, longe de ser objetivo, reflete e codifica as ideologias dominantes e as relações de poder da cultura que os produziu; que as afirmações da ciência são intrinsecamente [sic] dependentes da teoria e auto-referenciais; e, em conseqüência, que o discurso da comunidade científica, apesar de todo seu inegável valor, não pode pretender um status epistemológico privilegiado em relação às narrativas anti-hegemônicas emanadas das comunidades dissidentes ou marginalizadas (SOKAL, 1999: 232).

No mesmo dia, o periódico *Lingua Franca* publica outro artigo de Sokal, “Um físico faz experiências com estudos culturais” (SOKAL, 1996b), onde o autor revela a farsa: o que a *Social Text* publicara era uma paródia, “construída em torno de citações de eminentes intelectuais franceses e americanos concernentes às alegadas implicações filosóficas e sociais da matemática e das ciências naturais” (SOKAL; BRICMONT, 1999: 17). Tais citações, amalgamadas

por uma retórica que se esforçava em soar crível, tomavam como certezas uma série de afirmações que nos textos originais não passavam de especulações ou hipóteses, aguardando para serem postas à prova.

A armadilha de Sokal, tornada pública, gerou reações coléricas, num tom muito acima do que seria de se esperar num ambiente (supostamente) pautado pelo debate de idéias como é (ou deveria ser) o universo acadêmico-científico. Intelectuais enraivecidos ergueram a voz para protestar contra o que julgaram tratar-se de um ataque indiscriminado às ciências sociais e às humanidades, quando não uma ameaça à liberdade de pensamento. A necessidade de responder a seus críticos e explicar as reais intenções que o levaram a fazer o que fez gerou uma nova publicação de Sokal, desta vez escrita em parceria com o físico e filósofo da ciência Jean Bricmont, professor da Universidade de Louvain: o livro *Imposturas intelectuais*, no qual se amplia o escopo da crítica ao que foi chamado de uso abusivo de conceitos das ciências exatas e naturais por filósofos e teóricos das ciências sociais e das humanidades.

Para caracterizar o que qualificam como “abuso” no transplante de conceitos científicos de uma área do conhecimento a outra, com a qual mantém pouco ou nenhum contato, Sokal e Bricmont estabelecem alguns critérios. Configura-se um abuso cada vez que uma ou mais das seguintes características se faz presente nos textos analisados: 1) uso abundante de teorias das quais não se tem domínio suficiente; 2) importação de conceitos das ciências naturais para as humanidades ou para as ciências sociais sem qualquer justificação conceitual ou empírica; 3) tentativa de impressionar o leitor exibindo uma falsa erudição científica, recorrendo a termos técnicos que não tem relevância no contexto em que são inseridos; 4) manipulação “de frases e sentenças que são, na verdade, carentes de sentido. (...) uma verdadeira intoxicação de palavras, combinada com uma extraordinária indiferença para com seu significado” (SOKAL; BRICMONT, 1999: 19).

No balanço final, o que resta é um conjunto de arengas pomposas sobre questões que se compreende mal (ou que não se compreendem), com a intenção de demonstrar o relativismo de todas as formas de saber e a conseqüente denúncia das pretensões imperialistas da ciência. O paradoxal é que este discurso busca sua justificação apelando exatamente às ciências mais estabelecidas institucionalmente – as naturais e exatas –, de onde empresta os conceitos com os quais pretende sustentar sua retórica da suspeita. Faz-se uso – ou abuso – de conceitos e teorias da física, química, biologia e matemática com a finalidade de negar a possibilidade de existência de uma realidade outra que não aquela elaborada pelo discurso: segundo os autores analisados por Sokal e Bricmont, as pesquisas mais avançadas destas ciências tornam patentes que aquilo que chamamos de real é intrinsecamente dependente de nossas observações – as quais, por sua vez, estão determinadas pela linguagem. Como conseqüência, é a própria existência de uma realidade independente que se torna passível de dúvida⁵².

Ao mapear as possíveis causas do fenômeno, os autores identificam algumas de suas fontes intelectuais: a) o menosprezo pelo empírico, manifesto sempre que se busca justificar algum argumento por meio de formalismos tomados de empréstimo a outras ciências ou, então, pelo recurso a jogos retóricos; b) a tendência a avaliar relatos de pesquisa segundo critérios filosóficos ou literários, reduzindo o texto científico à condição de mero discurso, sem relação com a realidade extra-textual; c) o prestígio angariado pelas ciências naturais, consideradas como modelo a ser seguido; d) a crítica equivocada ao cientificismo das ciências sociais – equivocada porque confunde os excessos cientificistas (a adoção de métodos supostamente mais “objetivos” e

52 Como Stanley Fish (1996) assinala corretamente, não é porque nossas apreciações dos fatos sejam construídas socialmente que elas deixam de ser reais (esta, aliás, é uma das teses da tradição maior da Semiótica). Mas parece-me que o alvo de Sokal não é a ideia da “construção social da realidade” em si, mas seu uso como argumento para negar a existência de uma realidade independente.

“científicos”, que se mostraram bem sucedidos nas ciências naturais e exatas) com a própria racionalidade científica, que é então posta sob suspeita, quando não submetida ao descrédito. O risco, alertam, é “cair numa espécie de desencorajamento: uma vez que tal ou tal método (simplista), em que se acreditou dogmaticamente, não funciona, logo nada funciona, todo conhecimento é impossível ou subjetivo etc.” (SOKAL; BRICMONT, 1999: 210)

As duas primeiras características dizem respeito ao que se poderia chamar de *formalismo científico-literário*, na medida em que tendem a considerar qualquer conteúdo discursivo sob a ótica privilegiada – quando não exclusiva – de critérios formais, sejam estes advindos da literatura ou da ciência; as duas últimas demonstram a ambigüidade na relação com a ciência, ora tomada como exemplo, ora criticada em prol do relativismo e do ceticismo cognitivos. Aparentemente contraditórias, estas particularidades do discurso pós-moderno acabam por revelar que, sob a superfície retórica, se insinua uma estratégia de legitimação do ceticismo por meio do recurso a um arremedo de ciência, ora para travestir como verdadeiras afirmações meramente especulativas, ora para negar à verdade o direito à existência. É nesta versão mais radical que a verdade e a razão são simplesmente aviltadas e tratadas como o inimigo a ser combatido. No que segue, vou tentar deslindar este nó górdio.

Um bom começo é tentar entender porque esta situação é mais incisiva na França e nos Estados Unidos do que em outros países – na verdade, principalmente na França, tendo em vista que os norte-americanos que compartilham deste relativismo epistemológico são, em sua maioria, epígonos ou comentadores dos franceses. Esta é uma questão que Sokal e Bricmont não esclarecem. No máximo, há um esboço de explicação sociológica das afinidades teóricas entre os intelectuais do velho e do novo mundo: “os autores franceses das ‘imposturas’ estão na moda nos mesmos círculos acadêmicos de língua inglesa onde o relativismo epistêmico é a pedra-de-toque” (SOKAL;

BRICMONT, 1999: 210). Mas isso não explica porque a origem desta forma de relativismo deva situar-se na França.

Entretanto, quanto à sua fonte, não resta dúvida: a filosofia francesa é o alvo preferencial da crítica. Os autores comentados por Sokal e Bricmont em *Imposturas intelectuais* são, sem exceção, intelectuais franceses ou francófonos: Jacques Lacan, Julia Kristeva (nascida na Bulgária), Luce Irigaray (natural da Bélgica), Bruno Latour, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Paul Virilio. Ao listar os nomes, logo fica evidente que a maioria dos arrolados associa-se ao que se convencionou chamar de pós-modernismo, termo pelo qual o pós-estruturalismo é conhecido nos Estados Unidos. Sokal e Bricmont explicitamente os vinculam a esta expressão do pensamento francês:

Os abusos intelectuais criticados neste livro não são homogêneos; eles podem ser classificados, muito simplificadamente, em duas categorias, correspondendo aproximadamente a duas fases da vida intelectual na França. A primeira fase é a do estruturalismo extremo e se estende até o começo dos anos 70: os autores tentam desesperadamente atribuir aos vagos discursos no campo das ciências humanas um tom de “cientificidade” invocando algumas aparências externas da matemática (...). A segunda fase é a do pós-estruturalismo, que começou em meados da década de 1970: aqui, qualquer pretensão de “cientificidade” é abandonada, e a filosofia subjacente (na medida em que se pode identificar) inclina-se na direção do irracionalismo ou do niilismo. (SOKAL, BRICMONT, 1999: 26).

Chamo a atenção para o óbvio: a coincidência destas duas fases com as orientações cientificista e especulativa do estruturalismo identificadas por Pavel. Jacques Bouveresse, ele próprio um francês, admite haver uma relação mais estreita entre os intelectuais franceses e norte-americanos do que a sugerida por Sokal e Bricmont, já que o estilo literário da filosofia dos primeiros comunga das mesmas teses que sustentam a epistemologia relativista dos últimos. Em *Prodígios e vertigens da analogia*, Bouveresse define a investida dos filósofos e dos teóricos da literatura contra a racionalidade científica – o literaro-

filosofismo – como “a tendência a acreditar que um resultado científico só pode se tornar realmente profundo e importante depois que se conseguiu dar dele uma versão literária (*belletristisch*, diriam em alemão)”; trata-se, acrescenta, de um “princípio segundo o qual ‘a literatura é a medida de todas as coisas’ (...), em virtude do qual o escritor tem todos os direitos e se situa acima de todas as regras” (BOUVERESSE, 2005a: 130). A adoção deste princípio tem conduzido a ciência à beira do irracionalismo e do niilismo, já apontados por Sokal e Bricmont. Para Bouveresse (2005a: 46), “padecemos hoje de todos os inconvenientes da substituição sistemática das normas cognitivas por critérios que sempre são, em última análise, de natureza mais ou menos estética”.

Segundo Bouveresse, o esteticismo formal é o principal responsável pela indiferença em relação ao conteúdo do que dizem ou escrevem os intelectuais citados por Sokal e Bricmont; metáforas e analogias desempenham aí papel decisivo – mas, é claro, trata-se sempre de metáforas poéticas, nas quais a busca por eventuais relações substantivas entre os termos ou sistemas comparados perde toda pertinência. O uso metafórico de conceitos científicos pode ser sempre apresentado como álibi cada vez que é apontada uma inconsistência na analogia: nestes casos, sempre se pode argumentar em defesa própria que não se trata de um uso rigoroso do conceito, mas apenas de uma ressonância intuitiva ou um eco semântico.

Aquilo que se perde na ordem da teoria (...) sempre pode, se necessário, ser recuperado na da poesia. Esse modo de mudar subitamente de terreno, evitando sempre, o máximo possível, o dos fatos, dos argumentos e da discussão possível, é uma das práticas em que a filosofia contemporânea se destaca sobremaneira (BOUVERESSE, 2005a: 33).

Percebe-se com que finalidades a metáfora poética é empregada pelos filósofos pós-estruturalistas: além de servir como desculpa para o uso laxo de conceitos científicos, impermeabiliza seu autor a eventuais críticas, já que a

natureza subjetiva e estética do tropo poético é irreduzível ao confronto racional de idéias por meio do diálogo. Com isso, é a própria comunidade científica que se vê alijada de um valioso recurso: a crítica *inter pares*, que poderia assegurar o progressivo aperfeiçoamento do resultado das pesquisas.

Bouveresse não se limita à denúncia dos abusos cientificistas cometidos pela filosofia francesa contra as ciências exatas, identificando também apropriações abstrusas de conceitos das ciências sociais e das humanidades. Simplesmente, o que acontece é que, nos casos analisados por Sokal e Bricmont, os equívocos são mais evidentes e facilmente reconhecíveis – embora, de maneira nenhuma, permaneçam restritos a empréstimos tomados junto às ciências “duras”. Não surpreende, já que, como vimos, os filósofos pós-modernos glosados tendem a ignorar solenemente as distinções entre ciência, filosofia e literatura, como se fossem todas igualmente suscetíveis ao mesmo tratamento beletrístico que costumam dispensar à expressão de seu pensamento.

A onipotência assim atribuída à imaginação, e a tendência a ridicularizar todas as eventuais tentativas de distinguir entre seus diferentes tipos de produção (teorias científicas, especulações filosóficas, mitos, ficções literárias etc.) e tentar avaliar ao menos algumas delas do ponto de vista do conteúdo – e não da sedução exercida pela forma – e numa dimensão propriamente cognitiva, constituem por certo uma das características mais fundamentais da mentalidade “pós-moderna” (BOUVERESSE, 2005a: 46).

Tentativas de tornar indistintas as fronteiras entre ciência, filosofia e literatura não são novidade. Bouveresse identifica em Oswald Spengler uma das fontes do que chama de “paradigma antropocêntrico”, segundo o qual todas as ciências são ciências do homem, o que permitiu ao autor de *Decadência do Ocidente* valer-se do segundo princípio da termodinâmica para explicar o declínio das sociedades humanas. Mais recentemente, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos definiu o que chamou de “ciência pós-moderna”

como um novo paradigma científico, resultante da crise do “antigo”, e no qual, revertendo a tendência predominante no paradigma anterior, as ciências sociais e as humanidades é que constituiriam a matriz de cientificidade das ciências naturais e exatas. Na ciência pós-moderna, uma série de analogias “figurarão entre as categorias matriciais do paradigma emergente”, atuando “como categorias de inteligibilidade universais” (SANTOS, 2003: 72): as analogias textual, lúdica, dramática e biográfica. Como resultado,

Não virá longe o dia em que a física das partículas nos fale do jogo entre as partículas, ou a biologia nos fale do teatro molecular ou a astrofísica do texto celestial, ou ainda a química da biografia das reações químicas. Cada uma destas analogias desvela uma ponta do mundo. A nudez total, que será sempre a de quem se vê no que vê, resultará das configurações de analogias que soubermos imaginar: afinal, o jogo pressupõe um palco, o palco exercita-se com um texto e o texto é a autobiografia do seu autor (SANTOS, 2003: 72-3).

As analogias de Boaventura de Sousa Santos assemelham-se sobremaneira às ilações de Spengler, que falava de “um estoicismo e de um socialismo dos átomos” (SPENGLER *apud* BOUVERESSE, 2005a: 94). O resultado, já identificado por Sokal e Bricmont, é o mesmo em ambos os casos: a imprecisão e obscuridade a que são submetidos os conceitos científicos quando de sua inclusão em textos literário-filosóficos.

Mas é importante não esquecer também que foram os próprios cientistas os primeiros a estimular este tipo de extrapolação dos resultados de suas investigações. Werner Heisenberg e Niels Bohr, por exemplo, especularam sobre as conseqüências sociais das descobertas da física quântica, notadamente o princípio da complementaridade, que postula a natureza simultaneamente corpuscular e ondulatória da matéria. Experiências realizadas em laboratório demonstraram que, *no nível subatômico* (este detalhe é freqüentemente negligenciado), só é possível observar uma ou outra das propriedades quânticas da matéria, nunca as duas simultaneamente, sendo a complementaridade entre

ambas que permite descrever a natureza da matéria. Conclusão: a escolha do observador interfere no resultado da observação. Bohr, provavelmente, foi o maior responsável por exorbitar esta conclusão para áreas tão distintas quanto a psicologia, a religião, a arte e a política. A questão que incomoda Bouveresse é: por que a interpretação que a Escola de Copenhague fez da física quântica atrai tanto os literatos e filósofos? A resposta é que seus proponentes, com toda autoridade que lhes é conferida pela autoria das noções em questão, não apenas permitem como também incentivam este tipo de contrafação, da qual emerge uma imagem da ciência conveniente aos literatos e filósofos pós-modernos: uma ciência especulativa, insegura com relação ao estatuto da realidade que investiga – uma ciência “menos científica”, enfim, mais ao gosto da literatura. O sucesso do embuste de Sokal estava garantido de antemão:

Se o trote de Sokal funcionou com tanta facilidade, foi, basicamente, porque não poderia haver melhor notícia que o anúncio feito por um físico profissional da notável similitude existente entre os métodos e objetivos da física quântica e os da teoria literária desconstrucionista (BOUVERESSE, 2005a: 103).

A referência à desconstrução derrideana revela não apenas a vinculação dos filósofos e literatos citados ao pós-estruturalismo, confirmando o acerto de Sokal e Bricmont na escolha de seus alvos, como também sinaliza uma continuidade entre o período contemporâneo e o estruturalismo – concordando novamente com os autores de *Imposturas intelectuais* e com Merquior que, mais do que ruptura, o que há é uma continuidade essencial entre estruturalismo e pós-estruturalismo. Para Bouveresse, durante o estruturalismo, “se tratava acima de tudo de dar a impressão de praticar uma nova forma de ‘ciência’, mesmo que aquilo que se escrevia fosse à primeira vista difícil de distinguir de uma forma de galimatias puro e simples” (BOUVERESSE, 2005a: 23). Com o pós-estruturalismo, supera-se a “idolatria da cientificidade” que caracterizara o período anterior, com a conseqüente perda

(parcial) de prestígio da ciência – o que não impede “seus instrumentos mais técnicos de se prestarem sem resistência a manipulações e deformações literárias das mais diversas espécies” (BOUVERESSE, 2005a: 24). Ao contrário: considerados apenas como mais uma forma de literatura, não surpreende que os conceitos e a terminologia científica sejam utilizados de forma tão leviana e descompromissada.

Para Bouveresse, rigor e seriedade, características típicas do método científico (juntamente com a criatividade), tendem a ser vistos pelos filósofos-literatos contemporâneos como tristes e insípidas, muito aquém do tratamento mais digno que acreditam dispensar às produções do espírito humano – incluindo a ciência, claro – por meio da estetização do discurso. É por essa razão que preferem elaborar seus próprios “duplos literários” da ciência, uma forma de cientificismo *light*, mais afim ao gosto do público e aos meios de comunicação.

A relação permissiva com a imprensa, aliás, é apontada como uma das causas do abandono do conteúdo (rigoroso e sério) em nome do embelezamento da forma (imprecisa e gratuita): já que a consagração acadêmica passa a depender cada vez mais de critérios do mercado do que da avaliação crítica feita pelos pares, torna-se necessário escrever de forma sedutora, com a intenção de agradar tanto aos jornalistas e editores dos cadernos de cultura quanto ao público leigo. François Dosse encerra o primeiro volume de sua *História do estruturalismo* com um balanço das razões do sucesso do movimento; entre outros motivos (provincianismo, crítica à modernidade etc.), parte considerável de sua hegemonia deveu-se à metamorfose de seus representantes em olímpianos midiáticos:

A intensidade da vida parisiense que permitiu contornar a passagem pelas triagens universitárias tradicionais de reconhecimento fez o resto para assegurar uma pronta difusão do paradigma estruturalista no mercado cultural francês, transformando os seus defensores em estrelas midiáticas,

novos gurus de um público ampliado pela progressão espetacular do número de estudantes em faculdades de letras e ciências humanas nos anos 60 (DOSSE, 1993: 431).

As condições peculiares do mercado cultural parisiense podem servir de explicação sociológica para o sucesso acadêmico do estruturalismo e do pós-estruturalismo, e dizem muito sobre os valores do público que consome seus produtos. Mas o que interessa aqui é compreender a atitude dos intelectuais com relação à ciência, e a forma como essa atitude se reflete no estilo da escrita e no modo de pensar. Susan Haack, que também manifesta suas reservas quanto ao estilo literário da filosofia pós-moderna, concorda que

quando se trata de comunicar idéias filosóficas desenvolvidas aos próprios colegas investigadores, quanto mais direto, melhor; preocupações estéticas não podem assumir prioridade alta. Um investigador genuíno (...) realmente quer a verdade; portanto, não precisa ser bajulado ou seduzido para prestar atenção (HAACK, 2011: 121).

Fazendo coro a Bouveresse, Haack defende para a filosofia o que Sokal e Bricmont definem ser função da ciência: a investigação como busca genuína da verdade. Baseada na concepção de Charles Peirce de filosofia como ciência investigativa, Haack contrapõe-se explicitamente à definição que Richard Rorty faz da filosofia como um gênero literário, uma conversação sobre o que pode ou não ser considerado, de comum acordo, “verdadeiro” (Rorty faz questão das aspas). Em oposição a este ecumenismo, Haack sustenta a distinção entre filosofia e literatura, não por considerar que o literato não investiga, mas porque, quando o faz, *“realça a escrita, não a investigação. E, embora os químicos, astrofísicos etc. venham a engajar-se na escrita, a ‘ciência’ realça a investigação, não a escrita. Do mesmo modo, a filosofia”* (HAACK, 2011: 121).

Quando revela verdades sobre o mundo, a literatura o faz de forma oblíqua, expressando-as na mesma linguagem que é seu objeto de investigação – por isso mesmo, toda e qualquer experimentação com a linguagem é, neste

caso, não apenas recomendável como absolutamente necessária para o sucesso da empreitada. Filosofia e ciência, ao contrário, necessitam de clareza e univocidade, na medida em que, como empreendimento coletivo, sofrem um processo de autoregulação constante, para o qual uma ética da terminologia, segundo a feliz expressão de Peirce, é fundamental. Não se trata, obviamente, de vedar o uso de recursos estilísticos que tornem o texto agradável, mas de submetê-los aos princípios da precisão e do discernimento, de modo a evitar a ambigüidade e o hermetismo.

Evidentemente, a anuência ao princípio da clareza terminológica exige que se reconheça que o exercício da argumentação é decisivo para o processo de renovação do conhecimento, científico ou filosófico. Não é o que acontece na França, de acordo com Bouveresse: em livro publicado em 1984 – antes, portanto, do *affair* Sokal –, ele já observava que, naquele país, “a filosofia é, antes de tudo, uma disciplina literária, na qual a qualidade da ‘escrita’ pode tornar quase indiferentes tanto o conteúdo quanto a argumentação” (BOUVERESSE, 2005b: 49). Nesse contexto, qualquer crítica é recebida como censura e ameaça à liberdade de pensamento, principalmente se dirigida às celebridades intelectuais incensadas pela mídia; como consequência, a substituição do dissenso argumentativo pelo consentimento devoto ameaça paralisar o livre curso das idéias. O que há de mais paradoxal na situação é que justamente aquilo que torna possível a evolução do conhecimento – a crítica racional – é entendido como seu maior entrave. A explicação é tão simples quanto desanimadora: à razão é atribuído o papel de vilã repressiva da imaginação criadora, em relação a qual seria imoral impor qualquer limitação.

Trata-se, em última instância, de um desprezo manifesto pela ciência “comum”, com suas restrições metodológicas e exigências de rigor e controle experimental, em nome de uma ciência e uma filosofia mais livres e espontâneas, para as quais nem a realidade nem a crítica deveriam servir como obstáculo. Como já deve ter ficado claro, opera-se aí em um registro altamente

mitificado e ideologizado, segundo o qual “a ciência, a teoria e a racionalidade em geral é que foram tidas como responsáveis por crimes praticados contra a humanidade” (BOUVERESSE, 2005b: 57). Frente a este cenário apocalíptico, quanto menos ciência, melhor: uma ciência raquítica é não apenas recomendável, moral e politicamente, como também necessária para que o pensamento possa ser exercido de forma autônoma e sem restrições. No entanto, como diz Bouveresse, sempre é possível argumentar em contrário, evocando a quantidade de imaginação e audácia intelectual que estiveram por trás das grandes descobertas científicas.

É nesta imagem mítica da ciência que a desejada afinidade com a literatura cobra seu preço: o que os filósofos-literatos pós-estruturalista reclamam, ao demandarem uma ciência nova (pós-moderna, segundo Sousa Santos), é, na verdade, uma ciência “moderna”, isto é, alimentada pelas mesmas idéias de revolução e crítica da cultura, aliadas à defesa da autonomia da arte, que embalsamaram o projeto modernista nas artes e na literatura na virada dos séculos XIX-XX. Não por acaso, os princípios da complementaridade, de Bohr, e da incerteza, de Heisenberg, assim como a teoria da relatividade, de Einstein, referência constante nos discursos pós-modernos, foram elaborados exatamente neste mesmo período (mais precisamente, no início do século XX). Daí, a pertinência da dúvida de Bouveresse (2005b: 75)

Podemos indagar se o que hoje propõem alguns ideólogos vanguardistas não é que finalmente nos dotemos de uma ciência “moderna” – no sentido em que dispomos, já faz algum tempo, de uma arte moderna –, uma ciência liberta de sua sujeição penosa e frustrante a uma realidade que ela se esforça por conhecer, com sucesso relativo, e transformada em uma espécie de livre invenção permanente, que possamos apreciar unicamente em termos de novidade, originalidade e engenhosidade “artísticas”.

Como vimos, o estruturalismo desempenhou aí um papel determinante, não apenas pela incorporação do ideário crítico do modernismo,

mas também porque, ao adotar como matriz de cientificidade a linguística – ou uma determinada vertente dela –, promoveu à *idea mater* de racionalidade a noção de sistema, autônomo e fechado em si mesmo:

A filosofia estruturalista reduziu à condição de ingenuidade anacrônica a idéia de relacionar as produções culturais – inclusive as que, como os sistemas científicos, parecem exigí-lo da maneira mais direta e mais explícita – com uma realidade independente, que desempenhe ao menos o papel de reguladora externa (BOUVERESSE, 2005b: 74).

Liberta de qualquer constrangimento provocado pela realidade, a “nova” ciência desobriga-se por completo da entediante busca pela verdade que caracterizou a ciência “antiga”, positivista e racionalista. Agora, o que importa é assimilar-se à literatura e dar asas à imaginação – sem esquecer-se da crítica a toda e qualquer forma de repressão e intolerância que definiram a ciência utilitarista e dominadora do passado. Esta ideologia modernista explica muita coisa, a começar pela suposta obrigação da filosofia de pôr em crise os sistemas conceituais ainda vigentes, denunciando permanentemente a ordem estabelecida e “desembocando em uma forma de rebelião indiferenciada” (BOUVERESSE, 2005b: 41), em que qualquer manifestação em defesa da racionalidade passa a ser suspeita de coação.

Essa retórica da rebeldia fez o sucesso dos principais representantes do estruturalismo e do pós-estruturalismo, como Roland Barthes, para quem a linguagem é fascista porque nos obriga a dizer – a convenção lingüística tornando-se expressão de uma forma de poder coercitivo sem origem e sujeito atribuíveis –, ou Jacques Derrida, em sua cruzada heroica contra dois milênios de repressão exercidos pelo logocentrismo. É claro que o discurso libertário não tem, efetivamente, a pretensão de alterar o estado das coisas, mas apenas de oferecer sua denúncia – mesmo porque seus heréticos pensadores não acreditam realmente que sua insubordinação venha a mudar radicalmente a

situação. Não apenas não acreditam como, no fundo, não o desejam, pois cultivam aquilo que José Guilherme Merquior chamou de “niilismo de cátedra”, o que significa que esta elite intelectual atribui a si mesma o dever de “pregar o irracionalismo e o desmascaramento do intelecto, ao mesmo tempo em que se mantém muito bem situada nas instituições que tanto se esforça por solapar: ela constitui uma ‘marginalidade oficial’” (MERQUIOR, 1985: 247).

A expressão entre aspas é uma referência a Bouveresse, que a define como aquela atitude cínica de alguns intelectuais, que consiste em promover sistematicamente a denúncia do poder, ao mesmo tempo em que se mantém sob suas benesses, usufruindo de todas as vantagens que o sistema lhes pode oferecer – principalmente o prestígio e a autoridade. Ao contrário da marginalidade genuína, que atua discretamente e na obscuridade, “a marginalidade oficial é compatível com todas as facilidades e com todas as honrarias, e goza, entre outros privilégios, da possibilidade de gritar ‘intolerância’ e ‘perseguição’ no momento em que alguém se permite criticá-la ou contestá-la, ainda que da maneira mais normal” (BOUVERESSE, 2005b: 204).

Enxergar o mundo sob a ótica de relações de poder, cuja autonomia torna o sistema infenso à ação dos indivíduos, contribui enormemente para a manutenção deste cinismo subversivo: uma vez que o poder não pode ser localizado, pois permeia toda a sociedade, o máximo que se pode fazer é denunciá-lo, mas jamais apropriar-se dele para perverter seus fins. Neste sentido, “o estruturalismo decerto forneceu o mais belo exemplo da maneira como uma crítica que põe em evidência o papel determinante do ‘sistema’, o peso das coerções e convenções e a dependência dos indivíduos pode anular a si mesma” (BOUVERESSE, 2005b: 189).

A combinação entre ceticismo cognitivo e relativismo moral, ambos fundamentados no cientificismo, é a novidade trazida pelo estruturalismo ao cenário intelectual. Ela sustenta-se na falácia de que fazemos uma afirmação universalmente verdadeira quando postulamos a validade meramente local de

toda verdade (já que esta se sujeita às inúmeras e onipresentes relações de poder e manipulação). É aqui que se confundem e se misturam o cientificismo das ciências naturais e exatas com o das ciências sociais e humanidades, pois se associa uma concepção de racionalidade técnica (um programa de cálculo ideal) à idéia de racionalidade como resultado de normas culturais locais. É o que permite a Bouveresse (2005b: 125) afirmar que

uma concepção como a de episteme ou de sistema, considerados como tipos de “mecanismos” ocultos que produzem enunciados sem autor, integrava, de forma metafórica, limitando-os a racionalidades puramente locais, todos os elementos essenciais da concepção algorítmica da racionalidade, que com razão podemos censurar nos positivistas lógicos e em muitos outros.

O pós-estruturalismo é a versão mais radical desta formulação, que resulta em um cientificismo de segundo grau, “que poderíamos chamar de cientificismo do não saber” (BOUVERESSE, 2005b: 129), que parte de nosso conhecimento de verdades locais e subjetivas para concluir pela impossibilidade de conhecermos qualquer verdade universalmente válida. É nesta fase que ocorre uma curiosa inversão: “Houve época em que, muito ingenuamente, sonhava-se dispor, nas ciências humanas e na filosofia, de um conceito de ‘verdade’ comparável ao das ciências exatas. Hoje em dia, transpõe-se dogmaticamente para estas o ceticismo radical que impera naquelas” (BOUVERESSE, 2005b: 131). Retomando a periodização de Sokal e Bricmont relativa aos dois momentos em que a intelectualidade francesa cometeu os maiores abusos contra a ciência, pode-se dizer que o cientificismo de primeiro grau, relativista, corresponde ao estruturalismo, enquanto que o cientificismo de segundo grau, cético, é o que caracteriza o pós-estruturalismo.

Este ceticismo “cientificamente” fundamentado combina um temor irracional quanto à capacidade manipuladora da ciência com uma profunda desconfiança com relação à esperança de que ela possa nos dizer algo de

verdadeiro sobre o mundo. Como foi dito acima, trata-se de uma visão mitificada da ciência, entendida “como sistema constituído e institucionalizado, que, para o homem comum, só oferece a feição do dogmatismo, da organização, da eficácia e da brutalidade” (BOUVERESSE, 2005b: 142), e a qual se atribui um poder incomensurável de moldar nossos destinos. É com essa imagem do senso comum que trabalham os filósofos pós-modernos, e contra a qual constroem sua fama de rebeldes, denunciando, por trás de toda pretensão à verdade, uma vontade de poder. A afirmação da arbitrariedade de toda forma de conhecimento, aliada à defesa de racionalidades efêmeras, que se apresentam como uma ode à tolerância e ao liberalismo, na verdade servem para justificar todo dogmatismo, na medida em que diluem, antecipadamente, a possibilidade de crítica – afinal, se todos os saberes são relativos, com que direito se pode proceder ao escrutínio de uma forma de conhecimento segundo os critérios de racionalidade de outra?

A questão, obviamente, é capciosa, uma vez que, da razão, não se pode exigir a mesma legitimidade que se espera, por exemplo, do mito – este não se põe à disposição para ser questionado, nem fornece os instrumentos intelectuais para ser criticado. Entretanto, conclui Bouveresse,

a razão não legou a qualquer outra autoridade a tarefa de demonstrar seus próprios limites, suas insuficiências, suas fraquezas e até seus abusos. No entanto, mesmo que com isso tenha se exposto ao risco de ter de acabar destruindo o mínimo de fé e confiança em que poderia repousar sua própria autoridade, ela não deixa de ser, hoje como ontem, a única instância capaz de se opor a todas as formas de legitimidade usurpada, e de denunciar todas as formas de perversão a que ela mesma deu margem e todas as exações que foram cometidas em seu próprio nome (BOUVERESSE, 2005b: 147).

Certamente, podem-se vislumbrar, na crítica de Bouveresse, motivações ideológicas, vinculadas ao contexto intelectual da filosofia francesa na época de sua redação. A própria restrição de seu escopo à filosofia também

poderia levar a crer que, para os propósitos a que aqui se pretende, ele errou o alvo. Entretanto, é sabido que, em sua fase “pós”, a reflexão estruturalista orbitou em torno da filosofia – mesmo porque as ciências que lhe deram origem, como a linguística e a antropologia, já viam declinar suas pretensões imperialistas (em grande parte devido ao sucesso da modernização da própria filosofia, como vimos) e ensaiavam um recuo a seus espaços disciplinares tradicionais. De outra parte, ao migrar para a filosofia, grande parte da força vital do estruturalismo acabou reduzida a um discurso ideológico, sustentáculo de posições de poder nos campos acadêmico e intelectual, conforme a denúncia do próprio Bouveresse. Assim, penso que seria justo considerar que sua crítica vem ao encontro do que este capítulo pretendeu demonstrar: que o pós-estruturalismo é uma das fontes decisivas para os ceticismos epistemológico e ontológico contemporâneos.

O cientificismo da fase inicial do estruturalismo, que pretendeu legitimar a linguística como matriz de cientificidade; o fechamento estrutural, inspirado na falácia da língua como sistema formal lógico-matemático; a incorporação da ideologia modernista e a estetização da expressão filosófica, guiada antes pela proliferação de analogias literárias do que pelo exercício rigoroso do pensamento, são a parte que cabe ao estruturalismo e seu sucedâneo, o pós-estruturalismo, na disseminação do ceticismo pelo campo das ciências sociais e das humanidades desde meados do século passado. O que pretendo demonstrar a seguir é que estes traços estavam presentes, *in potentia*, em determinados modelos e teorias de comunicação propostas pela semiologia durante a fase cientificista do estruturalismo, justamente no momento em que, no campo da Comunicação, começava a ser gestado o que Martino qualificou como a fase moderada do ceticismo, que seria radicalizada logo depois. Mais do que coincidências temporais, a intenção é evidenciar que estes modelos e teorias da comunicação, que encontrariam larga aceitação pelo campo, tornando-se lugar comum, traziam em germe os problemas que, mais tarde, seriam usados

como argumento para justificar a propagação do ceticismo: o apelo interdisciplinar e a mescla mal resolvida entre cientificismo e formalismo literário. Para esta gestação, a teoria da informação desempenhou papel decisivo.

PARTE II
SEMIOLOGIA E TEORIA DA COMUNICAÇÃO

MODELOS E TEORIAS DA COMUNICAÇÃO: A CONVERGÊNCIA COM A SEMIOLOGIA

A incorporação da Semiótica no cânone das teorias da comunicação está longe de ser consensual. Caracterizado pela inconstância no que se refere à definição de um *corpus* teórico próprio, o campo disciplinar da Comunicação ora a inclui, ora a rejeita. Uma das razões para esta oposição é de ordem claramente ideológica, notadamente na América Latina, onde o campo da Comunicação esteve marcado, durante um longo período, pelo viés da resistência política. Em tal contexto, em que os estudos de Comunicação mantinham forte vinculação com a sociologia e a economia política, o campo das ideias mostrou-se praticamente impermeável a pesquisas que não tivessem por objetivo a denúncia ideológica da implantação de uma indústria cultural imperialista e colonizadora no continente latino-americano.

A associação da semiologia com o marxismo é a exceção mais notável à rejeição à Semiótica por parte das ciências sociais, autorizando a inclusão, nos estudos de comunicação, de livros como *Mitologias* (2009), de Roland Barthes, que desenvolve uma crítica à ideologia burguesa a partir de um método semiológico, inspirado em Saussure e Hjelmslev. Acolhida semelhante tiveram os trabalhos de Eliseo Verón, que também traziam a marca deste diálogo entre marxismo e semiologia, legitimado pelo campo da Comunicação.

O ingresso da matriz semiológico-estruturalista justifica-se ainda por outras razões; uma delas, de ordem sociológica, tem a ver exatamente com o desenvolvimento de uma cultura de massa no período posterior à segunda guerra mundial. O princípio da autonomia da linguagem em relação ao sujeito, defendido pelos estruturalistas, foi interpretado como sintoma de uma sociedade transformada em “máquina que escapa ao poder dos indivíduos e

que não tem outra finalidade senão reproduzir-se” (DOSSE, 2007: 136), o que levou o filósofo Jean-François Revel, na esteira de Henri Lefebvre, a acusar o estruturalismo de ser a “religião dos tecnocratas”. Para infelicidade de Revel, esta afinidade entre uma epistemologia que desbanca a autoridade do sujeito frente à normatização da língua e uma estrutura social que lhe destina o papel de mero consumidor passivo, submisso às regras do sistema capitalista, foi justamente um dos motivos do sucesso do estruturalismo, tido então como consentâneo à investigação das transformações culturais que se seguiram ao avanço da sociedade pós-industrial.

Esta avaliação é endossada por Lúcia Santaella e Winfried Nöth, para quem o desenvolvimento da semiologia esteve associado à crescente disseminação dos meios de comunicação de massa a partir de meados do século passado:

muito provavelmente sob efeito da expansão crescente dos meios de comunicação e dos diferenciados tipos de signos e processos de significação que por eles circulam, foi só no século 20, alguns anos depois de Saussure ter chamado a atenção, em 1911-12, para a necessidade do aparecimento de uma ciência que estudasse a vida dos signos no seio da vida social, ciência esta por ele batizada de semiologia, que essa área de conhecimento passou a ser desenvolvida, na sua autonomia (SANTAELLA; NÖTH, 2004: 24).

Os autores referem-se ao interstício entre os anos de 1950 e 1960, período áureo do estruturalismo semiológico, coincidente com a consolidação do que Denis McQuail denominou de “paradigma dominante” das investigações sobre a comunicação de massa, marcadas pela importação de métodos da sociologia e da psicologia social. Esta sincronia é apontada por Santaella e Nöth como uma das afinidades entre a Semiótica e a teoria da comunicação, ambas com lastro histórico nada desprezível, mas que atingem a maturidade institucional somente após a emergência do que Adorno e Horkheimer chamaram de “indústria cultural”. No Brasil, a situação não é

diferente: de acordo com Renato Ortiz, a consolidação da indústria cultural no país acontece entre as décadas de 1960 e 1970, coincidindo com a modernização promovida pelos governos militares após o golpe de 1964 (ORTIZ, 1991). Vem a calhar deste ser também um momento importante na consolidação do campo acadêmico da comunicação no Brasil, que começa a se definir em termos de formatação curricular e consolidação institucional⁵³.

Um breve inventário das edições de livros lançados no período, que acabariam por se incorporar ao precário cânone das teorias da comunicação no país, fornece um instantâneo relativamente fiel do panorama intelectual do momento. A estratégia ganha pertinência quando se trata de mapear o curso das ideias estruturalistas, marcado por uma intensa atividade editorial. François Dosse, no monumental *História do estruturalismo*, reserva três capítulos⁵⁴, distribuídos ao longo dos dois volumes, para rastrear a importância da edição de revistas para a divulgação e debate das ideias do movimento.

O Brasil, ainda que com relativa defasagem e em menor escala, repercute esta efervescência editorial. Um rápido levantamento de publicações lançadas no país a partir dos anos 1970, quando começar a circular entre nós os textos dos *maîtres à penser* estruturalistas, evidencia a abundância desta produção; mesmo que permaneçamos restritos àqueles trabalhos voltados à análise de fenômenos comunicacionais, a fartura salta aos olhos.

Um exemplo desta incursão da semiologia no mercado das ideias no país é a edição nacional de vários números da célebre revista *Communications*, criada em 1961 por Georges Friedmann, com a colaboração de Roland Barthes e

53 A criação da Faculdade de Comunicação de Massa na UnB em 1963 é o marco da introdução, no Brasil, do modelo das escolas de comunicação, “ou seja, a nucleação de diferentes habilitações da área num mesmo âmbito” (ROMANCINI, 2006: 94). Antes, as habilitações funcionavam autonomamente, em cursos separados (jornalismo e publicidade e propaganda, majoritariamente).

54 “O apogeu das revistas”, capítulo 20 do volume 1; “1967-1968: a efervescência editorial” e “O revistismo continua próspero”, capítulos 7 e 15, respectivamente, do volume 2.

Edgar Morin, e que acabou por se constituir num dos periódicos mais importantes para a divulgação da produção estruturalista na França dos anos 60 e 70 do século passado. De *Communications*, a editora Vozes lançou no Brasil dez volumes, entre os anos de 1971 e 1975, incluindo o influente *Análise estrutural da narrativa*, com textos de Roland Barthes, Algirdas Julien Greimas, Umberto Eco, Christian Metz, Tzvetan Todorov, entre outros (BARTHES; GREIMAS; BREMOND *et al.*, 1971), além de números dedicados à *Civilização industrial e cultura de massas* (MOLES; BOGARD; WANGERMEE *et al.*, 1973), *Linguagem da cultura de massas: televisão e canção* (MOLES; GLUCKSMANN; FRIEDMANN *et al.*, 1973), *Cinema, estudos de semiótica* (MORIN; BREMOND; METZ, 1973) e *Os mitos da publicidade* (MARCUS-STEIFF; THERME; KENDE, 1974). O foco das análises, como os títulos indicam, é a cultura de massas e seus produtos: cinema, televisão, publicidade, uma das temáticas preferenciais dos estudos de comunicação no período.

O tema aparece também em antologias lançadas no país nesta mesma época. Um levantamento preliminar depara-se imediatamente com duas coletâneas editadas no Brasil na virada dos anos 60 para 70 do século passado: *Comunicação e indústria cultural* (1987; primeira edição de 1971), organizado por Gabriel Cohn, e *Teoria da cultura de massa* (2000; primeira edição de 1969), com textos selecionados por Luiz Costa Lima. Ambas têm, ainda hoje, presença significativa nas bibliografias da disciplina de teoria da comunicação nos cursos de Comunicação Social das universidades e faculdades brasileiras: em levantamento realizado em 2009 no âmbito de uma pesquisa desenvolvida com o apoio do PROCAD⁵⁵, de um total de vinte e dois planos de ensino coletados, o

55 Trata-se de projeto de pesquisa apresentado ao PROCAD (Programa de Cooperação Acadêmica) da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), em 2007, congregando a UFBA (Universidade Federal da Bahia), a UnB (Universidade de Brasília), a PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e a UNISO (Universidade de Sorocaba). O levantamento das bibliografias da disciplina de Teoria da Comunicação faz parte das atividades desenvolvidas pela pesquisa, que tem como um de seus objetivos

livro de Cohn aparece como referência bibliográfica em oito deles (trinta e sete por cento), e o de Lima, em nove (quarenta por cento).

Para além do dado quantitativo, indicador de sua preservação nas bibliografias da disciplina de teoria da comunicação, os livros revelam outro dado interessante: no plano epistemológico, as duas publicações oferecem um panorama de reflexões teóricas que se revelariam fundamentais para a concretização do campo no momento da constituição de suas problemáticas teóricas e delineamento de seus objetos de estudo. A organização dos volumes ter ficado a cargo de pesquisadores alheios ao campo – Cohn é sociólogo, e Lima, teórico da literatura – é significativa, pois revela que, neste período embrionário, a Comunicação encontrava-se ainda fortemente dependente, teórica e metodologicamente, de ciências sociais já solidificadas (como a sociologia, por exemplo), e ainda penava para se constituir como disciplina autônoma (dificuldade de que padece até hoje, como vimos).

O livro organizado por Gabriel Cohn revela, no subtítulo, sua orientação: “Leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e ‘cultura de massa’ nessa sociedade”. Com este objetivo, e reunindo somente textos até então inéditos em português, Cohn seleciona uma ampla gama de autores: Theodor Adorno, Harold Lasswell, Elihu Katz, Jürgen Habermas, Paul Lazarsfeld e Thomas Merton, Herbert Blumer, Warren Weaver, Andre Martinet etc. Há também um texto do próprio Cohn, que, na impossibilidade de incluir um artigo de Roland Barthes sobre a análise estrutural da mensagem, devido a “dificuldades criadas pelos editores e pelo próprio autor”, faz ele mesmo “uma exposição geral sobre alguns problemas fundamentais nessa área” (COHN, 1987a: 17).

“ampliar a discussão sobre o campo da comunicação, através do aprofundamento com relação ao tipo de conhecimento desenvolvido na área” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2007: 4).

Gabriel Cohn parte da admissão de que é perfeitamente legítimo que uma análise dos meios de comunicação de massa atribua importância fundamental às mensagens, “de vez que é em torno delas que se articula todo o complexo social e tecnológico envolvido na emissão e recepção da comunicação, da qual formam as unidades básicas” (COHN, 1987b: 333). Para Cohn, a *análise estrutural* é uma das principais metodologias de *análise de mensagens*, ao lado da análise de conteúdo. Ao contrário desta, no entanto, a análise estrutural não se concentra no conteúdo manifesto das mensagens, mas as toma como um conjunto estruturado. Interessa, nesse caso, “o modo pelo qual os signos se articulam na mensagem, formando um sistema”; a mensagem, portanto, é compreendida como um todo, “precisamente como uma estrutura, em que o sentido de cada parte somente é dado pela sua relação específica com as demais” (COHN, 1987b: 334). Não se pode isolar determinado conteúdo de uma mensagem específica, pois o que importa é analisar a forma como se articulam entre si os elementos de dada mensagem, independentemente de seu conteúdo. Trata-se de uma análise imanente, que busca, na reconstrução das articulações profundas de uma série de mensagens do mesmo gênero discursivo, a estrutura fundamental e não-manifesta que lhes seja comum, “qualquer que seja seu conteúdo”, salienta Cohn (1987b: 335).

Uma análise imanente, que desconsidera o conteúdo das mensagens em análise, necessita, por óbvio, dar importância à noção de *código*, definida por Cohn (1987b: 336), “em sua acepção mais ampla”, como “o conjunto de regras que orientam a articulação de signos nas mensagens”. Cohn estabelece uma relação entre *código* e *língua*, por um lado, e *mensagem* e *fala*, por outro. *Repertório*, entendido como o conjunto de signos à disposição do emissor ou do receptor, é outra noção importante, na medida em que, ao preocupar-se com o código, é com a organização deste repertório que a análise estrutural está lidando. São os processos de *codificação* da mensagem, por parte do emissor, e

de sua *decodificação*, por parte do receptor, ambos operando no nível da língua, que interessam a uma análise estrutural.

Em que pese tratar-se de um elemento externo ao código, o repertório permite compreender o que Umberto Eco chamou de “decodificação aberrante”, resultante de uma diferença muito pronunciada entre os repertórios de emissor e receptor. É por esta via que Cohn aproxima a semiologia das ciências sociais: “diferenças de repertório entre emissor e receptor (...) [são] de ordem cultural, de vez que o repertório global de signos de uma coletividade constitui peça fundamental nessa dimensão básica da atividade humana que designamos por ‘cultura’” (COHN, 1987b: 337). Evita-se, assim, atribuir eventuais problemas de comunicação intercultural a supostos atributos inerentes aos receptores ou emissores das mensagens.

Nesta mesma linha de abordagem, Cohn interessa-se pelos distintos níveis em que a mensagem estrutura-se internamente. Ao fazê-lo, “somos remetidos à ciência que se dedica aos estudos dos sistemas de signos em geral: à Semiologia (ou Semiótica)” (COHN, 1987b: 337) (notemos de passagem que, para Cohn, como para muitos outros, semiologia e semiótica são sinônimas). Aqui entram em cena as conhecidas dicotomias conceituais da semiologia estruturalista: o eixo do *paradigma*, ou da seleção dos signos à disposição no repertório cultural do emissor (e, porventura, do receptor), e o eixo do *sintagma*, ou da combinação destes signos em uma sequência ordenada e significativa – ou seja, conforme ao sistema da língua em questão.

Também é importante considerar os dois níveis de significação de um sistema de signos: o nível *denotativo*, em que significante e significado estão em relação “direta” com seu referente, ou seja, sem a mediação de outro sistema de signos, e o nível *conotativo*, que se constrói como um sistema secundário sobre o sistema denotativo primário; neste caso, o *signo* (*significante* + *significado*) do primeiro sistema entra como mero significante no sistema conotativo, que promove a associação deste significante com um novo significado, dado pelo

contexto. Em outras palavras, o sistema conotativo inclui o denotativo como plano de expressão, ao qual é acrescido um novo conteúdo.

Paralelo ao plano da conotação situa-se a *metalinguagem*, na qual também se encontram sobrepostos dois sistemas; à diferença da conotação, no entanto, o sistema primário é incorporado ao sistema secundário como plano de conteúdo, e não de expressão. O sistema metalinguístico, portanto, constitui um discurso sobre o conteúdo de outro sistema.

Para Cohn (1987b: 339), é por meio da “combinação entre esses diversos registros de análise [sintagma/paradigma; denotação/conotação; metalinguagem] dos sistemas de signos que se alcançam resultados da maior importância para o estudo do processo de comunicação social”. Notadamente, a análise estrutural permite que se detecte a dimensão ideológica das mensagens, situada no nível de organização dos significados conotativos; “essa análise, *puramente formal e imanente à mensagem*, propicia inferências de caráter externo ao sistema significativo considerado, e nos remete à Sociologia e ciências afins” (COHN, 1987b: 339; grifos meus). É aqui que semiologia e sociologia podem dialogar: como integrante de um sistema de signos, o plano conotativo, onde oculta-se a ideologia, é passível de uma análise simultaneamente semiológica e sociológica. E, o que talvez seja ainda mais importante, “encarada deste prisma, a ideologia é um fenômeno suscetível de *análise científica* como qualquer outro” (COHN, 1987b: 340; grifos meus).

Chegado a este ponto – à admissão de que a semiologia é uma ciência capaz de colaborar com as ciências sociais no desvendamento da ideologia oculta sob as mensagens emitidas pelos meios de comunicação –, Cohn interroga-se sobre a legitimidade deste conhecimento nas ciências do homem, “especialmente nas pesquisas de caráter sociológico, aplicadas aos meios de comunicação de massa” (COHN, 1987b: 343). A resposta, inconclusiva, aponta para a necessidade de exploração das implicações teóricas e metodológicas deste tipo de análise. Cohn recorda as posições de Umberto Eco, Eliseo Verón e

Roland Barthes a respeito: enquanto os dois primeiros respondem afirmativamente, insistindo na importância da análise semiológica para oportunizar inferências de ordem sociológica e histórica, Barthes mostra-se mais reticente, preferindo optar pela separação entre a análise dos sistemas de signos e o estudo do contexto sócio-histórico em que eles operam – embora admita sua preocupação com ambos.

Cohn conclui apelando às tarefas de demarcação do campo de aplicação da análise estrutural, à sistematização de seus procedimentos analíticos e à sua aplicação concreta, ações que reforçariam as sugestivas tentativas já realizadas e contribuiriam para a consolidação da metodologia. Quanto a sua pertinência, não resta dúvida: “a aplicação da análise estrutural da mensagem a problemas ligados aos estudos dos meios de comunicação de massa está aí para ficar” (COHN, 1987b: 345).

O artigo de Cohn é bastante representativo deste momento histórico da recepção das ideias estruturalistas no país, e das esperanças que acalentaram. É nítido seu esforço em promover uma aproximação entre sociologia e semiologia, pela via do desvelamento ideológico das mensagens dos meios de comunicação de massa, que a semiologia estaria apta a realizar. Adicionalmente, é esta metodologia de análise imanente das mensagens a responsável por uma investigação *científica* da ideologia. É por este viés que se delineia uma sociologia da comunicação que viria marcar de forma indelével, em sua lenta institucionalização no Brasil, o início da teorização sobre a comunicação – identificada, na época, primordialmente, com o estudo da indústria cultural e da cultura de massa. Saliente-se também a perspicácia da síntese das ideias de Barthes, nas quais Cohn identifica corretamente aqueles elementos que definiram o estruturalismo em sua versão cientificista: a análise imanente, independente do conteúdo; o papel desempenhado pelo código na compreensão dos atos comunicativos (compreendidos como trocas de mensagens) e, finalmente, os níveis de estruturação da mensagem (paradigma e

sintagma) e de significação do sistema de signos (denotação e conotação), importantes instrumentos de análise da comunicação massiva.

Este cuidado com a definição precisa de conceitos encontra-se também no texto de Martinet, selecionado por Cohn para compor sua antologia. No artigo, intitulado “A linguagem, instituição humana”, de 1966, o lingüista francês afirma que a linguagem não é uma faculdade natural, mas, sim uma criação do homem, resultante da vida em sociedade. Um dos fundadores do funcionalismo linguístico, Martinet define a linguagem por meio das funções que executa: a *comunicação* e a *compreensão mútuas* entre os homens. A dupla articulação da linguagem também é decorrência da funcionalidade e da economia do sistema: a *primeira articulação* constitui-se de unidades dotadas de conteúdo semântico e expressão fônica, os *monemas*; a *segunda articulação* coordena esta expressão fônica em unidades menores, distintivas e sucessivas, os *fonemas*. Esta distinção passou a integrar o rol de conceitos-chave da linguística (em que pese eventuais divergências entre os pesquisadores), e é considerada uma das grandes contribuições de Martinet à disciplina.

Neste mesmo texto, Martinet define a língua como uma espécie de condicionamento (atuante por meio de uma organização psicofisiológica e/ou da aprendizagem) que habilita o falante a realizar as escolhas necessárias, dentre um repertório de fatos linguísticos disponíveis, daqueles necessários à comunicação. A língua manifesta-se, portanto, no discurso, em atos de fala específicos. Mas, acrescenta Martinet (1987: 53),

o discurso, os atos de fala, não são a língua. A oposição, que é tradicional, entre língua e fala pode também se exprimir em termo de *código* e *mensagem*, sendo o código a organização que permite a redação da mensagem e aquilo que se confronta com cada elemento de uma mensagem, para daí se extrair o sentido.

Desta distinção não se deve imaginar que a fala organiza-se de modo distinto da língua, o que ensejaria o desenvolvimento de uma linguística da

fala; simplesmente, “a fala não faz senão concretizar a organização da língua” (Martinet, 1987: 53). A sutileza destas formulações faz parte do estilo intelectual de Martinet, de quem Giulio Lepschy (1971: 110), ao avaliar sua contribuição à linguística, ressaltou o “singular sentido do concreto, de aderência aos dados de fato, de respeito pela realidade linguística preferivelmente à elegância artificiosa de teorias que desejam forçá-la a entrar em esquemas preestabelecidos”. Impossível não perceber, neste trecho de Lepschy, uma crítica velada à ânsia pela formalização que caracterizou grande parte da reflexão estruturalista. Ressalto também a associação de Martinet entre língua e fala, por um lado, e código e mensagem, por outro, já assinalada por Cohn, e que seria compartilhada por Roman Jakobson, posteriormente.

Vejam agora *Teoria da cultura de massa*, obra que Luiz Costa Lima editou para atender à demanda de um curso sobre cultura de massa para o Departamento de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro, segundo nos informa nas “Notas para a segunda edição”, de 1978. Tal como o livro organizado por Gabriel Cohn, a publicação editada por Lima é uma antologia de textos de autores que se tornaram referência na discussão sobre cultura de massa: Theodor Adorno e Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Lazarsfeld e Merton (o mesmo texto da antologia organizada por Cohn), Marshall McLuhan, Erwin Panofsky, Jean Baudrillard, Roland Barthes e Julia Kristeva, entre outros. De Baudrillard, Lima seleciona trechos de *O sistema dos objetos*, lançado na França em 1968. Barthes tem incluído um de seus primeiros textos sobre fotografia, “A mensagem fotográfica”, de 1962. Kristeva é agraciada com a inserção de “A semiologia: ciência crítica e/ou crítica da ciência”, que, posteriormente, seria integrado à *Introdução à semiótica*.

O texto de Baudrillard é uma antecipação dos temas que viriam a ser desenvolvidos pelo autor em obras posteriores, como *Simulacros e simulações*, que radicaliza a tese do desvanecimento do real, resultado da inflação sógnica que caracterizaria nossa condição pós-moderna. Estão presentes também o

pessimismo *blasé* e as frases de efeito, que se tornariam sua marca registrada. Digno de nota, neste momento, é sua abordagem “apocalíptica” do fenômeno da comunicação de massa – da publicidade, particularmente – baseada em um diagnóstico que lembra muito as invectivas de Adorno contra a indústria cultural: a denúncia de um sistema totalitário, no qual a lógica do capital avança sobre o conjunto da produção social, fazendo erodir a autonomia da cultura, assumida agora como mercadoria. Tanto para Adorno quanto para Baudrillard, do imperativo da ordem social, nem mesmo o inconsciente escapa imune. Há, no entanto, uma diferença fundamental: em Adorno, é a própria razão que, ao voltar-se sobre si mesma, corrói suas promessas emancipatórias, fazendo da humanidade, sua escrava; para Baudrillard, é o signo que, ao reproduzir-se desenfreadamente, perde sua capacidade representativa, tornando-se miragem de um real que se ausenta de forma irreversível. Em ambos, a nostalgia por um mundo mais inocente e estável, em que a razão era justa e equânime; um mundo que podia ser representado fielmente, sem brechas ou fissuras, bastando, para isto, o cultivo e a preservação da *Kultur* ou o recurso a um sistema de signos perfeitamente estruturado.

No texto incluído no livro organizado por Luis Costa Lima, Barthes debruça-se sobre a fotografia de imprensa, que é tratada, desde o título, como uma mensagem, “constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor” (BARTHES, 2000: 325). Esta divisão é o pretexto para uma distinção metodológica: enquanto emissor e receptor devem ser objeto da sociologia, a mensagem, independentemente de sua origem ou destino, necessita de um método próprio, anterior à análise sociológica, “que não pode ser senão a análise imanente dessa estrutura original, que uma fotografia é” (BARTHES, 2000: 326). Identificar os problemas de uma análise estrutural da mensagem fotográfica é o objetivo de Barthes neste artigo.

A primeira dificuldade repousa sobre o fato de que, na fotografia, a passagem do objeto à imagem se dá sem a necessidade de uma *transformação*

(no sentido matemático do termo) interpondo-se entre o real e sua representação; mesmo que existam diferenças entre o objeto fotografado e sua reprodução fotográfica (redução de proporções, alteração nas cores etc.), “não é de modo nenhum necessário fragmentar o real em unidades e constituir essas unidades em signos substancialmente diferentes do objeto que oferecem à leitura” (BARTHES, 2000: 326), como acontece com a linguagem verbal. Tratando-se de uma mensagem contínua, um *analogon* do real, a fotografia constitui um paradoxo: ela é “uma mensagem sem código” (BARTHES, 2000: 327).

Barthes admite a existência de outras mensagens sem código, como o teatro, a pintura e o cinema, nas quais é possível reconhecer, além do conteúdo analógico, certo *estilo* de reprodução – um sentido conotado, “de que o significante é um certo ‘tratamento’ da imagem sob a ação do criador, e cujo significado, quer estético, quer ideológico, remete a uma certa cultura da sociedade que recebe a mensagem” (BARTHES, 2000: 327). O código deste sistema conotado depende, portanto, do modo como a sociedade lê tais mensagens, ancorando esta leitura sobre uma simbólica universal ou sobre estereótipos culturais.

A fotografia de imprensa, todavia, diferencia-se deste tipo de mensagem em um ponto essencial: não sendo “artística”, o sentido denotativo parece preenchê-la completamente, interditando o acesso a um sentido segundo, conotativo. Para Barthes, contudo, o estatuto de objetividade da mensagem fotográfica, alicerçado na plenitude analógica, é puramente mítico, pois inteiramente dependente do senso comum. A partir daí, estabelece como hipótese de trabalho a possibilidade de que a fotografia de imprensa também seja passível de conotação – embora esta conotação não se apresente na própria mensagem, mas resulte de intervenções (no nível da produção) ou de leituras (no nível da recepção). Como toda leitura pressupõe um código, é este código conotativo que deve ser buscado, na tentativa de decifrar o paradoxo fotográfico: “a coexistência de duas mensagens, uma sem código (seria o

análogo fotográfico) e outra com código (seria a 'arte' ou o tratamento ou a 'escritura' ou a 'retórica' da fotografia)" (BARTHES, 2000: 328-329).

A dificuldade metodológica com relação à análise conotativa da mensagem fotográfica reside na impossibilidade de se encontrar, no sistema denotado, analógico e contínuo – sem código, portanto –, suas unidades significantes, aquilo que Martinet chamou de segunda articulação (a dos fonemas). Resta, então, esquadrihar o nível da conotação, o qual, de acordo com Barthes, “comporta bem um plano de expressão e um plano de conteúdo, significantes e significados” (BARTHES, 2000: 329); são estes últimos que necessitam da decifração do analista.

Os sentidos conotativos da fotografia de imprensa são elaborados durante a produção da imagem (enquadramento, iluminação etc.), constituindo uma codificação do análogo fotográfico. Paradoxalmente, como o próprio Barthes reconhece, trata-se de processos de codificação que “nada têm a ver com unidades de significação (...); propriamente, *eles não fazem parte da estrutura fotográfica*” (BARTHES, 2000: 329; grifos meus). A asserção é surpreendente, dado que, para a semiologia estruturalista, esposada por Barthes (pelo menos, neste período), somente se pode falar de código com a condição de que sejam identificadas suas unidades mínimas – pois que é sobre elas que o código exerce seu poder de articulação. Afirmar, como faz Barthes em seguida, que tais processos serão *traduzidos* em termos estruturais não resolve o paradoxo. A saída se dará por outra via, como veremos a seguir.

Os processos conotativos a que a fotografia de imprensa se submete (trucagem, pose, fotogenia, sintaxe etc.) somente são possíveis porque existe, na cultura, uma reserva de signos (estereótipos, valores), um “esboço de código (...); o código de conotação não é nem artificial (como numa língua verdadeira) nem natural: é histórico” (BARTHES, 2000: 330). Asseverar a historicidade da conotação é a senha para que Barthes explore o paradoxo fotográfico até seus limites. Inicialmente, navega em águas conhecidas, retomando travessias

percorridas em *Mitologias*, como quando reafirma a significação ideológica e política da fotografia, ou quando conclui que a conotação fotográfica é uma atividade institucional, com a função de integrar o homem à sociedade por meio da segurança proporcionada pelo código. Aqui se faz ouvir novamente a ênfase na análise estruturalista formal e imanente: “a análise dos códigos talvez permita definir historicamente uma sociedade mais fácil e seguramente que a análise de seus significados, pois estes podem aparecer com frequência como trans-históricos” (BARTHES, 2000: 338). É pelo retorno ao significante, portanto, que se espera decifrar o código da conotação fotográfica.

A historicidade da leitura da fotografia é confirmada em outro nível de conotação, a que Barthes (2000: 336) chama de cognitivo, “cujos significantes seriam escolhidos, localizados em certas partes do *analogon*”, por um leitor que põe à prova seu saber e sua cultura, acionados pela fotografia. Neste nível, novamente o poder reconfortante do signo conotado demonstra sua força: “o homem ama os signos e os ama claros”, conclui Barthes (2000: 336).

A naturalização da representação fotográfica, produzida pela conotação, não deve servir de obstáculo a que consideremos a possibilidade – hipotética, pelo menos –, de um sentido neutro da imagem, uma insignificância fotográfica, como a chama Barthes. Caso exista, se poderia tentar situá-la no nível perceptivo, anterior à cognição propriamente dita. Mas, de imediato, compreende-se que toda percepção é já categorizada, ou seja, verbalizada:

a imagem, apreendida imediatamente por uma metalinguagem interior, que é a *langue*, não conheceria em suma nenhum estado denotado; ela só existiria socialmente imersa ao menos numa primeira conotação, *aquela mesma das categorias da língua (...); as conotações da fotografia coincidem, então, grosso modo, com os grandes planos de conotação da linguagem* (BARTHES, 2000: 336; grifos meus).

Barthes compartilha aqui de uma concepção cara ao estruturalismo, que define a *langue* como “sistema modelizante primário” (conforme a

denominação de Lotman), em relação a qual todos os outros sistemas seriam secundários, já que construídos sobre o molde da linguagem: “Como a consciência do homem é uma consciência linguística, todos os aspectos dos modelos sobrepostos à consciência (...) podem ser definidos como sistemas modelizantes secundários” (LOTMAN, 1978: 37). Por comungar desta premissa, ao fim e ao cabo todo o esforço de Barthes por encontrar o código conotativo da imagem fotográfica acaba remetendo a um conceito definido *a priori* pela teoria. Encontrar o modelo da *langue* ao término da investigação significa abraçar a circularidade do argumento, confirmando no final as premissas que estavam na origem da pesquisa.

É por isso que a questão sobre a possibilidade de um aquém da linguagem é excruciante, pois apenas neste nível seria possível falar de uma denotação pura. Para Barthes, se a denotação efetivamente existe, não seria encontrada naquilo que é chamado de “neutralidade” ou “objetividade”, mas “ao nível das linguagens propriamente traumáticas: o trauma é precisamente o que suspende a linguagem e bloqueia a significação” (BARTHES, 2000: 337). A fotografia traumática (desastres naturais, naufrágios, incêndios, mortes violentas etc.), captada ao vivo, confirma a presença do fotógrafo no momento da cena, atestando a efetiva ocorrência do evento. Além disso, “é aquela de que nada há a dizer: a foto-choque é por estrutura insignificante: nenhum valor, nenhum saber, em último termo nenhuma categorização verbal pode ter domínio sobre o processo institucional da significação” (BARTHES, 2000: 337). Em suma, a fotografia traumática é “insignificante” porque, diante dela, só nos resta calar: é a ausência de verbalização – do recurso ao sistema simbólico da *langue* – que define a denotação. Vê-se aí Barthes novamente às voltas com sua obsessão: a busca pelo aquém do sentido, o “grau zero” dos sistemas simbólicos. A fotografia traumática é, em oposição à Fotografia (com “f” maiúsculo), um “grau zero” do sentido fotográfico – assim como a *écriture* é o avesso da Literatura.

Como em Barthes, a busca por um nível pré-significativo da produção sógnica também anima o projeto de Julia Kristeva, exposto no artigo constante no volume organizado por Lima. Kristeva parte da mesma premissa de Barthes com relação à precedência da língua como sistema modelador/modelizante primário, mas direciona sua aplicação à ciência: “toda prática pode ser cientificamente estudada como *modelo secundário* relativamente à *língua* natural, modelada sobre essa língua e modelando-a” (KRISTEVA, 2000: 307). Segundo Kristeva, após um exercício de autoanálise, o discurso científico teria admitido que retira seus modelos do modelo da linguagem.

Esta autoconscientização da ciência coincide com a chegada da semiologia a um terceiro estágio de sua história: passado o momento inicial, quando Saussure preconiza para a nova disciplina o estatuto de matriz da linguística, atinge ela uma segunda etapa, onde a relação se inverte e, de acordo com Barthes, a semiologia é que se torna parte da linguística; finalmente, alcançada sua fase atual (isto é, 1968, quando Kristeva escreve o artigo), a semiologia torna-se “uma *formalização*, uma *produção de modelos* (...), ou seja, de sistemas formais de estrutura isomorfa ou análoga à estrutura de um outro sistema (do sistema estudado)”. Neste estágio, deixa de depender epistemologicamente da linguística, emprestando das ciências formais – “a matemática, a lógica que, desde logo são *reduzidas à condição de ramificações da vasta ‘ciência’ de modelos da linguagem*” (KRISTEVA, 2000: 309; grifos meus) – os modelos de que necessita para renovar-se. Neste ponto, o objeto da semiologia passa a ser o “nível semiológico”, ou seja, o nível de axiomatização dos sistemas significantes.

Neste sentido, a semiologia tanto assemelha-se às ciências exatas (pois também seus modelos são representações) quanto delas se distingue, na medida em que produz uma teoria da modelagem – não implicitamente, como ocorre em qualquer ciência, mas de forma manifesta, permitindo-lhe abordar o que excede a ordem da representação. A semiologia, portanto, assume-se tanto

como teoria quanto como instrumento, já que reflete sobre o modo de funcionamento do sistema que formaliza e, simultaneamente, elabora o seu modelo axiomático, correspondente a sua estrutura; ao fazê-lo, constantemente “pensa seu objeto, seu instrumento e suas relações, logo *se* pensa, e torna-se nesta volta sobre si mesma, a *teoria da ciência que ela é*” (KRISTEVA, 2000: 310). Remetendo a si mesma, a semiologia elabora sua autocrítica a cada passo; ao final do percurso, encontra apenas uma teoria que, como sistema significante, remete-a novamente a seu ponto de partida: a crítica de seu próprio modelo.

Kristeva nega a evidente circularidade desta trajetória com uma justificativa inusitada: “A pesquisa semiológica permanece uma pesquisa que *não encontra nada ao fim da pesquisa*” (KRISTEVA, 2000: 310; grifos meus). Explica-se: evitando transformar-se em sistema por meio da autocrítica, a semiologia promove um ultrapassamento de si mesma, que a conduz à ideologia. Como ciência das ideologias, a semiologia é “mais (ou menos) que uma ciência, ela é sobretudo o lugar de agressividade e de subversão do discurso científico no próprio interior do discurso” (KRISTEVA, 2000: 311).

Aqui, chegamos a um ponto crucial da argumentação de Kristeva: a subversão da ciência, provocada pela semiologia, produz abalos em sua instância *discursiva*. Obviamente, de modo a evitar o relativismo e o ceticismo, tal subversão “*conserva o procedimento científico, isto é, o processo de elaboração de modelos dublado pela teoria que subentende esses modelos*” (KRISTEVA, 2000: 311-312; grifos meus). Fica evidente que, sendo meramente discursiva, a desordem suscitada pela semiologia limita-se à camada mais superficial da atividade científica: a terminologia. Não se trata, portanto, de um ataque aos *conceitos*, mas aos *termos* pelos quais são nomeados. Na relação particular que mantém com a matemática, a lógica e a linguística, das quais retira seus modelos, é na *terminologia* de cada uma delas que a semiologia vai introduzir alterações, substituindo termos existentes por novos. Ao desmistificar a exatidão do discurso científico, a semiologia assume seu papel de “ciência das

ideologias”. É pela subversão das premissas da linguística, da lógica e da matemática, assumidas como o objeto recusado da semiologia, que esta exerce a crítica à pesquisa científica:

Termos matemáticos como “teorema da existência”, ou “axioma da escolha”; físicos como isotropia; lingüísticos como competência (*competence*), execução (*performance*), geração, anáfora; lógicos como disjunção, estrutura ortocomplementar etc. podem obter um sentido diferente quando são aplicados a um novo objeto ideológico, como, por exemplo, o objeto com que se elabora uma semiologia contemporânea e que é diferente do campo conceitual no qual os termos respectivos foram concebidos (KRISTEVA, 2000: 312).

Deslocar os termos a um novo contexto, no qual a diferença de sentido se faz manifesta – é por esta operação que a semiologia desvela a ideologia oculta por trás da atividade científica. Cabe perguntar: é desta forma que a semiologia “conserva o procedimento científico”? A elaboração (mesmo que autoreflexiva) de modelos, auxiliada por um deslocamento *terminológico*, é suficiente para caracterizar um procedimento como científico? Que ganhos a pesquisa pode obter pela mera “subversão” dos termos científicos? A própria Kristeva é obrigada a se indagar: “Se a abordagem semiológica provoca essa inversão do sentido dos termos, por que empregar uma terminologia que já tem um emprego restrito?” (KRISTEVA, 2000: 313). Boa pergunta. Adiante, tentarei oferecer uma réplica. Por ora, vejamos a resposta de Kristeva.

O procedimento científico que garantiria esta subversão discursiva consiste em modelar o significado como significante, tal como, segundo Kristeva, Marx já havia feito, ao definir a sociedade (o significado) como uma permutação de elementos (os significantes). Tais elementos – o processo de trabalho e as relações sociais de produção – “participam de uma combinatória de lógica particular. Pode-se dizer que as variações desta combinatória são os diferentes tipos de *sistemas* semióticos” (KRISTEVA, 2000: 314). Assim, Marx

teria sido o primeiro a definir o sistema semiótico do ponto de vista do trabalho produtivo.

Segundo Kristeva, Marx estuda a produção pela ótica de seus efeitos, a troca e a circulação de mercadorias, onde o valor do trabalho se cristaliza e pode ser mensurado: “o trabalho, no sistema capitalista, advém como valor (*quantum* de trabalho) e é como tal que Marx analisa sua combinatória (força de trabalho, trabalhadores, patrões, objeto de produção, instrumento de produção)” (KRISTEVA, 2000: 315). O valor do trabalho, portanto, é sempre relacionado à produção ou circulação de mercadorias.

Há, no entanto, outra possibilidade: pensar o trabalho *antes* da mercadoria ser produzida e posta a circular na cadeia de comunicação, antes dele tornar-se valor e adquirir sentido. Este trabalho “pré-sentido” é entendido por Marx como dispêndio, e o máximo de atenção que recebe é em forma de crítica à economia política, onde se analisa o sistema de troca de signos que ocultam o trabalho-valor. Para Kristeva (2000: 316), “o texto de Marx sobre a circulação de dinheiro é um dos cumes que atingiu o discurso (comunicativo), já que ele só pode falar da comunicação *mensurável* sobre o fundo de produção; a qual é apenas indicada”. A crítica de Marx ao sistema de troca acabou por se constituir na matriz da crítica semiológica ao signo e à produção/circulação de sentido (é o que faz Baudrillard, por exemplo).

Tendo partido, com Saussure, de um modelo de racionalidade econômica, que equiparava valor e sentido, a semiologia passou por uma longa reflexão sobre o *logos* como sistema modelador antes que lhe chamasse a atenção esse “trabalho sem sentido”, anterior à troca e à comunicação. E aqui, Kristeva muda de referencial teórico: após uma leitura althusseriana de Marx, incorpora a reflexão de Freud sobre o mecanismo do sonho, que revela “a própria produção como um *processo* não de troca (ou de uso) de um sentido (de um valor), mas de jogo permutativo que modela a própria produção” (KRISTEVA, 2000: 317). Distinto do sistema de troca, o trabalho de sonho,

interior ao processo comunicativo, mas dele diferido, constitui um sistema semiótico próprio, em cujo nível latente se desenrola uma produção pré-representativa, prévia ao próprio pensamento.

Essa ruptura com a lógica da representação, provocada pelo trabalho do sonho, condensa o problema essencial da semiologia, em sua terceira fase: “continuar a formalizar os sistemas semióticos do ponto de vista da comunicação (...), ou então, no interior da problemática da comunicação (...), esta outra cena que é a produção de sentido anterior ao sentido” (KRISTEVA, 2000: 317). Adotando-se a segunda alternativa, duas opções se apresentam: isola-se um aspecto mensurável e representável do sistema significante em estudo a partir de um conceito não mensurável (trabalho, grama, diferença) ou, então, constrói-se uma nova problematização científica (de uma ciência que também é teoria) gerada por este novo conceito (o sentido anterior ao sentido). Neste caso, esta nova ciência será elaborada após a definição de um novo objeto: “o *trabalho* como prática semiótica diferente da troca. (...) não mais *troca fundada sobre a produção*, mas *produção regulada pela troca*” (KRISTEVA, 2000: 318).

De acordo com Kristeva, as ciências exatas já se deparam com esta problematização do não-representável e do não-mensurável, buscando novos modelos de formalização, baseados na lógica e na matemática, que devem ser herdados pela semiologia. Entretanto, como ciência-teoria do discurso, a semiologia é uma ciência de si mesma, que tende a considerar a produção antes do produto; sendo, portanto, “rebelde à representação que se serve unicamente de modelos (representativos), recusa-se a fixar a própria formalização que lhe dá corpo, retornando-a incessantemente por uma teoria inquieta do não-representável (não-mensurável)” (KRISTEVA, 2000: 318-319). Desta forma, a semiologia marca sua diferença com relação às ciências exatas, na medida em que seu objeto não é um objeto de troca; voltada para a cena do trabalho antes

do valor, ela acentua a subversão da terminologia científica e a elaboração de modelos não representativos.

Depois deste longo e acrobático raciocínio, Kristeva chega, finalmente, à questão que efetivamente lhe interessa: indagar sobre o lugar reservado à literatura numa semiologia assim definida. A resposta não surpreende: “Para a semiologia, a literatura não existe” (KRISTEVA, 2000: 320) – ao menos, não como objeto estético, mas tão somente como uma prática semiótica particular. No lugar da literatura, entendida como discurso codificado e denotativo, objeto da linguística normativa, emerge o texto como produtividade, a *écriture*, compreendida como “produção irreduzível à representação” (KRISTEVA, 2000: 320). É a investigação desta prática da escritura como produção não representativa que a semiologia deve se dedicar, ciente de que os modelos que elaborar não apenas serão afetados pela *écriture*, como poderão, reciprocamente, transformá-la.

Kristeva, tal qual Barthes (mas também como Derrida), ensaia a fusão entre filosofia e literatura que iria caracterizar o pós-estruturalismo, marcado pelo relativismo radical e pela crítica ao logocentrismo ocidental. Ao terçar armas contra a ciência – ainda que em nome de uma “nova ciência” –, pavimenta o caminho que conduziria ao ceticismo contemporâneo. Voltarei a isso.

É curioso constatar que, no que tange à semiologia, as duas coletâneas, embora publicadas com uma diferença de apenas dois anos, sejam bastante representativas dos três momentos da trajetória estruturalista, o cientificista, o moderado e o especulativo. É por isto que o livro de Cohn apresenta-se bem mais conservador, por assim dizer, do que o de Lima: enquanto que no primeiro opta-se pela seleção de textos representativos do período em que o estruturalismo encontrava-se em alta, e ainda era capaz de alimentar esperanças promissoras com relação ao estabelecimento de um padrão de racionalidade para as ciências, baseado na estrutura da linguagem, no segundo já é possível

perceber sintomas da crise que viria abalar o edifício estruturalista, anunciando a ascendência do pós-estruturalismo. O texto de Kristeva, publicado no livro organizado por Luiz Costa Lima, é exemplar neste sentido.

Não parece casualidade o fato de Cohn ser sociólogo e Lima, teórico da literatura: cada um a seu modo, ambos sintomatizam as relações de suas respectivas disciplinas com o estruturalismo, mais amplamente, e com a semiologia, em particular. Cohn esforça-se por estabelecer laços entre o método estruturalista e os métodos das ciências sociais, visando a um incremento de cientificidade. Lima, de sua parte, busca identificar as modificações produzidas no âmbito da cultura, *lato sensu*, pelo advento da cultura de massa, flagrando, neste movimento, o tom apocalíptico que marcaria as denúncias à indústria cultural realizadas por intelectuais com formação humanista e erudita – leia-se, literária e filosófica. E, como vimos, é pela via da teoria da literatura que a reflexão semiológica se encaminha para sua fase especulativa derradeira.

Os textos comentados até aqui oferecem um retrato da recepção da semiologia estruturalista no momento de incipiência do campo da Comunicação no Brasil. Duas outras publicações podem ser adicionadas às de Lima e Cohn nesta amostra. São livros mais recentes e, distintamente dos anteriores, não se organizam como antologias, mas como amplas sistematizações de teorias que, na visão de seus compiladores, integram-se ao campo da Comunicação: trata-se dos livros de Mauro Wolf, *Teorias das comunicações de massa* (2008; primeira edição de 1985), e do casal Armand e Michèle Mattelart, *História das teorias da comunicação* (2000; primeira edição de 1995). Ambos refletem um momento em que o campo já apresenta um *corpus* teórico acumulado, mais variado do que aquele com que se podia contar no início dos anos 1970, exigindo a mediação de um *scholar* para sua divulgação. Além disso, identificam-se de forma explícita (a começar pelo título) como obras pertencentes (e pertinentes) ao campo da comunicação. No levantamento das bibliografias da disciplina de Teoria da Comunicação, realizado pela

pesquisa PROCAD referida acima, constam, respectivamente, em quinze (sessenta e oito por cento) e dezessete (setenta e sete por cento) dos vinte e dois planos de ensino coletados.

Mauro Wolf trata da semiologia ao final da primeira parte de seu livro, no capítulo nove, sintomaticamente intitulado “As teorias da comunicação”. Para Wolf, a reflexão sobre a comunicação esteve constantemente atrelada a um ou outro paradigma sociológico, determinante não apenas do teor das problemáticas elaboradas, mas também das orientações metodológicas das investigações. Paralelamente, e em contraposição a esta vinculação com as ciências sociais, houve um investimento na geração de modelos dos processos de comunicação, desenvolvidos no âmbito de uma reflexão sobre a comunicação de massa, entendida, prioritariamente, como um questionamento sobre *a comunicação*, em sentido lato. Esta oposição é traduzida por Wolf como uma “polêmica entre sociologia e semiótica” (WOLF, 2008: 106).

A crítica da vertente sociológica identificava, em tais modelos de comunicação, uma abstração aistórica, e propunha, em seu lugar, uma teoria da sociedade na qual a problemática da comunicação estaria, inevitavelmente, incluída. A recusa a um modelo – ou a uma teoria – específico sobre a comunicação implica no risco, alerta Wolf (2008: 107), de “aceitar o modelo mais simplificado que por muito tempo esteve disponível: o derivado da teoria da informação”. A situação ideal seria uma abordagem capaz de integrar ambas as perspectivas, sociológica e semiótica, de modo a dar conta da complexidade do objeto de pesquisa da teoria da comunicação.

O referido capítulo, que trata das “teorias da comunicação”, é subdividido em três tópicos, nos quais são apresentadas a teoria da informação, de Shannon e Weaver, e dois modelos de Umberto Eco e Paolo Fabbri: o “modelo de comunicação semiótico-informativo” e o “modelo semiótico-textual”. Irei dar a devida atenção à teoria da informação, logo mais. Por ora, limito-me a reter da leitura de Wolf a crítica à operacionalidade do modelo do

processo de comunicação proposto por esta teoria – ou melhor, a crítica à redução do modelo à sua função operacional, que seria o maior entrave à sua pretensão explicativa. Para Wolf, retomando o argumento da polêmica entre sociologia e semiótica, a admissão de um modelo do processo de comunicação por parte das ciências sociais frequentemente pareceu constituir um obstáculo à investigação. Por esta razão, estas limitavam-se a adotar o modelo mais simplificado que encontravam, o da teoria da informação, sem atentar para o fato de que, nesta teoria, a significação é programaticamente excluída.

Mesmo assim, segundo Wolf (2008: 115-116), “por muito tempo na *communication research* o modelo de informação foi o verdadeiro paradigma dominante, raramente foi colocado em questão e, no entanto, muitas vezes foi utilizado”. Wolf apresenta três razões para esta persistência: em primeiro lugar, a difusão do modelo para muito além do âmbito meramente técnico de seu desenvolvimento, graças a um abrandamento da especificidade de seus conceitos. De acordo com Wolf, ao incorporar o modelo à linguística, Roman Jakobson foi um dos principais responsáveis tanto por esta expansão quanto pela rarefação conceitual; o que “permaneceu [foi] a forma total do esquema” (WOLF, 2008: 116). Em segundo lugar, a adequação do modelo transmissivo linear às pesquisas relativas aos efeitos das mensagens dos meios de comunicação de massa sobre as audiências. Por fim, o que já foi apontado acima: a adoção de um modelo implícito do processo comunicativo por parte da sociologia, que, ou relegava a questão para o segundo plano, ou então subsumia a problemática da comunicação em seus grandes modelos explicativos da sociedade (é o caso da teoria crítica).

Conforme Wolf, os modelos de Eco e Fabbri apresentam a vantagem de incluir no modelo informativo de Shannon e Weaver a questão da significação, extrapolando, desse modo, a mera transmissão de informação do pólo emissor ao receptor. A ampliação do conceito de código é responsável por este ganho teórico: código deixa de ser “apenas o sistema que organiza os significantes (ou

os sinais)” para tornar-se “um sistema de emparelhamento e equivalências. O código une um sistema de significantes a um sistema de significados” (ECO *apud* WOLF, 2008: 113). Graças a esta revisão conceitual, o modelo semiótico-informativo atribui a produção de sentido à remissão das mensagens ao código, tanto por parte do emissor quanto do receptor; desse modo, o modelo inclui em seu escopo a comunicação humana. Tem-se aí a passagem de um modelo de *transmissão* da informação (entre dois pólos) para um modelo de *transformação* (de um sistema a outro). “O código garante a possibilidade dessa transformação”, segundo Wolf (2008: 120).

A reformulação do conceito de código permite que se valorizem a decodificação – o acionamento das competências interpretativas do público – e a negociação, que resulta do compartilhamento destas competências entre destinatador e destinatário nos vários níveis em que a significação da mensagem é produzida. De acordo com Wolf (2008: 121), “do ponto de vista sociológico, nesse espaço tomam forma as variáveis ligadas aos fatores de mediação entre indivíduo e comunicação de massa”. É no interior destes limites que se definem as possibilidades de “decodificação aberrante” – aquela efetivamente produzida pelo destinatário à revelia das intenções do emissor –, de hiper ou hipocodificação, de discrepância entre os códigos etc. Lembremos que, para Cohn, é neste interstício que se abre a possibilidade de cooperação entre semiologia e sociologia.

O modelo semiótico-informativo revela, portanto, a assimetria estrutural entre as diferentes funções comunicativas de emissor e destinatário, salientando a impossibilidade de se inferir, direta e linearmente, os efeitos de sentido produzidos na recepção meramente a partir do reconhecimento da gramática da produção. Para Wolf, no entanto, o modelo ficou aquém de suas possibilidades, limitando-se ao “âmbito das mensagens, dos seus códigos, da estrutura da comunicação” (WOLF, 2008: 123), sem avançar na formulação de

hipóteses sobre os efeitos sociais da mídia – segundo Wolf, o critério definidor do êxito de uma teoria de *communication research*.

O segundo modelo, semiótico-textual, mantém a assimetria entre emissor e receptor, mas promove um deslocamento conceitual ao postular que, na comunicação de massa, não ocorre simplesmente emissão de mensagens, mas um fluxo contínuo (sincrônica e diacronicamente) de conjuntos de textos, interpretado segundo determinadas práticas textuais. Os receptores, embora desconheçam a gramática de produção, têm ampla familiaridade com agregados de textos, o que lhes permite interpretá-los a partir deste repertório de conhecimentos prévios. A afirmação inspira-se na distinção estabelecida por Lotman e Uspenski (2000) entre culturas gramaticalizadas e textualizadas: as primeiras, voltadas ao conteúdo, representam-se como um sistema de regras geradoras de textos; as últimas, orientadas para a expressão, são representadas como um conjunto de textos, reunidos em coleções ou antologias. Esta distinção aponta para um dado estrutural importante: a cultura erudita identifica-se com a cultura gramaticalizada, cujas regras de produção, explicitadas metalinguisticamente, são reconhecidas por uma comunidade discursiva; a cultura de massa, contrariamente, seria textualizada. Nesta última, “é provável que a competência interpretativa dos destinatários baseie-se e articule-se sobretudo em relação aos agregados de textos já fruídos, mais do que em relação a códigos explicitamente compreendidos e reconhecidos como tais” (WOLF, 2008: 126).

De acordo com Wolf, decorrem daí duas consequências teóricas importantes: em primeiro lugar, revela-se como dados estruturais da comunicação de massa, acessíveis por levantamento sociológico (centralização, grade de programação rígida, fluxo unidirecional), são transformados em mecanismos de comunicação (descritos pelo modelo semiótico-textual), incidindo sobre formas de apropriação por parte do público (ou seja, sobre os efeitos gerados, critério fundamental para avaliar o potencial de uma teoria,

como vimos). Adicionalmente, a natureza semiótica do modelo permite perceber como processos de decodificação do texto são antecipados pelo emissor, que pode, então, tomar decisões com base não apenas na informação que deseja transmitir, mas também na imagem que faz do seu destinatário-modelo (daí a relevância de se levar em conta os gêneros de discurso). Tais conjecturas a respeito dos saberes do receptor (a “função do destinatário”) *passam a fazer parte do próprio texto*: “A semiótica e a análise do discurso estudaram particularmente a dinâmica interativa entre destinador e destinatário, *ligada à estrutura textual e inscrita nela*, mostrando como esta última contempla os percursos interpretativos que o receptor deve atualizar” (WOLF, 2008:128; grifos meus).

Portanto, seja concentrando-se sobre o código – o modelo semiótico-informativo –, seja valorizando a intertextualidade – o modelo semiótico-textual –, ambos acabam por restringir-se a análises textuais imanentes, minando, na origem, a possibilidade de uma parceria entre semiologia e sociologia, demandada por Wolf (como o fora antes, por Gabriel Cohn) para a tarefa de investigar as formas de ação da comunicação de massa. Nesse sentido, a inclusão da comunicação humana no diagrama de Shannon e Weaver, explicitada pelo modelo semiótico informativo de Eco e Fabbri, revela-se infrutífera, na medida em que não rompe os limites do código como instância última a que se deve recorrer para a produção de sentido. A extensão do modelo da teoria da informação ao âmbito da comunicação humana tampouco era novidade; veremos adiante que esta já era uma possibilidade que, embora não estivesse prevista na formulação original de Shannon, vai aparecer depois na versão popularizada por Weaver.

Por fim, o livro dos Mattelart, *História das teorias da comunicação*, que concede o título de “O estruturalismo” a um tópico que abrange a semiologia; incluído no quarto capítulo, juntamente com a teoria crítica e os *cultural studies*, o estruturalismo recebe aí um enfoque amplo, que ultrapassa a vertente

semiológica do movimento, de modo a contemplar a discussão sobre “Indústria cultural, ideologia e poder”, questões que dão título ao capítulo. Com esta intenção, são comentados trabalhos de Louis Althusser, Michel Foucault, Jean Baudrillard (na polêmica travada com Hans Magnus Enzensberger sobre o potencial emancipador dos meios de comunicação de massa) e, até mesmo, Guy Debord. Contrariamente a esta expansão, irei restringir-me ao que, no capítulo, relaciona-se à semiologia.

Armand e Michele Mattelart, de saída, caracterizam o estruturalismo como uma teoria linguística, disciplina de onde partiram os *insights* que iriam estender-se a outras ciências humanas, como antropologia, literatura e psicanálise. Roland Barthes, em *Elementos de semiologia*, é quem aceita o desafio de Saussure de sistematizar a nova ciência, concebida pelo mestre genebrino com o propósito de estudar a “*vida dos signos no seio da vida social*” (SAUSSURE, 2006: 24). Invertendo a hierarquia proposta por Saussure, que reservara antecipadamente um lugar para *a linguística como parte da semiologia*, Barthes assume o projeto saussuriano de considerar “os ritos, os costumes etc. como signos” (SAUSSURE, 2006: 25), investigando-os de um ponto de vista semiológico, *a partir de uma matriz linguística*. Para Barthes,

a Semiologia tem por objeto, então, qualquer sistema de signos, seja qual for sua substância, sejam quais forem seus limites: imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que se encontram nos ritos, protocolos ou espetáculos, se não constituem “linguagens”, são, pelo menos, sistemas de significação (BARTHES, 2006: 11).

Os Matellart destacam, destes sistemas, a organização diádica dos conceitos que constituem a base do projeto barthesiano: língua e fala, significante e significado, sistema e paradigma, denotação e conotação. Destes, o par denotação/conotação é fundamental para o desmascaramento da ideologia subjacente às mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de

massa, tarefa que distingue a semiologia da mera descrição do conteúdo manifesto destas mensagens, realizada pela análise funcionalista. Ainda que a sistematização teórica da semiologia lhe seja posterior, é com a publicação de *Mitologias*, em 1957, que Barthes põe em prática este projeto, analisando, nas crônicas reunidas no livro, “o funcionamento da conotação e suas implicações ideológicas” (MATTELART; MATTELART, 2000: 90). Os mitos, aí, fazem passar por natural e evidente – o sentido denotativo – aquilo que é, na verdade, um sentido segundo, parasitário – conotativo. Juntamente com *O sistema da moda* e os *Elementos de semiologia*, *Mitologias* apresenta a sistematização da semiologia segundo o ponto de vista de Barthes. E, no entanto, “Seu interesse pelas expressões da cultura de massa revelar-se-á menos intenso do que seu desejo de renovar os métodos da crítica literária” (MATTELART; MATTELART, 2000: 92).

Durante um período, Barthes desenvolve suas pesquisas no CECMAS (Centro de Estudos das Comunicações de Massa), fundado em 1960 por Georges Friedmann, com o apoio de Edgar Morin e do próprio Barthes, e onde seria editada a revista *Communications*; “esse centro representa a primeira tentativa séria de constituir na França um círculo e uma problemática da pesquisa em comunicação” (MATTELART; MATTELART, 2000: 90). Na mesma época, na Itália, é criado em Milão o Instituto Agostino Gemelli, também empenhado em pesquisas sobre comunicação e cultura de massa. Do centro, fazem parte Umberto Eco, Paolo Fabbri, Gianfranco Bettetini e Francesco Casetti, entre outros.

O texto dos Mattelart também relembra a importância do encontro entre Roman Jakobson e Claude Lévi-Strauss em Nova York, em 1942, para a extensão do método estrutural da linguística à antropologia e, daí, para o restante das ciências sociais e humanas. Deve-se à Lévi-Strauss a introdução da análise estruturalista nas investigações sobre sistemas totêmicos, de parentesco e mitológicos, os quais “só possuem sentido em sua combinação. Essas regras combinatórias permitem ultrapassar a superfície da linguagem para descobrir

um conjunto de relações, uma lógica” (MATTELART; MATTELART, 2000: 88), da qual deriva o sentido.

Jakobson, que havia sistematizado as regras de funcionamento da linguagem a partir de uma estrutura binária, e formulado um modelo de comunicação por meio da generalização de conceitos da teoria da informação, avança, no início dos anos 1970, “em seu intento de dotar a lingüística de um estatuto científico” (MATTELART; MATTELART, 2000: 89), incorporando descobertas recentes da biologia molecular – particularmente, as leis da hereditariedade a partir da duplicação do DNA. Jakobson encontra semelhanças estruturais entre o código genético e o código linguístico, já que, em ambos, “existe uma estrita linearidade da mensagem na sequência temporal codificação-decodificação; é possível reduzir as relações entre elementos, fonema ou base química, a um sistema de oposições binárias” (MATTELART; MATTELART, 2000: 89).

Armand e Michèle Mattelart encerram o tópico sobre o estruturalismo assinalando a crise que o atingiu no final dos anos 1960, motivada pelas críticas ao excesso de abstração taxionômica e ao privilégio concedido pelas análises às invariantes estruturais, ao desprezo pela ação social e à coerção da estrutura sobre o sujeito. A autoreferencialidade da linguagem, que, enclausurada sobre si mesma, subtrai-se a toda vinculação com a realidade sensível, é indicada como a matriz dos problemas: “Encerrada no texto, a lingüística estrutural reduzira o contexto ao ‘código’. Ao fazê-lo, para retomar a classificação de Jakobson, a ‘função referencial’ fora suprimida, e a ‘função metalingüística’ prevalecera” (MATTELART; MATTELART, 2000: 101). Retornarei a esta crítica mais tarde.

Antes de finalizar, é necessário que se faça justiça, admitindo que o livro do casal Mattelart reserva também algumas páginas (uma página e meia, para ser exato) à obra de Peirce: no capítulo 2, “Os empirismos do Novo Mundo”, que trata da Escola de Chicago e da *mass communication research* (a

vertente funcionalista dos anos 1930-40), encontramos, paralelamente ao texto principal, um apêndice: “Charles S. Peirce, fundador do pragmatismo e da semiótica”. Apesar do reconhecimento, manifestado no título do adendo, de que semiótica e semiologia são distintas, e da atribuição da paternidade da semiótica a Peirce, o que se lê aí é uma apresentação sumaríssima do pensamento peirciano: por meio de citações, define-se o conceito de signo, caracteriza-se o pragmatismo como método de definição do sentido das palavras, e expõe-se a segunda tricotomia da primeira (e mais conhecida) classificação dos signos de Peirce: ícone, índice e símbolo. E nada mais.

Um indício da leitura apressada que os Mattelart fazem da obra de Peirce fica evidente no comentário ao seu pansemioticismo, quando lhe recriminam justamente o que, para estudiosos do filósofo norte-americano, é uma das virtudes de seu sistema filosófico: a vagueza dos conceitos. É preciso compreender que essa vagueza não é meramente linguística, mas ontológica, pois depende da relação que o signo estabelece com o objeto (relação de amplitude) e com o interpretante (relação de profundidade), na qual sempre há espaço para a indeterminação (um exemplo bastante pobre: quando dizemos que alguém não é “nem alto, nem baixo” ou “nem gordo nem magro”). Grande parte da extrema abstração dos conceitos peircianos são uma tentativa de desenvolver uma “teoria exata da inexatidão”, segundo a feliz formulação de Julio Pinto (1995: 34). Vagueza conceitual, portanto, não significa imprecisão terminológica. A afirmação dos Mattelart (2000: 33), de que “a obra de Peirce continua sendo de uma abstração terrível”, demonstra o quanto ignoram a obra que avaliam.

Este modesto estado do conhecimento⁵⁶ da introdução da semiologia no Brasil e de sua recepção pelo campo da Comunicação está longe de ser

56 A expressão “estado do conhecimento” é sinônima de “estado da arte”. Optei pela primeira por ser menos conhecida e, portanto, menos marcada semanticamente do que a segunda. “Estado da arte” traz consigo a noção

exaustivo. Ainda assim, atendeu a um triplo propósito (e, por isso, demorei-me nele):

a. demonstrar a predominância da tradição menor da Semiótica como referência teórica determinante para a configuração do campo da comunicação no país – notadamente, em seus primórdios, mas com presença relevante ainda hoje;

b. pela seleção de textos e autores, perceber por quais vieses estabeleceram-se afinidades e contraposições entre semiologia e Comunicação, quais temáticas se sobressaíram, que propostas metodológicas se delinearam, que indagações se permitiram fazer e quais objetos foram privilegiados;

c. por fim, cartografar, em linhas gerais, as premissas epistemológicas, teóricas e metodológicas da semiologia estruturalista: as pretensões de cientificidade, supostamente garantidas pelo recurso à linguística; a eleição do modelo da língua como matriz de inteligibilidade; o privilégio à análise textual imanente (com o conseqüente distanciamento do empírico); a importância atribuída ao código (ou ao sistema/estrutura); a ambição de desmascaramento ideológico da sociedade burguesa, pela denúncia do sentido oculto sob a superfície das mensagens geradas (e geridas) pela indústria cultural; a busca por um “aquém do sentido”, inapreensível pela linguagem – embora pretensamente apreensível pela nova ciência-teoria dos signos etc.

Estas questões podem ser agrupadas em três momentos do pensamento estruturalista, que correspondem, em linhas gerais, à divisão proposta por Thomas Pavel, e que pode ser identificada ao que José Guilherme Merquior qualificou, no subtítulo a “De Praga a Paris” (1991), como o surgimento, a

de um levantamento exaustivo de determinada área de conhecimento, com a intenção de conhecer sua situação presente. No entanto, pode também ser definido como o mapeamento e discussão de “uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados *em diferentes épocas e lugares*” (FERREIRA, 2002: 258; grifos meus). A atualidade, portanto, não é critério definidor do estado da arte, nem seu melhor juiz. É neste sentido que a adoto aqui.

mudança e a dissolução da ideia estruturalista: respectivamente, o estruturalismo cientificista, o moderado e o especulativo. Substitua-se “estruturalismo” por “semiologia”, mantendo os adjetivos, e se tem uma boa descrição de como os caminhos da Comunicação e da ciência dos signos, em sua versão logocêntrica, se cruzaram ao longo do tempo, passando da fé na linguagem como matriz de cientificidade ao ceticismo epistemológico e ontológico – ou, no que diz respeito à Comunicação, do modelo linear transmissivo da teoria da informação e da confiança no código como suporte de significação para a dúvida quanto ao direito à existência de uma ciência da Comunicação, como vimos no texto de Kristeva.

A classificação de Pavel é um recurso útil para a ordenação do percurso que acabei de revisar, pois permite situar os textos com base no modo como cada um se apropria da herança saussuriana. Os textos de Cohn, Barthes, os modelos comentados por Wolf, e a produção de Lévi-Strauss, Jakobson e Barthes, resenhada pelos Mattelart, podem ser incluídos na semiologia cientificista, que, além do recurso à linguística, ancora-se também na teoria da informação e na formalização matemática de modelos do processo comunicativo – entendido como troca de mensagens –, para desenvolver uma semiologia dos códigos. A semiologia moderada incluiria o texto de Martinet, que, embora filie-se explicitamente à linguística saussuriana, não extrai daí qualquer ilação a respeito de seu eventual papel como ciência-piloto, restringindo-se à discussão de tópicos de interesse no interior da própria disciplina. Finalmente, a semiologia especulativa abarca o texto (que apresentei sumariamente) de Baudrillard – é nítida sua aderência ao *pathos* modernista da crítica cultural, associado ao ceticismo quanto à capacidade de representação do signo –; novamente, o artigo de Barthes sobre fotografia, que oscila entre a remessa do sentido ao código e a busca da denotação pura, aquém da linguagem, tema tipicamente modernista (neste sentido, seu artigo pode ser lido como sintomático de um momento de transição), e, certamente, o artigo de

Kristeva, caracterizado por uma reflexão que dilui, propositalmente, as fronteiras entre os discursos científico e filosófico-literário para questionar a raiz logocêntrico-metafísica da ciência. É nestes últimos textos que se pode flagrar com nitidez a presença das duas fontes do formalismo estruturalista: a matematização e o modernismo literário.

Barthes recorre à matemática para caracterizar o estatuto peculiar da representação fotográfica como paradoxal: uma mensagem sem código. Chega-se à conclusão da ausência de código porque, para que resulte em imagem, o objeto não tem necessidade de passar por nenhuma transformação “no sentido *matemático* do termo”, explica Barthes (2000: 326; grifos meus). Associar a ausência de código à dispensa de uma *transformação matemática* do real em imagem leva-nos a inferir que o sistema, do qual este código regula as transformações, seja um *sistema formal* (na definição de Gaston Granger). E mais, um sistema formal *modelado sobre o sistema da língua*, já que é pelo contraste com a linguagem verbal que se reconhece que a “mensagem fotográfica” é carente de codificação: na fotografia, ao contrário do que acontece com a linguagem, não se consegue decompor o contínuo da matéria significativa em unidades menores, como os fonemas, de cuja articulação emana o sentido. Logo, Barthes assume aqui, ainda que implicitamente, que a língua constitui um sistema formal, como a matemática. Como (ao menos, nesta fase caleidoscópica) não lhe é concebível que possa haver produção de sentido se não houver remessa ao código, é a inexistência de uma estrutura formal “isomorfa” à linguagem, a que se pudesse remeter o sentido da mensagem fotográfica, que o leva a definir o estatuto da fotografia como paradoxal. Na tentativa de solucionar este paradoxo, Barthes postula um grau zero do sentido, fora da órbita do sistema.

A busca pela neutralidade de sentido fotográfico ecoa a suspensão da significação almejada pela “descrição branca” de Robbe-Grillet; entretanto, o caminho adotado aqui, na reflexão sobre a fotografia, é o oposto do que havia

sido proposto lá. Recordemos que o esvaziamento de sentido alcançado pelo *nouveau roman* era tributário da radicalização formal da escritura, por meio da qual se rompiam todos os vínculos entre o signo e o referente – era por meio da autoreferencialidade que o sentido era abolido. No caso da fotografia, acontece o oposto: o trauma é a saída encontrada por Barthes para o bloqueio da significação porque, por meio dele, a imagem fotográfica adere ao real *imediatamente*, ou seja, sem a mediação do signo – vale dizer, sem a mediação da estrutura da linguagem. Recordemos que o trauma depende “da certeza de que a cena realmente teve lugar: *era necessário que o fotógrafo estivesse lá*”, salienta Barthes (2000: 337). É por isso que este é um texto de transição em sua produção teórica: embora a obsessão pela neutralidade do sentido estabeleça uma continuidade entre os dois momentos, o método para alcançá-la é radicalmente distinto: aqui, o real, ainda que traumático, é onde a denotação fotográfica vai se aninhar; lá, o fechamento do texto sobre si mesmo o expulsa irremediavelmente, e o real se converte num “efeito”. É interessante notar que n’*A câmara clara*, último texto publicado em vida por Barthes, o dilema da codificação do *analogon* fotográfico parece definitivamente superado, já que “a coisa *necessariamente* real que foi colocada diante da objetiva” (BARTHES, 1984: 115), é novamente reconhecida como indispensável à semiótica fotográfica. Lemos uma fotografia, nos diz Barthes, não porque ela esteja codificada, mas porque, por intermédio dela, nos relacionamos com o real do qual ela é índice.

Kristeva também recorre aos modelos formais em sua proposta de subversão do discurso científico pela semiologia. O ponto de partida é considerar a língua como sistema modelador de todo discurso, inclusive o científico. Após um exercício de autoanálise, a ciência teria reconhecido que seus modelos são construídos sobre o modelo da linguagem. Entretanto, com a chegada da semiologia à sua terceira fase, ela deixa de depender da linguística para assumir como seu objeto a produção de modelos, ou seja, a geração de sistemas formais isomorfos aos modelos que investiga – incluindo os modelos

elaborados pelas ciências formais, dos quais empresta os modelos que elabora. Por conta deste isomorfismo, a semiologia, por alguma razão misteriosa, que Kristeva não se dá ao luxo de explicar, torna-se o tronco do qual a lógica e a matemática não passam de ramificações – isto, apesar destas serem credoras do empréstimo de modelos feitos àquela.

Aqui já se revela o infundado da pretensão estruturalista, denunciada por Gaston Granger, de eleger como matriz de formalização das ciências uma ciência/disciplina cujos modelos sejam menos formalizados do que aqueles aos quais pretende servir de matriz. Lembremos que, para isso, a semiologia deveria ser um sistema formal, algo que necessitaria ser demonstrado – o que Kristeva não faz. Obviamente, toma como pressuposto que, tendo se originado da linguística, a semiologia teria herdado desta sua natureza formal. É claro que essa linha de descendência depende de se atribuir à língua a condição de sistema formal, o que ela não é, como vimos. Além do mais, o *isomorfismo* – termo usado para justificar a escolha da língua e/ou da semiologia como “sistema modelador primário” – *não é condição necessária para a eleição de determinada ciência como geradora de modelos*; aliás, é exatamente nisto que reside o poder da matemática: é graças à sua *polivalência semântica* que os modelos elaborados pela matemática podem ser transferidos para outros domínios, *com os quais não mantém nenhuma relação de isomorfismo*.

Não sendo então um sistema formal, por que razão a semiologia deveria ser considerada como a ciência geradora de modelos? Para Kristeva, a semiologia possui uma vantagem em relação às ciências formais (matemática e lógica): “ela é uma teoria que em princípio pode abordar o que não é da ordem da representação” (KRISTEVA, 2000: 309-310). Ora, mas o que fica de fora da “representação” dos modelos formais é exatamente o que não é pertinente à formalização, aquilo a que Gaston Granger nomeou como “o vivido”. Então, ou bem a semiologia é um sistema formal, e tudo o que integra seus modelos depende inteiramente da modelização, ou ela não é um sistema formal e pode,

portanto, elaborar representações daquilo que não é representável pelos modelos formais. Os objetos da matemática, por exemplo, nada mais são do que o resultado da elaboração dos modelos e, portanto, não têm existência fora destes modelos; logo, seus objetos são unicamente “da ordem da representação” – tudo o que excede a representação não é pertinente à matemática.

Mas toda a subversão provocada pela semiologia depende deste excedente não-representável. É quando Marx e Freud são convocados: ambos, cada um à sua maneira, enfrentaram o problema do não-representável subjacente à toda representação. Freud, com a interpretação dos sonhos, desvela um nível latente de significação, no qual uma lógica puramente combinatória sustenta uma produção pré-representativa, um “sentido anterior ao sentido”, manifesto nas trocas comunicativas que se dão no nível consciente. Marx, por sua vez, concentra-se no efeito resultante da produção de mais-valia, a geração de valor, que circula na forma de mercadoria. A ênfase de Marx na produção e circulação de valor o leva a considerar como dispêndio todo trabalho não produtivo, que não entra em circulação como valor. Kristeva se interessa por esta “despesa improdutiva” (como diria Bataille) e pelo “sentido pré-representativo” identificado por Freud porque eles põem em xeque exatamente o modelo de comunicação herdado da teoria da informação, centrado na transmissão de mensagens. A mensagem a ser transmitida é selecionada dentre um conjunto de alternativas equiprováveis na fonte, e é deste *trabalho produtivo* que ela retira seu valor. Como, para Saussure, o *sentido* do signo depende de seu *valor* (opositivo, negativo e relacional), Kristeva iguala um ao outro, preenchendo semanticamente⁵⁷ o que, na formulação original da teoria da informação, era um dado puramente quantitativo. Mas é claro que o fato de ser *mensurável* também depõe contra o conceito de informação, assim como a eficácia do sistema de transmissão, que busca evitar todo desperdício,

⁵⁷ Veremos adiante que, com isso, Kristeva estava apenas reproduzindo uma interpretação heterodoxa da teoria da informação, autorizada pelo próprio Weaver por ocasião de sua divulgação do trabalho de Shannon.

excluindo como ruído indesejável justamente aquilo que é fundamental para a semiologia, em sua terceira fase: o excedente ao sentido, não formalizável e não representável, local de emergência do texto como produtividade – a *écriture*.

Em que consiste, afinal, esta subversão? Conforme visto acima, trata-se de uma subversão *discursiva*, operacionalizada por meio de “uma renovação da terminologia” (KRISTEVA, 2000: 313). Já aponte o equívoco de Kristeva ao confundir *conceitos* e *termos* científicos. Um conceito científico deve aspirar à clareza e univocidade, de modo a facilitar a comunicação e o debate entre os pares – pelo menos, para aqueles que partilham o ideal da ciência como atividade coletiva, na qual a tradição disciplinar, onde os conceitos são forjados, tem peso considerável. Para o conceito, portanto, importa seu conteúdo semântico, dependente tanto do quadro teórico em que se insere quanto de sua referência a um real do qual pretende ser uma descrição. Certamente, quando se retira o conceito de seu contexto teórico original para implantá-lo em outro sistema, seu sentido é efetivamente “subvertido”. O risco, evidente, é de que esta subversão não vá além de um esvaziamento do sentido original, sem que um sentido novo venha lhe preencher o vácuo semântico (característica de que apenas a matemática pode se orgulhar, como vimos). Obviamente, para quem compartilha do ideal modernista de “literarização” do pensamento, rigor conceitual está longe de ser uma meta, já que o critério de escolha dos termos (não se pode falar em conceito aqui) é meramente estético. É neste ponto que, em Kristeva, coincidem cientificismo e literaro-filosofismo: a subversão da ciência almejada por ela não é um rompimento de paradigma, que, por mais desestabilizador que seja, trabalha a favor do progresso científico; ao contrário, trata-se de mais uma manifestação da revolta modernista *contra a ciência* – ainda que disfarçada de empreendimento científico.

É por isso que proliferam em seus textos os abusos citados por Sokal e Bricmont, que identificam na obra de Kristeva produzida neste período – do final dos anos 1960 ao início dos anos 1970 – a presença abundante de *termos* da

ciência exatas e naturais. Comentando a ambição de Kristeva de desenvolver um modelo formal para a análise poética fundamentado na matemática, os autores indagam: “Que relação, se é que existe alguma, tem a linguagem poética com a teoria matemática dos conjuntos?”. Eles mesmos respondem: “Kristeva, na verdade, não diz” (SOKAL; BRICMONT, 1999: 49), apenas incorpora uma variedade de noções técnicas da matemática, sem deixar claro sua relevância para os fins a que pretende. Observam também que a tentativa de estabelecer uma analogia entre a poética e os conceitos matemáticos de “inumerável” e “infinito” resulta simplesmente na evocação dos “nomes desses últimos conceitos, sem dar a mais tênue explicação sobre seu sentido” (SOKAL; BRICMONT, 1999: 53).

A questão que importa aqui é a que a própria Kristeva se faz, e que já citamos acima: “Se a abordagem semiológica provoca essa inversão do sentido dos termos, por que empregar uma terminologia que já tem um emprego restrito?” (KRISTEVA, 2000: 313). Justamente: por quê? Simplesmente porque, com isso, Kristeva pode justificar sua ambição de fazer da semiologia uma disciplina subversiva, capaz de revolucionar a ciência “por dentro” (atacando seu discurso), sem perder o prestígio de que gozam as ciências naturais e exatas, das quais simula emprestar o rigor. Num ponto, entretanto, ela tem razão: a insubordinação terminológica solapa toda precisão conceitual. Para quem ambiciona elevar a semiologia à condição de ciência geradora de modelos formais, que dependem da construção de uma sintaxe tão precisa quanto possível, a subversão não passa de atitude cuidadosamente estudada por quem se pretende, a um só tempo, rigorosa e maldita. Infelizmente, como disse São Mateus, não se pode servir a dois senhores sem que se acabe por odiar a um e amar ao outro.

Kristeva pavimenta o caminho que seria percorrido pelo pós-estruturalismo em sua crítica à racionalidade científica, determinante para o ceticismo contemporâneo. Mas, em sua reflexão, ainda é possível perceber uma

preocupação – que irá desaparecer mais adiante – com a questão da comunicação, ainda que por um viés negativo. É revelador que a concepção de comunicação que aparece no contexto da discussão de Kristeva ainda seja aquela proposta pela teoria da informação, evidenciando a persistência deste modelo no âmbito do estruturalismo. Barthes, Eco, Lévi-Strauss e Jakobson também o adotam sem questionamento, considerando-o sinônimo de teoria da comunicação *tout court*. Nos capítulos seguintes, vou acompanhar a discussão sobre comunicação que emerge das reflexões de Lévi-Strauss e Jakobson, salientando a importância que desempenhou aí o modelo da teoria da informação. Com isto, pretendo demonstrar que as sementes do ceticismo, que iria se radicalizar com o pós-estruturalismo, já se faziam presentes neste momento inicial, em que se buscava uma compreensão do fenômeno da comunicação no âmbito do estruturalismo.

TEORIA DA INFORMAÇÃO: A COMUNICAÇÃO HUMANA COMO FÓRMULA ESTATÍSTICA

Nos Estados Unidos, a adoção da teoria da informação como disciplina unificadora da dispersão institucional e teórica da Comunicação ocorre paralelamente ao interesse da ciência política pela *mass communication research*, logo após a segunda guerra. A ciência política foi definida por Lasswell como uma “ciência social para as necessidades de inteligência de uma era”⁵⁸ (PETERS, 1986: 535). O conceito revela de imediato tanto sua origem quanto sua finalidade. “Inteligência” é um termo de uso militar e sua inclusão no conceito forjado por Lasswell denuncia a função da ciência política na época: fortalecer a democracia norte-americana e conter o avanço do comunismo.

A adoção do jargão militar não é gratuita: desde a publicação de *Propaganda Techniques in the World War*, em 1927, Lasswell desenvolveu pesquisas sobre a utilização dos meios de comunicação de massa como veículos de propaganda em épocas de conflito bélico, retrospecto que lhe garantiu o cargo de diretor da *Experimental Division for the Study of War Time Communications* (Divisão Experimental para o Estudo de Comunicações em Tempos de Guerra), da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, durante a segunda guerra mundial.

Lasswell, um dos pais fundadores da Comunicação, é autor do célebre modelo que leva seu nome. O “modelo de Lasswell” diz que:

Uma maneira conveniente para descrever um ato de comunicação consiste em responder às seguintes perguntas:

Quem
Diz o quê
Em que canal

⁵⁸ “social science for the intelligence needs of an age”

*Para quem
Com que efeito?* (LASSWELL, 1987: 105).

Tanto Wolf (2008: 14) quanto o casal Mattelart (2000: 40) notam que, na prática, o modelo serviu para enfatizar apenas duas das cinco perguntas: aquelas que, respondidas, diriam algo sobre o conteúdo das mensagens e seus efeitos sobre a audiência. A concentração nestas questões evidencia que, subjacentes ao modelo de Lasswell, ocultam-se pressupostos teóricos que fundamentaram as pesquisas do período, tanto à direita (a pesquisa administrativa) quanto à esquerda (a teoria crítica): a) uma concepção específica de sociedade, qualificada como massiva, na qual se enfatiza o anonimato, a homogeneidade e o atomismo dos indivíduos; b) uma compreensão da ação dos meios de comunicação, considerada poderosa o suficiente para produzir determinados efeitos sobre o público (sejam ele diretos ou indiretos, limitados ou ilimitados, a curto, médio ou longo prazo), e, por fim, c) uma teoria psicológica behaviorista, baseada no esquema estímulo-resposta.

Mauro Wolf aponta ainda outras premissas do modelo: em primeiro lugar, a assimetria do processo, “com um emissor ativo que produz o estímulo e uma massa passiva de destinatários que reage quando ‘atingida pelo estímulo’”; a intencionalidade do ato comunicativo, visando (como dito acima) a geração de determinado efeito, “observável e mensurável”, “em relação sistemática com o conteúdo da mensagem”, e, finalmente, o isolamento do comunicador e do destinatário, que aparecem como “independentes das relações sociais, situacionais, culturais em que ocorrem os processos de comunicação” (WOLF, 2008: 13).

Acrescente-se aí o contexto histórico do imediato pós-guerra e a filiação de Lasswell à corrente funcionalista da sociologia norte-americana, e ficam evidentes duas outras características determinantes do modelo: sua finalidade administrativa – na medida em que elege como objetivo a manutenção do equilíbrio do sistema social por meio de ações coordenadas –, e, em

conseqüência, seu viés informacional, já que a operacionalidade do modelo baseia-se no monitoramento contínuo dos *inputs* e *outputs* do sistema. Ambas as características podem ser flagradas nas três funções atribuídas por Lasswell ao processo comunicacional, especialmente nas duas primeiras: “1) a vigilância sobre o meio ambiente; 2) a correlação das partes da sociedade em resposta ao meio; 3) a transmissão da herança social de uma geração para outra” (LASSWELL, 1987: 106).

A segunda diz respeito aos fluxos de informação entre sistemas especialistas, notadamente por aqueles responsáveis pela transmissão de mensagens oriundas de fontes externas (ou da periferia do próprio sistema), de cuja eficiência depende a rapidez de resposta dos centros decisórios. Esta resposta, por sua vez, é fundamental para fazer frente às ameaças do meio ambiente, que se encontra sob constante vigilância, em conformidade com a primeira das funções. O viés conservador do modelo de Lasswell explica-se pelo viés político da proposta e, obviamente, pelo contexto histórico, propício ao desenvolvimento de teorias que visavam à preservação do *american way of life*, costumeiramente ameaçado por forças hostis.

A guerra também iria influenciar decisivamente o desenvolvimento de outro modelo, elaborado a partir dos métodos de decifração de mensagens criptografadas: a teoria da informação. No final dos anos 1940, Warren Weaver, um de seus formuladores, escreve um artigo⁵⁹ de divulgação científica em que explica o modelo originalmente proposto por Claude Shannon. Considerada por McQuail (2003: 48) como um “elemento teórico influente no paradigma

59 O texto em que Shannon apresenta seu modelo foi publicado em 1948, com o título “A mathematical theory of communication”, no volume 27 do *The Bell Technical System Journal*, um periódico do laboratório de pesquisas da Bell Systems, vinculado a AT&T (American Telegraph & Telephone). Um ano depois, Shannon e Weaver publicam, pela University of Illinois, o livro *The mathematical theory of communication*. O texto de Weaver a que faço referência foi editado em português na coletânea organizada por Gabriel Cohn, *Comunicação e industrial cultural*, e é uma tradução do artigo “The mathematics of communication”, publicado na *Scientific American*, 181, de 1949.

dominante” das pesquisas sobre os meios de comunicação, a teoria da informação acabou por revelar-se um manancial bastante duradouro. Conceitos elaborados pela teoria acabariam por ser incorporados, posteriormente, em distintas abordagens semiológicas da comunicação, contribuindo decisivamente para a definição de modelos do processo comunicativo.

John Fiske (2004: 50) associa a teoria da informação ao modelo de Lasswell, que lhe parece “uma versão verbal do modelo original de Shannon e Weaver”: ambos são lineares, concentram-se na transmissão de mensagens e negligenciam a preocupação com a significação, substituindo-a pela questão dos efeitos. Inversamente, pode-se dizer que o modelo de Shannon e Weaver é uma representação gráfica do modelo de Lasswell, na medida em que as fases do processo de comunicação do modelo adquirem, na teoria da informação, a forma de esquema.

As afinidades não param aí; como Lasswell, Claude Shannon e Warren Weaver também se envolveram com pesquisas militares: durante a segunda guerra, Shannon desenvolveu trabalhos na área da criptografia para os laboratórios da Bell Systems, vinculada a AT&T (American Telegraph e Telephone), enquanto Weaver realizava pesquisas sobre máquinas de calcular. A teoria da informação, como ficou conhecido o modelo proposto por Shannon e Weaver, nasce, portanto, num contexto histórico marcado pela necessidade premente de resolução de problemas práticos, com eficiência e baixo custo.

A simplicidade do modelo e seu vasto escopo de aplicação, aliás, são características enfatizadas por Weaver. Após afirmar que, dada a generalidade da teoria, ela pode ser estendida a todas as formas de comunicação, não importando a natureza dos símbolos utilizados (palavras faladas ou escritas, imagens, notas musicais etc.), conclui que “A teoria é motivada de forma tão imaginosa que trata da essência mesma do problema de comunicação” (WEAVER, 1987: 34). Weaver arremata com dois exemplos: a criptografia e a tradução automática.

A engenhosidade da teoria é tamanha que, para Weaver, ela não se restringiria a resolver problemas no nível técnico, mas seria útil também para soluções nos níveis semântico e de influência. No nível técnico enfrentam-se os problemas referentes à transmissão precisa das informações entre emissor e receptor; no nível semântico, questões relativas à compreensão do significado da mensagem pelo receptor, em comparação com o significado pretendido pelo emissor; no nível de influência verifica-se, na conduta do receptor, a eficácia do efeito pretendido pelo emissor – para Weaver (1987: 26), “fica claro que a comunicação ou influencia a conduta ou não tem qualquer efeito perceptível ou comprovável”. A importância atribuída aos efeitos observáveis e mensuráveis é outro fator a aproximar a teoria da informação do modelo de Lasswell.

Weaver salienta de forma recorrente que, embora desenvolvida para resolver problemas no nível técnico, a teoria acaba englobando também os outros níveis, seja porque estes são diretamente afetados pelos limites de precisão daquele, seja porque “a análise teórica do problema técnico revela que este se justapõe, mais do que se poderia suspeitar, aos problemas de semântica e de eficácia” (WEAVER, 1987: 27). Quando isto acontece, basta ampliar o “diagrama formal de um sistema de comunicação” (WEAVER, 1987: 34) (Figura 1, abaixo), acrescentando-lhe, por exemplo, um “receptor semântico”, localizado entre o receptor e o destino.

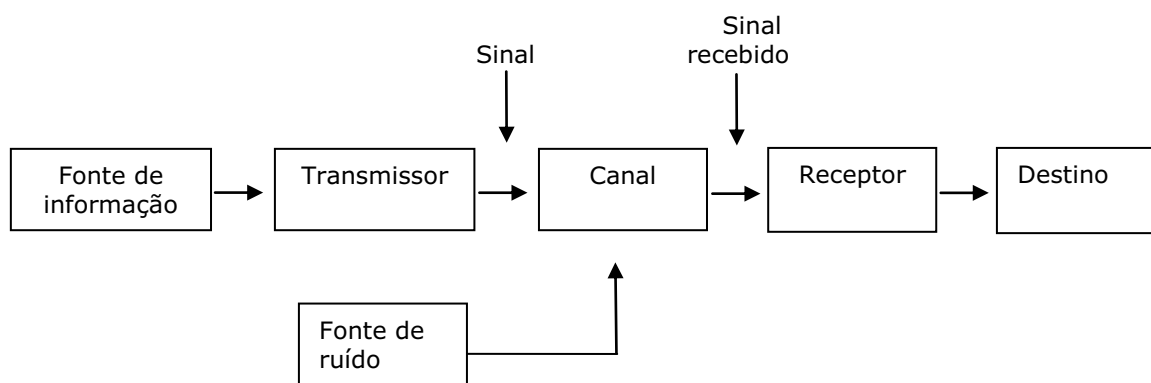


Figura 2: Diagrama formal de um sistema de comunicação (WEAVER, 1987: 27)

O sistema de comunicação, assim concebido, estuda questões relativas “à quantidade de informação, à capacidade do canal de comunicação, ao processo de codificação utilizável para transformar uma mensagem em um sinal, e aos efeitos do ruído” (WEAVER, 1987: 28). Para atender a estes objetivos é que se definem os conceitos fundamentais da teoria da informação – ou teoria matemática da comunicação, como também ficou conhecida.

Informação é o conceito central e refere-se à medida da liberdade de escolha do emissor no processo de elaboração de uma mensagem, frente às opções ofertadas pela fonte; trata-se de um processo estatístico, visto que não se aplica a nenhuma mensagem específica, mas ao conjunto de possibilidades que se apresentam em sua origem. Segundo Weaver (1987: 29), “a fonte de informação faz uma sequência de escolhas a partir de um conjunto de símbolos elementares, sendo que a sequência selecionada forma, então, a mensagem”. A probabilidade desempenha papel decisivo, já que a escolha dos símbolos que se sucedem depende da seleção dos que lhes antecederam. Devido à natureza estatística da fonte de informação, o significado da mensagem (considerada individualmente) perde importância; o interesse recai sobre o cálculo que define a capacidade do canal de transmitir eficazmente determinada quantidade de informação – aquela que compõe a mensagem produzida pela fonte. A eficácia, aqui, está associada à redução do ruído, ou seja, tudo aquilo que interfere negativamente na transmissão, aumentando os riscos de incerteza no receptor.

Para J. Paulo Serra, esta redefinição do conceito de informação é uma das razões da influência da teoria de Shannon e Weaver sobre o modo como o processo de comunicação passa a ser concebido a partir daí, tanto no que diz respeito a seus componentes (emissor, mensagem, código, canal, receptor etc.), quanto no que tange à sua natureza linear e transmissiva. Serra ressalta ainda um elemento-chave na teoria: o papel desempenhado pelo código. Diz ele:

O 'sentido' da informação – o que determina que algo seja ou não informação para um determinado sujeito ou grupo de sujeitos – está, assim, totalmente dependente do conhecimento do código por parte do sujeito ou grupo de sujeitos, o que nada muda à objectividade intrínseca da mensagem (SERRA, 2007: 94-95).

A presença do código é imprescindível para reduzir a entropia, evitando ao máximo a casualidade na escolha dos símbolos disponibilizados na fonte, potencialmente úteis para a composição da mensagem. Quanto mais organizada a situação na fonte, menor a entropia. O código mais econômico e eficaz é o código binário, que organiza a escolha dos símbolos por meio de decisões entre pares de opções – sim e não, zero e um, por exemplo. O número de decisões a serem tomadas até a confecção da mensagem final é medido em bits (*binary digits*), que constituem a medida da quantidade de informação desta transmissão: quanto mais escolhas, maior a entropia e, conseqüentemente, mais informativa é a fonte.

Weaver atenta para o aparente paradoxo em associar a quantidade de informação (a medida do número de escolhas necessárias para a consecução da mensagem) à entropia (a desorganização da fonte), o que poderia levar a pensar que o ruído, gerador de incerteza, seria benéfico. A solução consiste em não considerar a quantidade de informação isoladamente, mas associada à capacidade de transmissão do canal: é somente ao interferir nesta relação entre quantidade a ser transmitida e capacidade de transmissão que o ruído constitui uma incerteza indesejável. Em contrapartida, “A incerteza que decorre da liberdade de escolha da parte do emissor é uma incerteza desejável” (WEAVER, 1987: 31).

Além do código, também contribui para a diminuição do ruído o uso da redundância, definida como a medida daquela porção da mensagem que poderia ser eliminada sem inviabilizá-la completamente. A redundância está diretamente ligada ao grau de liberdade de que dispõe o emissor, já que se

refere a tudo aquilo que não é controlado de forma obrigatória pelo código. Assim, apesar de ser inversamente proporcional à quantidade de informação disponível – quanto mais redundância, menos informação –, a redundância também se relaciona com o livre-arbítrio do emissor – mas, neste caso, “dentro” do código. É por isso que Weaver afirma que, se tomarmos como exemplo a língua inglesa, que tem aproximadamente cinquenta por cento de redundância, “cerca da metade das letras ou palavras que escolhemos, ao escrever ou falar, é de nossa livre escolha e cerca de metade é realmente controlada pela estrutura estatística da língua” (WEAVER, 1987: 26).

Um tópico merece atenção aqui: a extensão do modelo matemático de Shannon e Weaver à comunicação e linguagem humanas, definidas estatisticamente. Já havia feito alusão a isto quando ressaltai a generalidade da teoria. Fica evidente, no trecho citado acima e em outras passagens do texto, que o modelo teórico é suficientemente elástico, de modo a incluir em seu escopo a comunicação humana. Logo após apresentar o diagrama formal de um sistema de comunicação, Weaver o ilustra com as seguintes palavras: “Quando eu falo com você, meu cérebro é a fonte de informação e o seu é o destinatário; meu sistema vocal é o transmissor e o seu ouvido, (...) o receptor” (WEAVER, 1987: 27). A semelhança com a descrição que Saussure apresenta do circuito da fala é notável: quando há duas pessoas conversando, o processo de comunicação se inicia no cérebro de uma delas, sede dos conceitos linguísticos, os quais, associados à determinada imagem acústica, são transmitidos por um comando cerebral ao aparelho de fonação, que os converte em ondas sonoras; estas, emitidas pela boca do falante, são transmitidas pelo ar até o ouvido da segunda pessoa, onde o processo se inverte – as ondas sonoras vão do ouvido ao cérebro, onde são associadas ao conceito correspondente (SAUSSURE, 2006: 19).

No âmbito desta expansão da teoria, a definição estatística da linguagem é um recurso fundamental, por conta de sua atuação como

instrumento de redução da complexidade que se encontra disponível na fonte de informação. Isso vale tanto para a “comunicação em geral” quanto para a linguagem humana, que deve ser concebida, de acordo com Weaver, em termos estatísticos, de modo a ampliar sua eficácia: não sendo possível ao homem dizer tudo o que gostaria, a língua “deve aproximar-se disso o máximo e o mais freqüentemente possível. Vale dizer: a linguagem deve executar sua tarefa de uma maneira estatística” (WEAVER, 1987: 27).

Tecnicamente, a otimização desta tarefa passa pela redução, por meio de fórmulas matemáticas, da freqüência sonora da voz humana, de modo a tornar mais eficaz sua transmissão (por um canal telefônico, por exemplo). De todas as freqüências que a voz pode atingir, apenas uma pequena faixa é suficiente para sua transmissão por um canal de capacidade restrita. Com este exemplo, Weaver deixa claro que a teoria da informação pode ser aplicada não apenas a códigos baseados em símbolos discretos, mas também à comunicação contínua, como a que faz uso da voz humana: “Muitas das afirmativas para o caso discreto não requerem qualquer modificação para o caso contínuo, e outras apenas requerem pequenas alterações” (WEAVER, 1987: 34).

A aplicação da teoria matemática a modos de comunicação discretos e contínuos, sua extensão à linguagem humana e a concepção desta em termos estatísticos⁶⁰, são contribuições teóricas atrativas demais para passarem despercebidas. De fato, não apenas foram percebidas como adotadas fervorosamente por pesquisadores interessados em levar a cabo uma investigação da linguagem que merecesse o epíteto de científica (ou que, ao menos, assim parecesse). A conjugação da linguística com a teoria matemática da comunicação sustentaria variações em torno de um modelo de comunicação

60 A concepção estatística da linguagem já aparece no artigo original de Claude Shannon. Ao reconhecer seu débito para com Norbert Wiener, Shannon atribui a este “a primeira formulação clara da teoria da comunicação como problema estatístico” (SHANNON, 1948: nota 4). [“the first clear-cut formulation of communication theory as a statistical problem”].

destinado a ter vida longa e próspera. Proposta originalmente por Roman Jakobson, esteve presente já na origem do estruturalismo, com Lévi-Strauss.

AS FONTES MATEMÁTICAS E LINGUÍSTICAS DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO E A ONTOLOGIZAÇÃO DA ESTRUTURA

Do ponto de vista da história intelectual, o nascimento do estruturalismo francês pode ser atribuído ao encontro entre Claude Lévi-Strauss e Roman Jakobson em Nova York, na *École Libre des Hautes Études*, em 1942 (FRANK, 1992: 5), promovido por Alexandre Koyré, que insistiu junto ao antropólogo para que este conhecesse o linguista. Para Lévi-Strauss, o encontro rendeu mais do que uma bela amizade: ofereceu-lhe a possibilidade de refundar a antropologia francesa sobre uma base culturalista, rompendo com a matriz biologista que a caracterizara até então. Para este projeto de modernização intelectual, a associação com a linguística revelou-se fundamental, pois permitiu a Lévi-Strauss redirecionar a discussão sobre os sistemas de parentesco (objeto clássico da antropologia), fundamentando-os não mais sobre a consanguinidade, mas sobre um sistema arbitrário de representação, como o signo saussuriano:

Como os fonemas, os termos de parentesco são elementos de significação; como eles, só adquirem esta significação sob a condição de se integrarem em sistemas; os “sistemas de parentesco”, como os “sistemas fonológicos”, são elaborados pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente; (...) em ambos os casos, os fenômenos observáveis resultam do jogo de leis gerais, mas ocultas (LÉVI-STRAUSS, 1970a: 50).

Este trecho diz muito sobre o estruturalismo de Lévi-Strauss e sobre a enorme influência que exerceu. Para o que aqui se propõe, importa reter da citação a referência à fonologia, para retomar as razões que levaram Lévi-Strauss a mencioná-la.

A fonologia teve grande desenvolvimento com os trabalhos do Círculo Linguístico de Praga, que introduziu o termo “estrutura” nos estudos da linguagem. Com o sentido que iria repercutir na França, a partir do final dos anos 1950, a palavra aparece pela primeira vez no programa exposto nas “Teses de 1929”, apresentado por ocasião do I Congresso de Filólogos Eslavos, realizado na capital checa em outubro daquele ano. O texto constitui uma síntese programática redigida por um comitê formado por Roman Jakobson, Vilém Mathesius, Bohumil Trnka, Boris Havranek e Jan Mukarovsky, reunindo a colaboração de vários autores ligados ao Círculo (Nicolai Trubetzkoy, Piotr Bogatyriov, entre outros). Na segunda tese lê-se:

As imagens acústico-motoras e subjetivas só fazem parte de um sistema linguístico na medida em que nele desempenham uma função significativa diferenciadora. O conteúdo sensorial de tais elementos fonológicos é menos essencial que as suas relações recíprocas no seio do sistema (*princípio estrutural do sistema fonológico*) (JAKOBSON, MATHESIUS, TRNKA, 1978: 85).

As relações significativas (distintivas) entre os sons no interior do sistema são mais importantes do que sua realidade material concreta – é nesta definição metodológica que Lévi-Strauss se inspira para levar à frente seu estudo dos sistemas de parentesco. Sua estratégia consiste em isolar, da variedade de manifestações do fenômeno, um número limitado de combinações possíveis, cujas relações serão, então, exploradas. O objetivo desta redução é determinar as invariantes universais, capazes de explicar as inúmeras variações encontradas na pesquisa de campo. Para Lévi-Strauss, esta invariante é a proibição do incesto: elo entre o natural e o cultural, a interdição produz, no universo contínuo da natureza, uma clivagem arbitrária, fundadora da cultura. Assumir o pressuposto da homologia formal entre sistemas de parentesco e a estrutura da linguagem é o passo decisivo para estender as descobertas da

linguística para o estudo da sociedade e, daí, para as ciências sociais e humanas. Nisso, sabemos que Lévi-Strauss foi beneficiado pelo clima intelectual da época:

O êxito crescente da noção de sistema, depois da de estrutura, encontra-se vinculado ao conjunto das mutações científicas das diversas disciplinas na virada do século, principalmente à sua capacidade para explicar a interdependência dos elementos constitutivos do seu objeto próprio (DOSSE, 1993: 34).

Como vimos, a linguística, em sua versão estruturalista, assume, neste contexto, o papel de ciência-piloto, a matriz da cientificidade de que as humanidades e as ciências sociais necessitavam para atingir o patamar de eficácia e rigor das ciências exatas e da natureza. Além da linguística, a matemática, a linguagem formalizada por excelência, também desempenhou um importante papel, ostensivamente reconhecido por Lévi-Strauss (1970b: 306): “As pesquisas estruturais apareceram nas ciências sociais como uma conseqüência indireta de certos desenvolvimentos das matemáticas modernas”. Dentre as teorias capazes de submeter a um tratamento rigoroso os dados coletados no trabalho de campo, Lévi-Strauss arrola os trabalhos de Norbert Wiener, fundador da cibernética; de John Von Neumann e Oskar Morgenstern, criadores da teoria dos jogos, e de Shannon e Weaver, responsáveis pela teoria da informação. A estes, pode-se acrescentar o grupo de matemáticos reunidos sob o pseudônimo de Nicolas Bourbaki – André Weil, um de seus integrantes, é responsável pelo apêndice matemático de *Estruturas elementares do parentesco*. Em conjunto, afirma o antropólogo Mauro de Almeida, todos compartilham a noção de uma teoria da comunicação fundada sobre os modelos do diálogo, dos jogos, dos comandos e da troca. E acrescenta:

Havia contudo um traço mais geral presente nessa visão da atividade científica, além da ênfase metodológica em seu caráter de construção de modelos. Era a idéia de que a atividade científica consistiria na busca de *invariantes revelados*

ao nível dos modelos, mais do que no estudo da propriedade dos objetos (ALMEIDA, 1999; grifos meus).

Reunindo contribuições da linguística e da matemática, Levi-Strauss desenvolve um método baseado precisamente na revelação de invariantes estruturais, ocultas sob a aparência sensível dos fenômenos. A matemática é fundamental porque é pela modelização que os fenômenos tornam-se inteligíveis, o que permite que sejam exploradas suas relações internas: “As pesquisas estruturais não ofereceriam interesse algum se as estruturas não fossem traduzíveis em modelos cujas propriedades formais são comparáveis, *independentemente dos elementos que os compõem*” (LÉVI-STRAUSS, 1970b: 307b; grifos meus). Também advém da matemática o conceito de transformação, do qual depende (em conjunto com a modelização) a descoberta das invariantes universais. Segundo Almeida, a matemática moderna tornou dispensável a referência a um sistema de coordenadas para a descrição das propriedades de um dado objeto. Perde-se a localização de um ponto no espaço em troca da preservação das relações entre este ponto e os outros; estas relações, invariantes, são chamadas de propriedades estruturais, pois permanecem as mesmas, independentemente do sistema de coordenadas adotado. Uma reta, por exemplo, permanece uma reta em qualquer sistema de coordenadas – eis porque ela não pode ser descrita como “vertical” ou “horizontal”. Conclui Almeida (1999; grifos meus):

É necessário então, através da idéia de transformação, aprender a traduzir mutuamente as “observações” da reta realizadas em diferentes sistemas de coordenadas – de tal forma que é a existência dessas transformações que assegura a possibilidade de falar na identidade de objetos.

Definir a identidade de um objeto ou fenômenos por meio de suas transformações: é exatamente isto que Lévi-Strauss faz ao aplicar os métodos da fonologia estrutural ao estudo dos sistemas de parentesco. Uma demonstração

desta aplicação nos é dada na definição do que chamou de “átomo do parentesco”: uma estrutura fundada sobre quatro termos – irmão, irmã, pai, filha –, que se unem por dois pares de oposições em correlação, de forma que, a cada duas gerações, em pelo menos uma haverá sempre uma relação positiva e outra negativa (ou seja, em que determinadas alianças são permitidas e, outras, interditas). Estas alianças e interdições são prescritas pelo tabu do incesto, que determina que um homem só possa obter uma mulher de outro homem se este cedê-la sob a forma de irmã ou filha. Esta estrutura é tida como invariante e universal, por duas razões: primeiro, porque permanece idêntica a si mesma, independentemente de suas variações fenomênicas (localizadas pela etnologia em distintos pontos do tempo ou do espaço); mas também – e principalmente – porque, por meio de transformações matemáticas, permite tornar inteligíveis todos os tipos de sistemas de parentesco possíveis.

Modelização e transformação são procedimentos analíticos que permitem operar uma redução significativa (distintiva) na imensa variedade de manifestações pelas quais os fenômenos sensíveis apresentam-se ao analista. A linguística procede de forma semelhante. Segundo Lévi-Strauss, a incorporação do método linguístico pela antropologia fundamenta-se numa “analogia surpreendente” entre o curso da investigação das duas disciplinas: a descoberta de uma diversidade praticamente ilimitada de formas de relação interindividuais pode ser comparada ao levantamento da diversidade de sons que o aparelho vocal é capaz de articular. Assim como a língua retém, deste vasto material à disposição, apenas alguns sons, também o grupo social “retém apenas alguns elementos, dos quais ao menos alguns permanecem os mesmos através das culturas mais diversas, e que ele combina em estruturas sempre diversificadas” (LÉVI-STRAUSS, 1970a: 58). A analogia não passaria de uma ilusão, fabricada pelo desejo do antropólogo, se não postulasse a existência de uma metaestrutura, uma lei geral a regular a permanência do mesmo ao longo de suas inúmeras transformações.

Esta metaestrutura, Lévi-Strauss a define na “Introdução à obra de Marcel Mauss”, como um “valor simbólico zero” que, tal como o *mana*, “é simples forma ou, mais exatamente, símbolo em estado puro, portanto suscetível de assumir qualquer conteúdo simbólico” (LÉVI-STRAUSS, 2003: 31). Esta concepção apóia-se na tese lévi-straussiana da defasagem temporal entre o surgimento da linguagem e a deflagração do processo de conhecimento: enquanto o pensamento simbólico aparece repentinamente, reunindo no mesmo plano significante e significado, a capacidade cognitiva de relacionar um ao outro desenvolve-se de forma progressiva – ou, dito em outras palavras, a continuidade do simbolismo fragmenta-se aos poucos, dando origem à descontinuidade do conhecimento. O plano do simbólico já estava dado, muito antes que começasse a diferenciação, em seu interior, de domínios particulares do conhecimento. Com este lance teórico, Lévi-Strauss determina a prevalência do significante sobre o significado, peça-chave do estruturalismo nascente.

Lévi-Strauss ainda identifica, no *Ensaio sobre a dádiva*, a antecipação do método fonológico de Trubetzkoy e Jakobson, já que, em sua concepção da troca, Mauss parte de “um dado puramente fenomenológico, fora da alçada da análise científica, [para então distingui-lo] de uma infraestrutura mais simples que ele, e à qual ele deve toda sua realidade” (LÉVI-STRAUSS, 2003: 31; grifos meus). De acordo com Lévi-Strauss, esta ousadia de Mauss, inaugural de uma nova era para as ciências sociais, pode ser comparada à importância que teve para a matemática moderna o desenvolvimento da análise combinatória. Como vimos, é esta formalização matemática da realidade que habilita Lévi-Strauss a caracterizar a proibição do incesto como invariante universal, fundadora da cultura e base de toda relação social. Adicionalmente, permite a elaboração de um modelo abstrato das trocas, que resultaria numa teoria da comunicação.

Conforme Lévi-Strauss, a sociedade poderia ser interpretada, integralmente, em função de uma teoria da comunicação, nos três níveis em que ocorrem trocas de “mensagens”: no primeiro, as regras de parentesco e de

matrimônio, estruturalmente homólogas à linguagem, asseguram a circulação de mulheres entre clãs, linhagens e famílias; no segundo, são as regras econômicas que avalizam a comunicação de bens e serviços e, no terceiro, as regras linguísticas garantem a comunicação de mensagens verbais. “Todos os três dependem do mesmo método; diferem somente pelo nível estratégico em que cada um deles escolhe se situar no seio de um universo comum” (LÉVI-STRAUSS, 1970b: 320). Assim, as trocas econômicas situam-se em posição intermediária em relação às trocas matrimoniais e linguísticas, já que bens e serviços não são pessoas, embora (como as mulheres) possuam valor, ao contrário dos fonemas (o valor não está no fonema em si, mas no feixe de traços distintivos que o compõem, como veremos adiante).

Estas relações entre os níveis oferecem mais uma oportunidade de tratamento matemático, a partir da teoria dos jogos, de von Neumann e Morgenstern, que estuda processos comunicativos de cooperação e competição entre indivíduos ou grupos; ou então, da teoria matemática da comunicação, de Shannon e Weaver, que permitiria avaliar o quanto de informação haveria em um sistema de parentesco, em função do número de alternativas disponíveis a um indivíduo com relação aos pretendentes. Estes exemplos deixam claro que uma teoria da comunicação, resultante da associação entre antropologia, economia e linguística, deveria basear-se na definição de regras, indiferentes à natureza dos jogadores.

Lévi-Strauss resume assim o resultado de seu esforço em avaliar a contribuição das pesquisas matemáticas à etnologia:

O principal benefício que podemos esperar delas consiste, vimo-lo, na oferta que nos é feita de *um conceito unificador – a noção de comunicação* – graças ao qual poder-se-ão consolidar numa única disciplina pesquisas consideradas como muito diferentes (LÉVI-STRAUSS, 1970b: 325; grifos meus).

Uma teoria da comunicação compreendida como investigação das regras estruturais subjacentes à troca de mensagens, erigida sobre os pilares da matemática, e integrando antropologia, economia e linguística: eis a manifesta contribuição de Lévi-Strauss para o campo da Comunicação. Já vimos o quanto a teorização lévi-straussiana serviu para ocultar a arbitrariedade de interpretações supostamente decorrentes de uma aplicação rigorosa do método. Mas, aqui, estou menos interessado no uso da teoria como instrumento ideológico de legitimação de um projeto modernizador do que nos modelos de comunicação a que ela deu origem.

Ainda há um ponto que ficou pendente e que é necessário resolver. Trata-se da definição da natureza daquela metaestrutura, subjacente às estruturas particulares reveladas pela pesquisa, *e a qual devem sua existência*, como diz Lévi-Strauss ao comentar a obra de Mauss. É esta metaestrutura, ou metacódigo, como a chama Umberto Eco, que regula as transformações pelas quais é possível identificar, sob a variedade infinita dos fenômenos, os invariantes universais. Afirmar que os códigos que regem sistemas simbólicos particulares – mito e sistemas de parentesco, por exemplo – devam sua *existência* a um metacódigo que lhes subjaz é postular bem mais do que um princípio metodológico. Umberto Eco identifica corretamente o problema ao se questionar sobre o estatuto deste metacódigo:

Supondo-se que não se individue outro [código] ainda mais profundo (...), este é o termo onde a construção de um modelo operacional se detém, ou é a descoberta de um princípio combinatório fundamental que rege todos os códigos, de *um mecanismo elementar radicado no funcionamento da mente humana*, onde, portanto, as próprias leis naturais surgem como constitutivas das leis naturais? (ECO, 1997: 291; grifos meus).

A resposta, como veremos, aponta para a segunda opção: a metaestrutura ou o metacódigo converte-se de princípio metodológico em mecanismo gerador de estruturas, enraizado na mente humana. Ainda que o

pretensão rigor metodológico, baseado na matematização da estrutura, comece a se esvair assim que o método seja posto em prática, é esta ambição pela austeridade que sustenta a definição ontológica da estrutura. Para Dosse, o que se presencia aí é um deslocamento: “a estrutura não mais é considerada um simples método de abordagem para restabelecer o sentido: ela própria se encontra na natureza” (DOSSE, 2007: 489). A tentativa de superar o dualismo natureza/cultura e, com isso, fazer da antropologia a ponte entre as ciências do homem e da natureza, vai resultar no privilegiamento da genética e da biologia, em detrimento da matemática e da linguística. Esta mudança de orientação acentua-se na fase final da produção de Lévi-Strauss, a das *Mitológicas*, quando então, de acordo com Dosse (2007: 490), seu estruturalismo “tende a se converter num estruturalismo ontológico, ou num realismo estrutural integral”. Umberto Eco concorda com a tese do estruturalismo ontológico, mas discorda que se trata de uma evolução posterior; para ele, a existência da metaestrutura é uma premissa filosófica do pensamento de Lévi-Strauss, presente em sua reflexão desde *Estruturas elementares do parentesco*, texto inaugural do estruturalismo francês. Como vimos, tal premissa manifestara-se também na “Introdução à obra de Marcel Mauss”, escrita em 1950, logo depois do sucesso alcançado por aquele livro. O que acontece é que este pressuposto vai ficando cada vez mais claro à medida que avança a incorporação das pesquisas na área da neurologia, responsáveis por promover um deslocamento da sede desta estrutura-matriz, que migra do “inconsciente” ou do “espírito humano” para encontrar seu lugar definitivo no cérebro.

É num artigo publicado em *O olhar distanciado*, de 1983, que esta deriva para a ontologia estrutural se revela de forma cristalina. No livro, que seu autor pensou em chamar de “Antropologia estrutural três”, conforme revela no prefácio, reproduz-se uma palestra proferida em 1972 no Barnard College, onde Lévi-Strauss havia lecionado logo após sua chegada à Nova Iorque, no início dos anos 40. Nesta palestra, intitulada “Estruturalismo e ecologia”, Lévi-Strauss

defende-se da acusação de “mentalismo”, atribuída a ele pela antropologia anglo-saxônica, retrucando que o trabalho etnográfico começa pela descrição empírica dos fenômenos, a única capaz de revelar quais elementos naturais são escolhidos por cada sociedade para serem dotados de significações (nos mitos ou nos totens). Não há nada, diz Lévi-Strauss, que determine quais destes elementos – corpos celestes, animais, minerais etc. – serão eleitos para compor a estrutura, no interior da qual formam um todo coerente em função das relações lógicas que lhes conferem sentido. Mas é justamente a coerência deste sistema, constituído por elementos selecionados arbitrariamente, que vai exigir do antropólogo que se interrogue quanto a sua dependência “de coações próprias ao funcionamento do pensamento” (LÉVI-STRAUSS, 1986: 152). É somente a descoberta das formas pelas quais cada sociedade resolve o compromisso entre determinações históricas, geográficas e econômicas, por um lado, e exigências mentais, por outro, que permite definir com precisão o sistema simbólico aí vigente. As particularidades de cada sociedade explicam porque um mesmo elemento pode assumir funções distintas em dois mitos diferentes ou, ao contrário, porque uma mesma função possa ser exercida por elementos distintos. “Para dar conta do fenômeno, é-se então obrigado a postular que as operações mentais obedecem a leis, no sentido em que se fala de leis do mundo físico” (LÉVI-STRAUSS, 1986: 158).

A prevalência das leis da mente sobre as coações materiais do ambiente explica também a permanência nos mitos de elementos naturais que não existem – ou não existem mais – na sociedade da qual fazem parte (um determinado peixe, por exemplo, atualmente extinto, continua exercendo sua função na narrativa mitológica). Para Lévi-Strauss (1986: 164; grifos meus),

Um modelo mítico desmentido pela experiência não desaparece, pura e simplesmente; também não se modifica num sentido que o aproximaria da experiência. Ele continua a viver a sua vida própria e, se se transforma, *esta transformação*

satisfaz não as coações da experiência, mas sim as do espírito, independente das primeiras.

Esta transformação (matemática, formal) é, portanto, uma lei da mente. Mas o que resta então das coações do mundo físico? Se as leis da mente determinam de maneira independente as transformações dos modelos simbólicos, qual o peso dos constrangimentos ambientais, econômicos, geográficos – numa palavra, “ecológicos”? A articulação entre estas duas ordens de determinação é facilmente compreendida, diz-nos Lévi-Strauss, se deixarmos de encará-las como irredutivelmente separadas: a própria generalidade das leis mentais “incita a supor [para elas] um fundamento natural (...). É então preciso que entre os dados sensíveis e sua codificação cerebral, meios desta apreensão, e o próprio mundo físico exista uma determinada afinidade” (LÉVI-STRAUSS, 1986: 167).

É neste momento que Lévi-Strauss recorre às conclusões obtidas pela neurologia, com a intenção de demonstrar que, tanto na percepção visual quanto auditiva, não há captação, pelo cérebro, de puras imagens ou sons, respectivamente, mas sim a codificação de características distintivas, organizadas em um conjunto de relações. A apreensão do mundo sensível, portanto, depende de mecanismos de codificação e decodificação, “por meio de várias grelhas inscritas sob a forma de oposições binárias no sistema nervoso”, que não capturam os dados da percepção como material bruto, mas, desde o início, os apanham como “propriedades distintivas abstractas do real” (LÉVI-STRAUSS, 1986: 169). A apreensão do mundo pelos sentidos é, desde sempre, estrutural, uma vez que aquilo que é apreendido encontra-se, já na própria natureza, sob uma forma estruturada. Captar o mundo sob uma forma pré-estruturada implica no reconhecimento de que os órgãos do sentido e o cérebro – as instâncias sensível e inteligível do espírito humano – operam de forma conjunta, promovendo uma fusão que se adequa à natureza do real. Esta adequação não seria possível “se o espírito humano, o corpo a que pertence o

espírito e as coisas que o corpo e o espírito apercebem não fossem parte integrante de uma mesma só e mesma realidade” (LÉVI-STRAUSS, 1986: 170).

A estrutura, portanto, não é resultado de uma abstração intelectual do antropólogo, mas o desenvolvimento de uma atividade já em curso nos próprios órgãos do sentido, a qual é análoga à natureza da própria realidade: “a natureza (...) tem propriedades estruturais que não diferem essencialmente, salvo por uma maior riqueza, dos códigos por meio dos quais o sistema nervoso as decifra, e das categorias elaboradas pelo entendimento para se unir às estruturas do real” (LÉVI-STRAUSS, 1986: 171). A superação do hiato entre o sensível e o inteligível, assim como a homologia entre a estrutura binária do cérebro e a estrutura da realidade, é que justificam fazer da antropologia o ponto de encontro entre as ciências do homem e da natureza, superando “um idealismo metafísico ultrapassado” (LÉVI-STRAUSS, 1986: 171).

François Dosse reconhece aí uma ironia que marca a trajetória do pensamento de Lévi-Strauss, cuja pretensão inicial, de fundar a antropologia sobre uma base culturalista, rompendo com a antropologia física então predominante, acabou, ao final, promovendo uma naturalização da cultura, fundamentada na topologia cerebral. Umberto Eco vai além e identifica, na transformação do método em ontologia, a eliminação das chances de ocorrência de qualquer contradição interna ao próprio método, decorrente de seu confronto com dados que, eventualmente, pudessem forçá-lo a uma retificação: sendo a estrutura universal, o pensamento mitológico compartilha da mesma lógica que preside a elaboração do método que o investiga. Se algum erro aparecesse, afirma Lévi-Strauss (2003: 31) na “Introdução à obra de Marcel Mauss”, “ele teria mais chance de ser imputável a uma lacuna no conhecimento das instituições indígenas do que a alguma falha de cálculo”. Ou seja, o pesquisador pode estar equivocado; o método, jamais. É claro que isso só se justifica se o método não for propriamente um método, mas uma premissa

filosófica segundo a qual os modelos elaborados pelo pesquisador são homólogos à própria realidade.

O problema todo reside precisamente no fato de remeter a atividade do espírito humano a uma *estrutura*. E se, pergunta-se Umberto Eco (1997: 300), esta metaestrutura “fosse algo diferente de uma estrutura, se fosse um manancial indeterminado que permite todas as configurações possíveis, até mesmo as que se contradizem entre si?” A resposta é óbvia: neste caso, teríamos que renunciar à ideia de estrutura. A explosão da estrutura, como diz Umberto Eco, constitui, portanto, uma consequência lógica de sua passagem “de uma concepção operacionalista a uma concepção substancialista” (ECO, 1997: 290). É por isto que o estruturalismo, ao confrontar-se com seus limites metodológicos, anuncia não apenas o ceticismo epistemológico, que daí decorre naturalmente, mas também o ceticismo ontológico: a crise de fé originada pela descoberta (inevitável) de que a estrutura não era nem universal nem definitiva acarreta uma descrença na própria realidade, uma vez que esta era identificada à estrutura.

Este fantasma assombra também a reflexão de Roman Jakobson, que igualmente lançou mão da combinação entre linguística, teoria da informação e ciências exatas e naturais para propor um modelo formal de comunicação.

UMA CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NA ÓRBITA DA LINGUÍSTICA

Roman Jakobson é, juntamente com Lévi-Strauss, o principal responsável pela expansão da linguística para outros domínios da ciência. A abordagem interdisciplinar do problema da linguagem, aliada ao apreço com que sempre tratou a produção poética de vanguarda, é marca indelével de sua produção teórica. O contato interdisciplinar com cientistas de diversas especialidades (física, biologia, neurologia, psicologia, cibernética etc.) é determinante no trabalho que desenvolveu nos Estados Unidos, onde passa a residir em 1941. Em 1949, começa a lecionar em Massachusetts e, em 1956, ingressa no MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), onde encontra a tecnologia necessária para prosseguir com suas investigações fonológicas, dando sequência às pesquisas sobre a relação entre o som e o sentido, iniciadas no início do século XX junto ao Círculo Linguístico de Moscou e à OPOIAZ (Sociedade para o Estudo da Linguagem Poética).

É da fase norte-americana o artigo em que Jakobson discute as relações da linguística com outras ciências⁶¹ visando estabelecer a base para uma cooperação interdisciplinar entre as ciências do homem, similar a que sustenta a conexão entre as ciências naturais, em toda sua complexidade e generalidade. Deste esforço resulta a proposta de uma ciência da comunicação alicerçada sobre a linguística. De acordo com Jakobson (2007a: 14),

o problema das inter-relações entre as ciências do homem parece centrar-se na lingüística. O fato se deve primordialmente à configuração inusitadamente regular e

61 "A linguística em suas relações com outras ciências" é o relatório apresentado por Jakobson durante a Sessão Plenária do Décimo Congresso Internacional de Linguística, em 30 de agosto de 1967, em Bucareste. Foi publicado posteriormente, ampliado, em *Main trends in social research*, editado pela UNESCO.

auto-suficiente da linguagem e ao papel basilar que desempenha no quadro da cultura; e, de outro lado, a lingüística é reconhecida quer por antropólogos, quer por psicólogos como a mais progressista e precisa dentre as ciências humanas e, portanto, como um modelo metodológico para as restantes disciplinas da mesma área.

Portanto, autossuficiência e regularidade estrutural da linguagem, aliadas à precisão da ciência que a toma por objeto de estudo, são critérios decisivos para a eleição da linguística como núcleo a partir do qual as ciências do homem se organizariam de forma interdisciplinar. Além disso – e de ser o bem cultural mais valioso da humanidade –, a linguagem tem ainda outra prerrogativa: constitui a matriz intelectual de toda reflexão científica, na medida em que “é o meio de que toda ciência depende para a formação de uma teoria” (HOLLENSTEIN, 1978: 187).

É o que acontece com a lógica, por exemplo: mesmo que elabore conceitos (como “significado” e “referência”) sobre a base de uma linguagem altamente formalizada, serão sempre conceitos similares aos adotados pela lingüística, que, não obstante, permanece restrita à análise das linguagens naturais. Para Jakobson (2007a: 18), “é possível interpretar estas diferentes concepções como dois modos de descrição verdadeiros, porém parciais” – e, subentende-se, complementares.

De modo semelhante, a matemática encontra seu complemento na língua vulgar, sem a qual seus símbolos seriam incompreensíveis; neste sentido, a matemática necessita recorrer à lingüística, mesmo que ambas se situem em pólos opostos no que tange à dependência de suas respectivas linguagens ao contexto. Resulta daí a possibilidade de cada uma possa funcionar como metalinguagem ideal da outra⁶²: “Os diversos aspectos da matemática (...) encontram fecunda aplicação na pesquisa reinterpretativa da estrutura das linguagens humanas em suas variáveis, bem como em suas invariantes

62 Jakobson, portanto, desconhecia – ou fingia ignorar – a crítica de Gaston Granger a esta pretensa capacidade metalingüística universal da linguagem, no âmbito da ciência.

universais” (JAKOBSON, 2007a: 18-19). Jakobson ressalta aqui o que Lévi-Strauss já havia afirmado: a formalização matemática é instrumento indispensável para a investigação da relação entre variantes e invariantes da linguagem.

A principal razão da posição dominante da linguística, entretanto, é outra: por ser o padrão estrutural de todos os outros sistemas de signos (seus substitutos ou derivados, como diz Jakobson), a linguagem situa-se no eixo axial das ciências humanas, que são então distribuídas ao seu redor sob a forma de círculos concêntricos. Elmar Hollenstein propõe representar este arranjo por meio de um esquema:

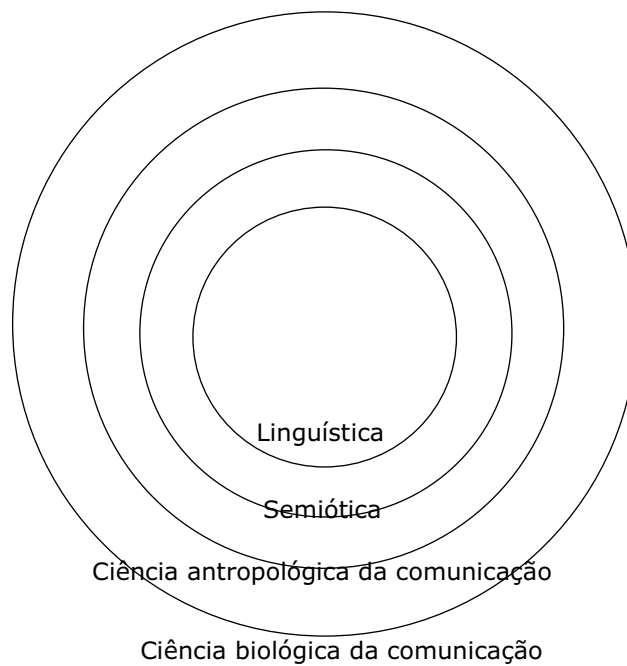


Figura 3: Distribuição das ciências humanas em torno da linguística (HOLLENSTEIN, 1978: 188)

No centro, localiza-se a linguística, já que seu objeto, a linguagem, ainda que seja “uma constituinte da cultura, [...] no conjunto dos fenômenos culturais funciona como sua subestrutura, base e meio universal” (JAKOBSON,

2007a: 23). A natureza basilar da linguagem é confirmada ontogeneticamente: segundo Jakobson (2007a: 20), o estudo do desenvolvimento infantil confirma a “antecedência dos signos verbais em face de todas as demais atividades deliberadamente semióticas”.

Assim como para Lévi-Strauss, a ciência da comunicação, na concepção de Jakobson, é o estudo da troca, em três níveis: antropológico, ou cultural, em que se permutam companheiros; econômico, no qual se dão os câmbios de bens e serviços, e semiótico, onde trocam-se mensagens. Diferentemente de Lévi-Strauss, entretanto, a linguagem está no núcleo do modelo jakobsoniano de comunicação (pelos motivos apontados acima). Com isso, “a semiótica ocupa a posição central dentro da ciência total da comunicação e está na base de todas as outras províncias desta ciência; por sua vez, *a semiótica compreende a linguística como seção central a fundamentar todas as outras províncias semióticas*” (JAKOBSON, 2007a: 25; grifos meus). Em graus crescentes de generalidade tem-se, então, a linguística, ao centro, destinada ao estudo das mensagens verbais; a semiótica, em seguida, responsável pelo estudo de mensagens em outros sistemas de signos, e, finalmente, “o estudo da comunicação = antropologia social juntamente com economia (comunicação de mensagens implícitas)” (JAKOBSON, 2007a: 25). Embora o escopo da linguística seja menor, se comparado às outras duas – especialmente, no cotejo com a semiótica –, a ela reserva-se a posição central em função de que “*qualquer comunicação humana de mensagens não-verbais pressupõe um circuito de mensagens verbais, sem implicação inversa*” (JAKOBSON, 2007a: 21; grifos meus).

Uma digressão: os trechos grifados deixam evidentes as diferenças entre a semiótica jakobsoniana e a semiótica peirciana – e, por extensão, a distância que separa as tradições menor e maior da Semiótica: enquanto aquela toma a linguagem como matriz de estruturação de todo e qualquer sistema de signo, esta afasta-se de uma concepção logocêntrica, respeitando a especificidade de cada semiose, sem restringir suas formas de manifestação a

um sistema de signos particular, definido *a priori*. Está além do escopo deste trabalho a consideração das afinidades e divergências entre ambas as tradições. Mesmo assim, não posso me furtar ao registro de que, apesar do reconhecimento de Jakobson à importância da obra de Peirce para o estudo dos signos (reiterado em várias oportunidades), a sua conhecida afirmação de que o filósofo norte-americano “deve ser considerado como o autêntico e intrépido precursor da *Linguística estrutural*” (JAKOBSON, 2008a: 31; grifos meus) constitui um enorme equívoco.

Retornando: a definição de uma ciência integrada da comunicação como resultado da articulação entre antropologia social e economia ancora-se no postulado da homologia entre as estruturas da sociedade e da linguagem, que está na raiz do estruturalismo de Lévi-Strauss. Jakobson reporta-se ao amigo, citando uma passagem de “Linguagem e sociedade”, terceiro capítulo de *Antropologia estrutural*. No trecho, Lévi-Strauss se pergunta “se diversos aspectos da vida social [...] não consistem em fenômenos cuja natureza se assemelha a da linguagem” (LÉVI-STRAUSS, 1970c: 79), o que justificaria seu estudo a partir de métodos tomados de empréstimo à lingüística. A hipótese de Lévi-Strauss é de que, num nível profundo de análise, seria possível a passagem de um aspecto da vida social a outro (da linguagem ao mito, por exemplo); neste caso, “isto significa elaborar uma espécie de *código universal*, capaz de exprimir as propriedades comuns às estruturas específicas de cada aspecto” (LÉVI-STRAUSS, 1970c: 79; grifos meus). Caso se constate que estas estruturas são comuns a vários domínios da realidade, a descoberta deste código universal, a que Lévi-Strauss se refere, permitiria atingir a estrutura inconsciente da sociedade, aquilo que, em diversos trechos de sua obra, é chamado de “espírito humano”. A invariância (a manutenção da estrutura assegurada por suas transformações) é um dado estrutural do inconsciente.

Para que se compreenda o tratamento dispensado por Jakobson a este código universal inato, é preciso adentrar no último círculo de seu modelo, a

ciência biológica da comunicação. É neste nível que Jakobson estabelece como critério de distinção entre as formas de comunicação humana e animal a dependência que aquelas mantêm com relação à linguagem: “para a espécie humana, todo sistema de comunicação está correlacionado com a linguagem e, dentro da rede global de comunicação humana, é a linguagem que assume o lugar dominante” (JAKOBSON, 2007a: 34). Esta distinção fica mais evidente quando se levam em conta as propriedades linguísticas (específicas) da espécie humana: o poder da imaginação e da criação; a capacidade de elaboração de abstrações e ficções (que permitem romper os limites temporais do aqui e agora, típicos da semiose animal); a dupla articulação da linguagem em unidades distintivas (fonemas) e significativas (palavras); as diversas funções que a linguagem está apta a exercer etc. Em contraposição, a comunicação animal restringe-se a mensagens que coincidem inteiramente com o código do qual fazem uso.

Estas dessemelhanças não significam, entretanto, ruptura na linha evolutiva da comunicação humana em relação à de outras espécies; apesar da diferença, o que ocorre, segundo Jakobson, é um salto qualitativo, sem solução de continuidade. Sob esta ótica, a separação radical entre natureza e cultura aparece como uma simplificação extremada, já que, tanto no desenvolvimento infantil quanto no desenvolvimento dos filhotes de animais, o inato e o aprendido estão entrelaçados: “padrões herdados e adquiridos acham-se estreitamente ligados, interatuam e se complementam mutuamente” (JAKOBSON, 2007a: 38). Nesta trama, “o inato constitui a base necessária para a aculturação” (JAKOBSON, 2007a: 36).

Ressaltado o peso da congenialidade, Jakobson ressalva que hereditariedade e aprendizado são diametralmente opostos em cada caso: nos filhotes de animais, os caracteres herdados são determinantes; nas crianças, o esforço por apreender a complexidade do código linguístico usado pelos adultos desempenha papel decisivo – em que pese o aprendizado da língua

sustentar-se sobre as “instruções codificadas na célula germinativa” (JAKOBSON, 2007a: 39-40). Resultados deste empenho infantil no aprendizado da língua manifestam-se no uso criativo da linguagem, assemelhado aos jogos verbais e aos experimentos linguísticos dos poetas. Para Holenstein (1978: 121), a característica das “leis lingüísticas ‘apriorísticas’ é a possibilidade individual de ultrapassá-las em empregos figurados e lúdicos”. Contudo, adverte Jakobson (2007a: 40; grifos meus), “a questão do *dote genético* surge tão logo tratamos com os próprios *fundamentos da linguagem humana*”.

Estes fundamentos são padrões fonológicos e gramaticais universais inscritos “na lógica interna das estruturas linguísticas”, de onde determinam a evolução da língua, sempre que algum de seus componentes (morfológicos, sintáticos etc.) se manifeste. Inerentes à linguagem, tais leis evolutivas “refletem certas ‘leis gerais do pensamento’” (JAKOBSON, 2007a: 38-39). Embora inscritas geneticamente, não comprometem a diversidade do patrimônio linguístico mundial, constringendo-o a uma eventual uniformização; simplesmente determinam que, se algum elemento (fonológico, gramatical etc.) surgir, sua evolução, de algum modo, já está traçada por uma regra estrutural.

Tais leis universais são responsáveis pela determinação dos traços definidores da linguagem: capacidade autorreguladora, poder de coesão e equilíbrio dinâmico. É notória aqui a semelhança com o que Jean Piaget, do ponto de vista da biologia, estabeleceu como sendo as características essenciais da estrutura: totalidade, capacidade de transformação e autorregulação (PIAGET, 1979: 10-15); esta afinidade reforça o caráter natural (ou seja, biológico) da linguagem. A afirmação de Jakobson sobre a correlação entre a linguagem e as leis do pensamento fundamenta-se nestas características. Tal afirmação, aliada ao postulado de que as leis da linguagem encontram-se registradas no “dote genético” da espécie, sustenta aquele que talvez seja seu salto teórico mais ousado: a proposição da homologia entre a estrutura da linguagem e o código genético.

Em 1953, as descobertas de Watson e Crick sobre a estrutura do DNA revelaram como a informação genética, responsável pela coordenação do funcionamento e desenvolvimento dos seres vivos, é transmitida hereditariamente por meio do envio de “mensagens”, compostas por moléculas codificadas em sequências lineares de três bases chamadas códons; é a forma como estas bases se agrupam (produzindo “palavras” e “frases”), que determina a natureza da informação a ser transmitida. É o suficiente para que Jakobson assevere:

as subunidades do código genético devem ser diretamente comparadas a fonemas. Podemos portanto afirmar que entre todos os sistemas condutores de informação, o código genético e o código verbal são os únicos baseados no uso de componentes discretos que, por si mesmos, são desprovidos de significado inerente, mas servem para constituir as mínimas unidades significativas, isto é, entidades dotadas de seu próprio significado intrínseco no código dado (JAKOBSON, 2007a: 41; grifos meus).

A comparação entre as unidades do código genético e os fonemas sustenta-se sobre a coincidência, em ambos, do modo de constituição semântica da “mensagem”: intrínseco ao código, o significado constitui-se pelo agrupamento de unidades mínimas, as quais, por si sós, são desprovidas de “significado inerente”. Além disso, também em ambos os casos, trata-se de códigos que integram um “sistema condutor de informação”. A recorrência destas afinidades leva Jakobson a indagar-se sobre uma possível isomorfia entre o código genético e a estrutura da linguagem:

*uma vez que (...) o projeto arquitetônico universal do código verbal é sem dúvida um dom molecular de todo *Homo sapiens*, poder-se-ia aventurar a legítima questão de saber se o isomorfismo exibido por esses dois códigos diferentes, genético e verbal, resulta da mera convergência induzida por necessidades similares, ou se, quem sabe, os alicerces dos evidentes padrões linguísticos, sobrepostos à comunicação molecular, foram moldados diretamente sobre os princípios estruturais dela (JAKOBSON, 2007a: 45; grifos meus).*

A resposta de Jakobson é afirmativa, baseada na presunção de possibilidade de uma dotação genética da linguagem. Mas há um detalhe importante nesta resposta: a hipótese que ela levanta é de que os padrões linguísticos universais – “dom molecular” de nossa espécie, que não encontram similaridade nos sistemas de comunicação animal – possam estar conformados à estrutura da *comunicação* molecular. Abre-se, assim, a possibilidade de uma reinterpretação da figura proposta por Holenstein, reproduzida acima: a teoria biológica da comunicação, aparentemente a mais afastada da linguística (é o terceiro círculo a partir dela), na verdade a engloba, incluindo-a como um subsistema. Esta leitura é sugerida pelo próprio Holenstein, que salienta, no modelo jakobsoniano, a natureza da relação entre as formas de comunicação humana e as formas utilizadas pelos seres vivos, em geral: aquelas, ainda que privilegiadas, são apenas uma parte destas. É necessário, portanto, ampliar o alcance da afirmação de Jakobson (2007a: 21) de que, neste concerto das ciências, a tarefa da linguística é “salientar a significação primordial do conceito de ‘comunicação’ para as ciências sociais”, e incluir aí, além das ciências do homem, também as ciências da natureza.

A inserção das ciências naturais possibilita a Jakobson não apenas fundar uma ciência da comunicação em bases científicas, mas também reforçar o vínculo entre a linguística e a teoria da informação, já que é o conceito de código – central para esta última – que atua como mediador entre a linguística e a biologia. A associação entre teoria da informação e linguística também será determinante para a elaboração do conceito de fonema e para a definição das funções da linguagem, especialmente a função poética. Estes são, respectivamente, os temas dos próximos capítulos.

A TEORIA DA INFORMAÇÃO E A ONTOLOGIA DO FONEMA

Jakobson recorre à teoria da informação em diversas ocasiões e para os mais variados fins. Talvez o mais profícuo tenha sido tomá-la como base para produzir uma reviravolta metodológica na fonologia. Jakobson propõe que, em substituição à instância articulatória, adote-se, como critério para a definição dos traços distintivos que compõem o fonema, uma orientação acústica, concentrando os esforços tanto na câmara de ressonância do aparelho fonador do emissor, quanto na percepção auditiva, por parte do receptor. Com isto, elege como questão primordial “a natureza da relação existente entre as entidades fonológicas e o som” (JAKOBSON, 1972: 106). Partes constituintes do som, os traços distintivos existem em número limitado, constituindo “um substrato comum ‘invariante’ de traços fonéticos na base de todas as línguas humanas” (MATTOSO CÂMARA Jr., 1972: 198-199), o que legitima a análise fonológica imanente. É esta opção de Jakobson que fornece a Lévi-Strauss a matriz metodológica para sua abordagem dos fatos sociais: “A análise fonêmica é um estudo das propriedades que ficam invariantes através de certas transformações” (JAKOBSON, 1972: 109; grifos meus).

Em que pese a convergência em torno da formulação matemática do método, é preciso reconhecer os esforços de Jakobson para resguardar suas análises da acusação de formalismo. Enquanto Lévi-Strauss apropria-se da matemática como recurso para ordenar o modo caótico pelo qual o fenômeno se manifesta – na medida em que é apenas pela modelização das invariantes, que perduram ao longo de transformações, que se consegue apreender a estrutura inconsciente que subjaz aos fatos sociais –, Jakobson enfatiza, em diversas ocasiões, que sua abordagem dos dados linguísticos não é uma ficção criada

pelo analista, mas ancora-se em uma metodologia que torna possível atingir a própria natureza do fenômeno.

Esboçada já em 1929, por ocasião das pesquisas desenvolvidas junto ao Círculo Linguístico de Praga, a preferência pelo enfoque acústico na fonologia é retomada com vigor nos anos em que Jakobson atuou no M.I.T., onde encontrou à sua disposição laboratórios e aparelhos (desenvolvidos pela Bell Systems) que lhe permitiram a realização de vários experimentos, com os quais pôde comprovar o acerto de sua opção metodológica. É deste período também sua colaboração com o físico Niels Bohr, igualmente decisiva para reforçar sua convicção da existência dos traços distintivos do fonema.

Jakobson reconhece, em várias oportunidades, seu débito para com Bohr, cujo princípio da complementaridade lhe serviu de inspiração metodológica. Referindo-se a um seminário ministrado em conjunto com o físico dinamarquês no M.I.T., Jakobson contesta a suposta inferioridade da linguística em relação à física no tocante à precisão de seus resultados. Esta contraposição entre as duas ciências, diz ele, é unilateral, na medida em que ambas operam com material extraído da realidade. A diferença é que o físico recolhe dos objetos apenas índices que apontam para sua existência; tais indícios são interpretados à luz de um código que só faz sentido no interior de um sistema hipotético, “imaginário”, criado pelos cientistas (o sistema formal, obviamente). O linguista, por sua vez, “recodifica apenas, traduz nos símbolos de uma metalinguagem os *símbolos* já existentes, que estão em uso na língua da comunidade linguística em questão” (JAKOBSON, 2008b: 78). Por esta razão, Jakobson assevera que “o pesquisador (...) está capacitado a lograr uma verossimilhança mais elevada na interpretação dos fenômenos observados” (JAKOBSON, 2007a: 56). Aqui, Jakobson está referindo-se à possibilidade da linguagem atuar como tradutora universal, não apenas de todos os outros sistemas de signos – já que, como vimos, constitui o padrão ao qual eles podem ser reduzidos para fins cognitivos – como também da própria linguagem (no

caso da metalinguagem). A tradução, como se sabe, é um dos temas clássicos de Jakobson, tratado em vários de seus escritos.

Holenstein identifica aí, nesta “ciência do concreto”, a matriz fenomenológica do estruturalismo jakobsoniano. Ao lado da constituição intersubjetiva e inconsciente da linguagem, o entendimento de que o observador é parte decisiva na constituição formal do objeto observado é uma das lições que Jakobson aprendeu com a fenomenologia de Husserl. Holenstein reconhece esta influência no uso que Jakobson faz do termo “orientação” (*einstellung*, no original em alemão, usado por Husserl), que corresponderia à apercepção husserliana. É assim que a orientação (a atitude ou o pendor, a depender da tradução) do falante em relação aos fatores constitutivos do ato de comunicação verbal (remetente, destinatário, contexto, mensagem, canal ou código) é eleita como critério definidor das funções da linguagem: “A estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante. (...) um pendor (*Einstellung*) para o referente, uma orientação para o CONTEXTO...”, diz Jakobson (2008c: 123) em “Linguística e Poética”, texto célebre, em que apresenta as funções da linguagem.

Dada a hostilidade com o que a fenomenologia recebeu o estruturalismo na França dos anos 1960⁶³, a associação entre ambos parece surpreendente. Entretanto, Holenstein recorda que o clima era mais ameno nos 1920-30, quando, em Praga, Jakobson e os integrantes do Círculo Linguístico desenvolveram ativa parceria intelectual com alunos de Husserl, tendo o próprio filósofo proferido para o grupo uma palestra sobre fenomenologia da linguagem. O que ocorreu nos anos 1960, segundo Holenstein (1978: 59), é que “sobretudo a partir da sua [de Jakobson] amizade e colaboração com Niels Bohr, a fórmula da física quântica do caráter inseparável do observador e do objeto substitui cada vez mais a terminologia fenomenológica”.

63 Veja-se, por exemplo, as polêmicas travadas por Lévi-Strauss com Sartre, por um lado, e com Paul Ricoeur e os editores da revista *Esprit*, por outro. Para os detalhes, consultar DOSSE, 1993: 267-270.

A busca de afinidades eletivas com a física ou a biologia é um movimento estratégico de Jakobson visando granjear à linguística respeitabilidade científica. Nesse intento, a apropriação da teoria da informação revela-se crucial, pois é por meio de uma incorporação branda da teoria, aparando-lhe as arestas, que Jakobson reafirma a característica essencial do fonema: a binaridade. Em artigo escrito em colaboração com Morris Halle, em 1955, é em termos da teoria matemática da comunicação que Jakobson formula sua metodologia de análise fonológica:

Tôda mensagem falada oferece ao ouvinte duas séries complementares de informação: de um lado, a cadeia de fonemas fornece em seqüência informação posta em código; de outro lado, todo fonema se compõe de vários traços distintivos. A totalidade dêsses traços é o número mínimo de seleções binárias necessárias à especificação do fonema. Se reduzirmos a informação fonêmica contida na seqüência ao seu número menor de alternativas, chegaremos à solução mais econômica e portanto ótima: o número mínimo de soluções simples que são suficientes para encodizar e decodizar tôda mensagem. Ao analisar [sic] uma dada língua em seus constituintes últimos, buscamos o menor quadro de oposições distintivas que permitam a identificação de cada fonema nas mensagens constituídas nessa língua. Para tal tarefa é preciso isolar os traços distintivos dos traços redundantes concorrentes ou adjacentes (JAKOBSON, 1972: 139).

Mantendo fidelidade à concepção dicotômica da linguagem, Jakobson define o traço distintivo em oposição ao redundante: distintivo é todo aquele traço cuja manifestação contribui para a percepção de uma diferença que, não sendo em si mesma significativa (na segunda articulação da linguagem), adquire este caráter no nível superior da estrutura, o da formação dos monemas (a primeira articulação). Redundância é um conceito que, segundo Jakobson, ingressou na linguística por meio dos estudos de retórica, sendo, mais tarde, incorporado pela teoria da informação – de onde retornou à linguística, tornando-se um de seus conceitos centrais.

Esse trânsito interdisciplinar promovido por Jakobson revigora as pretensões de Warren Weaver de estender o domínio da teoria da informação para o âmbito da comunicação humana. Mesmo a eventual dificuldade de adequação da teoria à comunicação contínua, identificada por Weaver – mas também, de certa forma, equacionada por ele –, não representa empecilho para que Jakobson sustente que ambas, linguística e teoria da informação, ocupem-se “do mesmo domínio da comunicação verbal”⁶⁴. Este compartilhamento ancora-se no método estrutural da análise linguística de “resolver o discurso oral numa série finita de unidades elementares de informação” (JAKBOSON, 2008b: 73): os traços distintivos do fonema, entendidos como bits de informação.

Há, nesta estratégia, um posicionamento epistemológico favorável à redução da complexidade do fenômeno àqueles elementos pertinentes à análise. Neste sentido, apesar das diferenças que os separam, Jakobson não se afasta tanto assim de Lévi-Strauss no que tange a este distanciamento do empírico. A afirmação parece estranha, notadamente porque, agora há pouco, acabei de ressaltar a influência que a fenomenologia exerceu sobre Jakobson, evidenciada no privilégio por ele concedido ao pólo receptor da mensagem verbal, definido como instância na qual os traços distintivos do fonema podem ser efetivamente apreendidos. Trata-se de decisão coerente com sua abordagem acústica da fonologia, como vimos.

Mas é curioso observar que, também aí, a incorporação da teoria da informação deixa sua marca: basta lembrar que, para Weaver, o ruído decorrente da liberdade de escolha do emissor é desejável, ao passo que aquele que afeta a capacidade transmissiva do canal deve ser eliminado. Analogamente, para Jakobson, a liberdade de manejo do código revela-se progressivamente crescente à medida que ocorre elevação de nível na estrutura do signo verbal: do fonema ao monema, do monema à palavra e desta à frase,

64 Recordemos aqui a advertência de Shannon quanto ao uso indiscriminado, fora da matemática, da teoria da informação.

amplia-se cada vez mais o livre-arbítrio do falante, fundamental para o exercício da criatividade e de luta contra o código, que caracterizam a poesia. Ainda assim, “Uma análise fonológica, quando implique a eliminação sistemática das redundâncias, fornece, necessariamente, *uma solução plenamente satisfatória e sem ambigüidades*” (JAKOBSON, 2008b: 75; grifos meus).

O aumento da eficácia e a redução da ambiguidade, alcançadas pelos engenheiros de comunicação (na transmissão de mensagens), são metas analíticas a serem atingidas pelos lingüistas por intermédio do concurso entre a linguística estrutural e a teoria da informação. Nesta linha, a clareza na identificação dos “fatores fundamentais da comunicação linguística” (JAKOBSON, 2008a: 19) – emissor, mensagem, destinatário, código etc. –, herdados do diagrama formal do sistema de comunicação, de Shannon e Weaver, é uma das conquistas obtidas pela linguística graças à sua colaboração com a teoria matemática da comunicação⁶⁵.

Em “Linguística e teoria da comunicação”, texto produzido em 1960, Jakobson torna explícito o empréstimo do vocabulário da teoria da informação, reafirmando assim sua convergência com o resultado das investigações em linguística estrutural:

A descoberta progressiva, pela Linguística, de um princípio dicotômico, que está na base de todo o sistema de traços distintivos da linguagem, foi corroborada pelo fato de os engenheiros de comunicações empregarem signos binários (*binary digits*, ou *bits*, para usa a “palavra-valise”) como uma unidade de medida. Quando eles definem a informação seletiva de uma mensagem como o número mínimo de decisões binárias que permitam ao receptor reconstruir aquilo que precisa extrair da mensagem, com base nos dados já à sua disposição, esta forma realista é perfeitamente aplicável ao papel exercido pelos traços distintivos na comunicação verbal (JAKOBSON, 2008b: 74).

65 Embora, *en passant*, Jakobson considere a teoria matemática da comunicação e a teoria da informação como “duas disciplinas aparentadas” (JAKOBSON, 2008a: 18), é evidente, ao longo de seus escritos, que ele se refere a ambas de forma indistinta, tratando-as como sinônimas de teoria da comunicação no sentido lato.

Tal como os bits, identificados de “forma realista” pelos engenheiros de comunicação como a unidade mínima de medida da informação necessária para a produção (ou à recepção) de uma mensagem, também os fonemas agrupam-se de forma binária, na medida em que os traços distintivos opõem-se dois a dois (vocálico/não-vocálico/surdo/sonoro etc.), de forma mutuamente excludente.

Contudo, se compararmos esta citação com a da página 190, acima, iremos perceber um detalhe que faz toda a diferença: se, no texto escrito em parceria com Halle, a teoria da informação serve de inspiração *metodológica*, o que antes era um princípio de análise converte-se, no segundo texto (escrito cinco anos depois), em componente *ontológico* do próprio fonema. Em outras palavras, a binaridade deixa de ser apenas o princípio estrutural de um método econômico e eficiente de identificação de traços pertinentes do fonema para incorporar-se à sua natureza: “O caráter distintivo e a redundância, longe de serem postulados arbitrários do investigador, *estão objetivamente presentes e delimitados na linguagem*”, diz Jakobson (2008b: 76; grifos meus) no artigo de 1960.

Assim como para Lévi-Strauss, também para Jakobson é a estrutura (binária) da linguagem que lhe assegura a potência produtora de sentido. Que esta potência esteja fundada sobre uma negatividade, já o sabia Saussure. Entretanto, no retorno ao mestre genebrino, o que era pura negação torna-se ausência: para Lévi-Strauss, o “valor simbólico zero” do pensamento, equivalente ao *mana* de Mauss; para Jakobson, o “fonema-zero”, que se caracteriza “pela ausência tanto de traços distintivos quanto de uma constante sonora característica. (...) o fonema zero (...) opõe-se a qualquer fonema que seja”⁶⁶ (JAKOBSON; LOTZ, 1962: 431). O grau zero da linguagem abre-a para o puro jogo do significante, conforme reconheceu, com perspicácia, Jacques

66 “by the absence both of distinctive features and of a constant sound characteristic. (...) the zero-phoneme (...) is opposed to the absence of any phoneme whatsoever”.

Derrida (1995: 246): “A *superabundância* do significante, o seu caráter *suplementar*, resulta portanto de uma finitude, isto é, de uma falta que deve ser suprida”. Este vazio, sendo ontológico, inscreve-se no gene da linguagem. A aliança entre o estruturalismo e a teoria da informação, com vistas tanto à redução da complexidade fenomênica a seus elementos pertinentes quanto à eliminação da incerteza analítica, serve não apenas para afiançar a cientificidade da linguística, mas também – e principalmente – para penetrar no cerne ontológico do fonema: binário por natureza, traz em si o código universal da vida, que, neste contexto, passa a ser sinônimo de informação, um dado puramente quantitativo, esvaziado de sentido.

Para Hostenstein, o inatismo da linguagem, defendido por Jakobson, faz dele um kantiano “com uma noção de sujeito mais diferenciada” (HOLENSTEIN, 1978: 56), na medida em que a inscrição genética do código linguístico não impede a manifestação da intersubjetividade no processo comunicativo:

Não é a especificidade dos sons que permite diferenciá-los de ruídos “ordinários” que é decisiva para a percepção lingüística, mas unicamente a transformação “subjetiva” do material sensível bruto em valores lingüísticos, a sua classificação com vistas ao sistema lingüístico envolvido (HOLENSTEIN, 1978: 58).

O sujeito, aí, tem a tríplice função de constituir-se, primeiramente, como observador que integra a própria observação (é onde a fenomenologia de Husserl encontra-se com o princípio da complementaridade de Bohr), ao mesmo tempo em que atua como “produtor e receptor intersubjetivo (2) e inconsciente (3) da mensagem” (HOLENSTEIN, 1978: 56). Assim como para Lévi-Straus, também para Jakobson o código (a estrutura) é um dado inconsciente do espírito humano, inscrito na herança genética da espécie. Para

ambos, adquire ares de cientificidade o que, numa atitude científica mais prudente, não passaria de especulação.

Paradoxalmente, a compreensão do ato comunicativo pelo viés fenomenológico – garantia de que o fonema não é uma ficção teórica do analista⁶⁷ – vai subsidiar também um afastamento do empírico, promovendo, em consequência, o enclausuramento da linguagem em si mesma. Na medida em que a recepção da mensagem constitui um processo estocástico e probabilístico, acaba por ser o espaço privilegiado para a manifestação da ambiguidade; daí porque a transferência desta propriedade para a o pólo da emissão vai ser uma das características definidoras da função poética da linguagem. O que pretendo demonstrar agora é que a função poética irá promover a mais radical ruptura entre o modelo teórico e a realidade empírica, selando definitivamente a alienação da linguagem em relação ao mundo exterior. Que esta função faça parte dos fatores que compõem um ato *comunicativo* revela o quanto a aplicação ao estudo da literatura de uma abordagem supostamente científica, herdada do modelo da teoria da informação, iria invalidar, em sua origem, as tentativas de elaboração de uma teoria semiológica da comunicação.

⁶⁷ “O conjunto de escolhas por sim ou não que está subjacente em cada feixe desses traços discretos [do fonema] não é combinado arbitrariamente pelo lingüista mas efetuado realmente pelo destinatário da mensagem” (JAKOBSON, 2008b: 78).

TEORIA DA INFORMAÇÃO E FUNÇÃO POÉTICA: A LINGUAGEM AUTOTÉLICA

O conceito de função poética da linguagem é um dos marcos pelo qual o trabalho de Jakobson tornou-se conhecido para além do círculo restrito de especialistas. Não raramente, o conceito aparece em manuais de teoria da literatura como uma verdade autossuficiente e autoevidente, como se não tivesse por trás de si um longo percurso histórico.

Considerações sobre a função poética da linguagem comparecem já nas “Teses de 1929”, o documento programático do Círculo Linguístico de Praga. Ali, a língua é concebida como sistema funcional, “*um sistema de meios de expressão apropriados a um fim*” (JAKOBSON, MATHESIUS, TRNKA, 1978: 82). É na investigação destas finalidades que surgem as reflexões sobre as distintas funções da linguagem.

Uma delas, a *função social*, define a linguagem voltada para a realidade extralinguística e, conforme esteja direcionada para o significado ou para o próprio signo, caracteriza-se como *função de comunicação* ou *função poética*, respectivamente. Esta divisão ecoa aquela estabelecida pelos formalistas russos entre a linguagem literária e a não-literária, “prática”. Neste sentido, a linguagem poética é aquela na qual se pode identificar a “literariedade” do signo verbal, que assinala a autonomia dos valores linguísticos em relação a suas finalidades comunicativas. Considerar a função poética uma das subdivisões da função social da linguagem aparenta-se contraditório, mas apenas se esquecermos que ela também faz uso dos mesmos *meios de expressão* da função comunicativa. Simplesmente, na linguagem poética, a função poética é *dominante*.

O conceito de dominante aparece numa conferência pronunciada por Jakobson na então Checoslováquia em 1935, na qual é definido como “o centro de enfoque de um trabalho artístico: ele regulamenta, determina e transforma os seus outros componentes. O dominante garante a integridade da estrutura”, tornando “específica uma determinada variedade de linguagem”, e atuando “como seu constituinte obrigatório e inescapável” (JAKOBSON, 2002: 513). O elemento dominante do trabalho artístico e a posição que ele ocupa determinam a função e a estrutura de cada um dos demais elementos.

Esta concepção da obra de arte como sistema, se deve muito a Saussure, atua também como prevenção contra alguns dos dogmas da linguística saussuriana. É a noção de dominante que vai permitir romper com a dicotomia sincronia-diacronia, na medida em que habilita reconhecer, em determinada obra, tanto a presença dos valores dominantes legados pela tradição quanto o desvio ou a ruptura em relação ao cânone, sinalizada pela emergência de novos valores (ou seja, pela modificação na relação hierárquica entre os componentes do sistema). A evolução histórica de determinado gênero também segue o mesmo procedimento, bastando apenas inverter a perspectiva, de modo a identificar variações ocorridas entre elementos dominantes ao longo do eixo diacrônico, paralelamente a sua permanência em determinado período, manifestada por meio do recorte sincrônico.

Para o argumento que pretendo desenvolver, entretanto, é mais importante resgatar da reflexão jakobsoniana a relação entre as distintas funções linguísticas da obra de arte (verbal) e o modo como a função dominante hierarquiza e transforma as que lhe são subordinadas. Assim, na função estética ou poética (os termos são tomados como sinônimos), “que visa precisamente ao signo como tal”, podem ser utilizados “muitos instrumentos da linguagem expressiva” (JAKOBSON, 2002: 516), sob a condição de que se submetam à função dominante, deixando-se transformar por ela. Com isto, resolve-se a aparente contradição decorrente da inclusão da função poética no conjunto das

funções sociais da linguagem, tal como consta nas teses. É também por meio do dominante que se pode flagrar o uso subordinado da função estética em textos que não sejam, primordialmente, poéticos⁶⁸.

No artigo “O que é a poesia?”, publicado no ano anterior à conferência na Checoslováquia, Jakobson recorre à função poética na tentativa de responder à pergunta do título. Segundo ele, a poesia manifesta-se numa obra literária quando nela aparece a “poeticidade, uma função poética de alcance decisivo”; quando isto ocorre, a palavra “é então experimentada como palavra e não como simples substituto do objeto nomeado (...). As palavras e sua sintaxe, sua significação, sua forma externa e interna (...) possuem o seu próprio peso e o seu próprio valor” (JAKOBSON, 1978: 177). Reafirma-se aqui a ideia de que, ao surgir como dominante, a função poética, embora seja apenas um dos componentes da estrutura da obra, transforma todos os seus elementos, organizando-os em função do rearranjo do sistema – é a relação entre as funções que determina o peso de cada uma no conjunto.

Esta concepção da linguagem como sistema funcional já havia sido formulada nas teses de 1929, como vimos; nelas, assevera-se também a autonomia da função poética, que deve ser estudada em si mesma, em oposição ao uso instrumental da língua em função comunicativa:

Da teoria de que a linguagem poética tem tendências pra sublinhar o valor autônomo do signo, decorre que todos os planos de um sistema linguístico – que, na linguagem de comunicação, desempenham apenas um papel instrumental – assumem, na linguagem poética, valores autônomos mais ou menos consideráveis. Os meios de expressão agrupados nos diversos planos, bem como as relações recíprocas existentes entre estes e que tendem a tornar-se automáticas na linguagem de comunicação, inclinam-se, ao contrário, na linguagem poética, à atualização. (JAKOBSON, MATHESIUS, TRNKA, 1978: 93).

68 Esta subordinação da função poética a outras funções é retomada anos depois por Jakobson, no artigo em que define as seis funções da linguagem a partir do diagrama do sistema de comunicação elaborado pela teoria da informação, conforme veremos a seguir.

O conceito de *atualização* corresponde ao de *estranhamento*, elaborado por Victor Chklovski no contexto das reflexões dos formalistas. Para Chklovski (1973), o estranhamento (ou a singularização) constitui um procedimento artístico de elaboração de uma “forma difícil”, cuja finalidade é prolongar a percepção do objeto estético, rompendo com a percepção automática que normalmente lhe é destinada. Novamente, trata-se de definir um critério para distinguir a linguagem poética da linguagem prosaica: nesta, prevalece o reconhecimento e o automatismo perceptivo; naquela, o diferimento da percepção, gerado por um “obscurecimento” formal.

Para o teórico da literatura Vitor Manuel de Aguiar e Silva, a adoção do conceito de estranhamento

significa que na linguagem poética, sob um ponto de vista funcional, o sinal linguístico [ou seja, o signo] não constitui um instrumento veiculante de referentes preexistentes e externos a si mesmos – e daí o valor autônomo do sinal – e que, sob um ponto de vista estrutural, a linguagem poética apresenta autonomia sistemática em relação a outras linguagens funcionais, realizando-se segundo leis, modalidades e potencialidades específicas (AGUIAR E SILVA, 1986: 53).

Aguiar e Silva observa, entretanto, que a concentração da atenção sobre aspectos formais do signo não constitui, em Chklovski, um fim em si mesmo; exatamente porque busca interferir sobre a percepção do leitor, o procedimento do estranhamento remete a uma finalidade transcendente, impedindo o fechamento da linguagem. Há, portanto, uma nítida (ainda que sutil) distinção com relação ao modo como Jakobson entende a autonomia do signo estético: para ele, a função estética visa ao signo “como tal”, e não como substituto do objeto que nomeia. É importante ressaltar que a defesa da autonomia estética do signo poético não implica, necessariamente, na postulação de sua impermeabilidade ao contexto social. Assim como Chklovski, entre os formalistas, Jan Mukarovsky, integrante do Círculo Linguístico de Praga,

também elaborou uma alternativa teórica aos limites da concepção puramente formal do signo estético.

Em artigo publicado em 1934, “A arte como fato semiológico”, Mukarovsky define a obra de arte como signo autônomo, composto por três elementos: 1. sua percepção como objeto material, que ele chama de “obra-coisa” e identifica com o significante saussuriano; 2. um objeto estético, sua “significação”, enraizada na consciência coletiva e 3. uma relação com aquilo que representa, que, na ausência de uma realidade referida claramente identificável (que é o que geralmente acontece na arte), é constituída pela totalidade dos fenômenos sociais (ciência, política, filosofia, religião etc.) de determinada época ou meio. Esta concepção triádica da obra de arte, Mukarovsky a fundamenta sobre o conceito de signo, definido como “uma realidade sensível, cuja função é a de evocar uma outra realidade, à qual se refere” (MUKAROVSKY, 1978: 133). Assim formulado, o conceito previne, de antemão, qualquer fechamento do signo sobre si mesmo, pois que a relação com o que lhe é exterior faz parte de sua natureza – o que não lhe retira a autonomia. Ao contrário: é porque se refere à realidade de forma indireta, mediada, que o signo (artístico, no caso) não pode ser tomado como “testemunho direto ou [como] um reflexo passivo” do contexto social e histórico. Para Mukaróvsky, antes que se considere a obra de arte um testemunho histórico ou sociológico, é necessário levar-se em conta “a qualidade de sua relação com o contexto respectivo dos fenômenos sociais” (MUKAROVSKY, 1978: 134).

A função comunicativa do signo estético emerge precisamente como consequência desta relação da obra de arte com os fenômenos sociais. Aqui, em distinção ao que fora postulado nas “Teses de 1929”, a função comunicativa não está em contradição com a função poética, mas constitui seu complemento. Se a regra geral diz que a referência à realidade por parte da obra de arte é difusa (por referir-se à “totalidade dos fenômenos sociais”), isso não exclui a possibilidade de que a obra, eventualmente, concentre-se sobre uma realidade

específica (um evento, um personagem etc.). “Nesse sentido, a arte assemelha-se aos signos puramente comunicativos” (MUKAROVSKY, 1978: 135), com a diferença de que, neste caso, não é levada em conta a relação existencial da obra com o tema ao qual se refere. Em outras palavras, da arte não se deve exigir que retrate a realidade com fidelidade documental; antes, é necessário prestar atenção na *qualidade* da relação proposta (se o tema é tratado como “ficcional” ou “real”, por exemplo), para, só então, avaliar o tipo de modificação que o signo estético – em sua autonomia própria – produz sobre aquilo que é representado. Como em Chklovski, a “deformação” gerada pela representação artística não tem um fim em si mesma, mas é um dos fatores fundamentais de sua significação (ou seja, de sua relação com a consciência coletiva).

É exatamente no plano da significação que a função comunicativa revela-se fator de estruturação da obra, especialmente quando o tema apresenta-se difuso: “todo componente de uma obra de arte, até mesmo o mais ‘formal’, possui um valor comunicativo próprio, independente do “sujeito”⁶⁹ (tema)” (MUKAROVSKY, 1978: 135). As cores e linhas de uma pintura, por mais abstrata que seja, representam “alguma coisa”, ainda que apenas um mero sentimento inefável⁷⁰. Para Mukarovsky,

É nesse caráter semiológico virtual dos componentes “formais” que assenta o poder comunicativo das artes sem “sujeito” (tema), poder que qualificamos de difuso. Se quisermos ser precisos, devemos, pois, dizer que é novamente a estrutura inteira que funciona como significação, até mesmo comunicativa, da obra. O “sujeito” (tema) da obra desempenha simplesmente o papel de eixo de cristalização dessa significação que, sem ele, permaneceria vaga. *A obra de arte tem, portanto, uma função semiológica dupla: autônoma e comunicativa* (MUKAROVSKY, 1978: 135; grifos meus).

69 “Sujeito”, aqui, é o aportuguesamento do vocábulo russo “сюжет” (foneticamente, “siuzhet”): enredo, trama, intriga.

70 É inevitável não lembrar aqui do conceito peirciano de interpretante emocional, aquele tipo de efeito gerado pelo signo sobre uma mente qualquer, e que não passa de um sentimento difuso, vago e fugaz.

Esta orientação declaradamente semiótica faz de Mukarovsky um dos precursores do que Merquior chamou de *sócio-semiótica*, caracterizada pela qualificação do signo artístico como essencialmente social, seja em seu conteúdo, seja pelas suas formas de apropriação. Sem isso, diz, Mukarovsky (1978: 136), “o teórico da arte terá sempre tendências a considerar a obra de arte como uma construção puramente formal”.

A advertência vale para Roman Jakobson? De acordo com Merquior e Aguiar e Silva, sim. Para o primeiro, “a principal contribuição metodológica de Jakobson à crítica estruturalista [o conceito de função poética] (...) estava em total consonância com a sua opção formalista” (MERQUIOR, 1991:44). Para o último, “Jakobson considera indissociáveis a função estética ou poética da linguagem e a natureza *autotélica* do texto poético” (AGUIAR E SILVA, 1986: 50). Para ambos, formalismo e autotelia irmanam-se no conceito de função poética de Jakobson – e, por extensão, também no modo como são concebidas a linguagem e a comunicação.

Se a avaliação estiver correta, cabe indagar se ela ainda se mantém pertinente para a reflexão tardia de Jakobson, a de seu período nos Estados Unidos. Nesta etapa de sua produção, o conceito de função poética é retomado com uma finalidade estratégica: legitimar a subordinação da poética à linguística. O empreendimento foi levado a cabo por ocasião da comunicação proferida por Jakobson no encerramento de um seminário sobre estilos de linguagem, coordenado por Thomas Sebeok, na Universidade de Indiana, em 1958. Esta comunicação foi publicada dois anos depois em *Style in language* (1960), o livro que compilou os trabalhos apresentados no seminário. O texto de Jakobson, que se tornaria célebre, recebeu o título de “Linguística e poética”. De saída, Jakobson propõe o seguinte silogismo: “A Poética trata dos problemas da estrutura verbal. (...) Como a Linguística é a ciência global da estrutura verbal, a

Poética pode ser encarada como parte integrante da Linguística”⁷¹ (JAKOBSON, 2008c: 119).

Após tê-la definido, Jakobson estabelece seu escopo: como parte da linguística, à poética caberia estudar a função poética em relação com as outras funções da linguagem, não apenas na poesia, onde ela se sobrepõe às demais, mas sempre que tal relação se mostrar manifesta em textos verbais, literários ou não. Mas há mais: como inúmeros traços poéticos são compartilhados por outros sistemas de signo (são pansemióticos, diz Jakobson), o alcance da poética igualmente se amplia, incluindo, além da arte verbal, “todas as variedades de linguagem” (JAKOBSON, 2008c: 119).

Em “Lingüística e poética”, o objetivo é mais modesto: determinar o lugar da função poética entre as demais funções da linguagem, situando-as no interior de um diagrama descritivo do ato de comunicação verbal. Adaptado do diagrama do sistema de comunicação, elaborado por Shannon e Weaver, o esquema fica assim:

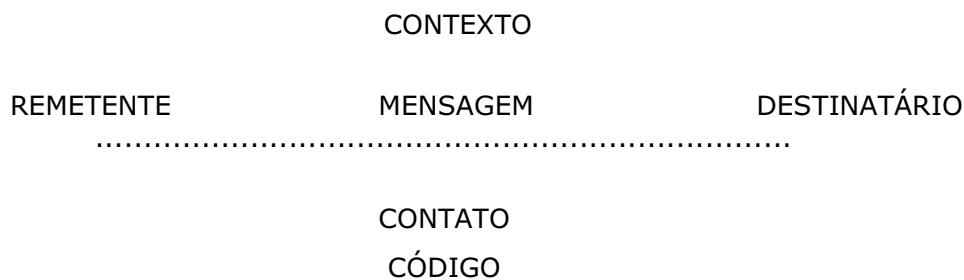


Figura 4: Diagrama dos fatores constitutivos do ato de comunicação verbal (JAKOBSON, 2008c: 123)

No diagrama, as funções são definidas em relação aos fatores que compõem o ato comunicativo. A predominância de um fator sobre os demais é o que caracteriza cada função. Como vimos, o critério adotado por Jakobson

71 Adiante, veremos que parte considerável da crítica ao conceito de função poética de Jakobson direciona-se à contestação – ou, ao menos, à relativização – da premissa maior deste raciocínio.

consiste em identificar a *orientação* da mensagem em direção a cada um destes fatores: se orientada ao emissor, a função predominante é a *emotiva*; sendo voltada ao destinatário, prevalece a função *conativa*; se dirigida ao contexto, sobressai-se a função *referencial*; se ao código, a função *metalingüística*; ao contato, *fática* e, caso ocorra um “pendor (*Einstellung*) para a MENSAGEM como tal, o enfoque da mensagem por ela própria, eis a função poética da linguagem (...) a função dominante, determinante [da arte verbal]” (JAKOBSON, 2008c: 127-8).

Para definir o “critério linguístico empírico da função poética”, Jakobson recorre às duas formas de arranjo do signo verbal, a *seleção* e a *combinação* (que correspondem, respectivamente, às relações *associativas* e *sintagmáticas*, em Saussure), extraíndo daí a sua máxima: “A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação. A equivalência é promovida a recurso constitutivo de toda sequência” (JAKOBSON, 2008c: 130). Embora se assemelhe ao procedimento metalingüístico, que também cria uma “sentença equacional” (do tipo $A = A$) de unidades equivalentes por meio da combinação de expressões sinônimas, a função poética a ela se opõe diametralmente, pois faz uso de uma equação para construir uma sequência. Jakobson dá como exemplo a famosa frase de Julio César: “*Veni, vidi, vici*”, na qual a simetria entre os verbos (dissílabos, iniciados pela mesma consoante e finalizados com a mesma vogal) expressa não apenas a sequência dos eventos, mas também a gradação entre eles. Em resumo, diz Jakobson (2008c: 146-7), “a equivalência de som, projetada sobre a sequência como seu princípio constitutivo, implica inevitavelmente equivalência semântica”. Assim como na música, a experiência do fluxo temporal é dada pela “reiteração regular de unidades equivalentes” (JAKOBSON, 2008c: 131).

O cotejo com a música (ou com a pintura e o cinema, recorrentes na reflexão jakobsoniana) ressalta o papel determinante da linguagem (verbal) como matriz semiótica (neste sentido, o pansemiotismo de Jakobson constitui,

na verdade, um “panlinguisticismo”). É neste momento que o conceito de dominante reaparece, permitindo não apenas estender o alcance da função poética para além da esfera da arte verbal (abarcando desde slogans publicitários até as metáforas do dia-a-dia), mas também incluir outros sistemas de signos (pictóricos, musicais, arquitetônicos etc.) com os quais a linguagem pode ser comparada. É na arte verbal, entretanto, que a função poética manifesta-se de maneira determinante, e o faz ao “promover o caráter palpável dos signos”, de tal modo que “aprofunda a dicotomia fundamental de signos e objetos” (JAKOBSON, 2008c: 128).

É sobre este ponto que incidem as críticas mais acerbadas ao persistente formalismo de Jakobson. Aguiar e Silva identifica aí, nesta dicotomia entre signos e objetos, a permanência daquela distinção, elaborada pelas teses de 1929, entre função poética e função de comunicação:

Nesta perspectiva, a *autonomia* e a *autotelicidade* da mensagem poética dependem da inexistência deste tipo de relações instrumentais com a realidade extralinguística [que caracteriza a função comunicativa]: a mensagem poética, enquanto organização *formal*, enquanto *textura de significantes*, (...) constitui-se em finalidade em si mesma (AGUIAR E SILVA, 1986: 62).

Autonomia e autotelicidade da mensagem poética não são um mal em si, evidentemente. O problema é que, ao atualizar o conceito de função poética por meio de sua inserção no modelo comunicativo herdado da teoria da informação, Jakobson incorre num erro lógico: levado a considerar a mensagem como referência central, em torno da qual todos os outros fatores são definidos, esta assume, do ponto de vista funcional e sistêmico, posição equivalente aos outros fatores do ato comunicativo. Ora, a mensagem não pode equivaler-se aos demais fatores por uma razão óbvia: “ela é o produto, o resultado exactamente da interacção desses outros factores” (AGUIAR E SILVA, 1986: 65). Para Aguiar e Silva (1986: 66), trata-se de um contrassenso, “pois que equivale a dizer que a

mensagem é originada pelo factor 'mensagem', como se este factor preexistisse, num acto comunicativo, à mensagem produzida nesse mesmo acto".

É preciso ficar claro: a contradição somente existe porque, ao orientar-se para si mesma na função poética, a mensagem desvincula-se de toda e qualquer finalidade comunicativa. E, no entanto, é pela identificação dos "fatores constitutivos do ato de *comunicação* verbal", entendido (este ato) segundo o "diagrama formal de um sistema de *comunicação*", proposto pelo modelo de Shannon e Weaver, que são definidas as funções da linguagem. Sob esta ótica, fica claro, por exemplo, que a função conativa não tem finalidade comunicativa; antes, orienta-se para o destinatário com a intenção de provocar-lhe determinado efeito (é este, aliás, o sentido de "conação": ação intencional). Função poética e função comunicativa, portanto, são absolutamente contraditórias, confirmando a validade do diagnóstico de Merquior e Aguiar e Silva quanto à permanência, no Jakobson maduro, das concepções formalistas da juventude.

Para Aguiar e Silva, o mais grave no raciocínio de Jakobson reside no fato de que, ao definir as funções da linguagem por intermédio da teoria da informação, vê-se conduzido a explicá-las recorrendo ao conceito de código, entendido como potencial "gerador" de mensagens. Ora, diz ele, no interior daquela teoria "só é possível atribuir logicamente à linguagem/código uma única função – a *função comunicativa*" (AGUIAR E SILVA, 1986: 66; grifos meus).

Esta é a crítica que me interessa aqui, pois recai sobre um ponto crucial: no diagrama dos fatores constitutivos do ato de comunicação, esta é definida como a resultante do fluxo de transmissão de informação entre os pólos do emissor e do destinatário. A inclusão do contexto, fator ausente no modelo de Weaver, torna indispensável a remessa ao vivido, como diria Gaston Granger, para que a informação transmitida seja preenchida semanticamente. Entretanto, a ênfase no código e o fechamento da mensagem sobre si mesma, ao excluir o referente do processo semiótico, impede que a comunicação se efetive.

Resta uma última questão: ao permitir a coexistência de várias funções da linguagem em uma mesma mensagem, o dominante não promove uma relativização da perda de referencialidade e da concepção do texto poético como pura intransitividade? Para Aguiar e Silva (1986: 73), não, já que, tanto no plano teórico quanto em seus exercícios de análise, Jakobson "tende a debilitar, senão a dissolver, aquela capacidade referencial, entendendo a autotelicidade do texto poético em termos de um dissídio, uma dicotomia entre os 'sinais' [signos] e os 'objectos'".

A aproximação de Jakobson às ciências "duras" (física, biologia) não conduziu a um abandono dos ideais vanguardistas da juventude, permanecendo constante a experimentação formal com a linguagem. Parece haver consenso de que a experiência formalista marcou toda a trajetória intelectual de Jakobson, algo que o próprio sempre fez questão de lembrar. Talvez o reflexo mais evidente desta influência se faça presente justamente no conceito de função poética. Para Merquior, é exatamente aí que se pode flagrar a persistência de pressupostos formalistas na reflexão jakobsoniana. Merquior detém-se na asserção de Jakobson, de que, ao "promover o caráter palpável dos signos, tal função [poética] aprofunda a dicotomia fundamental de signos e objetos" (JAKOBSON, 2008c: 128), para extrair daí uma conseqüência que nem sempre agradou ao lingüista, mas da qual ele não conseguiu dar conta de maneira satisfatória: a autoreferencialidade da linguagem poética. Diz Merquior que o conceito de função poética – a projeção do eixo da seleção sobre o da combinação, tornando-os equivalentes – faz da poesia um jogo, e "que, em tal jogo, a literatura é o menos referencial possível". Esta concepção endossaria o postulado formalista que "considerava o material verbal da literatura como se o seu significado repousasse num auto-reflexo narcisista" (MERQUIOR, 1991: 44-45).

Essa questão não passou despercebida aos críticos de Jakobson. Joseph Frank cita dois deles – não por acaso, ambos profundos conhecedores do

formalismo e do estruturalismo: Victor Erlich e Jonathan Culler. O primeiro reconhece que Jakobson apresenta interpretações valiosas dos poemas que analisa, mas lamenta que apenas uma pequena parcela delas seja derivada da meticulosa descrição lingüística a que são submetidos. Culler, por sua vez, afirma que “os poemas contêm, graças ao fato de serem lidos como poemas, outras estruturas além das gramaticais e a inter-relação resultante pode dar às estruturas gramaticais uma função que não era o que o lingüista esperava” (CULLER *apud* FRANK, 1992: 17). Frank identifica, nos diálogos que Jakobson manteve com Krystyna Pomorska, sua irritação por não conseguir manter sua análise lingüística da poesia livre de críticas. E mesmo que, ainda de acordo com Frank, ao final da vida Jakobson tenha ensaiado um recuo com relação a esta questão, permanece o fato de que a redução do estudo da poética à análise lingüística mantém-se irremediavelmente parcial, pois “não oferece garantia alguma quanto à pertinência literária, muito menos à significação do que revela” (MERQUIOR, 1991: 46). Como em Lévi-Strauss, as conclusões das análises, por brilhantes que fossem, não decorrem necessariamente da rigorosa aplicação do método.

É por esta razão que Merquior reconhece no estudioso da poesia e da literatura um Jakobson menor, se comparado ao lingüista. Ambos, no entanto, encontram unidade no Jakobson cientista. Ser reconhecido como cientista era um desejo expresso pelo próprio Jakobson, que, ao fazer um balanço de suas atividades, afirma: “nunca considerei que pudesse estudar outra coisa que não fosse ciência” (JAKOBSON *apud* MACHADO, 2008a: 25). Se o Jakobson “literário” insiste no isolamento da linguagem poética relativamente ao *hors-texte*, inaugurando, portanto, um rico filão, que seria explorado até o limite pelo estruturalismo que ajudou a fundar, será que o Jakobson cientista estaria imune aos abusos que, em nome da ciência, dariam a tônica do estilo de pensamento pós-estruturalista?

Como vimos, a interdisciplinaridade é a marca registrada do Jakobson cientista, principalmente após sua ida aos Estados Unidos, onde passa a colaborar com físicos, teóricos da cibernética, engenheiros de som, biólogos, antropólogos etc. A lista é longa. Uma colaboração, no entanto, seria decisiva: o trabalho desenvolvido conjuntamente com o físico Niels Bohr no M.I.T. Desta parceira, Jakobson incorpora à lingüística o princípio de complementaridade de Bohr, que desempenha função importante no diagrama do processo comunicativo: graças a este princípio, é possível compreender que o papel do emissor e do destinatário da mensagem, embora distintos – um codifica, o outro, decodifica – são essencialmente complementares.

Não obstante seu potencial heurístico, a extensão de um princípio da física quântica para a composição de um modelo destinado a explicar um fenômeno social é temerária, para dizer o mínimo. É preciso levar em conta que está se tratando com duas dimensões da realidade bastante distintas, e que qualquer extrapolação carece da explicitação dos passos que permitam a passagem de uma à outra. Mesmo que se trate apenas da construção de um modelo, o que não é o caso, faz-se necessário justificar o procedimento. A questão é ainda mais delicada porque, para Jakobson, não se está lidando apenas com um modelo, mas com uma característica do próprio fenômeno observado:

O “caráter inseparável do conteúdo objetivo e do sujeito que observa”, assinalado por Niels Bohr como uma premissa de todo conhecimento bem definido, tem por força de ser levado em conta em *Lingüística e a posição do observador em relação à língua observada* e descrita tem de ser indicada com exatidão. Antes de mais nada, (...) a informação que um observador pode colher depende de sua situação dentro ou fora do sistema (JAKOBSON, 2008b: 80; grifos meus).

É evidente que o sistema de que trata a física não é o mesmo ao qual Jakobson se refere; tampouco o “observador”, no caso da física das partículas, é

um ser humano, mas um equipamento que registra alterações que ocorrem no interior do átomo. Trata-se, então – como diriam Sokal e Bricmont – de um abuso de Jakobson? Sem dúvida. Mas, se serve de consolo, a culpa não é somente dele. Bouveresse já alertara para o fato de que extrapolações desta natureza partiram inicialmente dos próprios físicos, que se puseram a especular sobre as conseqüências de suas descobertas em áreas como a psicologia e a antropologia. Se nem os físicos resistiram à tentação, que alternativa resta a que não tem formação específica a não ser confiar na autoridade dos cientistas e tomar como certo o que é pura especulação? Segundo Bouveresse (2005: 99-100),

mesmo para aqueles que não sabem muita coisa sobre ela, a mecânica quântica desempenhou um papel decisivo no processo que acabou tornando, aos olhos de muitos, antiquada e ultrapassada a idéia de uma realidade objetiva independente do observador e da humanidade em geral, que a ciência se empenha em conhecer.

Certamente, não foi com a intenção de negar a existência de uma realidade objetiva que Jakobson apropriou-se do princípio da complementaridade. Mas, perguntam Sokal e Bricmont, se o argumento que se quer defender sustenta-se sem o recurso a conceitos emprestados da física ou da matemática, por que então usá-los? No caso de Jakobson, não vejo outra justificativa que não a ânsia por conquistar para a lingüística o prestígio de uma ciência já estabelecida. Aliada a sua insistência no caráter auto-referencial da linguagem poética, a incorporação de conceitos da física⁷² fornece argumentos para o ceticismo epistemológico, na medida em que contém, em germe, razões para se duvidar da capacidade da ciência de nos dizer algo objetivo sobre a realidade (opinião sustentada pelo ceticismo epistemológico), mas também para

72 É oportuno recordar aqui a referência de Joseph Frank a um texto de juventude de Jakobson, que relacionava o cubismo à teoria da relatividade.

negar a existência de uma realidade objetiva independente da linguagem (é o caso do ceticismo ontológico).

O risco, mesmo involuntário, consiste em autorizar os que vêm depois a repetir a mesma estratégia, principalmente se ela se revelar bem sucedida. Mesmo Jakobson, que enxergou no conceito de símbolo de Peirce e na poesia de Khliébnikov os ventos do futuro a impulsionar toda a criação, não poderia prever em que iria se transformar seu trabalho incansável na construção de uma semiótica alicerçada sobre os pilares da ciência e da poética. Inadvertidamente, Jakobson preparou o terreno para a reviravolta irracionalista que viria a seguir.

Em que medida isso depõe contra a Semiótica e, especificamente, a uma concepção semiológica da comunicação? A resposta está na definição dada por Jakobson à tradição menor da Semiótica:

Cada mensagem é feita de signos; correlativamente, a ciência dos signos chamada *semiótica* trata desses princípios gerais que fundamentam a estrutura de todos os signos, quaisquer que sejam, com as características de sua utilização nas mensagens (...). *Semiótica, como uma investigação sobre a comunicação de todo o tipo de mensagens*, é o próximo círculo concêntrico que envolve a linguística, cuja pesquisa de campo está restrita à comunicação de mensagens verbais, e o círculo concêntrico seguinte, mais amplo, *é uma ciência integrada da comunicação* que abrange antropologia social, sociologia e economia⁷³ (Jakobson, 1971: 698; grifos meus).

Ora, como acabamos de ver, restringir a semiologia à investigação da comunicação, concebida como transmissão de mensagens, esbarra na autoreferencialidade da linguagem (ou dos sistemas baseados nela), presente

73 Every message is made of signs; correspondingly, the science of signs termed *semiotic* deals with those general principles which underlie the structure of all signs whatever and with the character of their utilization within messages (...). *Semiotic, as an inquiry into the communication of all kind of messages*, is the nearest concentric circle that encompasses linguistic, whose research field is confined to the communication of verbal messages, and the next, wider concentric circle *is an integrated science of communication* which embraces social anthropology, sociology, and economics.

não apenas no modelo jakobsoniano do ato comunicativo, mas também nas reflexões de Lévi-Strauss, Barthes e Kristeva (para ficarmos apenas nos autores referidos aqui). Na verdade, no âmbito da semiologia cientificista, de forma mais ou menos explícita, foi sempre este o modelo adotado, seja pela necessidade de legitimação de sua estratégia modernizadora, seja porque vinha ao encontro de sua ambição formalista. A paradoxal reação pós-estruturalista aos excessos cientificistas do estruturalismo (paradoxal porque pretendia-se, também ela, legitimar-se cientificamente), igualmente tomou o modelo transmissivo como exemplar, assumindo-o não como *um* modelo, mas como *o* modelo do processo comunicativo. Toda a crítica à viabilidade da comunicação exerceu-se sobre este modelo, e com razão. Derrida, em “Assinatura Acontecimento Contexto”, apresenta seus argumentos contra a intencionalidade do processo comunicativo (a “orientação” a cada um dos fatores do ato comunicativo), e tece considerações sobre a dificuldade em delimitar com precisão o contexto que o envolve, levando em conta exatamente a concepção de comunicação como transmissão de mensagens. É interessante notar que, em sua crítica, Derrida apropria-se da noção de fechamento da linguagem para elaborar, mais uma vez, os traços constitutivos do conceito de *écriture* – o antídoto à metafísica da presença; entre estes traços, cita “*a ruptura com o horizonte da comunicação* como comunicação das consciências ou das presenças como transporte linguístico ou semântico do quer-dizer” (DERRIDA, 1991: 357; grifos meus). Portanto, o modelo transmissivo, herdado da teoria da informação, serviu tanto para elaborar um conceito semiológico (estruturalista) de comunicação quanto para advertir sobre sua impossibilidade. Que aquele conceito já acalentasse em seu ventre o embrião de sua própria inviabilidade é o que tentei demonstrar aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Thomas Pavel se pergunta se o questionamento da herança estruturalista não estaria renovando o interesse pela reflexão axiológica, expulsa por ocasião da virada linguística na França dos anos 1960. François Dosse, por sua vez, considera que o esgotamento do empreendimento estruturalista permitiu o reencontro com uma série de problemáticas até então recalçadas: a história, o sujeito, a dialogia. Não é minha intenção fazer um balanço do estruturalismo e do pós-estruturalismo. Pretendo aqui apenas indicar brevemente alguns questionamentos que se desenvolviam na França, *simultaneamente* à aventura estruturalista, mas para as quais não se deu crédito, abafadas que foram pela euforia em torno dos gurus do movimento. Ironicamente, é provável que, caso tivessem recebido a atenção devida, parte das contradições a que foi conduzida a reflexão sobre a comunicação poderiam ter sido evitadas. Quem sabe? Uma história contrafactual não vai retroceder a flecha do tempo. Mas, escovando a história a contrapelo, talvez consigamos vislumbrar no passado potencialidades não atualizadas, que possam oferecer alternativas ao ceticismo do presente.

O retorno ao sujeito, citado por Dosse como uma das vias possíveis para o pensamento semiológico após a exaustão do estruturalismo, tem em Émile Benveniste uma de suas inspirações. Aluno de Antoine Meillet, que, por sua vez, tivera Saussure como professor, Benveniste é reconhecido por seus estudos sobre o discurso e a enunciação. Ao contrário de Saussure, que adotara um critério formal para definição da unidade mínima da língua, Benveniste elege o sentido como critério definidor, o que leva a propor, no domínio da linguagem, a divisão entre *semiótica* e *semântica*.

Para a semiótica, tomando o sentido como critério, a unidade mínima é o signo, sempre idêntico a si mesmo, cujo valor (ou seja, o sentido) é dado pela

relação puramente diferencial entretecida com os outros signos no interior do sistema da língua. “Quem diz ‘semiótico’ diz ‘intringüístico’. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (BENVENISTE, 1989a: 227-228). O semântico, por sua vez, diz respeito ao uso da língua em situações particulares de enunciação.

Com o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO. Os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens. (...) o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, enquanto que o *semiótico* é, por princípio, separado e independente de toda referência (BENVENISTE, 1989b: 65-66; grifos meus).

O sentido semiótico, diz Benveniste, é *reconhecido* pela comunidade linguística como parte integrante da língua; o sentido semântico é *compreendido*, pois necessita ser ajustado à situação de enunciação para que possa ter validade. No primeiro caso, para os falantes da língua, importa saber se determinado signo faz parte desta língua – a resposta é sempre binária: sim ou não. No segundo, a língua é usada como mediadora da relação entre o homem e o mundo (incluindo outros homens), para a qual a experiência é fundamental. Esta distinção baseia-se na instituição da “noção de uso e de compreensão da língua como um princípio de discriminação, um critério. *É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe*” (BENVENISTE, 1989a: 227).

A adoção do critério pragmático – para Benveniste, a pragmática, assim como a sintática, faz parte da semântica – define, de maneira restritiva, o âmbito de atuação da semiótica às relações internas ao sistema: “em semiótica não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo” (BENVENISTE, 1989a: 228); por isso, o sentido semiótico do signo é sempre genérico e conceitual, nunca contextualizado; por fim, reafirmando a natureza formal do sistema da língua, “as oposições semióticas

são do tipo binário. A binaridade me parece ser a característica semiológica por excelência” (BENVENISTE, 1989a: 228).

Não é necessário entrar nos detalhes da distinção estabelecida por Benveniste entre semântica e semiótica para perceber que esta última inclui praticamente tudo o que se viu até aqui sob o nome de *semiologia*, entendida como a ciência dos signos do ponto de vista estruturalista – em outras palavras, da perspectiva equivocada da linguagem como sistema *integralmente* formal (formal em todos os seus níveis). Com a distinção, Benveniste restringe a formalização ao nível no qual ela efetivamente se aplica, o nível de articulação-suporte, nos termos de Gaston Granger, preservando, assim, seus níveis superiores – os da palavra e da frase – do alcance da formalização estrita. Não se trata, obviamente, de abrir mão das tentativas de definição rigorosa⁷⁴ dos métodos e conceitos pertinentes a estes níveis, mas de entender que este esforço delimita um domínio próprio de validade, no qual a experiência mundana desempenha papel decisivo. A reconfiguração destes domínios – semiótico e semântico – faz toda a diferença do ponto de vista epistemológico. Benveniste está bastante consciente disso: “A semântica é o ‘sentido’ resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. *Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo.* Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido em si mesmo de algum modo” (BENVENISTE, 1989c: 21; grifos meus). Mais claro, impossível.

O acolhimento da imprevisibilidade e a abertura para o mundo promovem uma autêntica ruptura com a concepção de cientificidade almejada pelo estruturalismo, baseada nas pretensões de totalidade e certeza trazidas pela matematização do conhecimento. Vimos que a teoria da informação atuou

74 Comentando o método da gramática gerativa chomskyana, Benveniste afirma: “Por formais que sejam estes procedimentos, expostos sobre uma forma axiomática, matemática mesmo, eles visam em definitivo as realizações. Não deixamos de estar no semântico” (BENVENISTE, 1989a: 242).

como instrumento importante, não só para a redução da complexidade fenomênica dos objetos sob investigação, mas também como garantia de obtenção de um conhecimento certo e seguro (para não dizer “verdadeiro”). Tendo se revelado infundada, esta esperança conduziu ao ceticismo que viria a seguir. Mas é importante assinalar: o ceticismo decorre de uma concepção de ciência altamente idealizada e, portanto, desvinculada da prática real dos pesquisadores, pautada pelo exercício cotidiano de pequenas descobertas e grandes frustrações. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o cientificismo foi a doença infantil do estruturalismo, para a qual o pós-estruturalismo foi o remédio amargo, que eliminou o doente, mas fortaleceu a doença.

Quanto a isso, Benveniste estava vacinado desde o início: “Nosso domínio será a linguagem dita ordinária, a linguagem comum, *com exclusão expressa da linguagem poética*, que tem suas próprias leis e suas funções próprias” (BENVENISTE, 1989a: 221; grifos meus). A demarcação de um domínio de validade, como eu disse acima, é fundamental, pois evita extravasamentos e generalizações espúrias, como a que ocorre nos estudos literários, que acalentam as mesmas pretensões irredentistas que Peters identificou na constituição do campo da Comunicação. Merquior diagnostica o problema com precisão: “a literalização do pensamento criou um clima de total presunção nos arraiais literários acadêmicos. (...) acólitos do rito desconstrucionista afirmam seriamente que, no atual surto de ‘teoria’, ‘não seria inapropriado para a teoria *literária* ter o papel central’. Não *um* papel, nem mesmo um papel central: nada menos que *o* papel central” (MERQUIOR, 1991: 283; o trecho citado é de Jonathan Culler). A exclusão da linguagem literária, corolário da ênfase na linguagem ordinária, permite a Benveniste ressituar a comunicação no âmbito da semiologia, distinguindo a função que cabe a cada um de seus modos de significância: “a [função] de significar para a semiótica, a de comunicar para a semântica” (BENVENISTE, 1989a: 229).

Abrir mão de certezas apriorísticas tem seu preço, evidentemente. No caso de Benveniste, significa deslocar-se para um nível do processo de produção de sentido no qual tanto a descrição quanto o registro são bastante complexos. Vejamos: fiel ao princípio de que a língua serve para comunicar – é de onde ela retira seu sentido semântico –, Benveniste elege a palavra em uso no enunciado como unidade de análise. Esta opção decorre dos pressupostos que caracterizam o domínio do semântico: na comunicação linguística, parte-se do sentido para a frase, e desta para a escolha das palavras. A dupla determinação da palavra – semiótica, formal, interna ao sistema da língua, e semântica, advinda do contexto da enunciação, ao qual se faz referência – acarreta uma série de dificuldades técnicas do ponto de vista da operacionalização metodológica. Para se ter uma ideia da dificuldade que a demarcação do semântico acarreta, basta imaginarmos a situação peculiar na qual o pesquisador se vê envolvido, tendo que lidar com ocorrências únicas, irrepetíveis: “A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (BENVENISTE, 1989a: 231). Os métodos para a apreensão desta realidade fugidia, diz Benveniste, não estão dados; necessitam ser criados, levando-se em conta sua adequação ao objeto. Certamente, não é pela negação da existência do objeto, nem pelo decreto da caducidade da epistemologia, que se vai enfrentar o problema.

Claudine Harouche identifica no programa de Benveniste um quadro de análise que “conduz à descrição do particular, da diversidade do que a língua permite a serviço de sujeitos vivos e falantes na interação subjetiva, de qualquer maneira, uma nova hermenêutica” que remete, ainda que implicitamente, à fenomenologia. É esta escolha de “uma posição filosófica sobre a maneira pela qual o ser humano se apropria do mundo e de si mesmo”, que autoriza Benveniste a proceder à “combinação de uma teoria inacabada e de análises luminosas” (HAROUCHE, 2012: 182). À diferença de Lévi-Strauss,

por exemplo, que ambicionava por uma teoria total e definitiva, para a qual o inacabamento do fenômeno importava menos que o fechamento do modelo teórico, Benveniste opta por uma teorização (ação de teorizar) que, mesmo inacabada (ou, talvez, justamente por isso), permite-lhe propor delimitações provisórias do objeto, na tentativa de dar conta de sua complexidade. É uma lição de humildade científica que faríamos bem em não esquecer.

Além de Benveniste, gostaria de retomar aqui um autor com quem já dialogamos anteriormente: Gaston Granger, que também distingue entre o sentido decorrente das relações sintáticas internas aos sistemas formais (o nível semiótico, de Benveniste), e o sentido que advém das relações entre os elementos de um sistema simbólico (não formal) e um vivido que lhe é, necessariamente, exterior (o nível semântico). Este último, Gaston Granger viria a chamar, posteriormente, de significação, a qual “remete, em primeiro lugar, ao que ultrapassa a estrutura” (GASTON GRANGER, 1974: 134). Com a intenção de precisar o conceito de significação, Gaston Granger procede a uma comparação entre a língua cotidiana e a linguagem da ciência. “A língua usual”, diz ele, “é essencialmente instrumento de comunicação, sendo o conteúdo desta comunicação normalmente tomado de empréstimo ao que chamamos experiência” (GASTON GRANGER, 1974: 136). Sabemos que as linguagens formais, devido a seu fechamento (ausência de *embrayeurs*), não têm por objetivo a comunicação, entendida como remessa ao vivido.

Antes de prosseguir, Gaston Granger apresenta uma das definições de signo, dada por Peirce: “Um signo é qualquer coisa que esteja relacionada a uma Segunda coisa, seu Objeto, no que se refere a uma Qualidade, de tal forma a trazer uma Terceira coisa, seu Interpretante, em relação ao mesmo Objeto, e isto de maneira a trazer um Quarto em relação ao Objeto da mesma forma, *ad*

infinitum”⁷⁵ (CP 2. 92). Gaston Granger interpreta esta definição de uma maneira peculiar: em função da remessa infinita de interpretantes, que envia sempre a uma interpretação mais desenvolvida do mesmo objeto, como diz Peirce em outra definição⁷⁶, este não é entendido isoladamente, mas adquire sentido no interior de uma *estrutura simbólica*, da qual faz parte como elemento. Para Gaston Granger, esta estrutura é a linguagem, que promove justamente uma *objetivação* da experiência vivida por meio da remissão à grade codificadora. O interpretante, na outra ponta do triângulo, recupera a experiência, assim codificada, articulando-a novamente ao vivido, e assim infinitamente. Adiante, veremos em que essa definição resulta de uma leitura muito particular do signo peirciano, a ponto de levar Gaston Granger a afirmar que “a doutrina de Peirce prefigura o estruturalismo dos lingüistas” (GASTON GRANGER, 1974: 137).

Esta interpretação do conceito de signo de Peirce é importante porque é a partir dela que Gaston Granger enfrenta o problema das relações da estrutura com as significações – e o faz, como dito acima, a partir da análise da comunicação cotidiana: o intercâmbio linguístico entre um locutor e um receptor. Para o emissor, a situação apresenta-se assim: 1) ele parte da intenção de transmitir ao locutor uma determinada experiência. “A teoria das comunicações [ou seja, a teoria da informação] que, na realidade, se interessa somente pela transmissão, deixa completamente de lado essa experiência”

75 A Sign is anything which is related to a Second thing, its Object, in respect to a Quality, in such a way as to bring a Third thing, its Interpretant, into relation to the same Object, and that in such a way as to bring a Fourth into relation to that Object in the same form, *ad infinitum*.

76 A sign, or *representamen*, is something which stands to somebody for something in some respect or capacity. It addresses somebody, that is, creates in the mind of that person an equivalent sign, or perhaps a more developed sign. That sign which it creates I call the *interpretant* of the first sign. The sign stands for something, its *object*. (CP 2.228) [Um signo, ou *representamen*, é algo que representa algo para alguém, em algum aspecto ou capacidade. Ele dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. Este signo que é criado chamo *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*.]

(GASTON GRANGER, 1974: 145) (também a semiologia a exclui, por conta da autonomia do sistema da língua em relação ao referente); 2) essa experiência é codificada em uma grade, uma estrutura abstrata cuja função é objetivá-la em diferentes níveis, caso se trate da língua natural ou de alguma “linguagem” científica formalizada; 3) o que escapa a esta grade permanece como resíduo não codificável, porções da experiência que passaram por entre os furos da malha linguística.

A análise do processo comunicativo entre locutor e emissor revela que o uso da língua contém dois aspectos que, embora distintos, se complementam.

De um lado, uma codificação objetivante que aplica a rede lingüística sobre a experiência, tirando partido das oposições e correlações pertinentes entre os símbolos, para reproduzir uma certa estruturação dessa experiência assim transmutada em *objeto*. De outro lado, uma tentativa mais ou menos desenvolvida, mais ou menos feliz, de provocar no receptor da mensagem a evocação de interpretantes suscetíveis de recuperar do melhor modo possível **os resíduos da codificação**, mas desta vez **sob uma forma que não pode ser objetiva. São apelos diretos à experiência recebida pelo receptor** (GASTON GRANGER, 1974: 145-146; os grifos em negrito são meus).

O sucesso dos propósitos do locutor vai depender, portanto, do uso dos elementos não pertinentes ao sistema da língua, traços da fala que promovem remessas à experiência, situada além do que é passível de ser objetivado pela estrutura. Trata-se de traços que, no nível da língua, são redundantes, uma vez que “introduzem na fala marcas simplesmente virtuais, que prolongam materialmente a mensagem sem trazer informações novas ao nível de estruturação da língua” (GASTON GRANGER, 1974: 147). Vê-se que “redundância” é entendida aqui não na acepção atribuída ao conceito pela teoria da informação, mas no sentido de coerções materiais resultantes da submissão de um sistema de signos ao uso concreto em determinada situação. O emprego expressivo da língua resulta da estruturação, no nível da fala, destes

elementos redundantes no nível do sistema. Por aqui se percebe o quanto apartar (ao menos, temporariamente) a linguagem poética permite compreender com mais clareza a utilização da língua em experiências comunicativas concretas. Compare-se, por exemplo, a concepção de expressividade/criatividade da língua, resultante do exercício da fala em situações de comunicação, com o conceito de criatividade que emana da definição de linguagem poética em Jakobson, vinculado exatamente ao isolamento da língua.

Explicitado o que acontece no polo emissor, resta averiguar a situação do receptor, a qual envolve: 1) a mensagem, que se necessita decifrar por meio da remessa à experiência do próprio receptor – na qual se inclui a recepção desta mesma mensagem; 2) a decodificação da mensagem, por intermédio da remissão à estrutura da língua, aplicada sobre a experiência do locutor; 3) a própria experiência do receptor. Neste contexto, qual o papel dos elementos redundantes da mensagem, percebidos pelo receptor como potencialmente significativos, como marcas virtuais que enviam a uma significação global, mas que não podem ser diretamente decifrados, pois não remetem a nenhuma regra explícita, uma metaestrutura? Para Gaston Granger, “a fase transestrutural da mensagem tece ao redor do conteúdo objetivo um feixe de interpretantes organizando a experiência do receptor”. Esta organização é percebida tanto pelo locutor quanto pelo receptor como vinculada à experiência do primeiro, resultando numa comunicação meramente aproximativa, decorrente “do caráter imperfeitamente estruturado de todo sistema de significações” (GASTON GRANGER, 1974: 148). Por contraste, o conceito de informação, que pretende tornar eficaz a transmissão, refere-se apenas à função objetivante da linguagem, baseada em critérios estatísticos do código. É por isso que a teoria da informação restringe-se (ou deveria fazê-lo) ao problema da transmissão de mensagens, e não a sua significação.

É aqui que o conceito peirciano de signo demonstra sua produtividade analítica, pois permite compreender a dupla natureza do sentido, ao mesmo tempo objetiva e significativa: por um lado, “codeterminação numa estrutura abstrata”, correspondendo à remessa do representamen ao objeto (já vimos que este é entendido por Gaston Granger como estrutura simbólica); por outro, “evocação dos aspectos de uma experiência total, correspondendo aos interpretantes” (GASTON GRANGER, 1974: 143). Assim, o que Benveniste chama de semiologia, reunindo as modalidades semiótica e semântica do signo, pode ser equiparada à semiótica de Peirce, aplicada à comunicação linguística.

O que resta então à semiologia? Recordemos: a ciência tem por meta a axiomatização de seus princípios teóricos a partir da formalização – ou da objetivação – de conteúdos que se encontram já pré-estruturados na experiência pela mediação da linguagem.

O esquema do *objeto* científico, neste domínio, deve ser pois encarado como uma estrutura (...) e os símbolos que o exprimem comportam um *sentido* que é o conjunto de suas leis formais. Desse ponto de vista, uma semiologia é tão-somente uma metalíngua mais ou menos formalizada, que permite comentar o funcionamento por assim dizer interno do simbolismo objetivante que constitui a Ciência (GASTON GRANGER, 1974: 157-158).

A semiologia como metalíngua produz, então, comentários aos processos de objetivação levados a efeito pela ciência. Mas, o que acontece quando a semiologia debruça-se, ela mesma, diretamente sobre os resultados da atividade de significação humana no contexto da sociedade e da cultura (os produtos aí gerados sendo então definidos como “textos”)? Gaston Granger propõe que, neste caso, deveríamos considerar outro nível de análise semiológica, atuando não mais sobre o discurso científico, como queria Kristeva, mas sobre os próprios processos de objetivação da experiência, de modo a “explicitar uma quase-estrutura latente concebida como sistema de

expressão e de comunicação” (GASTON GRANGER, 1974: 158). Eis que surge o dilema: igualando sua atividade a da ciência, a análise semiológica só pode lidar, neste nível, com o sentido e não com as significações. Ao objetivar as estruturas latentes dos processos de significação, a semiologia pretende construir sistemas formais, cujo sentido é função das relações sintáticas entre seus elementos.

Resumidamente, os procedimentos consistiriam em isolar um corpus de análise para o qual seriam definidos os sistemas de oposições, em relação aos quais cada indivíduo constituiria apenas uma variante dentre todas as combinatórias possíveis (como um dentre os vários sintagmas que uma língua pode gerar). Entendidos como textos que necessitam ser formalizados/objetivados, os casos particulares são tomados “como material significativo numa organização expressiva de nível superior, que constitui precisamente o objeto da análise semiológica considerada” (GASTON GRANGER, 1974: 159). A estrutura assim elaborada assemelha-se aos sistemas formais da ciência, com a diferença de que se trata de uma estrutura do tipo saussuriano, cujo modelo é a fonologia, que opera com um código informacional. A saída para uma semiologia assim definida seria abandonar a pretensão de estender para os níveis superiores de análise a formalização estrita que rege o nível de articulação-suporte da língua. Reconhecer que a estrutura de tipo saussuriano não é um sistema formal em todos os níveis permitiria à semiologia compreender que os modelos que elabora constituem sistemas simbólicos (ou significantes), para os quais a remessa ao vivido é fundamental. Mas isso, na concepção de Gaston Granger, é tarefa da filosofia:

É necessário, pois, evitar confundir a análise semiológica de um sistema significativo – como os cartazes publicitários, os programas eleitorais, os hábitos culinários ou a moda – com uma interpretação de suas *significações* no conjunto da prática social, isto é, com uma *filosofia* da publicidade, propaganda

política, cozinha ou vestuário (GASTON GRANGER, 1974: 158).

Uma análise semiológica objetivante, restrita aos sentidos de um sistema formal, não poderia dar conta de uma hermenêutica das significações da experiência; “a diferença entre elas é de uma filosofia que interpreta as significações vividas e de uma ciência que objetiva as modalidades dos fatos de sentido e pesquisa sua estruturação” (GASTON GRANGER, 1974: 153). Como em Benveniste, aqui também chegamos a uma diferença entre sentido semiótico (formal, objetivante, estrutural) e sentido semântico (vivido, fruto da experiência, resíduo que escapa à estrutura, significação). Ao primeiro destina-se a semiologia estruturalista, com sua demanda pela matematização do conhecimento e sua ânsia pelo fechamento estrutural, pelo isolamento da linguagem e pela expulsão da comunicação, reduzida à transmissão de informação. Ao segundo cabe uma hermenêutica que leva em conta a experiência humana e seu contexto de interação social, *locus* privilegiado do intercâmbio comunicativo.

Gaston Granger propõe, para dar conta destas distinções, uma divisão da semiologia em três níveis: a Semiologia I, que “diz respeito ao funcionamento interno dos sistemas formais, enquanto remetem virtualmente a experiências”; ela “é uma matemática e, como tal, compete à Ciência, na medida em que consegue construir uma metaestrutura homogênea ao formalismo que toma como tema”; a Semiologia II refere-se à “própria atividade de constituição dos sistemas significantes a partir do vivido”, da qual resulta a esquematização científica, que tem como finalidade transformar a experiência numa estrutura objetiva; os modelos simbólicos que daí resultam, sendo do tipo saussuriano, não recobrem todo o campo das ciências do homem (a semiologia II é a semiologia, tal como a conhecemos); e, por fim, uma Semiologia III, “referente às significações vividas e que relaciona os sistemas significantes – ou os sistemas formais – com a prática” (GASTON GRANGER, 1974: 166). Esta última

é uma filosofia hermenêutica, que não visa à objetivação da realidade, mas à interpretação reflexiva do vivido.

A distinção entre ciência, semiologia e filosofia revela as insuficiências de uma concepção estruturalista do signo, compartilhada por Gaston Granger. Para entender o equívoco, é preciso retornar à sua incorporação do conceito peirciano. Vimos o quanto o conceito de signo, emprestado de Peirce, foi importante para a compreensão da dupla orientação do sentido: uma, objetiva, resultado da aplicação da grade codificadora (a estrutura); outra, experiencial, decorrente da remessa ao vivido. Esta leitura é condizente com a lógica triádica do conceito de signo em Peirce, que remete tanto à experiência quanto ao hábito interpretativo, tornado convenção. Mas, à diferença do modo como Gaston Granger o interpreta, *o objeto do signo não é uma estrutura*, exatamente por se situar ao lado da experiência. Como um Segundo, o objeto é um existente, que resiste – ou seja, objeta-se – àquilo que um intérprete tem a dizer sobre ele. Gaston Granger refere-se ao objeto, remetendo-o a uma “estrutura simbólica de que ele próprio é um elemento” (GASTON GRANGER, 1974: 137). Ora, esta “estrutura simbólica” é, na verdade, o interpretante, em cujas malhas o objeto é apreendido, de modo a incorporar-se aos hábitos interpretativos do sujeito, seja para reforçá-los, confirmando suas crenças, seja para alterá-los, caso alguma dúvida venha a abalar estas crenças. Não me parece que estaríamos sendo infiéis à concepção peirciana se atribuíssemos ao interpretante o caráter de estrutura simbólica, desde que não reduzamos “estrutura” ao modelo da língua – a língua age como interpretante na maioria dos casos, mas não em todos. Ela constitui aquilo que Peirce chama de interpretante lógico, que se manifesta na forma de argumento. Ao lado deste, há o interpretante emocional e o energético, que também traduzem efeitos provocados pelo objeto na mente do intérprete, e que não são estruturados linguisticamente (lembramos aqui do que Ginzburg nos diz sobre a dificuldade, quando não a impossibilidade, de traduzir verbalmente o saber indiciário).

O reparo é necessário porque revela que nem mesmo Gaston Granger, com sua percepção bastante acurada da problemática da significação, estava totalmente imune à febre formalista dos anos 1960. Uma concepção não estruturalista de signo nos permitiria reconfigurar os três níveis da semiologia, articulando-os numa mesma semiótica (no sentido peirciano). Os níveis II e III, especialmente, não teriam necessidade de permanecer separados, justamente por conta da incorporação da experiência no âmbito do próprio signo – ou melhor, da semiose, da qual a remessa ao vivido é constitutiva (nem por isso, a semiótica deixa de ser uma filosofia). É claro que, para isso, seria preciso uma concepção genuinamente triádica do signo, à qual Gaston Granger até recorre, embora de maneira enviesada. Atribuir à filosofia a tarefa de refletir sobre a significação é consequência da concepção restrita de signo elaborada pela semiologia, para a qual a língua, apartada da fala, é erigida como modelo do processo semiótico. Esta opção não apenas exclui a experiência vivida dos falantes, como também reduz todas as semioses não-lingüísticas ao modo de produção de sentido da língua, o que resulta no apagamento de suas especificidades por conta da identificação forçada a um sistema de signos particular.

É interessante perceber que Gaston Granger destine à filosofia o trabalho com a significação (naquilo em que ela se opõe ao sentido), tal como, antes dele, já o fizera Benveniste, que, em um texto de 1954, indicava a importância dos estudos sobre o simbolismo para dar conta do problema da significação. E lamentava:

Vê-se em todo caso como será necessária, para o conjunto das ciências que operam com formas simbólicas, uma investigação das propriedades do símbolo. *As pesquisas iniciadas por Peirce não foram retomadas e é uma pena.* É do progresso na análise dos símbolos que se poderia esperar principalmente uma compreensão melhor dos complexos processos da significação na língua e provavelmente também fora da língua (BENVENISTE, 1991: 13; grifos meus).

Os processos de significação na língua, sendo objeto da linguística, deixam à disposição de uma semiótica da comunicação exatamente estes processos “fora da língua”. Refiro-me à tradição maior da Semiótica, a qual, segundo creio, está mais preparada para a tarefa, pois nos permitiria repensar a comunicação em outras bases epistemológicas, teóricas e metodológicas. Esta tradição nos habilitaria a compreender que uma definição conceitual rigorosa não constitui impedimento para a pesquisa com objetos complexos – ao contrário: é somente pela articulação teórica consistente que se pode apreender um fenômeno errático e difuso como a comunicação. Neste sentido, a semiótica seria uma opção viável às abordagens da comunicação influenciadas tanto pelo estruturalismo cientificista quanto pelo especulativo. No primeiro caso, ajudaria a evitar as armadilhas de um formalismo excessivo, que acaba por romper o vínculo com a realidade empírica. No segundo, atuaria como prevenção à deriva estetizante da filosofia, uma das alternativas que ainda restam ao ceticismo cognitivo e ontológico; a outra seria obrigá-lo a enfrentar a contradição que o corrói por dentro: se nada mais resta a ser dito, por que continuar escrevendo?

No entanto, ainda há muito a ser dito, se o que se pretende é superar os limites de uma teoria semiológica da comunicação: a exclusão da referência ao real empírico, a redução da comunicação ao modelo transmissivo, a atribuição do sentido às relações formais inerentes ao sistema e, por fim, a interdição à própria interação comunicativa, consequência do conjunto destes elementos. O mais importante, talvez, seja a reafirmação de que o fracasso histórico da epistemologia estruturalista, na qual se insere a semiologia, não deveria servir de argumento para o ceticismo radical, tampouco para o abandono da Semiótica como referencial teórico para se pensar a comunicação. Que uma tradição da Semiótica tenha atingido seus limites não significa que a tradição milenar da reflexão sobre o signo deva ser descartada. A tradição maior da

Semiótica guarda todo um potencial ainda praticamente inexplorado, que, posto a funcionar, permitiria inserir num quadro compreensivo mais amplo as propostas surgidas como alternativa aos limites da semiologia. Entre elas, pode-se citar a atribuição da problemática da significação à filosofia, antes do que à ciência, ou, retomando Ginzburg, a valorização do paradigma indiciário, que habilitaria as ciências sociais a lidar com fenômenos para os quais uma racionalidade estrita, fundada sobre uma rígida formalização objetivante, mostrou-se insuficiente. José Luiz Braga, no artigo em que estende o paradigma indiciário ao campo da Comunicação, levanta a hipótese de que “os estudos de comunicação estariam mais provavelmente em um âmbito (...) das disciplinas interpretativas” (BRAGA, 2008: 74).

O que nos leva a indagar: a Comunicação deve assumir-se como disciplina filosófica? Qualquer resposta definitiva, no atual estado do debate, seria temerária. Mas talvez tenha chegado o momento de se perguntar se a ausência de uma reflexão filosófica (ou seja, semiótica) sobre a comunicação não seria, hoje, o grande obstáculo à sua afirmação como ciência. Concordo com Ginzburg, quando afirma: “Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada (...). Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989: 177). Uma concepção ampla de semiótica, que inclua o paradigma indiciário (sem restringir-se a ele), poderia nos ajudar a começar a pensar a Comunicação sem soberba, por meio de hipóteses fecundadas pelas pistas que sua complexidade fenomênica secreta a uma percepção atenta. A integração das inferências que daí emanam em uma teoria – ou em várias – construída com rigor, criatividade e paciência, para ser posta à prova em experimentações empíricas, é o que a semiótica tem a nos oferecer.

Esta esperança alimenta as pesquisas por vir. Entre outras coisas, o que a nutre é a lição histórica dada por aquelas reflexões que, em pleno furor

estruturalista, tentaram dar conta das sutilezas da comunicação por um viés que buscou contornar as insuficiências de uma concepção excessivamente formalista do processo comunicativo, amparada no modelo informativo. O fato de que este esforço tenha evitado habilmente a queda no ceticismo radical somente reforça sua importância. Se tal empreendimento foi possível no auge do estruturalismo, tanto mais razão há para acreditar que o projeto possa ser retomado agora, quando, tendo atingido seus limites, estruturalismo e pós-estruturalismo deixaram de ser obstáculo ao desenvolvimento de uma concepção semiótica da comunicação. A história nos ensinou a perceber os limites de uma teoria semiológica da comunicação, ao mesmo tempo em que indicou um caminho possível a ser trilhado. Não é mera casualidade o fato de que esta abertura dependa essencialmente de que se leve em conta justamente a função comunicativa do signo, como acabamos de ver em Benveniste e Gaston Granger e, anteriormente, em Mukarovsky e (em menor escala) em Chklovski. É este retrospecto que sustenta a afirmação esperançosa de que, estando em harmonia com as possibilidades do momento, o trabalho sobre o que se deteriorou venha a ser promissor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. Experiências científicas nos Estados Unidos. In: _____. **Palavras e sinais**. Modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 137-178.

_____. O ensaio como forma. In: _____. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003. p. 15-45.

AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. **Teoria da literatura**. Coimbra: Almedina, 1986. 7ª ed. revista.

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss. **Revista de Antropologia**, v. 42, n. 1-2, São Paulo, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 out. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011999000100010>.

BARTHES, Roland; GREIMAS, A. J.; BREMOND, Claude *et al.* **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas**. Novas perspectivas em comunicação 1. Petrópolis: Vozes, 1971.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. **A câmara clara**. Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. A mensagem fotográfica. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 325-338.

_____. O efeito de real. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a. p. 181-190.

_____. Da ciência à literatura. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b. p. 3-12.

_____. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. Uma conclusão sobre Robbe-Grillet? In: BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007a. p. 101-109.

_____. Literatura literal. In: BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007b. p. 93-100.

_____. Escritores e escreventes. In: BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007c. p. 31-39.

_____. Crítica e verdade. In: BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007d. p. 185-231.

_____. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 2009.

_____. **O sistema da moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BASTIDE, Roger (coord). **Usos e sentidos do termo “estrutura”** – nas ciências humanas e sociais. São Paulo: Herder / Edusp, 1971.

_____. Introdução ao estudo do termo “estrutura”. In: _____. **Usos e sentidos do termo “estrutura”** – nas ciências humanas e sociais. São Paulo: Herder / Edusp, 1971a. p. 1-12.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989a. p. 220-242.

_____. Semiologia da língua. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989b. p. 43-67.

_____. Estruturalismo e lingüística. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989b. p. 11-28.

_____. Tendências recentes em lingüística geral. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1991. p. 3-18.

BERELSON, Bernard. The state of communication research. **The public opinion quarterly**. v. 23 n. 1, p. 1-6, spring 1959.

BERLIN, Isaiah. Appendix. Correspondence between Sir Isaiah Berlin and Professor Adam Podgórecki, on the derivation and concept of the world “intelligentsia”. In: PODGÓRECKI, Adam e ŁOS, Maria. **Multi-dimensional sociology**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 1979. p. 315-316.

BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da comunicação**. Bauru: EDUSC, 1999.

BOUVERESSE, Jacques. **Prodígios e vertigens da analogia**. O abuso das belas-letas no pensamento. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.

_____. **O futuro da filosofia**. O filósofo entre os autófalos. Rio de Janeiro: Atlântica, 2005b.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. **Verso & Reverso**, São Leopoldo, v. 25, n. 58, p. 62-77, jan-abr. 2011.

_____. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, São Paulo, n. 2, p. 73-88, abr. 2008.

CHAFEE, Steven H.; ROGERS, Everett M. Wilbur Schramm. The founder. In: SCHRAMM, Wilbur. **The beginnings of communication study in America**. CHAFEE, Steven H.; ROGERS, Everett M (ed.). Thousand Oaks (California): Sage, 1997. p. 125-165.

CHKLOVSKI, Victor. A arte como procedimento. In: TOLEDO, Dionísio (org.). **Teoria da literatura**. Formalistas russos. Porto Alegre: Globo, 1973. p. 39-56.

COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987.

_____. Introdução geral. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987a. p. 13-21.

_____. A análise estrutural da mensagem. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987b. p. 333-345.

DEELY, John. **Semiótica básica**. São Paulo: Ática, 1990.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 229-249.

_____. Assinatura Acontecimento Contexto. In: _____. **Margens da filosofia**. Campinas: Papius, 1991.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**, v. I: o campo do signo, 1945/1966. São Paulo: Ensaio / Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. **História do estruturalismo**, v. II: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Bauru: Edusc, 2007.

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. Introdução à pesquisa semiológica. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FELINTO, Erick. Patologias no sistema da comunicação, ou o que fazer quando o objeto desaparece. In: FERREIRA, Giovandro M.; MARTINO, Luiz C. (org). **Teorias da comunicação**. Epistemologia, ensino, discurso e recepção. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 43-52.

FISH, Stanley. Professor Sokal's Bad Joke. **The New York Times**, May 21, 1996. p. A23

FISKE, John. **Introdução ao estudo da comunicação**. Porto (Portugal): Asa Editores, 2004.

FRANK, Joseph. Roman Jakobson: o mestre lingüista. In: _____. **Pelo prisma russo**. Ensaios sobre literatura e cultura. São Paulo: Edusp, 1992. p. 3-18.

GASTON GRANGER, Gilles. Língua e sistemas formais. In: STUMPF, J.; BOUVERESSE, Jacques; GASTON GRANGER, Gilles *et alli*. **Filosofia da linguagem**. Coimbra: Livraria Almedina, 1973. p. 139-171.

_____. **Pensamento formal e ciências do homem I**. Lisboa: Editorial Presença, 1975a.

_____. **Pensamento formal e ciências do homem II**. Lisboa: Editorial Presença, 1975b.

_____. **Filosofia do estilo**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 143-179.

HAACK, Susan. Com relação àquela frase “estudando com um espírito literário...”. In: _____. **Manifesto de uma moderada apaixonada**. Ensaios contra a moda irracionalista. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio / Loyola, 2011.

HAROUCHE, Claudine. Semiologia, semiótica, semântica: observações sobre o emprego desses termos por Émile Benveniste. In: _____. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 173-183.

HESSEN, Johan. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HOLENSTEIN, Elmar. **Introdução ao pensamento de Roman Jakobson**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JAKOBSON, Roman; MATHESIUS, Vilém; TRNKA, Bohumil *et al.* As teses de 1929. In: TOLEDO, Dionísio (org.). **Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia**. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 81-106.

JAKOBSON, Roman. A lingüística em suas relações com outras ciências. In: _____. **Lingüística. Poética. Cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2007a. p. 11-64.

_____. A linguagem comum dos lingüistas e dos antropólogos. In: JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2008a. p. 15-33.

_____. Linguística e teoria da comunicação. In: JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2008b. p. 73-86.

_____. Linguística e poética. In: JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2008c. p. 118-162.

_____. A fonologia em relação com a fonética. In: JAKOBSON, Roman. **Fonema e fonologia**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972. p. 101-146.

_____. O dominante. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 511-518.

_____. O que é a poesia? In: TOLEDO, Dionísio (org.). **Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia**. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 167-180.

_____. Language in relation to other communication systems. In: JAKOBSON, Roman. **Selected Writings II**. World and language. The Hague: Mouton, 1971. p. 697-708.

JAKOBSON, Roman; LOTZ, John. Notes on the French phonemic pattern. In: JAKOBSON, Roman. **Selected Writings I**. Phonological Studies. The Hague: Mouton, 1962. p. 426-434.

JOURNAL OF COMMUNICATION. v. 43 n. 3, september 1993.

JOURNAL OF COMMUNICATION. v. 33 n. 3, summer 1983.

KRISTEVA, Julia. Semiologia: ciência crítica e/ou crítica da ciência. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 307-320.

LASSWELL, Harold D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987. p. 105-117.

LEACH, Edmund. **As idéias de Lévi-Strauss**. São Paulo: Cultrix, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A análise estrutural em linguística e antropologia. In: _____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970a. p. 47-70.

_____. A noção de estrutura em etnologia. In: _____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970b. p. 299-344.

_____. Linguagem e sociedade. In: _____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970c. p. 72-83.

_____. Estruturalismo e ecologia. In: _____. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 149-173.

_____. Critérios científicos nas disciplinas sociais e humanas. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 294-316.

_____. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 11-46.

LEVY, Mark R.; GUREVITCH, Michael. Editor's note. **Journal of Communication**. v. 43 n. 3, p. 4-5, september 1993.

REVISTA BRASILEIRA DE MUSICOTERAPIA. Rio de Janeiro: União Brasileira das Associações de Musicoterapia, 1996-2001.

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOTMAN, Iuri. **A estrutura do texto artístico**. Lisboa: Estampa, 1978.

LOTMAN, Iuri; USPENSKI, Boris. Sobre el mecanismo semiótico de la cultura. In:

LOTMAN, Iuri. **La Semiosfera III**. Madrid: Cátedra, 2000

MACHADO, Irene. **O filme que Saussure não viu**. O pensamento semiótico de Roman Jakobson. São Paulo: Horizonte, 2008a.

MACHADO, Irene. Controvérsias sobre a cientificidade da linguagem. **Líbero**, São Paulo, n. 22, p.63-74, dez. 2008b.

MANDOSIO, Jean-Marc. **A longevidade de uma impostura: Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MARCUS-STEIFF, Joachim; THERME, Jean-Pierre; KENDE, Pierre. **Os mitos da publicidade**. Novas perspectivas em comunicação 9. Petrópolis: Vozes, 1974.

MARI, Hugo; DOMINGUES, Ivan; PINTO, Julio (org.). **Estruturalismo: memória e repercussões**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

MARTINO, Luiz C. Cepticismo e inteligibilidade do pensamento comunicacional. **Galáxia. Revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura**, São Paulo, n. 5, p.53-67, abr. 2003a.

_____. As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (org). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003b. p. 69-101.

_____. **Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação**. Texto apresentado no Congresso da ALAIC (Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação), Universidad Nacional de La Plata, out. 2004. Disponível em http://www.alaic.net/VII_congreso/gt/gt_17/gt17%20p4.html. Acesso em 11 out. 2010.

_____. Abordagens e representação do campo comunicacional. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 3, n. 8, p.33-54, nov. 2006.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000.

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Apêndice. Os estudos fonológicos de Roman Jakobson. In: JAKOBSON, Roman. **Fonema e fonologia**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972. p. 187-200.

McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Praga a Paris**. O surgimento, a mudança e a dissolução da idéia estruturalista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MOLES, Abraham; BOGARD, Leo; WANGERMEE, Robert *et al.* **Civilização industrial e cultura de massas**. Novas perspectivas em comunicação 5. Petrópolis: Vozes, 1973.

MOLES, Abraham; GLUCKSMANN, A.; FRIEDMANN, Georges *et al.* **Linguagem da cultura de massas: televisão e canção**. Novas perspectivas em comunicação 6. Petrópolis: Vozes, 1973.

MORIN, Violette; BREMOND, Claude; METZ, Christian. **Cinema, estudos de semiótica**. Novas perspectivas em comunicação 7. Petrópolis: Vozes, 1973.

MUKAROVSKY, Jan. A obra de arte como fato semiológico. In: TOLEDO, Dionísio (org.). **Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia**. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 132-139.

NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica**. De Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PAVEL, Thomas. **A miragem linguística**. Ensaio sobre a modernização intelectual. Campinas: Pontes, 1990.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. HARTSTHORNE, Charles; WEISS, Paul (ed.), v. 1-6, 1931-1935; BURKS, Arthur (ed.), v. 7-8, 1958. Massachusetts: Harvard University Press.

_____. **MS 856. A Logical Criticism of the Articles of Religious Belief**, 1911. Disponível em <http://www.helsinki.fi/science/commens/terms/retroduction.html>. Acesso em 12 mai. 2010.

PETERS, John Durham. Institutional sources of intellectual poverty. **Communication research**. n. 13, p. 527-559, 1986.

_____. Institutional opportunities for intellectual history in Communication Studies. In: PARK, David; POOLEY, Jefferson (ed.). **The history of Media and Communication Research: contested memories**. New York: Peter Lang Publishing, 2008. p. 143-162.

PIAGET, Jean. **O estruturalismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

PINTO, Julio. **1, 2, 3 da semiótica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.

POSSENTI, Sírio. Estruturalismos não estruturalistas. In: MARI, Hugo; DOMINGUES, Ivan; PINTO, Julio (org.). **Estruturalismo: memória e repercussões**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. p. 15-24.

RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. **A tese como ensaio**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da comunicação no Brasil: institucionalização e capital científico** [tese de doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes; 2006.

RÜDIGER, Francisco. A comunicação no saber pós-moderno: crítica, episteme e epistemologia. In: FERREIRA, Jairo (org.). **Cenários, teorias e epistemologias da comunicação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. p. 25-40.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHRAMM, Wilbur. Pesquisa sobre comunicação nos Estados Unidos. In: _____. (org.). **Panorama da comunicação coletiva**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 9-19.

_____. The state of communication research: comment. **The public opinion quarterly**. v. 23 n. 1, p. 6-9, spring 1959.

SEBEEK, Thomas. Semiosis in nature and culture. In: _____. **The sign & its masters**. With a new Foreword by the author and a preface by John Deely (Sources in semiotics, v. 8). University Press of America, 1989.

SEBEEK, Thomas (org.). **Style in language**. Cambridge: The MIT Press, 1960.

SERRA, J. Paulo. **Manual de teoria da comunicação**. Covilhã: Livros Labcom, 2007. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/15054457/Serra-Paulo-Manual-Teoria-Comunicacao-o-Livro>. Acesso em 15 fev. 2010.

SHANNON, C. E. A mathematical theory of communication. **The Bell System Technical Journal**, Vol. 27, p. 379-423, 623-656, July, October, 1948. Disponível em: http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/shannon_teorias.pdf. Acesso em: 14 nov 2012.

SHANNON, C. E. The bandwagon. **IRE Transaction. Information Theory** 2, p. 3, 1956. Disponível em <http://dsp.rice.edu/sites/dsp.rice.edu/files/shannon-bandwagon.pdf>. Acesso em: 02 fev 2013.

SILVA, Juremir Machado da. O pensamento contemporâneo francês sobre comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org). **Teorias da comunicação**. Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 171-186.

SOARES, Silnei Scharten. O ensaio como adorno. **e-compós**. v. 14, n. 1, jan./abr. 2011.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOKAL, Alan. Transgressing the boundaries: toward a transformative hermeneutics of quantum gravity. **Social text**. n. 46/47, p. 217-252, spring/summer 1996a.

_____. A physicist experiments with cultural studies. **Língua Franca**. n. 6 v. 4, p. 62-64, may/june 1996b. Disponível em:

http://physics.nyu.edu/sokal/lingua_franca_v4/lingua_franca_v4.html. Acesso em 24 abr. 2011.

_____. Transgredindo as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica. In: SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 231-273.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. Programa de Pós-graduação. **Teoria da Comunicação**. Projeto apresentado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, em atendimento ao Edital Procad N° 01/ 2007, CAPES. Salvador, 2007.

WAHL-JORGENSEN, Karin. How not to found a field: new evidence on the origins of Mass Communication Research. **Journal of Communication**, v. 54 issue. 3, p. 547-564, september 2004.

WEAVER, Warren. A teoria matemática da comunicação. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987. p. 25-37.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade**. O uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1970.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.